

ANAIIS



Márcia Ondina Vieira Ferreira (Org.)

2021

CONICET



I R I C E



CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico

FAPERJ
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

fapdf
Fundação de Apoio à
Pesquisa do Distrito Federal

ANAIS



Organização: Márcia Ondina Vieira Ferreira

Diagramação: Ezequiel Neves

F383a

Ferreira, Márcia Ondina Vieira (Org.)
Anais - VIII Seminário Internacional - Rede Aste / Márcia Ondina
Vieira Ferreira (Org.). Brasil, 2021.

221f.

-- Anais - VIII Seminário Internacional - Rede Aste -- Brasil, 2021.
1. SINDICALISMO EM EDUCAÇÃO. 2. TRABALHO. 3. PANDEMIA. 4. CRISES DO
CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO. I. Título.

CDU: 304

ISBN n° 978-65-00-42420-1

Sumário

Programação	6
Apresentação	7
Eixo 1 - Associativismo e sindicalismo em âmbito internacional: o impacto da pandemia.....	9
O PLANO 21/23 ESCOLA+ E A INDIGNAÇÃO INTENSIFICADA DA FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES EM PORTUGAL - Jussara Marques de Macedo; Belmiro Cabrito	9
LOS MAESTROS MEXICANOS ANTE LA PANDEMIA: ABANDONO GUBERNAMENTAL Y DESMOVILIZACIÓN SINDICAL Y POLÍTICA - Aldo Muñoz Armenta; Christopher Chambers-Ju10	
Eixo 2 - Trabalho remoto, futuro do trabalho, precarização e sindicalismo em educação	11
A PERCEPÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS SINDICALIZADOS DO IFSP SOBRE AS MUDANÇAS DO TRABALHO NO CONTEXTO DA PANDEMIA - Aparecida Neri de Souza; Liliane Bordignon.....	11
VELHOS E NOVOS ASPECTOS DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM MEIO À PANDEMIA DO COVID-19 E OS DESAFIOS DO SINDICALISMO DOCENTE - Anna Paulla Artero Vilela; Ricardo Pires de Paula	13
EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL EM TEMPOS DE PANDEMIA: TRABALHO REMOTO E SINDICALISMO - Deise Mancebo.....	25
O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL E A (RE) ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: UM OLHAR PARA AS CONDIÇÕES OBJETIVAS E ACORDOS COLETIVOS - Fernanda Landolfi Maia; Kelen Aparecida da Silva Bernardo	26
PANDEMIA E TERCEIRIZAÇÃO NAS IES: PAUTA E DESAFIOS PARA O SINDICALISMO CLASSISTA - Catharina Marinho Meirelles; Julio Carlos Figueiredo	39
AS POLÍTICAS DE ESTABELECIMENTO DO ENSINO REMOTO NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE E A RESISTÊNCIA D@S TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE BH - 2020/2021 - Maria da Consolação Rocha; Raquel Farnese; Talita Barcelos	52
PARTICIPACIONISMO E NEGACIONISMO: O COMBUSTÍVEL DA GESTÃO DÓRIA/ROSSIELI PARA AÇÕES SINDICAIS UNIFICADAS NA EDUCAÇÃO PAULISTA - Héliida Lança	53
Eixo 3 - Gênero, associativismo e sindicalismo.....	54
A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO ANDES-SN – 40 ANOS DE HISTÓRIA - Caroline Lima; Eblin Farage; Jacqueline Lima	54
A PAUTA LGBT+ NAS CORRENTES SINDICAIS DA CNTE - Luciano Pereira dos Santos.....	55
FEMINISTAS EM SINDICATOS DE TRABALHADORAS/ES EM EDUCAÇÃO - Márcia Ondina Vieira Ferreira	56
EXPERIÊNCIAS DE PROFESSORAS SINDICALISTAS ARGENTINAS: TRABAJOS VISIBLES E INVISIBLES EN TIEMPOS GENERIZADOS - Zulma Lenarduzzi (Argentina).....	57

O ROSTO TAE É DE MULHERES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DA ATUAÇÃO DA COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS DE PESSOAL TAE DO SINASEFE IFBA DURANTE A PANDEMIA - Paula Vielmo; Patrícia Conceição de Souza.....	58
REFLEXOS DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES EM SINDICATO - Carmen Beatriz Lübke Ücker	72

Eixo 4 - Associativismo, sindicalismo, etnia e raça73

A ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRJ (ADUFRJ) FRENTE ÀS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA NA GRADUAÇÃO - Matheus do Nascimento Santos; Jussara Marques de Macedo.....	73
--	----

Eixo 5 - Associativismo e sindicalismo: setor público e setor privado em tempos de pandemia.....87

ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA DOS RUMOS DO SINDICALISMO BRASILEIRO DESDE A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA (CONCLAT) - Trajano Jardim; Erlando da Silva Rêses	87
ALTERNATIVAS PARA A AÇÃO SINDICAL EM TEMPOS DE PANDEMIA: O CASO DO SINDIUPES - João Paulo de Faria Cardozo; Júlio César Alves Santos	89

Eixo 6 - Organização e lutas na constituição das associações e sindicatos em educação91

HISTÓRIA DA PRIMEIRA ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DE BRASÍLIA (APPEMB) E CONTEXTO SOCIOECONÔMICO E EDUCACIONAL ANTES DO GOLPE MILITAR DE 1964 - Erlando da Silva Rêses; Antonio Carlos Andrade de Souza	91
BREVE HISTÓRIA DO SINDICALISMO DOCENTE INTERNACIONAL (1912-1993) - Isabella Delcorso; Carlos Bauer	92
HISTÓRIA DO SINDICATO DOS EDUCADORES DA INFÂNCIA (SEDIN) E SUA PRESENÇA NAS LUTAS SOCIAIS, POLÍTICAS E EDUCACIONAIS NA CAPITAL PAULISTANA - Maria Crisneilândia Bandeira de Oliveira; Carlos Bauer	106
EL CASO DE LOS DOCENTES NACIONALES AUTOCONVOCADOS DE ROSARIO: UNA VALIOSA EXPERIENCIA DE RESISTENCIA EN LOS AÑOS '90 - Juan Pablo Casiello (Argentina).	107
LOS SENTIDOS DE LO GREMIAL EN LA PRENSA DEL MAGISTERIO URUGUAYO (1937-1942) - Trinidad Iralde (Uruguai)	120
ORIGENS E TRAJETÓRIAS DO ASSOCIATIVISMO DOCENTE EM PERNAMBUCO: UMA ANÁLISE SOBRE A APEMOPE - Jannaiara Barros Cavalcante	121
¿CÓMO NOS VEN DESDE LA VEREDA DE ENFRENTÉ? LA MIRADA DE MILITANTES SINDICALES QUE ABANDONAN LOS ESPACIOS DE IZQUIERDA - Gabriela Vilariño; Matías Remolgao (Argentina)	122
AS PARTICULARIDADES ORGANIZATIVAS, IDEOLÓGICAS E REIVINDICATIVAS DO SINDICALISMO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL: EM BUSCA DA UNIDADE DE CLASSE DA PERSPECTIVA REVOLUCIONÁRIA - Marta Rosani Taras Vaz; Gisele Masson	123
COMBATIVOS SINDICATOS DE TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA EM SERGIPE - O SINTESE E O SINDIPEMA - Luiz Carlos Galetti.....	124

O ESTADO DA ARTE DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS EXISTENTES SOBRE SINDICALISMO DOCENTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO DISTRITO FEDERAL E SUAS PREOCUPAÇÕES ANALÍTICAS - Robson Santos Camara Silva	125
A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO SINDICATO DOS PROFESSORES DO ABC (SINPRO-ABC) – [1984-1990] - Carin Moraes; Carlos Bauer	126
O SINDICALISMO E A PROPOSTA PEDAGÓGICA ADOTADA EM MEIO À PANDEMIA: UMA EXPERIÊNCIA DA CIDADE DE MARABÁ – PARÁ - Joyce Cordeiro Rebelo	150
A HISTÓRIA DA FUNDAÇÃO DO SINDICATO ÚNICO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO DO CEARÁ (1983-1991) - Fonlana Cheung e Carlos Bauer	151
VESTÍGIOS HISTÓRICOS DO PROCESSO DE PROLETARIZAÇÃO DOS PROFESSORES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1870-1930) - André Luís Gabriel; Carlos Bauer	152
EL SINDICALISMO DOCENTE EN LA PROVINCIA DEL CHACO, ARGENTINA: DESARROLLO Y OBSTÁCULOS EN SU ORGANIZACIÓN FEDERATIVA (1971-1991) - Adrián Ascolani	153

Eixo 7 - Acervos, preservação da memória e importância das fontes primárias para o estudo do associativismo e do sindicalismo dos trabalhadores em educação 154

HISTÓRIA E MEMÓRIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NO ENSINO PÚBLICO DE MATO GROSSO [SINTEP/MT] – (1979-1989) - Solange Leoni; Rosiley Teixeira; Carlos Bauer	154
MEMÓRIAS DA ANDES AOS 40 ANOS - Emerson Duarte Monte	164
HISTÓRIA E PRESENÇA DA FASUBRA NO MOVIMENTO FORA COLLOR! (1992) - Viviane Freitas; Lucilene Schunck C. Pisaneschi; Carlos Bauer	165
A QUESTÃO DAS FONTES NA CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DO ASSOCIATIVISMO E DO SINDICALISMO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO MARANHENSE - Vanessa Amorim; Carlos Bauer	175
CARTOGRAFIA HISTÓRICA DO ASSOCIATIVISMO E DO SINDICALISMO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NA REGIÃO NORTE (1952-2017) - Héliida Lança; Jonatas Gomes; Carlos Bauer	192

Eixo 8 - Outros temas de pesquisas em associativismo e sindicalismo da educação 208

LA DOCENCIA TUCUMANA DURANTE LOS PRIMEROS AÑOS DE LA DICTADURA “REVOLUCIÓN ARGENTINA” (1966 - 1968): PROTESTA Y OPOSICIÓN EN TIEMPOS DE CRISIS - Daniela Wieder (Argentina)	208
AS CHARTER SCHOOLS E O SINDICALISMO DOCENTE NOS ESTADOS UNIDOS - Julián Gindin	210
SINDICALISMO DOCENTE NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS: POSSIBILIDADES DE UMA AGENDA DE PESQUISA COMPARADA - Andréa Barbosa Gouveia	211
O PAPEL FORMATIVO DO SINDICATO NO PERÍODO DA PANDEMIA DE COVID-19 - Marluce Souza de Andrade	212
ISOLAMENTO SINDICAL DOS PROFESSORES DA UFMG DURANTE A PANDEMIA DO COVID 19: DE QUE LADO DA LUTA O APUBH/UFMG VAI FICAR? - Savana Diniz Gomes Melo; Rosilene Horta Tavares	213

A SINTONIA ENTRE O SINDICALISMO DOCENTE UNIVERSITÁRIO DE MATRIZ GERENCIAL E LOBISTA E O PARADIGMA DA EXCELÊNCIA: A EXPERIÊNCIA DA UFMG (2003-2016) - Andressa de Araújo Moreira; Savana Diniz Gomes Melo	215
RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A FORMAÇÃO DO SINDICALISMO DE ENSINO SUPERIOR - Sadi Dal Rosso	216
DEBATES E CONTRIBUIÇÕES EM TORNO DOS REFERENCIAIS TEÓRICOS, HISTORIOGRÁFICOS E METODOLÓGICOS NAS PESQUISAS SOBRE A HISTÓRIA DO ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO EM EDUCAÇÃO NO BRASIL - Cássio Diniz.....	217
A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE SINDICALISMO DOCENTE: QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS DE UM CAMPO INTERDISCIPLINAR - Thiago Granja Belieiro	218
VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL DOCENTE E AS DEMANDAS EXPRESSAS NAS PAUTAS SINDICAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DE DOIS CASOS MUNICIPAIS (CURITIBA E PIRAQUARA) - Mayara Regina Lourenço; Andréa Barbosa Gouveia	219

Programação

COMPONENTES DAS MESAS

Mesa de Abertura: Trabalho e sindicalismo dos trabalhadores e trabalhadoras em Educação

Fátima Silva (Internacional da Educação)

Christián Matamoros Fernández (Universidad de Santiago de Chile/CHILE)

Mediação: Julián Gindin (UFF/ BRASIL)

Mesa de Debate: Crise Sanitária, Condições de Trabalho e Sindicalismo da Educação I

Eblin Farage (UFF/Brasil)

Amanda Moreira da Silva (ASDUERJ/Brasil)

Mediação: Erlando da Silva Rêses (UnB/Brasil)

Mesa de Debate: Crise Sanitária, Condições de Trabalho e Sindicalismo da Educação II

Aparecida Neri de Souza (Unicamp/Brasil) e Liliane Bordignon (Unital/Brasil)

Luiz Carlos Galetti (UnB/Brasil)

Mediação: Evaldo Piolli (Unicamp/Brasil)

Mesa de Encerramento: Perspectivas e desafios da luta docente na Europa e América

Rivânia Lucia Moura de Assis (ANDES/BRASIL)

André Robert (Lyon 2/França)

Mediação: Ricardo Pires de Paula (Unesp/BRASIL)

COORDENAÇÕES DE GRUPOS DE TRABALHO

Sala 1: Adriana Migliavaca - Universidad Nacional de Luján (Argentina);

Sala 2: Carlos Bauer - Universidade Nove de Julho (Brasil);

Sala 3: Antônio Carlos Andrade de Souza – Universidade de Brasília (Brasil);

Sala 4: Aurora Loyo - Universidad Nacional Autónoma de México (México);

Sala 5: Savana Diniz Gomes Melo - Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil);

Sala 6: Cássio Diniz - Universidade do Estado de Minas Gerais (Brasil).

Apresentação

SINDICALISMO EM EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Neste ano em que intitulamos nosso seminário de “Sindicalismo em educação, trabalho, pandemia e crises do capitalismo contemporâneo”, tivemos o desafio de realizar nosso evento internacional em modo remoto, uma das formas reinantes de trabalho nesse período fatídico em que estamos obrigados a viver. Deixamos aqui nosso lamento pelos mortos, suas famílias e aos que estão relegados à simples sobrevivência ou pior do que isso.

Apesar desse enquadre, no que se refere ao evento podemos falar de êxito: tivemos 105 inscrições, provenientes, além do Brasil, do Uruguai, da Argentina, do Chile, de Portugal, da França, dos Estados Unidos e do México, num total de 60 cidades. Mais da metade das inscrições foram de mulheres, o que denota uma ampliação da participação feminina no campo de estudo.

Tivemos 48 propostas aceitas em oito eixos. O enfoque mais utilizado foi o histórico, com um bom número de trabalhos dirigidos a examinar a criação de organizações ou as mobilizações levadas a efeito por algumas delas, não apenas no Brasil, mas em países próximos. Uma boa notícia foi o fortalecimento do campo do gênero, com sete propostas, às quais somamos uma outra proposta sobre o tratamento de políticas afirmativas por parte de um sindicato.

Já temos, pois, 12 anos de atividades, desde que, em abril de 2009, realizamos, no antigo IUPERJ de Botafogo, o encontro “Associativismo e sindicalismo docente no Brasil: Seminário para discussão de pesquisas e constituição de rede de pesquisadores”, àquela ocasião organizado por cinco grupos de pesquisa, ao qual compareceram em torno de 20 pessoas. Interessantemente nenhum dos cinco grupos tinha em seu título “associativismo e sindicalismo”, sendo quatro deles identificados pelo qualificativo “trabalho”. De fato, em nossa justificativa para a necessidade do seguinte seminário - para o qual chamamos vários colegas das Américas e de Portugal - pretendíamos chamar a atenção sobre a relevância que vinham adquirindo os sindicatos e associações em educação. No plano material, tais sindicatos não apenas apresentavam maiores taxas de filiação, como desenvolviam mobilizações e greves muito significativas. No plano acadêmico, as elaborações em torno da proletarianização – e, mais recentemente, da precarização – do trabalho docente conduziam-nos a pensar as ações reivindicativas e as identidades docentes.

Durante estes anos todos não podemos falar em qualquer problema de funcionamento da Rede, apesar de contarmos somente com nossa boa vontade e espírito coletivo. A Rede tem realizado sistematicamente seus eventos internacionais e eventos nacionais; estes últimos, em maior número, realizados na UNINOVE, servindo como espaço para preparação do evento nacional. Já saímos do Brasil para irmos à Argentina, sob os auspícios de colegas do IRICE – Instituto Rosario de Investigaciones en Ciencias de la Educación - e para irmos à Lisboa, recepcionados pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Graças ao IRICE foi possível um sítio de internet (www.redeaste.org) no qual alocamos a história da Rede e a maior parte da produção elaborada a partir dos seminários, bem como outros textos sobre nosso tema principal.

Neste tempo todo também vimos crescer o número de participantes, à medida em que vários destes foram constituindo novos grupos de pesquisa e formando novos pesquisadores e pesquisadoras, o que tem permitido ampliar a abrangência dos estudos, cobrindo aspectos e nuances necessários à consolidação do campo de pesquisa.

Queremos agradecer encarecidamente a todas as pessoas que participaram do evento, apresentando suas ideias nas mesas de debates e nos grupos (conforme a programação do seminário), bem como àquelas que coordenaram os trabalhos de apresentação e participaram de todo o processo de organização das atividades. É preciso destacar, ainda, a generosidade de várias pessoas e instituições, distribuídas entre docentes, estudantes da pós-graduação, da graduação, grupos de pesquisa e sindicatos. A construção coletiva e o espírito colaborativo, combativo e de luta é a tônica desta Rede.

O comitê científico deste Seminário esteve composto por colegas de vários países, expressando nossa cada vez maior internacionalização: Adriana Migliavaca (Universidad Nacional de Luján - Argentina), Adrián Ascolani (Universidad Nacional de Rosario-CONICET - Argentina), Amarílio Ferreira Jr. (Universidade Federal de São Carlos/UFSCar - Brasil), André Robert (Université Lumière - França), Aurora Loyo (Universidad Nacional Autónoma de México - México), Carlos Bauer (Universidade Nove de Julho/UNINOVE - Brasil), Deise Mancebo (Universidade Estadual do Rio de Janeiro/UERJ - Brasil), Erlando da Silva Rêses (Universidade de Brasília/UnB - Brasil), Julián Gindin (Universidade Federal Fluminense/UFF - Brasil), Márcia Ondina Vieira Ferreira (Universidade Federal de Pelotas/UFPel - Brasil), Marcos Ferraz (Universidade Federal do Paraná/UFPR - Brasil), Ricardo Pires de Paula (Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"/UNESP - Brasil), Rosa Duarte Serradas (Universidade Lusófona Portugal), Sadi Dal Rosso (Universidade de Brasília/UnB - Brasil) e Savana Diniz Gomes Melo (Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG - Brasil).

A organização deste Seminário esteve a cargo das seguintes pessoas: Antonio Carlos Andrade de Souza (UnB), Deise Mancebo (UERJ), Dimitri Assis Silveira (UnB), Erlando da Silva Rêses (UnB), Ezequiel Neves (*webdesigner*), Héliida Lança (USP), Julián Gindin (UFF), Márcia Ondina Vieira Ferreira (UFPel), Ricardo Pires de Paula (UNESP) e Sadi Dal Rosso (UnB). Contamos, igualmente, com o imprescindível apoio técnico de Antonio Carlos Andrade de Souza, Dimitri Assis Silveira, Ezequiel Neves, Héliida Lança e das estudantes de Pedagogia da UnB Isabela dos Santos Farias, Maria Clara Rodrigues Bernardino, Maria Luísa de Moura Lima e Marina Gonçalves Prazeres.

Por fim, mas não menos importante, agradecemos à UnB por sediar nosso evento.

Agosto de 2021, ano do centenário de Paulo Freire, Patrono da Educação Brasileira.

Erlando da Silva Rêses e Márcia Ondina Vieira Ferreira

Eixo 1 - Associativismo e sindicalismo em âmbito internacional: o impacto da pandemia

O PLANO 21/23 ESCOLA+ E A INDIGNAÇÃO INTENSIFICADA DA FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES EM PORTUGAL

Jussara Marques de Macedo
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Brasil

jmacedo@fe.ufrj.br

Belmiro Cabrito
Universidade de Lisboa (ULisboa)
Portugal

b.cabrito@ie.ulisboa.pt

Oficialmente, a pandemia Covid 19 em Portugal espalhou-se a partir de março de 2020 quando dois portugueses retornaram de férias da Itália e da Espanha, respectivamente, e testaram positivo ao SARS-CoV-2. Logo a pandemia se alastrou fazendo com que o governo apresentasse medidas sanitárias urgentes. Para minimizar o impacto da pandemia nas escolas o Ministério da Educação junto com a Direção Geral de Saúde criou um conjunto de regras, dentre as quais, o fechamento das escolas a partir de 16 de março de 2020, possibilitada pelo Decreto Lei nº 10-A/2020. No contexto de excepcionalidade quanto à ausência de estudantes, de professores e demais profissionais nas escolas se insere a luta da Federação Nacional dos Professores (FENPROF) contra a intensificação da precariedade do trabalho docente. Objetiva-se analisar a posição da FENPROF frente ao *Plano 21/23 Escola+*, anexado à Resolução nº 90/2021, que não priorizou a vida dos professores, mas apenas a adaptação das escolas. Para a análise do fenômeno, pautou-se no materialismo histórico-dialético por considerar o contexto histórico com suas contradições e a possibilidade de análise que ultrapassa a aparência para chegar à essência. Trata-se, ainda, de um enfoque qualitativo com base na pesquisa bibliográfica e análise documental, por meio de fontes primárias e secundárias que toma como referência empírica a implementação do *Plano 21/23 Escola+*. Os resultados apontam que apesar dos esforços do governo no sentido de criar um Plano para a recuperação da aprendizagem em tempos de pandemia, sua organização foi duvidosa principalmente por ter negligenciado as negociações acerca da vida dos professores. Conclui-se que, apesar das dificuldades, a FENPROF tem sido combativa na luta contra a intensificação da precariedade do trabalho docente em tempos de pandemia.

Palavras-Chave: Sindicalismo; Trabalho Docente; Covid 19.

LOS MAESTROS MEXICANOS ANTE LA PANDEMIA: ABANDONO GUBERNAMENTAL Y DESMOVILIZACIÓN SINDICAL Y POLÍTICA

Aldo Muñoz Armenta

Universidad Autónoma del Estado de México, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales

Christopher Chambers-Ju

Universidad de Texas en Arlington, Facultad de Ciencia Política

El propósito de este trabajo es examinar el tipo de apoyo que recibieron los maestros mexicanos durante el confinamiento que generó la pandemia provocada por el Covid 19 para realizar su labor docente. Se trata de una propuesta de investigación que pretende analizar si los profesores tuvieron respaldo de las comunidades escolares, integradas por compañeros y directivos; de las autoridades educativas de los niveles nacional y subnacional; del sindicato magisterial; o bien, tuvieron que valerse de sus propios recursos personales. La información que hasta el momento se ha generado, muestra que un grupo significativo maestros no pudo continuar con su labor docente por problemas de conectividad, mientras que otro mucho más numeroso, tuvo que impartir sus clases de forma remota, sin ninguna o mínima capacitación y con sus propios recursos tecnológicos, lo cual implicó un alto costo económico, además de problemas de salud física y mental (burnout) porque los profesores además debieron combinar su trabajo con la actividad doméstica. Esta realidad mostró la vulnerabilidad laboral de los maestros mexicanos, no obstante que forman parte del poderoso Sindicato Nacional de Trabajadores de la Educación (SNTE), cuya fuerza política le permitió, durante décadas, vetar políticas educativas sobre el magisterio contar con legisladores de diferentes partidos.

Eixo 2 - Trabalho remoto, futuro do trabalho, precarização e sindicalismo em educação

A PERCEPÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS SINDICALIZADOS DO IFSP SOBRE AS MUDANÇAS DO TRABALHO NO CONTEXTO DA PANDEMIA.

Aparecida Neri de Souza (UNICAMP, Brasil) – anerisouza@uol.com.br

Liliane Bordignon (UNITAU, Brasil) - lilianebordignon@yahoo.com.br

A comunicação discute as percepções sobre as mudanças do trabalho, no contexto da pandemia de Covid-19, de técnicos administrativos e docentes do Instituto Federal São Paulo (IFSP), sindicalizados na seção São Paulo do SINASEFE. Para tanto, inicialmente é apresentada uma caracterização dos participantes, na qual são observadas a identidade de gênero e orientação sexual, cor ou raça, estado civil ou situação conjugal, se possuem filhos e com quem moram, assim como a escolaridade. Na sequência, são analisadas, numa perspectiva interseccional, as percepções que os trabalhadores e trabalhadoras demonstraram na pesquisa acerca de seu trabalho e sobre as consequências da pandemia sobre o trabalho docente e técnico administrativo.

A comunicação baseia-se em estudo realizado para o sindicato sobre as condições de trabalho no contexto da pandemia, concluída em maio de 2021. Participaram da pesquisa 343 trabalhadores e trabalhadoras, sendo 196 (57%) docentes e 147 (43%) técnicos administrativos. A coleta dos dados foi realizada por meio de questionário disponibilizado no aplicativo Google Forms e o tratamento das informações feito por meio do editor de planilhas Excel.

Inicialmente, destacamos que a taxa de filiação dos trabalhadores(as) do IFSP é maior do que a média nacional do setor público (25,7%). Dentre os docentes que participaram da pesquisa 60,7% (119) são sindicalizados, sendo 71 homens, 45 mulheres e 3 não declararam a identidade de gênero. Dentre os técnicos administrativos que participaram da pesquisa 51 (34,7%) são sindicalizados, sendo 28 mulheres, 22 homens e 1 não binário. Os docentes sindicalizados são brancos (79%), homens brancos (76%) e mulheres brancas (88,9%), apenas 11,1% são mulheres negras (pardas e pretas) e 14% homens negros. Embora os técnicos administrativos sindicalizados sejam majoritariamente brancos (60,8%), há um percentual expressivo (35,7%) de mulheres negras (pretas e pardas) e homens negros (18,2%).

A maioria dos trabalhadores e trabalhadoras considera que a pandemia promoveu a aceleração de processos de precarização do trabalho no setor público ao mesmo tempo em que aumentou a percepção de estudantes e familiares da importância da socialização realizada nas escolas. As mais atingidas pelos processos de precarização objetiva e subjetiva foram as mulheres, notadamente as docentes, que tiveram sua dupla jornada de trabalho (profissional e doméstico) intensificada e extensificada.

Palavras-chave: SINASEFE/SP; IFSP; Trabalho, gênero e raça

VELHOS E NOVOS ASPECTOS DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM MEIO À PANDEMIA DO COVID-19 E OS DESAFIOS DO SINDICALISMO DOCENTE

Anna Paulla Artero Vilela

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil

e-mail: anna.paulla@unesp.br

Ricardo Pires de Paula

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil

e-mail: ricardo.pires@unesp.br

RESUMO

O espaço escolar, de atuação dos docentes vem se transformando em lócus de adoecimento e outras formas de sofrimento diante de um contexto de precarização nas formas de contratação e de degradação do trabalho docente. Abordamos na presente comunicação alguns dos resultados da dissertação de mestrado em Geografia, defendida no PPGG/FCT/UNESP, que buscou realizar uma análise das condições de trabalho e as formas de adoecimento que vem acometendo um número cada vez maior de docentes do Ensino Oficial do Estado de São Paulo e como o sindicato da categoria (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - APEOESP) tem enfrentado essa realidade. A partir da pesquisa realizada, o texto que segue tem como objetivo esboçar também as primeiras análises acerca dos impactos das medidas sanitárias implementadas desde o início da quarentena em razão da pandemia do COVID-19 e seus desdobramentos nas relações de trabalho com a adoção do ensino remoto. Além do deslocamento do lugar de trabalho da escola para o lar, temos percebido que, às condições estruturais de precarização somam-se aspectos outros que tendem a agravar a situação laboral e a qualidade de vida do professorado e a trazer novas dificuldades para a sua organização coletiva no enfrentamento a essas questões.

PALAVRAS-CHAVE: Adoecimento, Apeoesp, Precarização do Trabalho Docente, COVID-19.

INTRODUÇÃO

O Brasil vivencia atualmente os impactos da propagação em nível global do vírus Covid-19, principalmente pela sua velocidade de contaminação e espacialização. Em decorrência disso, a Organização Mundial da Saúde (OMS)¹ classificou a doença como uma pandemia e recomendou a necessidade de ser combatida pelos países em um esforço coletivo de combate à propagação do vírus.

O vírus chega ao Brasil principalmente pela região Sudeste em virtude da existência dos maiores modais de transporte que o ligam com o restante do mundo e

¹Disponível em: < <https://www.who.int/es>>. Acesso em: agosto/ 2021.

com as demais regiões do país. A partir dos principais modais no país, tem-se a interiorização da espacialização do vírus pelo território brasileiro. Antes disso, ainda nos primeiros casos de infecção, o Ministério da Saúde, tendo como ministro o médico Luiz Henrique Mandetta e atendendo as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), anuncia ações contra a disseminação do vírus².

A crise intensificou a dominação e exploração capitalista, consequentemente pode-se perceber uma escalada da precarização do trabalho, aumento da flexibilização, adoecimento e o aumento substantivo do desemprego, repercutindo de forma significativa a vida dos trabalhadores de modo geral (HARVEY, 2020)³.

Em relação aos trabalhadores(as) da educação, as transformações no cotidiano de trabalho foram drásticas. De uma hora para outra, o lar se torna o espaço laboral, rompendo assim a separação entre vida pessoal, tempo de lazer e o período de trabalho, o que nos faz remeter ao que o professor Milton Santos falou sobre a convergência dos momentos, “nunca houve antes essa possibilidade oferecida pela técnica à nossa geração de ter em mãos o conhecimento instantâneo do acontecer do outro”. (SANTOS, 2001, p.28). A partir disso é possível realizar várias reflexões e apontar sistematicamente os desvios e contradições a que tais processos estão submetidos.

Desta forma, este trabalho tem como objetivo buscar aproximações com os debates e reflexões sobre o tema, saberes docentes como resistência, utilizando como embasamento os conhecimentos do campo da Geografia, Educação, Sociologia e Direito. Desta maneira, possibilitou diálogos entre diferentes campos do conhecimento com o intuito de promover o avanço no debate sobre a profissão docente. Além disso, buscou-se abordar algumas discussões realizadas durante a dissertação de mestrado que teve como tema central o sindicalismo docente, especificamente o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP).

Para o desenvolvimento do trabalho foi necessário o levantamento bibliográfico das principais referências utilizadas no referencial teórico, também a realização de

²As medidas de “distanciamento social” e “quarentena” foram adotadas como forma de diminuição do contágio pela restrição do contato social, os quais indica o distanciamento entre pessoas de pelo menos 1,5 m em lugares públicos e privados como forma de diminuição de contágio; e o segundo pressupõe isolamento (quarentena) a permanência das pessoas em sua residência, somente sendo permitida a saída de caso em casos específicos.

³Disponível em: <Política anticapitalista em tempos de coronavírus - Carta Maior> Acesso em: agosto/2021.

consulta ao banco de dados da APEOESP, assim como cópias de ações judiciais protagonizadas pelo sindicato.

A GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL

O processo de globalização resultou em maior mobilidade espacial do capital e a integração internacional entre países, formando teias de relações econômicas, políticas e sociais. Somando-se a isto, estas conexões propiciaram que em momentos de crises todos os países que participam desta teia fossem afetados, desde a escala local à global.

A globalização é um fenômeno abrangente que ocorre em escala global devido ao processo de integração mundial, por meio de redes que permitem a circulação de fluxos materiais e imateriais. Alguns destes intensos fluxos são os capitais, serviços, produtos, tecnologias, informação e ideias.

Desde que se tornou evidente a globalização de processos e estruturas sociais, abalando territórios e fronteiras ou soberanias e hegemonias, multiplicaram-se as controvérsias e os estudos, tanto quanto as inquietações e as perspectivas, sobre as configurações e os movimentos da sociedade, em âmbito local, nacional, regional e mundial. O mapa do mundo revelou-se movediço e quebradiço, refletindo uma espécie de megaterremoto, simultaneamente geoistórico, econômico, político e cultural. E assim se abalam mais ou menos drasticamente os territórios e as fronteiras de todos os tipos, compreendendo os quadros sociais e mentais de referência de uns e outros, indivíduos e coletividades ou povos, tribos, nações e nacionalidades, em todo o mundo. (IANNI, 1998, p.27).

As redes formadas através do processo de globalização têm como função ser um amplificador de informação, que passam a afetar diversas camadas da sociedade, ou seja, política, cultura, economia, cotidiano e relações sociais. Para isso acontecer, têm-se como intermediadores as empresas transnacionais, Estados, populações, blocos econômicos, bancos e organizações internacionais. Foi o desenvolvimento técnico-científico que promoveu mudanças no território através de novos objetos que reformularam as ações que se apresentam na configuração atual, através do qual, Santos (1997) aprofunda a reflexão e denomina como meio técnico-científico-informacional.

Na globalização, as empresas atingem o ápice da economia, agora atuando em caráter global, conectadas em redes, que, por outro lado aumentam as fragilidades diante de grandes impactos, como crises econômicas, políticas ou sociais. Tem-se, aí, o

caráter inter-escalar da globalização, ou seja, a transição entre escalas é maior e mais pulsante, já que processos concretizados numa escala se refletem na outra e vice-versa.

Ademais, a globalização contribuiu para disseminação do ideário neoliberal, que é impulsionado e colocado em prática “globalitária” contribuindo para fragilidades dos Estados. O receituário neoliberal atua através do pacote de ações que tem como finalidade o recuo e diminuição de atuação dos Estados nacionais na economia, porém aumentando a rede de interconexões comerciais, financeiras, sociais e até culturais. Dessa forma, os Estados passariam a ser apenas reguladores a fim de que não haja interferência nesta dinâmica. Assim, são reguladas institucional e juridicamente pacotes de ações que preveem privatizações, livre comércio, desregulamentações, abertura das fronteiras para as empresas transnacionais e realce do setor privado. (IANNI, 1998).

Nesse sentido, observa-se a flexibilização de leis trabalhistas, o aumento das terceirizações, do desemprego e da informalidade, assim como diminuição dos programas sociais.

Realizam-se a desregulamentação das atividades econômicas pelo Estado, a privatização das empresas produtivas estatais, a privatização das organizações e instituições governamentais relativas à habitação, aos transportes, à educação, à saúde e à previdência. O poder estatal é liberado de todo e qualquer empreendimento econômico ou social que possa interessar ao capital privado nacional e transnacional. Trata-se de criar o “Estado mínimo”, que apenas estabelece e fiscaliza as regras do jogo econômico, mas não joga. Tudo isto baseado no suposto de que a gestão pública ou estatal de atividades direta e indiretamente econômicas é pouco eficaz, ou simplesmente ineficaz. O que está em causa é a busca de maior e crescente produtividade, competitividade e lucratividade, tendo em conta mercados nacionais, regionais e mundiais. Daí a impressão de que o mundo se transforma no território de uma vasta e complexa fábrica global e, ao mesmo tempo, em shopping center global e disneylândia global. (IANNI, 1998, p.28).

Assim, os estados nacionais capitalistas que controlavam as atividades bancárias em seus países passam a ser substituídos pelas grandes corporações financeiras devido às privatizações dos bancos e o domínio das empresas transnacionais reconfigurando as economias e os territórios. Está-se diante do divórcio entre o Estado e a sociedade que, por sua vez, opera em escala mundial com práticas governamentais que são edificadas pelo desenvolvimento desigual, contraditório e combinado (IANNI, 1998).

A globalização neoliberal se importa muito mais com o funcionamento do mercado e sucesso nas bolsas de valores, deixando evidente a perversidade de poucos possuírem muito e muitos possuírem pouco, sua intenção não é a educação, saúde e bem-estar populacional.

De fato, para a grande maior parte da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes. Novas enfermidades como a SIDA se instalam e velhas doenças, supostamente extirpadas, fazem seu retorno triunfal. A mortalidade infantil permanece, a despeito dos progressos médicos e da informação. A educação de qualidade é cada vez mais inacessível. Alastram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos, a corrupção. (SANTOS, 2001, p.10).

Diante desse contexto, ressalta-se que as políticas empresariais sem responsabilidade social resultam em técnicas que mudam territórios e relações sociais, que por sua vez, são impulsionados pelos Estados-nações que atuam conforme as práticas e técnicas das empresas em setores públicos, ou seja, burocratizando, desregulamentando e precarizando as políticas públicas, principalmente aquelas dirigidas ao grande público tais como educação, saúde e de infraestrutura.

Nessa perspectiva, tanto as empresas quanto os Estados-nações buscam fragmentar o conjunto da classe trabalhadora e reduzir seus direitos, provocando precarização dos vínculos empregatícios, das condições de trabalho e deterioração das condições de saúde dos trabalhadores, conforme veremos no item a seguir, especificamente, com o trabalho docente e a realidade do professorado paulista.

O PROFESSORADO PAULISTA

Diante do que foi exposto, é importante apontar alguns desdobramentos das políticas, leis, resoluções e decretos no âmbito escolar e a vida funcional dos docentes do Ensino Oficial do Estado de São Paulo que contribuem para a precarização e adoecimento docente. Essas normas jurídicas são ferramentas políticas das quais o governo estadual vem se utilizando para prejudicar direitos reconhecidos do professorado.

A fragmentação está muito presente no cotidiano dos docentes que atuam no Ensino Oficial do Estado de São Paulo. Isto se dá através da divisão entre os docentes em Categorias, propiciando o não reconhecimento de uma identidade de classe, pois cada Categoria tem seus interesses e demandas distintas.

A Categoria A são os efetivos, os servidores públicos inseridos a partir de concurso público.

A Categoria L são os docentes estáveis pela Constituição de 1988, assim exerciam a atividade após a Lei Complementar nº 1.010⁴, de junho de 2007, e antes da Lei Complementar 1.093 de junho de 2009⁵.

A Categoria F são os professores que atuavam na rede, contratados sem concurso até junho de 2007, também inseridos na Lei nº500/742. Mesmo que não haja turmas disponíveis para lecionar, é assegurada a remuneração mínima equivalente a 12 aulas semanais, gozando, assim, do status de trabalhadores estáveis dentro da rede pública.

Os docentes substitutos e eventuais⁶ representam a Categoria O. A vinculação da Categoria ao Estado é celebrada mediante um contrato temporário válido por três anos, podendo ser prorrogado. Com esse contrato, o docente pode participar das atribuições semanais para fins de substituição, por tempo determinado e de, no máximo, um ano.

A categoria S se configura como sendo o docente eventual, vinculado à Lei nº 1.010 de 2007⁷. A categoria I é o docente eventual que possui vínculo com a mesma Lei Complementar citada anteriormente, a Lei nº 1.010, e antes da Lei Complementar nº 1.093 de 2009⁸.

Por fim, existem as categorias R e V, a primeira se refere ao docente que, por motivos de enfermidade, física ou psicológica, não pode voltar a lecionar e, por isso, o

⁴Disponível em: <Lei Complementar nº 1.010, de 01 de junho de 2007 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo>

⁵Disponível em:<<https://www.al.sp.gov.br/legislacao/norma.do?id=156956>>

⁶Disponível em: <Lei Complementar nº 1.093, de 16 de julho de 2009 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo>.

⁷Disponível em: <Lei Complementar nº 1.010, de 01 de junho de 2007 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo>.

⁸Disponível em: <Lei Complementar nº 1.093, de 16/07/2009 (Lei Complementar 1093/2009) (al.sp.gov.br)>

Estado precisa readaptá-lo em sua função⁹. A segunda são os docentes eventuais que não possuem aulas atribuídas, enquadrando-se na Lei Complementar 1.093 de 2009.

Além da fragmentação dos docentes em categorias com direitos diversos, a política de promoção por mérito, conhecida como política de bonificação¹⁰, que garante remuneração variável de acordo com o desempenho dos estudantes na avaliação externa realizada na rede estadual paulista, vem contribuindo sobremaneira para maior individualismo e concorrência entre os docentes.

Esse cenário de fragmentação acaba sendo um complemento às mudanças introduzidas ao Estatuto do Magistério Paulista pela lei complementar nº836/1997 que redefiniu o tempo de serviço, por exemplo com a substituição da hora-aula por aula-relógio. Assim, como resultado dessa mudança, houve a diminuição de aulas nos períodos diurno e noturno. Além disso, remodelou as referências na evolução da carreira, deste modo, substituiu os critérios “por tempo de serviço” para os critérios de “mérito” (PAULA, 2013; HIDAKA, 2012).

A Bonificação por Resultados – BR é uma política de remuneração variável implementada pela Lei Nº1.078 de 17 de dezembro de 2008¹¹ (SÃO PAULO, 2008). É apontado pelas diretrizes da lei que a administração deve acompanhar o desempenho baseado no pagamento de bônus conforme o alcance de metas fixadas pela administração.

O Manual de Bonificações por Resultado aponta que a política de bonificação é um importante instrumento de gestão, pois, segundo o manual:

Em resposta às mudanças econômicas, políticas e sociais que têm marcado a realidade brasileira nos últimos vinte anos, a Administração Pública vem buscando modernizar suas estruturas, formas de atuação e ferramentas. É nesse contexto que se desenvolve a Gestão por Resultados, preconizando a mudança no foco de atenção - dos procedimentos para os resultados - e colocando em pauta a melhoria da eficiência, da eficácia e da qualidade dos serviços públicos, além da otimização do desempenho dos servidores e das organizações em que atuam. (SÃO PAULO, 2008, p.3).

⁹Disponível em: <siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/72_16.HTM>.

¹⁰Decreto n. 53.037, de 28 de maio de 2008. Dispõe sobre a regionalização dos concursos públicos para provimento de cargos do Quadro do Magistério, da Secretaria da Educação, define normas relativas a remoção, a substituição e a contratação temporária de docentes e dá providências correlatas.<Decreto 53037/08 | Decreto nº 53.037, de 28 de maio de 2008, Governo do Estado de São Paulo (jusbrasil.com.br)>

¹¹Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/147361>>.

Pode-se perceber que o instrumento da lei em questão é bastante vago, apontando que a política toma concepções empresariais e as aplica na função docente. Toma, ainda, como base o rendimento do aluno em exames públicos como o SARESP como forma de avaliar o desempenho do docente. Nesse sentido, a lógica mercadológica (empresarial e precarizante) está imbricada com as práticas e políticas públicas, denotando, assim, os rebatimentos no trabalho docente. De certo, como a prática empresarial está impregnada de competitividade e individualismo, o ambiente escolar também vai se tornando cada vez mais adepto dessa lógica.

Essa política de “premiação por mérito” prejudica os docentes que, por motivos pessoais ou doença, estiverem afastados da unidade administrativa. Este foi o modelo adotado para que houvesse cobranças de rendimentos e assiduidade escolar por parte de seus profissionais. Em complemento, foi publicada a Lei Complementar N°1.041, de 14 de abril de 2008, dispondo sobre o vencimento, a remuneração ou o salário do servidor que deixar de comparecer ao expediente em virtude de consulta ou sessão de tratamento de saúde.

Desta maneira, os docentes têm um limite de faltas sendo a doença controlada não por seu estado de agravamento, mas econômico, já que a lei racionaliza situações ao invés de assegurar um ambiente pleno para recuperação do profissional, opta por pressionar através de números, ou seja, limitações e tetos a partir dos dias de trabalho, o que acaba sendo um artifício de controle da classe trabalhadora.

Uma outra mudança imposta ocorreu em 2013 quando da alteração de órgão responsável pela emissão de licenças médicas, que teve como resultado a maior dificuldade dos docentes em usufruir do direito à licença médica¹². Antes, o órgão responsável era o Departamento de Perícia Médica no Estado de São Paulo e passou a ser a Secretaria da Educação. (VILELA, 2019, p. 66)

¹²Lei das Faltas Médicas - Lei Complementar 1041/08 | Lei Complementar nº 1041, de 14 de abril de 2008. Dispõe sobre o vencimento, a remuneração ou o salário do servidor que deixar de comparecer ao expediente em virtude de consulta ou sessão de tratamento de saúde e dá providências correlatas. Acesso em: <<http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/129548/lei-das-faltas-medicis-lei-complementar-1041-08>>.

A saúde e a qualidade do ensino fazem parte das inúmeras preocupações da APEOESP, temas de 3 pesquisas realizadas em 2011, 2013 e 2014. O XXIII Congresso Estadual da APEOESP, realizado em 2010 e divulgado em 2011, revela dados sobre a condição de saúde dos professores elencando os principais sintomas e, consecutivamente, as principais doenças que são acometidos. Dentre essas doenças destacam-se estresse, problemas de voz, gripe, resfriado, rinite, depressão, hipertensão arterial, enxaqueca, sinusite, gastrite, tendinite, varizes, bursite, lombalgia, vertigem, conjuntivite, micose e fadiga crônica. (VILELA, 2019, p. 67)

O aparato jurídico que foi construído no Estado de São Paulo vem contribuindo para precarização, enfraquecimento, fragmentação e adoecimento de uma classe que havia conquistado direitos, a partir, das lutas pós ditadura e que está se perdendo a cada nova lei complementar, a cada novo decreto, a cada nova resolução e, principalmente, a cada nova política.

O ambiente escolar que, a priori, deveria representar o fomento à transformação social passa a desempenhar papel conservador nas práticas de ensino e aprendizagem, com isso, ao invés de fomentar a criatividade e as possibilidades de vida, acaba por reproduzir problemas existentes e até criar novas angústias.

Essas condições estruturais de desgaste das relações de trabalho docente viram-se como catalisadoras do aprofundamento da precarização quando da disseminação da Pandemia do COVID-19 e das medidas sanitárias implantadas para conter o seu avanço, representando no caso específico do professorado, a introdução do ensino remoto emergencial.

O PROFESSORADO PAULISTA E A PANDEMIA

Em 26 de fevereiro de 2020 é registrado o primeiro caso de coronavírus no Brasil. Para conter a transmissão, um conjunto de medidas de combate ao COVID-19 foram realizadas pelos governadores, em São Paulo através do decreto nº 64.864, de 16 de março de 2020¹³, que autorizou a suspensão das aulas como medida de segurança.

Os motivos que justificaram essa suspensão refletiram as condições materiais que se encontram as escolas públicas paulistas, escolas se encontram lotadas, salas de aulas

¹³Disponível em: <Diário Oficial (imprensaoficial.com.br)>.

e prédios escolares que não garantem distanciamento de 1 metro, assim como, a não garantia de produtos de higiene, sabonete, álcool gel e outros materiais para alunos(as) e professores e professoras.

O processo de desterritorialização da escola durante a pandemia, acarretou um rearranjo das aulas, que passaram a ser realizadas nas casas dos professores e professoras.

A respeito do processo de desterritorialização, Haesbaert (1997), ressalta importantes reflexões na contemporaneidade, sobre tal processo

Em síntese, podemos afirmar que a desterritorialização contemporânea, fruto sobretudo de uma longa história das relações capitalistas, é produto/produtora das inovações tecnológicas impostas pelos capitalistas e pela sociedade de consumo, que podem gerar uma crescente mobilidade (de pessoas, mercadorias e informações), do relativo desmonte do Estado-nação e do domínio que exercia sobre sua territorialidade (enfraquecendo as formas tradicionais de cidadania e de controle político sobre as transformações territoriais) e da crise de valores que gera uma crise de identidades, incluindo as identidades com a natureza (cada vez mais devastada e “enclausurada” em reservas de acesso controlado) e com o território em sentido mais amplo.(HAESBAERT, 1997, p.112).

Essa desterritorialização das escolas acabou por desfazer as relações entre os companheiros(as) de trabalho e com os alunos(as), ou seja, a sociabilidade (convívio social), além de alterar drasticamente as condições pelas quais ocorre a relação de ensino-aprendizagem.

Outro aspecto a se destacar é a relação conflituosa das tecnologias com os professores e professoras, haja visto que as tecnologias são utilizadas para direcionar, controlar e baratear o custo que se tem em sala de aula. (LAWN, 2018). E isso foi oportunizado com o ensino remoto. A era digital é associada ao tempo livre, no entanto, as experiências demonstram aumento das demandas (mais trabalho/gerador de trabalho excedente). (ANTUNES, 2018).

No início da crise da pandemia COVID-19, as tecnologias surgiram como salvadores do processo de ensino-aprendizagem, porém ficou evidente que elas reproduzem as desigualdades sociais e o abismo existente entre as classes sociais em razão da disponibilidade ou não dos meios necessários para se acompanhar as atividades letivas de modo remoto.

Os professores e professoras são submetidos a regras exógenas e trabalham dentro de condições precárias para que se alcance uma performance na qual se exige qualidade e acolhida na relação com seus estudantes. Nota-se a introdução desse novo profissionalismo e as exigências inerentes a esta nova fase são definidas por desempenho e perfeição que jamais podem ser alcançados devido à precariedade das condições do trabalho docente (BALL, 2005).

Houve de todo modo uma tendência ao aumento da jornada de trabalho, pois se tem um aumento considerável de atividades burocráticas e pedagógicas, tais como o preenchimento da planilha de teletrabalho (no Excel) com o horário, atividade realizada e evidência (prints da tela do notebook ou celular). Ademais, a busca ativa (preenchimento de planilha) para alunos(as) que não estão interagindo e retornando as atividades propostas.

Além disso, tem as formações cujo enfoque foi a utilização das plataformas de ensino, ou seja, passamos a ser formados no que se refere às técnicas, deixando os conteúdos secundarizados.

O sindicato da categoria APEOESP¹⁴ destaca que os professores e professoras relataram ansiedade e sobrecarga de trabalho com a introdução do ensino remoto. Os baixos salários já evidenciaram obstáculos para colocar as medidas impostas pelo governo estadual em prática, diante da necessidade de equipamentos e estruturas imprescindíveis como celulares, computadores e rede de internet.

Diante dos aspectos elencados, cabe aos professores e professoras unir forças e continuar resistindo e lutando dentro desse campo em disputa.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Diante desse cenário, os debates da classe trabalhadora devem estar focados em uma regulação trabalhista de interesse global, que possam garantir a qualidade de vida a esses trabalhadores(as) para fazer frente ao discurso de crescimento econômico. O trabalhador e trabalhadora que opta em não pensar nas perspectivas outras para o mundo do trabalho está sendo conivente ao cenário atual de desmonte da classe

¹⁴Disponível em: <<http://www.apeoesp.org.br/noticias/noticias-2020/em-meio-a-rotina-de-aulas-remotas-professores-relatam-ansiedade-e-sobrecarga-de-trabalho/>>. Acesso em 31/08/21.

trabalhadora, que tem, em sua essência, a precarização e retrocessos de conquistas que foram adquiridas por meio de muitas lutas.

A fragmentação do professorado criou dificuldades para que a classe se percebesse como um coletivo e a pandemia do COVID-19 intensificou esse processo devido ao isolamento. Tal desdobramento repercute nas ações que o sindicato poderia promover em busca de melhorias.

As dificuldades são enormes frente à pandemia COVID-19, que intensificou o processo de precarização dos professores e professoras de modo geral, apontando para uma crise da docência, reflexo de uma crise mais profunda e preocupante, uma crise social.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BALL, S. J. Profissionalismo, Gerencialismo e Performatividade. **Cadernos de Pesquisa**. V. 35, n. 126, set./dez.2005.
- IANNI, Octavio. Globalização e Neoliberalismo. **Revista São Paulo em Perspectiva**, 1998 edição 12, nº2.
- LAWN, Martin. A materialidade dinâmica da educação escolar. In SILVA, Vera e outros. **Cultura material escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades**. Vitória: EDUFES, 2018.
- HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.
- HARVEY, D. **O colapso da espiral de acumulação infinita**. Publicado em 28 de março de 2020. Disponível em: <Harvey: o colapso da espiral de acumulação infinita - Outras Palavras>. Acesso em: 03/08/2020.
- HIDAKA, R. **As políticas neoliberais dos Governos Covas e Alckmin (1995-2006) e o movimento sindical dos professores do ensino oficial do Estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.
- PAULA, R. P. A trajetória do sindicalismo docente: perspectivas e desafios. IN: GINDIN, J.; FERREIRA, M. O. V.; DAL ROSSO, S. et al. **Anais do IV Seminário da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação**. Brasília : Paralelo 15, 2013.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, edição 26, 2001.
- VILELA, A. P. A. **Trabalho e adoecimento: uma análise do professorado paulista sob a perspectiva da geografia**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2019.

EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL EM TEMPOS DE PANDEMIA: TRABALHO REMOTO E SINDICALISMO

Deise Mancebo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro /Brasil

deise.mancebo@gmail.com

A apresentação visa à análise do trabalho na educação superior brasileira, em tempos de pandemia, particularmente no que tange às dificuldades que se impuseram à organização dos trabalhadores. Para a apreensão da temática, a exposição ancora-se numa investigação de caráter exploratório, que contemplou pesquisa bibliográfica, levantamentos sistemáticos na imprensa alternativa, análise documental de problemáticas convergentes e necessárias à compreensão do tema e consulta de dados agregados já existentes, traduzindo, portanto, uma perspectiva de investigação que conjuga, a um só tempo, aspectos quantitativos e qualitativos. A explanação segue o seguinte esquema: desenvolve, inicialmente, breves considerações sobre as dificuldades de sindicalização e de arregimentação de pessoas para o trabalho coletivo, destacando os impactos da nova legislação trabalhista imposta a partir do golpe de 2016. Na segunda parte, apresenta o trabalho nas instituições de educação superior com o advento da pandemia, aponta as profundas diferenças postas para os trabalhadores das redes pública e privada, problematiza o home office – uma das modalidades do trabalho remoto – que foi a proposta, quase que automática, posta para o trabalho nas instituições de educação superior e discorre sobre as imensas dificuldades que sindicatos e associações passam a enfrentar considerando essa conjuntura de crise econômica, política e sanitária. Nas considerações finais, são apresentados alguns desafios que a atual conjuntura impõe para sua superação e para a defesa da educação pública, o que envolve, obviamente, a atuação organizada de trabalhadores e trabalhadoras, em suas entidades de classe.

Palavras-chave: Educação superior no Brasil; Pandemia; Sindicalização

O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL E A (RE) ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: UM OLHAR PARA AS CONDIÇÕES OBJETIVAS E ACORDOS COLETIVOS

Fernanda Landolfi Maia

Universidade Federal do Paraná, Brasil, e-mail: fmaia@ufpr.br

Kelen Aparecida da Silva Bernardo

Universidade Federal do Paraná e Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil,

e-mail: kelenbernardo18@gmail.com

RESUMO

O trabalho remoto docente adotado por instituições educacionais no Brasil no início da pandemia da Covid-19, teve o intuito de diminuir a propagação do vírus e a preservação da vida. Nesse contexto, as estratégias de aplicabilidade desta modalidade de ensino resultaram tanto na reorganização do trabalho docente, quanto na flexibilização das relações de trabalho. Com o objetivo de analisar as condições de trabalho e os acordos coletivos realizados no início da implantação do Ensino Remoto Emergencial, esta pesquisa se pauta no banco de dados do setor educacional oriundo da pesquisa “Trabalho remoto/home office no contexto da pandemia COVID-19” realizada por pesquisadores do Grupo de Pesquisa trabalho e Sociedade (GETS) da Universidade Federal do Paraná. A metodologia caracteriza-se como de natureza aplicada, de caráter exploratório, com abordagem qualitativa e quantitativa e o tratamento dos dados ocorreu a partir de categorização analítica das respostas dos 262 participantes. Entre os achados da pesquisa, observa-se a realocação do ofício docente em que a intensificação do trabalho se torna o pano de fundo da sua *práxis*. Destaca-se ainda, que o processo de reorganização das jornadas de trabalho e das remunerações seguiram lógicas distintas a depender do setor, seja privado ou público, evidenciando as especificidades e dinâmicas das relações de trabalho, que por vezes, ocorrem sem a celebração de acordos coletivos.

Palavras-chave: Ensino remoto emergencial. Condições do trabalho docente. Acordos coletivos.

1 INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho vem passando por sucessivas transformações ao longo das últimas décadas, seja nas condições ou relações de trabalho, afetando a qualidade e a sua execução. Ocorre que com o advento da pandemia da Covid-19, o trabalho é profundamente impactado, exigindo reorganizações, adaptações, adoção de novos procedimentos e habilidades antes ausentes na maioria das atividades laborais. Para a International Labour Organization (ILO), o contexto atual configura-se como uma das piores crises globais que atinge 3,3 bilhões de trabalhadores, resultando em reduções drásticas de postos de trabalho (ILO, 2020).

Entre os vários setores da sociedade afetados com este cenário, o educacional foi fortemente impactado em todo o mundo, sobretudo com relação à urgência com a qual esperava-se encontrar uma forma de dar continuidade às atividades escolares e acadêmicas. No Brasil, a partir das portarias nº 343 e nº 345 do Ministério da Educação, o ensino remoto emergencial foi autorizado para que as instituições pudessem oferecer as atividades educacionais na modalidade remota. A partir desta realidade e com o intuito de analisar as condições de trabalho dos docentes nesta modalidade, foi realizada a pesquisa “O trabalho remoto/home office no contexto da COVID-19” desenvolvida por pesquisadores do GETS, e para este ensaio utilizamos dados parcialmente trabalhados no Relatório Técnico de Pesquisa com recorte para o setor educacional. Com abrangência nacional, a pesquisa contemplou 906 participantes de diversos setores, sendo que 262 respondentes, ou seja, 28,9% do total dos são do setor educacional.

Ressaltamos que esta é uma pesquisa datada, realizada no início do período pandêmico e em função disso, o objetivo deste estudo é analisar as condições objetivas de trabalho e os acordos coletivos realizados no início da implantação do Ensino Remoto Emergencial, pautados nas informações do banco de dados do setor educacional da supracitada pesquisa. Destacamos que esse artigo está dividido em revisão de literatura, aspectos metodológicos da pesquisa, análise e discussão dos dados e considerações finais.

2 SINDICALISMO DOCENTE, NEGOCIAÇÕES COLETIVAS E A ANDEMIA COVID - 19

As transições ocorridas em função do cenário da Covid- 19, impactaram a organização e as relações de trabalho em esfera global. Entre os vários setores atingidos com o distanciamento social destacamos o educacional que, segundo Oliveira e Pereira Júnior (2020, p. 207) alterou “a vida escolar de milhões de crianças e jovens em todo o mundo”. Tais impactos foram sentidos também pelos professores em função da urgência com a qual o ensino remoto foi implantado “quer pela imposição ou constrangimento dos gestores educacionais, quer pelo próprio senso de responsabilidade dos profissionais, pôs a descoberto um conjunto de situações que interfere consideravelmente na organização do trabalho pedagógico” (OLIVEIRA; PEREIRA JUNIOR, 2020, p. 225).

O ensino remoto foi implantado de maneira singular, tanto no setor público quanto no privado, pois atendeu às especificidades e estrutura de cada instituição e a partir dos dados da pesquisa, observamos que houve um descompasso entre as negociações com os docentes sobre a “nova” forma de execução do trabalho e sua efetivação propriamente dita. O ineditismo desse contexto impactou diretamente aos docentes tanto na organização do próprio trabalho, quanto nas condições objetivas para sua execução com relação aos espaços de trabalho, jornadas, infraestrutura e suporte por parte das instituições e mantenedoras.

É fato que o período pandêmico trouxe, além de mudanças significativas com relação à execução das atividades laborais transpostas do ambiente presencial para a via digital, outras questões relacionadas ao mundo do trabalho. Em função do distanciamento social, os sindicatos tiveram dificuldade na operacionalização das suas ações, segundo Campos (2020), a MP nº 963 permitiu que ocorressem acordos individuais com relação a redução salarial para certas faixas sem a inclusão dos sindicatos nesse processo “as centrais sindicais passaram a orientar suas entidades filiadas em torno da mobilização para estar presente nas negociações, como forma de enfrentar imposições individuais pelos empregadores”. (CAMPOS, 2020, p. 61)

Ainda, segundo o autor, nesse período observou-se, a partir das recomendações sanitárias dos órgãos internacionais, uma pressão sobre os empregadores em ambos os setores público e privado em função do cumprimento com as ações necessárias, bem como a mobilização para a manutenção dos contratos de trabalho e “a fiscalização, denúncia e busca de apoio público para garantir condições salubres de trabalho aos que não foram afastados de suas funções (seja no local de trabalho ou em trabalho remoto)”. (CAMPOS, 2020, p. 62)

Importante ressaltar que nesse período as tomadas de decisões foram realizadas em caráter emergencial e de maneira individualizada a partir da realidade de cada empresa/instituição, cenário que dificultou o acompanhamento das entidades sindicais. Para Ikuta *et al.* (2020) as dificuldades inerentes ao período referem-se à “paralisação de diversas atividades econômicas e as medidas restritivas de circulação e aglomeração de pessoas, todos fatores que dificultaram a ação sindical, mais notadamente os encontros em assembleias sindicais.” (IKUTA *et al*, 2020, p. 101)

Com isso, apresentamos nas linhas que seguem, alguns dados relacionados às condições objetivas do trabalho dos profissionais da educação, bem como as percepções a respeito dos acordos coletivos e negociações realizadas no início da implantação do ensino remoto emergencial.

3 ASPECTO METODOLÓGICO

O caminho metodológico eleito para a realização dessa pesquisa caracteriza-se por ser de natureza exploratória com abordagem mista: qualitativa e quantitativa, entendendo que ambas não são auto excludentes, mas que se complementam, possibilitando identificar aspectos mais amplos sobre a problemática pesquisada. Além das pesquisas bibliográficas e documentais, utilizamos também dados sistematizados, a partir da organização do banco de dados oriundo da pesquisa “Trabalho remoto/home office no contexto da pandemia COVID-19” realizada, em 2020, por pesquisadores do Grupo de Estudo Trabalho e Sociedade (GETs/UFPR) e da Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista (REMIR).

No período de 5 a 17 de maio de 2020, foi aplicado um questionário desenvolvido e disponibilizado pela Plataforma Google com 37 questões, dentre estas duas sendo abertas, a amostragem da pesquisa é não-probabilística, por acessibilidade e conveniência, uma vez que a participação se deu por adesão a partir de divulgação em redes sociais, sendo que o único critério eleito para participar seria de que os participantes deveriam ter iniciado o trabalho remoto em decorrência da pandemia da COVID-19. A referida pesquisa, obteve 912 respostas válidas, com participantes de todo o território nacional. A partir da organização do banco de dados, com um percentual representativo dos respondentes vinculados ao setor educacional, ou seja, 262 participantes, representando 28,9% dos participantes da pesquisa geral. Para o presente artigo, realizamos o tratamento dos dados a partir de categorização analítica das respostas dos participantes vinculados ao setor educacional. As análises dos dados quantitativos quanto quantitativo, faz emergir alguns eixos de análises e para o presente ensaio, elencou-se os presentes no quadro a seguir:

Quadro 1: Eixos de análises emergidos dos dados empíricos.

EIXOS	ELEMENTOS DE ANÁLISE	MÉTODO
CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO	Análise da (RE) organização do trabalho a partir (contrato, carga horária).	Estatística Descritiva e análise de conteúdo
CONDIÇÕES OBJETIVAS	Análise da ergonomia, internet, plataformas digitais, equipamentos.	Estatística Descritiva e análise de conteúdo
ACORDOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS OU NÃO ACORDOS	Percepção dos docentes a respeito dos acordos coletivos/individuais ou não acordos.	Análise de conteúdo

Fonte: Elaboração das autoras, 2021.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Os dados do campo empírico, sobretudo no tocante ao setor educacional, permitiu a realização de algumas análises, tais como: o comparativo do trabalho, elementos referentes à ergonomia, utilização de equipamentos e tecnologias necessárias, levantamento do ritmo de trabalho na modalidade remota, realização do comparativo da média de horas diárias e de dias trabalhados antes e durante a pandemia e percepção dos acordos coletivos e individuais e não acordos. Pautamo-nos no recorte com 262 respondentes, representando 28,9% dos participantes da pesquisa geral (906 respondentes).

Com relação ao perfil dos participantes 32,1% pertencem ao sexo masculino, enquanto a maioria, 67,9%, são do sexo feminino; 32,8%, possuem entre 41 a 50 anos de idade; a maioria (62,2%) são casados e/ou em união estável e 60% possuem filhos. Ainda, no que se refere à escolaridade 42,4% dos respondentes possuem doutorado, 29,4% mestrado e 19,5% têm especialização. Os que possuem mestrado e doutorado representam a maior parte desses trabalhadores, com o percentual de 71,8% do total.

Os trabalhadores e trabalhadoras, vinculados ao setor educacional, contemplado pela pesquisa, são predominantemente professores/as, com 93,3% do total. Outras categorias como pedagogos/as (2,7%), pesquisadores/as (1,5%) também aparecem na pesquisa, assim como a ocorrência sobreposição de categorias como professores/as e mentores/as (0,4%), professores/as e pesquisadores/as (1,5%), professores/as e redatores/as (0,4%) e professores/as e técnicos de laboratório (0,4%), o que denota existência de polivalência desses profissionais com possíveis jornadas duplas de trabalho.

A partir da composição do banco de dados da pesquisa com filtro para o setor educacional foi possível realizar um comparativo entre as modalidades de vínculos dos trabalhadores da educação participantes da pesquisa, conforme Tabela 1 abaixo.

Tabela 1 - Comparativo das modalidades de vínculos no setor público e privado

Setor	Valor absoluto	%
Setor Público		
Estatutário	133	75,1%
Contrato por tempo determinado	29	16,4%
CLT	8	4,5%
Cargo em comissão	2	1,1%
Bolsista	3	1,7%
Autônomo	2	1,1%
Setor privado		
CLT	74	87,1%
Contrato por tempo determinado	5	5,9%
Autônomo	4	4,7%
Estagiário	1	1,2%
MEI	1	1,2%

Fonte: Elaborado pelas autoras com base no Banco de dados setor educacional (2020)

Observamos a partir dos dados acima que um número expressivo de respondentes atua no setor público, representando 67,6% dos participantes, os quais possuem modalidades de vínculos diferenciadas. Os com estabilidade, celetistas e estatutários, compõem a maior parte da amostra, o que explica o fato de que possuem permanência longínqua nos cargos que ocupam, visto que 47,3% afirmam está no atual cargo entre 10 a 15 anos.

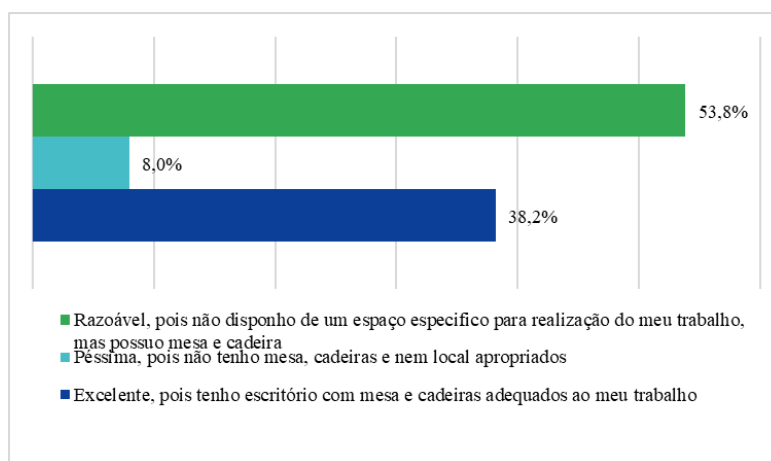
Os com vínculos instáveis são 20,3%. Em relação ao setor privado, o vínculo mais presente é o celetista, representando 87,1% sendo que as demais categorias compõem 12,9% da amostra. Interessante salientar que é no setor público que o percentual de vínculos de trabalho temporários e inseguros está mais presente, tais dados corroboram com os achados de pesquisas que vêm evidenciando um movimento flexibilização contratual no setor público (BERNARDO, 2020; BRAUNERT, 2018; MAGNI, 2016). As condições de trabalho estão diretamente vinculadas à modalidade de vínculo, assim atentar-se para a dinâmica que vem se delineando é importante para compreender as especificidades que as condições de trabalho assumem em cada setor, considerando que as diferentes esferas possuem dinâmicas próprias de organização e regulação das relações de trabalho, influenciando na atividade docente. (BERNARDO, MAIA, BRIDI, 2020).

Considerando que o trabalho remoto foi imposto para uma grande parcela de trabalhadores devido a obrigatoriedade de distanciamento social exigido pelo contexto pandêmico, buscamos identificar se essa modalidade de trabalho já fazia parte, em

alguma medida, do cotidiano laborativo antes da pandemia. Os profissionais foram questionados a respeito do trabalho remoto antes do período pandêmico, ou seja, antes da obrigatoriedade do isolamento social e aplicabilidade do trabalho remoto e, 40,1% disseram que uma pequena parcela do trabalho era desenvolvida remotamente, 32,1% afirmaram não realizar trabalho remoto antes da pandemia, pois o trabalho exigia sua presença física e 24,4% afirmaram que ser possível executar grande parte do seu trabalho de forma remota.

Com relação às condições objetivas de trabalho, foram observados aspectos relacionados às condições ergonômicas de trabalho conforme o Gráfico 1.

GRÁFICO 1 - Condições ergonômicas de trabalho



Fonte: Elaboração das autoras, 2021.

Dos participantes da pesquisa 53,8% consideram razoável, pois não dispõem de um espaço específico para realização, enquanto 38,2% avaliaram ser excelente, pois possuem escritório com mesa e cadeiras adequados ao trabalho e 8,0% consideram péssima, uma vez que não possuíam mesas, cadeiras ou locais apropriados para o trabalho remoto. No trabalho desenvolvido no ambiente institucional, as condições ergonômicas de trabalho podem e devem ser asseguradas e monitoradas, buscando mitigar os impactos causados por movimentos repetitivos, prolongadas horas na mesma posição, é de responsabilidade do empregador garantir as condições de segurança, higiene e salubridade dos trabalhadores.

Quando o trabalho é transferido para dentro das residências dos/as trabalhadores de forma abrupta, sem planejamento prévio, como foi o caso do trabalho remoto no contexto da pandemia, a responsabilidade pelas questões ergonômicas passa a ser do

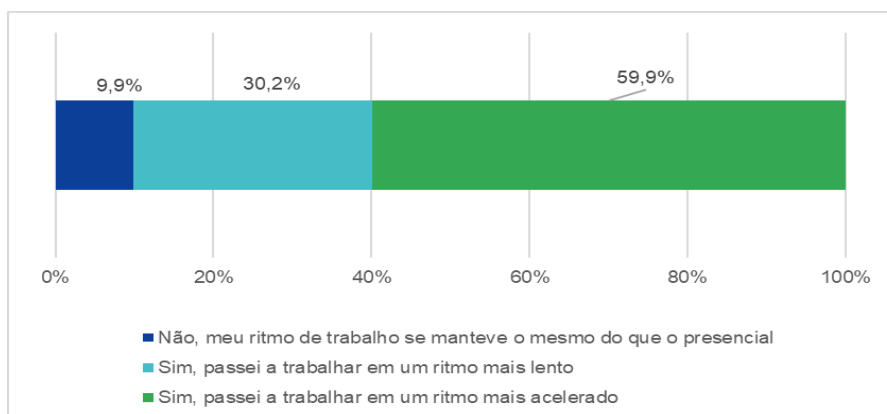
trabalhador e dada provisoriedade peculiar do trabalho remoto no contexto epidêmico, torna-se inviável a fiscalização em razão das características próprias dessa modalidade de trabalho, somada a necessidade de isolamento social imposto pela COVID-19.

Com relação às tecnologias disponíveis para o exercício das atividades profissionais na modalidade remota, 56,5% consideram razoáveis, pois dispõem de parte das tecnologias e equipamentos necessários para o desempenho do trabalho remoto e 50,8% dos respondentes tiveram gastos pessoais para realizar o trabalho remoto.

Com a mudança do trabalho presencial para o remoto, no contexto da pandemia, muitos trabalhadores/as tiveram que adaptar-se a forma de realizar as suas atividades. Esse processo demanda tanto estrutura física como espaço, mobília, equipamentos tecnológicos e acesso à internet, quanto habilidades e conhecimentos para trabalhar com as tecnologias digitais como as plataformas que possibilitam a realização de aulas remotas. (MAIA; BERNARDO, s/p, 2020)

Entre as condições objetivas de trabalho, o ritmo para a realização das atividades foi um elemento de destaque com relação às alterações sofridas como podemos observar no Gráfico 2 abaixo.

Gráfico 2 - Alterações no ritmo de trabalho

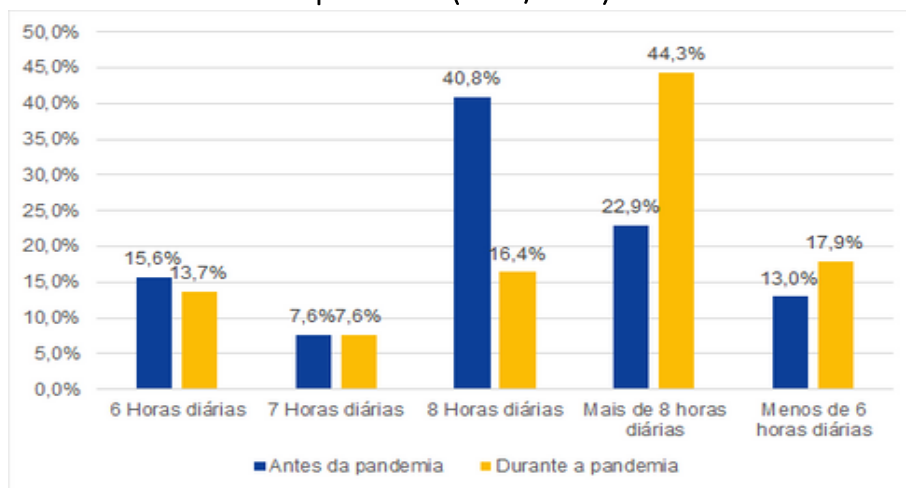


Fonte: Elaboração das autoras, 2021.

Para Dal Rosso (2008) um dos elementos de intensificação do trabalho é o aumento do ritmo para a execução das atividades laborais, fator que se evidencia nas percepções dos participantes da pesquisa no tocante aos impactos do trabalho remoto na organização das rotinas de trabalho. Observamos que 59,9% avaliam que passaram a trabalhar em ritmo mais acelerado na modalidade do trabalho remoto, 30,2% apontam que passaram a trabalhar num ritmo mais lento e 9,9% não sentiu mudança. Ainda, nas

análises relacionadas ao tempo de trabalho e jornadas, os participantes apontaram a quantidade de horas trabalhadas antes e durante a pandemia conforme gráfico 3 abaixo.

Gráfico 3 - Comparativo da média de horas diárias trabalhadas antes e durante a pandemia (maio/2020)



FONTE: Elaboração das autoras, 2021.

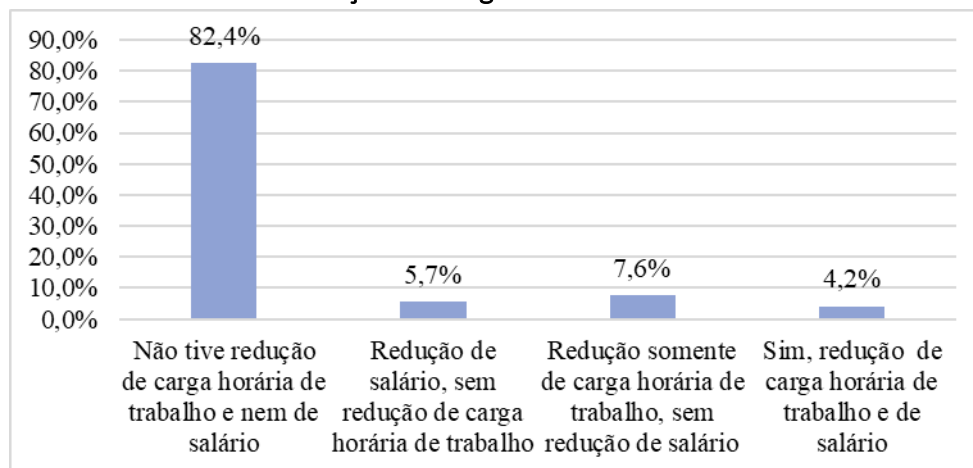
A partir dos dados do gráfico acima observamos que no período que antecedeu a pandemia 15,6% trabalhavam 6 horas diárias, 40,8% trabalhavam 8 horas diárias e 22,9% trabalhavam mais de 8 horas diárias. Já no período de ensino remoto emergencial, os respondentes apontam que 13,7% trabalhavam 6 horas diárias, 16,4% trabalhavam 8 horas diárias e 44,3% trabalhavam mais de 8 horas diárias.

Salientamos que o aumento da jornada diária de trabalho e dos dias semanais dedicados às atividades laborativas não é uma especificidade apenas do setor educacional. Esta dinâmica também é vivenciada pelo coletivo de trabalhadores/as participantes da pesquisa geral. Segundo Bridi, Bohler e Zanoni (2020) “a faixa de mais de 8 horas diárias trabalhadas, antes e durante a pandemia, variou de 16,11% para 34,44%, ou seja, verificou-se um aumento de 113,69% de trabalhadores que executam suas atividades laborais por mais de 8 horas diárias no trabalho remoto” (BRIDI; BOHLER; ZANONI, s/p 2020). O montante de horas diárias e de dias trabalhados semanalmente são elementos que configuram as condições objetivas de trabalho dos professores e durante a pandemia, os dados da pesquisa revelam um aumento expressivo tanto na jornada quanto nos dias trabalhos quando comparados ao contexto anterior.

A pesquisa também levantou dados referentes aos possíveis acordos coletivos realizados no início da introdução da modalidade remota observando os ajustes

realizados que impactaram as relações de trabalho. O Gráfico 4 apresenta os dados referentes à redução de carga horária e acordos coletivos.

GRÁFICO 4: Redução de carga horária e Acordos Coletivos



Fonte: Elaboração das autoras, 2021.

Com relação aos acordos coletivos e a redução de carga horária observamos que 82,4% não teve redução de carga horária ou de salário, 5,7% informou que teve redução de salário sem redução de carga horária de trabalho, 7,6% teve redução de carga horária sem impactos no salário e 4% informou ter redução de carga horária e de salário.

Quando questionados a respeito dos acordos coletivos realizados, 74,3% dos respondentes informou que não houve acordo coletivo na instituição na qual trabalha. a maior parte dos arranjos ocorreram sem a intermediação dos sindicatos, sendo que 7,3% tiveram antecipação das férias coletivas, 3,4% antecipação das férias individuais, 2,3% informaram que tiveram antecipação de recesso, 4,6% apontaram a redução de jornada e 1,9% teve redução salarial.

No quadro 2 os dados foram tratados separadamente entre setor público e privado, apresentando como ocorreram os arranjos para o trabalho remoto e de que maneira foram realizados os acordos individuais e/ou coletivos.

Quadro 2: como foi realizado o acordo ou arranjos para o trabalho remoto emergencial

SETOR PÚBLICO	SETOR PRIVADO
“Imposição do governo” (R12)	“Individualmente, entre mim e a chefia” (R25)
“Secretaria de Educação” (R13)	“Por uma comissão interna dentro da empresa” (R20)
“Conselho para cumprir a OMS” (R34)	“Pelo sindicato da categoria” (R76)
“Por uma pesquisa com os professores da escola para ver o que seria melhor para nós” (R62)	“Com o RH da instituição” (R19)

“Decisão unilateral do governo” (R96) “Não teve acordo” (R32) “Individualmente, entre mim e a chefia” (R132)	“Não houve acordo até o momento” (R147) “Apenas fui comunicada da redução salarial” (R54) “Decisão da mantenedora” (R146)
--	---

Fonte: Elaboração das autoras, 2021.

Observamos, a partir dos extratos das falas dos respondentes, que não houve uma ação uníssona com relação aos acordos, negociações ou arranjos, o que tornou esse processo de adaptação do trabalho remoto ainda mais complexo. Para Ikuta *et al.* (2020) os processos de negociação coletiva são um dos mais importantes espaços de atuação do movimento sindical “na luta pela melhoria das condições de trabalho e emprego e têm sido fundamentais para assegurar conquistas essenciais em temas que afetam diretamente a vida dos trabalhadores, como remuneração, saúde e segurança do trabalho.” (IKUTA *et al.*, 2020, p.85). No entanto, os estudos sobre sindicalismo evidenciam já há algum tempo o movimento de arrefecimento das ações sindicais somada a reforma trabalhista operacionalizada em 2017, em que institui a desobrigação da contribuição sindical, desidratando ainda mais os movimentos sindicais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho remoto/home office no setor educacional promoveu a reorganização da execução das atividades laborais para trabalhadores de todos os níveis de ensino. Entre as transformações ocorridas desde o início do período pandêmico observamos um expressivo aumento de carga horária e jornada de trabalho dos profissionais do setor educacional. No tocante às condições objetivas de trabalho percebemos que se configuraram a partir de arranjos provisórios sem o devido apoio institucional (cenário caracterizado no início da pandemia) ou infraestrutura inadequada, com espaços de trabalho improvisados dentro dos lares dos/as trabalhadores/as.

Na transição do ensino presencial para o Ensino remoto, o processo de trabalho, em sua grande maioria, não foi mediado por acordos coletivos e na percepção dos participantes os acordos/arranjos realizados, estavam focados na oferta do Ensino remoto e não nas condições/relações de trabalho.

6 REFERÊNCIAS

BERNARDO, Kelen Aparecida da Silva. **Flexibilização contratual no setor público: condições e relações de trabalho dos professores temporários nas universidades estaduais do Paraná**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/67161>. Acesso em: 21 set. 2021.

BERNARDO, Kelen Aparecida da Silva; MAIA, Fernanda Landolfi; BRIDI, Maria Aparecida. **As configurações do trabalho remoto da categoria docente no contexto da pandemia Covid-19**. Revista Novos Rumos Sociológicos (NORUS), v. 8, n.14, p. 1-32, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/NORUS/issue/view/983/showToc>. Acesso em: 16 de out. 2021.

BRAUNERT, Mariana Bettega. **Empresas públicas, racionalidade privada?** Um estudo sobre o trabalho nas companhias de economia mista do Paraná. 2018. 232 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

BRIDI, Maria Aparecida da Cruz; BOHLER Fernanda Ribas; ZANONI, Alexandre Pilan. **Relatório técnico da pesquisa: Trabalho remoto/home-office no contexto da pandemia COVID-19**. Curitiba: GETS/UFPR; REMIR, 2020. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/remir/index.php/condicoes-de-trabalho/202-o-trabalho-remoto-home-office-no-contexto-da-pandemia-covid-19-parte-ii>. Acesso em: 10 out. 2020.

CAMPOS, Anderson de S. **Sindicalismo na pandemia: em busca de legitimidade e protagonismo**. In: Devastação do trabalho : a classe do labor na crise da pandemia / organização Dalila Andrade Oliveira, Marcio Pochmann. -- 1. ed. -- Brasília : Gráfica e Editora Positiva : CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente, 2020. (p. 55 a 82)

DAL ROSSO, Sadi Dal. **Mais trabalho: a intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.

IKUTA, Camila Yuri Santana et al. **As Negociações Coletivas na Pandemia da COVID-19**. In: Devastação do trabalho : a classe do labor na crise da pandemia / organização Dalila Andrade Oliveira, Marcio Pochmann. -- 1. ed. -- Brasília : Gráfica e Editora Positiva : CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente, 2020. (p. 83 a 107)

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. ILO Monitor: COVID-19 and the world of work. Third edition Updated estimates and analysis. 29 abr. 2020. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_743146.pdf. Acesso em: 16 out. 2021.

MAGNI, Ana Carla. Flexibilização e precarização nos serviços públicos: o caso do IBGE. Brasília. 2016

MAIA, Fernanda Landolfi; BERNARDO, Kelen Aparecida da Silva. **O trabalho docente e o setor educacional**. In: BRIDI, Maria Aparecida da Cruz (coord.). Relatório técnico da

pesquisa: trabalho remoto/home-office no contexto da pandemia COVID-19. Parte II. Curitiba: GETS/UFPR; REMIR, 2020a. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/remir/index.php/remir-2>. Acesso em 16 de outubro de 2021.

MAIA, Fernanda Landolfi; BERNARDO, Kelen Aparecida da Silva. **O trabalho remoto/homeoffice no contexto da pandemia COVID-19: um olhar para o setor educacional**. Disponível em: [https://www.eco.unicamp.br/remir/images/Artigos_2020/TRABALHO_DOCENTE_E_TRABALHO_REMOTO_NA_PANDEMIA_COVID-19 .pdf](https://www.eco.unicamp.br/remir/images/Artigos_2020/TRABALHO_DOCENTE_E_TRABALHO_REMOTO_NA_PANDEMIA_COVID-19.pdf) acesso em: 16 de out. 2021.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. PEREIRA JÚNIOR, Edmilson. **Desafios para ensinar em tempos de pandemia: as condições de trabalho docente**. In: Devastação do trabalho: a classe do labor na crise da pandemia / organização Dalila Andrade Oliveira, Marcio Pochmann. -- 1. ed. -- Brasília: Gráfica e Editora Positiva: CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente, 2020. (p. 207 a 228)

PANDEMIA E TERCEIRIZAÇÃO NAS IES: PAUTA E DESAFIOS PARA O SINDICALISMO CLASSISTA

Profª Drª Catharina Marinho Meirelles
Universidade Federal Fluminense / Brasil
cmeirelles@id.uff.br

Prof. Dr. Julio Carlos Figueiredo
Universidade Federal Fluminense / Brasil
jcfigueiredo@id.uff.br

RESUMO

A atual crise econômica do capital e suas contradições, acrescida da crise sanitária decorrente da pandemia de Covid-19, tem promovido inúmeras alterações na vida dos trabalhadores e em suas formas de organização. É possível constatar que, apesar das Instituições de Educação Superior (IES) públicas terem o registro histórico das lutas de seus trabalhadores, pautados por sindicatos classistas, que defendem a educação pública, de qualidade, gratuita, laica e socialmente referenciada, em consonância com os interesses da classe trabalhadora, muitos têm sido os ataques à educação pública e aos trabalhadores nas últimas décadas. Por sucessivas reformas, alterações legislativas e do financiamento público etc., as IES vêm sendo orientadas pelo modelo neoliberal. Estas reformas têm impactos profundos sobre a concepção de ensino superior, sua finalidade e seu modo de funcionamento, mas têm impactado, sobretudo, os modos de trabalho nas IES, que seguem a tendência mundial de flexibilização e precarização. A terceirização, como uma das materializações da precarização na educação pública, tem trazido consequências de toda ordem para a vida dos trabalhadores, como a pesquisa realizada com trabalhadores terceirizados da Universidade Federal Fluminense (UFF) demonstrou. Porém, a pandemia, que forçou o trabalho remoto nas IES, trouxe efeitos sobre esta categoria de trabalhadores, cujas especificidades merecem ser analisadas. Este trabalho pretende analisar, por meio da pesquisa qualitativa, os efeitos da pandemia sobre o trabalho terceirizado nas IES. Os dados parciais revelam a diminuição e a automação de postos de trabalho. Aponta-se, como desafio, que os sindicatos, as associações, os partidos e demais organizações classistas, historicamente constituídas, incorporem as pautas e demandas dos trabalhadores, de forma a mobilizá-los em defesa de seus interesses.

Palavras-chave: Educação Superior; Terceirização; Sindicalismo

INTRODUÇÃO

O presente trabalho atualiza os resultados parciais da pesquisa 'O Trabalho Precarizado nas Universidades: A Terceirização na UFF', iniciada em 2017 na Universidade Federal Fluminense (UFF), cujo objetivo era descrever a intensificação da utilização do trabalho terceirizado nas duas últimas décadas e suas consequências para a universidade.

Na referida pesquisa foi realizado o levantamento histórico da construção de argumentos e cenários políticos e econômicos que balizaram a ampla utilização do trabalho terceirizado na universidade. Os dados empíricos, apreendidos por meio de pesquisa documental e de entrevistas, revelaram a intensificação desta modalidade de trabalho, sobretudo nas áreas de limpeza e vigilância (armada e patrimonial), bem como revelaram as condições constrangedoras decorrentes deste processo sobre estes trabalhadores.

A partir da perspectiva do materialismo histórico-dialético, foi possível perceber que a tendência de precarização do trabalho e tentativa de enfraquecimento das lutas dos trabalhadores das universidades públicas brasileiras fazem parte de uma totalidade mais ampla da conjuntura imperialista na condução das políticas públicas para a educação. Os cenários em que se desenrolam os constantes ataques às universidades públicas demonstram que as transformações pelas quais estas instituições têm passado estão visceralmente relacionadas às chamadas agendas dos organismos internacionais que orquestram estas políticas públicas.

A conjuntura política e econômica internacional e nacional, em efervescência pelos impactos da pandemia, revela, cada vez mais, o enrijecimento do neoliberalismo na intensificação da precarização do trabalho e na degradação das condições de vida dos trabalhadores, nomeadamente dos trabalhadores das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas.

Neste sentido, a terceirização, como uma estratégia de gestão de pessoas flexível nas IES, atende às demandas de um capitalismo de acumulação flexível, que busca rigidamente racionalizar gastos e aumentar lucros.

Na UFF, o processo de terceirização se intensificou durante duas décadas e, no momento, parece “desaquecer”, não em função de uma substituição por trabalhadores efetivos, mas sim pelo aumento de carga laboral a ser executada por menos trabalhadores.

Assim, a atualização em tela, ainda que parcial, busca compreender os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre esta categoria de trabalhadores, que já se encontravam em condições precarizadas nos anos anteriores à eclosão da pandemia. O quadro de isolamento decorrente da crise sanitária e o consequente desenvolvimento de trabalho remoto nas Instituições de Ensino Superior (IES), dificultou o levantamento de dados,

notadamente no que implica em contato direto com estes trabalhadores. Desta forma, os dados aqui apresentados partem da atualização dos levantamentos bibliográficos e documentais já realizados, bem como de consulta informal a dois diretores de unidades acadêmicas da referida universidade. Ainda que se reconheça as limitações de tais métodos empíricos, considera-se ser possível traçar, em linhas gerais, as principais tendências sobre o avançado processo de precarização do trabalho nas IES públicas brasileiras, como o que se verá a seguir.

Inicialmente será realizada uma breve análise da conjuntura política e econômica internacional e brasileira, a fim de estabelecer a conexão entre as transformações operadas nestas instituições e a totalidade das transformações operadas no sistema de acumulação capitalista. Em seguida, será discutido o processo de terceirização nas instituições públicas, sobretudo na UFF, ressaltando o impacto da Pandemia de Covid.

DESENVOLVIMENTO

A conjuntura mundial está caracterizada por um alto nível de contradições, que conjuga uma crise econômica, que segue sem solução desde 2008, e uma crise sanitária decorrente da pandemia de COVID-19, de proporções e desdobramentos no plano socioeconômico ainda desconhecidos. As alterações promovidas pelas novas formas de organização do trabalho desde os anos 1970/80, na busca por um novo período de acumulação, têm feito com que as relações de produção capitalista se choquem, de forma ainda mais violenta, contra as forças produtivas, resultando no aumento dos índices de desemprego, de mortes, de formas de precarização das relações de trabalho (terceirização, “uberização” etc.), de cortes de direitos e de superexploração do trabalho (HARVEY, 2011; MÉSZÁROS, 2009).

A crise econômica está produzindo uma redução da influência política dos Estados Unidos da América (EUA), ainda que seja a principal economia do mundo capitalista, bem como a desaceleração na Zona do Euro, tendo em vista a conturbada situação provocada pelo Reino Unido, a partir do Brexit¹⁵. Este cenário tem sido agravado pela guerra comercial entre os EUA e a China, o que pode significar maiores abalos e retração na

¹⁵ Brexit é uma expressão usada para designar a saída (*exit*) do Reino Unido (Bretanha) da União Europeia. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-10-01/uniao-europeia-inicia-processo-contra-o-reino-unido-por-descumprir-acordo-dobrexit.html>. Acesso em: 23 de novembro de 2020.

economia mundial, impondo dificuldades para a retomada do crescimento da economia. A vitória do democrata Joe Biden nas eleições presidenciais americanas gerou uma expectativa de redução deste confronto, porém não é o que está sendo presenciado. Como estes elementos contraditórios geram uma perspectiva negativa na economia global, é possível que a desaceleração e a incerteza sobre a recuperação aumentem ainda mais.

Nesta conjuntura, o imperialismo não tem concedido espaços para políticas de sustentação dos recursos naturais, dos direitos sociais e previdenciários e dos serviços essenciais, que ofereçam o mínimo de dignidade à classe trabalhadora. Onde há resistência ao neoliberalismo, projeto contemporâneo do capital, observa-se que a luta dos trabalhadores tem sido travada sob a pressão de contradições cada vez mais agudas. Na França, na Espanha, na Itália, na Inglaterra e em outros países de variados continentes, o conflito se expressa sob diversas formas, da intolerância com os refugiados ao separatismo.

Na América Latina, os enfrentamentos, que alcançaram patamares elevados de luta, se sucedem do Equador ao Chile. O resultado da eleição na Bolívia levanta uma expectativa de reversão do quadro no país, contudo, não há ilusões de que uma nova tentativa de golpe possa ocorrer. No caso da Venezuela, a classe trabalhadora tem sido organizada política e ideologicamente e os recursos gerados voltam às mãos dos trabalhadores, em forma de serviços essenciais, pensões e investimentos em infraestrutura e moradia. Esta forma de organização tem o potencial de ameaçar a estrutura do imperialismo e isso tem desencadeado intensa represália política e econômica ao país. No Chile, a organização e a elevação de consciência dos trabalhadores resultaram na mais intensa e duradoura rebelião popular no país, que acabou por resultar na convocação de uma constituinte, responsável pela elaboração de uma nova carta magna¹⁶. No caso de Cuba permanece a situação do bloqueio econômico, condenado pela maioria dos países membros na ONU e tentativas frequentes de desestabilização do governo e interferência nos rumos do país.

¹⁶ O povo chileno revogou no dia 25 de outubro de 2020, por meio de ampla votação, a carta magna herdeira do período ditatorial de Augusto Pinochet (1973- 1990). Disponível em: <https://istoe.com.br/chile-enterra-a-constituicao-de-pinochet-e-abre-caminho-para-actualizar-sua-democracia/>. Acesso em 25 de outubro de 2020.

No Brasil, foram abaladas as bases sociais de sustentação política dos governos do Partido dos Trabalhadores, que desembocou no *impeachment* da presidenta eleita Dilma Rousseff, em 2016, que veio a ser substituída pelo então vice-presidente Michel Temer, por decisão do Congresso Nacional¹⁷. O governo Temer, além de criar as condições para um novo período de acumulação do capital, em que é possível destacar a Reforma Trabalhista (BRASIL, 2017), abriu espaço para que a vitória político-eleitoral dos setores conservadores viesse a legitimar politicamente, nas urnas, a implementação de outras reformas do projeto neoliberal. Como consequência desta série de eventos, Jair Messias Bolsonaro, candidato representante da ultradireita, venceu as eleições presidenciais de 2018 e o ministério da economia de seu governo tem encaminhado ao congresso nacional os projetos de reformas econômicas, tendo como objetivo novas taxas de acumulação.

Após a Reforma da Previdência (BRASIL, 2019), o governo encaminhou ao Congresso Nacional as Reformas Administrativa (BRASIL, 2020) e Fiscal (BRASIL, 2020), já anunciando a Reforma Sindical. O “Plano Mais Brasil”¹⁸ foi encaminhado ao Senado Federal, sob a afirmação uníssona da mídia de que esta é a mais profunda reforma de Estado, desde a promulgação da Constituição em 1988. Paulo Guedes, atual ministro da economia, tem chamado o conjunto de reformas da sua agenda ultraliberal de “Agenda de Transformação do Estado”¹⁹. A proposta de Reforma Administrativa (PEC 32), em tramitação atualmente no Congresso, se configura como uma verdadeira destruição de toda a estrutura do Estado constituído por várias décadas no país e configurado em grande medida na constituição de 1988, especialmente no que se refere às políticas públicas voltadas para a maioria da população. Sua intenção é alcançar um grau máximo de desresponsabilização com esses investimentos, liberando recursos para uma apropriação privada.

¹⁷ Existe uma extensa literatura sobre os impactos da crise de 2008 no Brasil, onde estão caracterizadas diversas versões que examinam o projeto político brasileiro, a partir da vitória eleitoral de Lula em 2002, especialmente, o cenário pós-crise internacional de 2008. Destacam-se: “As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?”, organizada por André Singer e Isabel Loureiro, de 2016, e “Por que gritamos golpe? para entender o impeachment e a crise política no Brasil”, organizado por Ivana Jinkings, Kim Doria e Murilo Cleto, de 2016. “Hegemonia às avessas” de Francisco de Oliveira, de 2007, analisa o primeiro período dos governos Lula.

¹⁸ Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/plano-mais-brasil>. Acesso em 19 de novembro de 2020.

¹⁹ Disponível em: <https://gazetabrasil.com.br/economia/a-agenda-de-transformacao-do-estado-esta-a-caminho/>. Acesso em: 25 de novembro de 2020.

Assim, o governo, sob o discurso de austeridade, parte para o confronto direto com os servidores das três esferas, autorizando a redução do salário e da jornada de trabalho em 25%, retirando da Constituição o aumento anual, dentre outras duras medidas. O discurso de que a redução de salários e a estagnação das promoções dos servidores poderão equacionar o endividamento público, ocultam o verdadeiro objetivo de tais reformas, que é o de remunerar os credores da dívida, em especial aqueles que acumulam as maiores taxas de lucro do capital monopolista. Somente em 2019 foi desviado o montante de R\$ 1,038 trilhão (LINDESAY, P., 2020) do Tesouro Nacional para a amortização e pagamento de juros da dívida pública, representando mais de 40% do orçamento da União.

No que se refere ao ensino superior, especificamente, tem se configurado uma conjuntura mundial de subordinação dos mais variados sistemas às agendas dos organismos supranacionais. Estes organismos, que assumem o caráter de aparelhos de Estado supranacionais (GURGEL, 2003), dentre os quais se destacam a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), atuam como agentes de acumulação do capital em escala mundial (ARRIGHI, 1996).

Como já apontado, a atual crise econômica do capital e suas contradições, acrescida da crise sanitária decorrente da pandemia de Covid-19, tem promovido inúmeras alterações na vida dos trabalhadores e em suas formas de organização.

É possível constatar que, apesar das Instituições de Educação Superior (IES) públicas terem o registro histórico das lutas de seus trabalhadores, pautados por sindicatos classistas, que defendem a educação pública, de qualidade, gratuita, laica e socialmente referenciada, em consonância com os interesses da classe trabalhadora, muitos têm sido os ataques à educação pública e aos trabalhadores nas últimas décadas.

Por sucessivas reformas, alterações legislativas e do financiamento público etc., as IES vêm sendo orientadas pelo modelo neoliberal.

Estas reformas têm impactos profundos sobre a concepção de ensino superior, sua finalidade e seu modo de funcionamento, mas têm impactado, sobretudo, os modos de trabalho nas IES, que seguem a tendência mundial de flexibilização e precarização.

A terceirização, como uma das materializações da precarização na educação pública, tem trazido consequências de toda ordem para a vida dos trabalhadores, como

a pesquisa realizada com trabalhadores terceirizados da Universidade Federal Fluminense demonstrou.

Porém, a pandemia, que forçou o trabalho remoto nas IES, trouxe efeitos sobre esta categoria de trabalhadores, cujas especificidades merecem ser analisadas.

2.1- Restrição orçamentária e pandemia: efeitos sobre a terceirização na UFF

Os motivos que justificaram a terceirização na UFF tiveram sua origem na década de 1980, tendo em vista o *déficit* orçamentário enfrentado pela universidade naquele momento, como uma decorrência dos cortes orçamentários pelo MEC, o que acabou por afetar os gastos com a manutenção em geral. No final da década de 1990 a gestão da UFF, ainda mais afetada pelo contingenciamento e impulsionada pelo corte de custos ampliou a terceirização para a atividade de vigilância (não armada), para além das atividades de limpeza, reprografia e vigilância (armada), já em execução na universidade. Nos anos seguintes, outros serviços passaram a ser terceirizados, expandindo assim a utilização de mão de obra terceirizada.

A expansão da universidade, em decorrência do REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), fez com que o número de estudantes matriculados na universidade passasse de 24.914 em 2001 para 27.324 em 2006, sem o respectivo aumento no número de servidores Técnico Administrativos em Educação (TAEs).

Além disso, a adequação da UFF ao Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), em 2006, plano este que extinguiu 20 cargos e colocou 61 cargos em processo de extinção, impulsionou, ainda mais, a utilização do trabalho terceirizado na universidade.

O REUNI e o PCCTAE desencadearam em 2007 um gasto geral de R\$ 52.044.508,13 (cinquenta e dois milhões e quarenta e quatro mil e quinhentos e oito reais e treze centavos) com serviços terceirizados, gasto este 51% maior do que o registrado no ano anterior. Num crescente, observa-se que, em 2018, o gasto com serviços terceirizados esteve em torno de oitenta milhões de reais, chegando a ultrapassar a faixa de cem milhões de reais entre 2012 e 2017, conforme os relatórios de gestão da universidade nos respectivos anos demonstra.

O mesmo motivo que impulsionou a adoção e intensificação do processo de terceirização na UFF também tem levado à desaceleração do número de trabalhadores terceirizados na universidade. Sim, ele, sempre ele, o corte do repasse orçamentário para as IES.

E vale aqui registrar as contradições da acumulação capitalista, pois a expansão da universidade, provocada por programas governamentais, além de não ter provido as universidades com os recursos necessários para a sua sustentação, apresenta como seu anverso a retração. Expansão e Retração são as duas faces da mesma moeda, quando se tem em análise as políticas públicas sob a égide do modelo neoliberal.

As IES, em função das crises políticas já narradas na parte inicial do texto, têm sido pressionadas a cumprir compromissos outrora assumidos (como a garantia do número de vagas para os ingressantes), a despeito do severo contingenciamento que vem vivenciando, sobretudo a partir de 2015. Na UFF, em especial, estima-se uma redução de 20% dos gastos totais, ainda que a quantidade de trabalhadores terceirizados tenha aumentado em relação a 2014. Como a conta não fecha, quem paga são os trabalhadores. Foram períodos de aviltamento dos direitos trabalhistas para estes trabalhadores, como a não garantia de pagamento de salários, por exemplo.

A partir do relatório de gestão de 2017, o cenário se complexifica com o aumento da terceirização na Universidade, sob a consigna de “Restos a Pagar”, que são despesas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício em que o serviço foi prestado, o que leva ao aumento de Notas de Empenho relativas aos anos anteriores, sobretudo nas áreas de Limpeza e Vigilância.

O dilema vivenciado pela universidade é o de conciliar a dependência, cada vez maior, do serviço terceirizado e as consequências da crise fiscal acirrada no país. As respostas da gestão central da universidade têm sido: controlar a liberação de recursos do orçamento para as unidades acadêmicas, para o uso com diárias, passagens; definir o montante de recursos do orçamento para livre ordenação dos gestores, a partir do estabelecimento de critérios e estimular as unidades para que captem recursos por fontes próprias. Neste último caso, há a compreensão de que os recursos captados poderiam suprir as despesas de custeio da universidade.

No relatório de gestão de 2019, que trata das “incertezas em diversas frentes” (UFF, 2019, p. 12), o reitor da UFF se refere ao ambiente de incertezas em relação à

manutenção das atividades acadêmicas e à operacionalização dos servidores necessários à manutenção da Universidade.

Cabe ressaltar que em abril de 2019, o Ministério da Educação (MEC) bloqueou parte do orçamento das 63 universidades e dos 38 institutos federais de ensino, entre as instituições, a UFF, provocando severo contingenciamento de recursos, provocando a interrupção de obras de edificações, a interrupção dos serviços terceirizados administrativos, levando à interrupção da vigência dos contratos mais vultuosos, tais como os “contratos de limpeza, portaria, vigilância e apoio operacional” (UFF, 2019, p. 78).

No contínuo agravamento da situação, a perspectiva orçamentária para os próximos anos é bem restritiva, tendo em vista a Emenda Constitucional nº 95/2016, que instituiu um Novo Regime Fiscal e da expressiva redução dos recursos para investimentos previstos na LOA para o exercício de 2019.

O relatório de gestão de 2020 registra que os servidores estão com maiores atribuições, em volume e diversidade, revelando, assim, a carência de pessoal em áreas estratégicas da administração. Como explica o documento, os Decretos nº 9.262, de 09/01/2018, e nº 10.185, de 20/12/2019, extinguiram e vedaram o provimento de diversos cargos do Quadro de pessoal Técnico-Administrativo (QRSTA) da UFF.

E é neste cenário, de severas restrições orçamentárias, que teve início a Pandemia de Covid 19. Como apontado na parte introdutória, o objetivo deste trabalho é analisar, por meio da pesquisa qualitativa, os efeitos da pandemia sobre o trabalho terceirizado nas IES. Tendo em vista as restrições inerentes ao isolamento social, provocado pela pandemia e as dificuldades de levantamento empírico, neste contexto, os dados parciais aqui apresentadas, foram colhidos por meio de observação direta e de conversa informal com dois diretores de duas unidades distintas da universidade.

Ambos os diretores fizeram menção ao corte abrupto, ocorrido em 2019 que provocou a racionalização do orçamento em todas as áreas. O corte no orçamento da União levou ao corte no quadro de terceirizados.

Segundo eles é importante distinguir dois momentos específicos no processo de terceirização mais recente na UFF: um se trata desta “racionalização”, decorrente da desresponsabilização governamental e ocorreu anteriormente à pandemia, com uma redução de 45% a 50% do quadro de terceirizados.

Por exemplo, em uma das unidades acadêmica havia 42 trabalhadores terceirizados que atendiam a dois campi, em 2019 o número passou para 28 trabalhadores, para cobrir a mesma área de trabalho.

Contratualmente, cada terceirizado passou a assumir a limpeza de uma área de 1.200 m², que é a métrica máxima permitida por lei, ou seja, plena carga, no limite autorizado legalmente.

A grande questão, segundo um dos diretores, é que a redução deixava os diretores no “gargalo”. Naquele ano, as soluções aplicadas foram o fechamento de espaços físicos, para tornar possível o trabalho e evitar a sobrecarga extenuante.

Em uma unidade, a solução do diretor para o corte brutal do orçamento, foi a compra de dois robôs que estão realizando o corte da grama.

Como funciona? No terreno foram implantados fios que viabilizam a movimentação do robô. Ele realiza o corte, de tal forma que não precisa roçar. Ele trabalha nos horários programados, pelo período programado. Se ele encontrar alguém ele para. Se alguém tentar roubá-lo, ele emite um alerta. Quando acaba a energia, ele volta sozinho para a base para se recarregar. Mas, se chover, ele continua trabalhando.
(DIRETOR A)

Outra questão importante na racionalização, apontado pelos diretores, foi a mudança de cargos contratados, como por exemplo, o caso do vigia patrimonial, sem uso de armas, que foi substituído pelo “porteiro” e pelo “zelador”, que exercem papéis similares, com redução do pagamento às empresas. Aqui o que chama a atenção é que a UFF passou a pagar em torno de R\$ 1.000.00 a menos às empresas, ainda que o salário do terceirizado tenha permanecido o mesmo.

Dessa forma, na perspectiva deles, a pandemia ajudou na administração da situação, com a diminuição da movimentação e uso dos espaços.

No início da pandemia, todos os trabalhadores foram liberados do trabalho. Entretanto, um pouco depois (não há registro sobre a data), a Procuradoria da UFF, orientou pela rescisão dos contratos com as empresas, tendo em vista que contratos de prestação de serviço, com pagamentos mensais, em que não houvesse a entrega do serviço, não poderiam permanecer.

Houve posicionamentos diferenciados pelos institutos, de forma que em alguns lugares houve redução do efetivo e em outras unidades foram feitos rodízios por meio de escalas, garantindo, assim, o emprego de todos os já poucos contratados. Coube aos

diretores de unidade decidirem sobre como proceder. O argumento utilizado foi: “Economicidade”

Com o tempo, o serviço voltou ao normal, com todos os terceirizados retornando ao trabalho presencial. Alguns setores, entretanto, dispensaram todos os terceirizados, ou reduziram ao mínimo indispensável, como é o caso do setor de transporte. O ônibus destinado ao transporte de estudantes entre campi, foi completamente paralisado, e isso levou à dispensa de todos os motoristas. Manteve-se o transporte de malotes, mas por região, englobando várias unidades entre cidades distintas, com um único motorista. Os serviços do Restaurante Universitário foram suspensos e os trabalhadores dispensados.

A expectativa é que, com o retorno às aulas, que se avizinha, não haja condições de manter os serviços de limpeza.

Outra informação apresentada por um dos diretores é que comumente, os contratos de terceirização no serviço público têm sido feitos pela métrica da área (o valor da cobertura de limpeza da área total). A definição do número de pessoas que cobrirão a área, fica a critério da empresa contratada, o que permite uma intensificação ainda mais brutal deste trabalho.

Não é o caso da UFF, pois, até o momento, existe nos contratos uma definição da contratação de pessoas por áreas a serem cobertas. Entretanto, é possível que futuramente as contratações sejam definidas somente pela métrica da área a ser coberta, passando a caber às empresas contratadas a definição do número de pessoas que realizarão o serviço, inclusive com a possibilidade de adoção de maquinário (Inteligência Artificial) para substituir o trabalho humano.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi possível perceber, ainda que a pandemia tenha provocado impactos e reduções no número de trabalhadores terceirizados, o processo de retração da contratação deste tipo de serviço antecedeu ao período da pandemia, sob o mesmo argumento que justificou a sua adoção e intensificação, ou seja, políticas de austeridade fiscal, crise orçamentária, corte dos investimentos para a educação.

O capital não tem limites, nem para expandir, nem para retrain, quando lhe interessa. O discurso de melhoria de eficiência, eficácia e efetividade que adornaram a contratação da mão de obra terceirizada na IES se desmorona diante dos dados

implacáveis da fúria do capital sobre os trabalhadores, como diria Engels e Marx no manifesto Comunista (2008) “Tudo o que era sólido se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado, e as pessoas são finalmente forçadas a encarar com serenidade sua posição social e suas relações recíprocas”.

Conclui-se que somente com a organização coletiva se pode reverter este quadro contraditório e tumultuado da conjuntura atual, em prol da defesa dos interesses dos trabalhadores em geral, dos serviços públicos e da educação pública, em especial, e contando a participação de todas as forças da sociedade civil: partidos políticos, centrais sindicais e sindicatos combativos e movimentos sociais.

4- REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- BRASIL. **Decreto 9.262**, de 09 de janeiro de 2018. Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal, e veda abertura de concurso público e provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9262.htm. Acesso em ago. 2021
- BRASIL. **Emenda Constitucional nº 103**, de 12 de novembro de 2019. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm. Acesso em nov. 2020
- BRASIL. **Decreto 10.185**, de 20 de dezembro de 2019. Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal e veda a abertura de concurso público e o provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.185-de-20-de-dezembro-de-2019-234755397>. Acesso em: ago. 2021
- RASIL. **Proposta de Emenda à Constituição 32/ 2020**. Altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2262083>. Acesso em nov. 2020.
- BRASIL. **Projeto de Lei 3887/ 2020**. Institui a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços-CBS, e altera a legislação tributária federal. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2020/07/proposta-reforma-tributaria-21.jul_2020.pdf. Acesso em nov. de 2020.
- ENGELS, F; MARX, K. **O manifesto comunista**. SP. Expressão Popular, 2008
- GURGEL, C. **A gerência do pensamento: gestão contemporânea e consciência neoliberal**. São Paulo: Cortez, 2003.
- HARVEY, D. **O enigma do capital**. SP: Boitempo, 2011.
- LINDESAY, P. **Verdades e mentiras da Reforma Administrativa: reflita sobre os números oficiais do governo**. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/nucleo/verdades-e->

[mentiras-da-reforma-administrativa-reflita-sobre-os-numeros-oficiais-do-governo-por-paulo-lindesay/](#) Acesso em: ago.2021

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. SP: Boitempo, 2009.

UFF. **Relatórios de Gestão** (1998-2021). Disponível em:

<https://www.uff.br/?q=processos-de-contas-anuais>. Acesso em: ago. 2021.

UFF. **Relatório de Gestão** 2019 Disponível em: <https://www.uff.br/?q=processos-de-contas-anuais>. Acesso em: ago. 2021.

AS POLÍTICAS DE ESTABELECIMENTO DO ENSINO REMOTO NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE E A RESISTÊNCIA D@S TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE BH - 2020/2021

Maria da Consolação Rocha
Professora Aposentada da Rede Municipal de BH.
Doutora em Educação pela FEUSP
Raquel Farnese
Professora da Rede Municipal de BH
Especialista em Gestão de Políticas Sociais.
Talita Barcelos
Professora da Rede Municipal de BH
Especialista em Metodologia do Ensino de História.
Mestre em Educação UFMG

RESUMO

As políticas de estabelecimento do ensino remoto na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte e a resistência d@s trabalhadores em educação de BH - 2020/2021

Diante do recrudescimento da pandemia, o poder público entendeu o ensino remoto como uma possibilidade de mitigar os prejuízos sociais, e também intelectuais d@s estudantes da educação básica e superior. Na ausência de um plano nacional de organização e estabelecimento de ensino remoto para a educação básica, mais especificamente a escola pública, prefeituras e municípios tiveram a responsabilidade de estabelecer seus próprios projetos de enfrentamento da pandemia no contexto educacional. No caso da organização do ensino remoto na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte, a Secretaria Municipal de Educação limitou-se a estabelecer um limitado número de diretrizes e parâmetros. Durante período significativo, a Secretaria Municipal de Educação não emitiu portarias ou determinações que organizassem qualquer oferta de possibilidade de construção de vínculo ou conhecimento por parte d@s estudantes. Desse modo, nosso objetivo é refletir sobre como a prefeitura municipal de Belo Horizonte estabeleceu a política pública relativa ao ensino remoto na Rede Pública Municipal. Tendo em vista os dados disponíveis no que diz respeito a portarias e legislações municipais, observa-se que não houve um projeto robusto de implantação do ensino remoto na Cidade de Belo Horizonte, ampliando as desigualdades, o que ocasiona a negação do direito a educação a milhares de crianças e adolescentes. Nesse processo, @s trabalhador@s em educação se organizaram em seminários, encontros e debates sindicais de forma a entender as transformações e a luta por direitos no contexto da pandemia e do trabalho remoto.

Palavras-chave: ensino remoto; educação e pandemia; resistência e organização sindical

PARTICIPACIONISMO E NEGACIONISMO: O COMBUSTÍVEL DA GESTÃO DÓRIA/ROSSIELI PARA AÇÕES SINDICAIS UNIFICADAS NA EDUCAÇÃO PAULISTA

Hélida Lança²⁰

O texto discute as recentes ações sindicais unificadas, construídas pelas diversas entidades representativas dos trabalhadores da rede paulista de educação básica, que foram desencadeadas por uma série de ataques e desmandos promovidos pela gestão Dória/Rossieli. O objetivo é identificar as práticas do governo ancoradas em participacionismo e negacionismo, estabelecendo uma relação entre elas e o tão atípico consenso entre as organizações da categoria. Os diversos sindicatos se organizaram em ações conjuntas, que desencadearam a criação oficial do grupo 'Juntos Somos mais Fortes', composto por Afuse, Apampesp, Apase, Apeoesp, CPP e Udemo. Na primeira parte do artigo, apresentamos as questões relacionadas à fragmentação sindical, bem como as dificuldades que ela impõe à luta da classe trabalhadora. Na segunda parte, buscamos compreender o que desencadeou o surgimento deste grupo unificado, suas ações, limites e possibilidades. O avanço no desmonte da educação pública paulista tem a precarização do trabalho como um de seus principais alicerces, o que comprova a necessidade de estarmos atentos a toda tentativa de unificação da luta dos trabalhadores, ainda que seja parcial e incipiente.

²⁰ Professora na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação) e diretora de escola na E. E. Oswaldo Catalano, 2021. helida_lanca@hotmail.com.

Eixo 3 - Gênero, associativismo e sindicalismo

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO ANDES-SN – 40 ANOS DE HISTÓRIA

Caroline Lima (UNEB- Brasil)

carolimasantos@gmail.com

Eblin Farage(UFF- Brasil)

Farage.eblin@gmail.com

Jacqueline Lima (UFG-Brasil)

jlima@ufg.br

O ANDES-SN, sindicato que representa professores e professoras do ensino superior de Universidades públicas brasileiras (federais, estaduais e municipais), foi fundado em 1981, ainda como Associação Nacional Docente e tornando-se Sindicato Nacional a partir da Constituição Federal de 1988, completou em 2021 40 anos de existência. Em sua trajetória, marcada por lutas – mobilizações, greves, reivindicações, organização pela base, autonomia – articulou a pauta em defesa das Universidades públicas, carreira docente, condições de trabalho com as pautas gerais da classe trabalhadora o que acabou por lhe atribuir uma marca de sindicato classista. Como um sindicato docente, caracterizado pela áurea do que simboliza o ensino superior público, gratuito e de qualidade, em um país de capitalismo tardio e dependente, agregou militância dos mais variados tipos e matizes políticos no amplo campo da denominada esquerda socialista e combativa. A construção deste campo, marcado pelo debate de classe, foi lento em incorporar, de forma interseccional, a articulação da luta de classes com raça e gênero. Em certa medida uma demora justificada pelo perfil da categoria docente no Brasil e também pelo próprio movimento do conjunto da sociedade que caminhou a passos lentos. Apesar de ser um sindicato que reconhece a necessária e inevitável relação umbilical entre classe-raça-gênero e mesmo após a aprovação de um conjunto de políticas internas ao Sindicato Nacional, parte da vanguarda docente tem resistência a esse debate por considerar a incorporação da pauta de gênero e raça como uma demanda identitária. Assim, buscando fortalecer a defesa da absolutamente necessária articulação entre classe-raça-gênero no âmbito da luta sindical, este trabalho propõe visibilizar os traços do machismo estrutural da sociedade capitalista brasileira presentes no sindicato e o avanço da luta feminista no movimento docente, a partir do resgate da militância feminina no ANDES-SN e do levantamento sobre a inserção das mulheres na direção do Sindicato Nacional e de algumas seções sindicais.

Palavras-Chaves: SINDICALISMO, ANDES-SN, MULHERES

A PAUTA LGBT+ NAS CORRENTES SINDICAIS DA CNTE

Luciano Pereira dos Santos
Brasil, lucianopereiraluciano@gmail.com

Este trabalho buscou examinar a incidência do debate sobre o reconhecimento social das identidades LGBT+ nas resoluções das teses das correntes sindicais da CNTE. O Exame dos posicionamentos das correntes sindicais propiciou a elaboração de um diagnóstico de como a pauta LGBT+ tem permeado e atravessado as discussões da base sindical. Não obstante, examinar os posicionamentos das diferentes correntes sindicais promoveu conjecturas sobre a difusão e alcance do debate no âmbito da Confederação. Para tanto, foram analisadas as 12 teses apresentadas pelas correntes sindicais no 33º Congresso Nacional da CNTE ocorrido entre os dias 12 e 15 de janeiro de 2017 em Brasília/DF. Para a realização desse exame as correntes sindicais foram classificadas e distribuídas em três grupos de acordo com a abordagem sobre a pauta LGBT+. Em seus resultados é possível assegurar que desde o 27º Congresso, onde as questões LGBT+ aparecem pela primeira vez, houve avanços quanto a superação das recorrências que apontam dificuldades de consolidação do debate nos sindicatos filiados e por vezes na própria CNTE. Nesse sentido, é imprescindível sublinhar que os resultados demonstram que das 12 correntes que apresentaram suas resoluções no 33º Congresso Nacional da CNTE, em maior ou menor grau, 10 delas tratam da luta por reconhecimento das identidades LGBT+, o que afiança a asseveração do fortalecimento do debate e avanço das políticas LGBT+ no âmbito da Confederação.

Palavras-chave: CNTE; pauta LGBT+; correntes sindicais.

FEMINISTAS EM SINDICATOS DE TRABALHADORAS/ES EM EDUCAÇÃO

Márcia Ondina Vieira Ferreira/UFPeI, Brasil
marciaondina@uol.com.br

Venho defendendo concepções já sistematizadas num conjunto de escritos feministas. Em suma, afirma-se que as relações de gênero, ou as relações sociais de sexo - que expressam a hegemonia masculina e/ou sua expressão mais drástica, a masculinidade hegemônica -, se, por uma parte, têm origem no plano material, por outra, são impressas no cotidiano das vidas humanas, através dos séculos, por práticas culturais que geram e renovam disposições inculcadas.

Muitos homens abominam os hábitos de submissão extrema das mulheres em diferentes sociedades. Contudo, mesmo tais homens, bem como muitas mulheres, têm dificuldade de compreender que todos e todas somos resultado da educação de determinadas expressões das relações de gênero. Contra isso apenas pode ter efeito uma atitude de reeducação, que deveria ocorrer tanto no plano individual, quanto no plano coletivo, entre mulheres e homens que reconhecem as desigualdades de gênero a ponto de enfrentar o controle que têm sobre nós. Para que ocorra essa reeducação, empoderamento das mulheres precisa ocorrer, e terá tanto mais êxito quanto mais coletivo for. E, se estão presentes no mundo social, as relações de gênero adentram, também, organizações como os sindicatos.

Aqui pretendo problematizar como as trajetórias de algumas mulheres de sindicatos da educação levaram ao seu empoderamento, ao mesmo tempo em que se transformaram em importantes sindicalistas.

Os dados resultam de entrevistas semiestruturadas com cinco sindicalistas, vinculadas à CNTE, que se identificam como feministas.

Os resultados apontam à: proximidade de concepções sobre o papel das lutas feministas junto às demais lutas sociais; portanto, necessidade de inclusão das questões sociais das mulheres como fundamentais às lutas sindicais; necessidade de formar quadros feministas cuja atuação se caracterize pela geração contínua de novos quadros; logo, enfrentamento aos desafios políticos para que o debate em torno ao gênero seja luta constante e o empoderamento coletivo seja uma meta.

Palavras-chave: gênero; feminismos; CNTE.

EXPERIENCIAS DE PROFESORAS SINDICALISTAS ARGENTINAS: TRABAJOS VISIBLES E INVISIBLES EN TIEMPOS GENERIZADOS

Dra. Zulma Lenarduzzi
Facultad de Ciencias de la Educación (UNER)
Argentina
zlenarduzzi@gmail.com

En esta comunicación se presentan algunos avances de la tesis finalizada titulada “Generaciones de profesoras sindicalistas argentinas: fragmentos de historia (1984-2016)”, desarrollada en el marco del Doctorado Latinoamericano en Educación: Políticas Públicas y Profesión Docente (Facultad de Educación de la Universidad Federal de Minas Gerais, Brasil).

La investigación aborda las experiencias de tres generaciones de mujeres sindicalistas docentes en el contexto argentino, entendiendo que tales experiencias comportan tanto elementos personales como sociales, y se encuentran atravesadas por las relaciones sociales de género.

Se sostiene que las experiencias de las profesoras sindicalistas han sido insuficientemente indagadas, dado que los estudios sobre sindicalismo otorgan preeminencia a los trabajadores, sus formas organizativas y sus luchas reivindicativas. De ahí que resulte relevante adentrarse en sus experiencias, habilitando narrativas-otras que cierta historiografía androcéntrica ha silenciado.

La investigación abreva en ciertas perspectivas teóricas provenientes del Feminismo Académico, la Historia de las Mujeres y la Sociología del Individuo, las cuales conceden potencia teórica a las experiencias de las actrices y los actores, otorgan un lugar central a la historización en términos de un vínculo biográfico-histórico, y reconocen múltiples desigualdades y dominaciones. Consecuentemente, se adopta un enfoque metodológico interpretativo que prioriza las entrevistas narrativas realizadas entre los años 2014 y 2015 a seis profesoras sindicalistas de dos sindicatos docentes de Argentina.

Entre los hallazgos se destaca que sus vidas transcurren en un enlace entre el ámbito público sindical y el personal, poniendo de manifiesto la articulación entre el trabajo sindical, el trabajo docente y el trabajo de cuidados como una de las principales expresiones de sus experiencias sexuadas. Por consiguiente, son las mujeres las que realizan los mayores esfuerzos, en tiempos que se tornan generizados, dado que las acciones sindicales se estructuran sobre la base de la experiencia masculina.

Palabras claves: Profesoras sindicalistas - experiencias sexuadas - relaciones de género.

O ROSTO TAE É DE MULHERES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DA ATUAÇÃO DA COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS DE PESSOAL TAE DO SINASEFE IFBA DURANTE A PANDEMIA

Paula Vielmo²¹

Instituto Federal da Bahia / Universidade Federal da Bahia
paulavielmo@ifba.edu.br

Patrícia Souza²²

Instituto Federal da Bahia / Universidade Federal da Bahia
patriciasouza@ifba.edu.br

RESUMO

Neste trabalho analisamos a atuação da Coordenação de Assuntos TAE do Sinasefe Seção IFBA, entre 2020-2021, pelo ponto de vista da coordenadora e de uma filiada. Refletimos sobre as condições de mudança para o trabalho remoto de Técnico-Administrativos em Educação no Instituto Federal da Bahia; exploramos as relações de gênero e raça na experiência da referida Coordenação e registramos as iniciativas, conquistas e desafios da mesma. Utilizamos como fonte de dados: nossas narrativas, as redes sociais do sindicato, do Instituto e da chapa Insubmissa. A mudança para o trabalho remoto ocorreu imediatamente à suspensão das atividades letivas e desprezou as relações de gênero em um segmento feminizado. Nesse contexto, foi retomado o tema da flexibilização da jornada de trabalho TAE no Conselho Superior e a Coordenação promoveu encontros sobre a precarização das condições de trabalho remoto e a flexibilização da jornada (30h). A diretoria negou suporte para mobilização e realização das reuniões e tentou vetar a representação da Coordenação na comissão de flexibilização no Conselho. Entendemos tais barreiras como produto de uma disputa política assentada nas desiguais relações de gênero e no racismo, dimensões que subalternizam mulheres negras como a coordenadora. Contudo, a experiência foi significativa para organização política, aumento da autoestima das trabalhadoras, por impulsionar a conquista das 30h e evidenciar as relações de opressão no interior do sindicato, avanços interrompidos frente ao ato caracterizado como autoritário: a destituição do cargo.

Palavras-chave: Trabalho remoto. Sindicalismo em educação. Gênero e raça.

²¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (UFBA), especialista em Educação em Gênero e Direitos Humanos e Pedagoga (Técnica-Administrativa em Educação) no Instituto Federal da Bahia - Campus Barreiras. Pesquisadora nos grupos Nego D'água: Pesquisas Interdisciplinares do Oeste da Bahia (IFBA); GEM - Saúde das Mulheres, Enfermagem, Gênero, Raça e Etnia (UFBA) e NEIM - CIGE: Ciência, Gênero e Educação (UFBA).

²² Bacharel em Direito, graduanda do curso de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais da UFBA e Especialista em Educação, Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (UFBA). Técnica-Administrativa em Educação lotada na Reitoria do IFBA e Membro Titular do Conselho Superior/Representante dos Técnico-Administrativos em Educação (2021-2023).

Introdução

O Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE) representa docentes e Técnicas/os-Administrativas/os em Educação (TAE) da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT). O único em nível federal a representar ambos os segmentos de trabalhadoras e trabalhadores das duas carreiras. Este trabalho é um relato de experiência sobre a atuação da Coordenação de Assuntos de Pessoal TAE do SINASEFE - Seção IFBA entre 2020-2021.

O nosso foco nas/os TAE deve-se não apenas por nós sermos TAE, mas também por entendermos que se trata de um segmento subalternizado nos debates de sindicalismo em educação, inclusive nas pesquisas da Rede Aste; ainda, que tal subalternização reflete uma hierarquia entre TAE e docentes nas Instituições de Ensino, bem como de gênero e de raça.

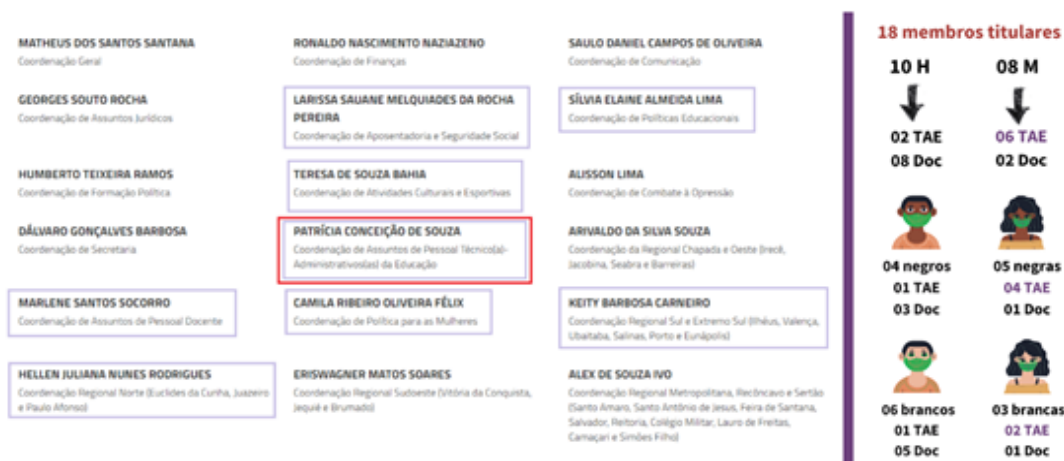
Essa afirmação parte de nossas experiências, de outros estudos (PAVAN; MARTINS, 2019) e dos dados oficiais, ao indicarem uma maioria de mulheres no segmento TAE. Na RFEPECT somos 40.286 TAE, sendo 52,8% mulheres (VIELMO, 2019); já no nosso local de trabalho, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), somos 1.325 profissionais TAE, das quais 54,26% são mulheres (SETEC, 2018), ou seja, podemos afirmar sem titubear que **o rosto TAE é de mulheres**. Apesar de não termos dados acerca da identidade racial destas mulheres, no IFBA são perceptivelmente mulheres negras.

A divisão social do trabalho se expressa na categoria de trabalhadoras e trabalhadores em educação entre “professores” e “servidores”, estes últimos desempenhando um trabalho considerado administrativo. Essa divisão se relaciona com a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, sendo que docentes estariam no primeiro e TAE no segundo. Soma-se a tal análise a divisão sexual do trabalho, que destina mulheres, historicamente, a trabalhos considerados manuais. Nós, mulheres, estamos dentro da RFEPECT alocadas em postos duplamente subalternizados de trabalho.

Além disso, localizamos esta produção no contexto da primeira gestão com paridade de gênero, proporcionalidade na direção sindical e Coordenação de Política para Mulheres do SINASEFE-IFBA, mudanças no regimento interno da seção sindical,

feitas durante o 1º Congresso Regimental em junho de 2018²³. Consideramos relevante situar quem nos lê, de que esta primeira gestão é constituída, no momento que concluímos o trabalho, por:

Imagem 1 Composição da atual Diretoria Executiva (Biênio 2019-2021)



Fonte: elaboração das autoras, com informações retiradas do SINASEFE-IFBA, 2021.

Nesta composição, destacamos os dezoito membros titulares, dos quais dez homens e oito mulheres, ou seja, de imediato identificamos que a paridade de gênero está sendo desrespeitada. Neste conjunto, dentre os dez homens, há uma maioria de docentes: são oito, contrapondo dois TAE e dentre estes uma maioria de homens brancos: são seis em relação a quatro negros. Dentre as oito mulheres, são seis TAE, sendo quatro negras e duas brancas e duas docentes, uma negra e uma branca. Percebemos que a direção expressa a realidade de trabalhadoras e trabalhadores do IFBA em termos de representatividade.

Neste contexto, nosso objetivo geral é analisar a atuação da Coordenação de Assuntos de Pessoal TAE do SINASEFE Seção IFBA, entre 2020-2021, pelo ponto de vista da coordenadora e de uma filiada, desdobrando-se em nos objetivos específicos: 1) Refletir sobre as condições de mudança para o trabalho remoto de Técnico-Administrativos em Educação no Instituto Federal da Bahia; 2) Explorar as relações de gênero e raça na experiência da referida Coordenação e 3) Registrar as iniciativas, conquistas e desafios da mesma.

²³ Disponível em: <http://sinasefeifba.org.br/sinasefe-ifba-realizara-o-1-congresso-regimental-da-secao-sindical/>

Metodologicamente, optamos por desenvolver um relato de experiência, ou seja, a descrição detalhada de um fato através de reflexão crítica fundamentada. Para isso, tomamos como fonte de dados as nossas narrativas como sujeitos ativos no processo, as redes sociais do sindicato, do Instituto Federal da Bahia e da Chapa Insubmissa, da qual a Coordenadora de Assuntos de Pessoal TAE (Patrícia Souza) é membro. Trata-se de um relato de experiência a partir de dois pontos de vista e será apresentado por meio de duas seções a seguir.

O trabalho invadiu a nossa casa

O primeiro caso do vírus causador da pandemia de Covid-19 foi registrado em dezembro de 2019 em Wuhan, na China. Pouco depois foram relatados casos em dezenas de países pelo mundo e em 20 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou estado de Emergência de Saúde Pública Internacional. Em 11 de março de 2020 reconheceu perante toda a comunidade mundial que vivenciávamos uma pandemia.²⁴

A pandemia na Bahia iniciou em 6 de março de 2020, com o registro do primeiro caso do novo Coronavírus em nosso Estado, em Feira de Santana²⁵. Pouco tempo depois, novos casos em diferentes municípios, tanto da capital como do interior são noticiados. O medo e a insegurança sobre a exposição, a falta de estrutura e os riscos da contaminação no local de trabalho são as maiores preocupações de trabalhadoras e trabalhadores da educação.

Na Bahia, as Universidades²⁶ foram as primeiras a adotarem medidas protetivas via suspensão das atividades presenciais, ao mesmo tempo alertando a sociedade e as autoridades para os riscos de uma possível onda de contágio. No IFBA, o anúncio da suspensão das atividades ocorreu ao final do expediente do dia 19 de março²⁷. No dia seguinte o Senado Federal reconheceu o estado de calamidade pública no país por causa do novo Coronavírus.

²⁴ Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 05/08/2021

²⁵ Disponível em: <http://www.saude.ba.gov.br/temasdesaude/coronavirus/>. Acesso em: 05/08/2021

²⁶ Disponível em: https://ufba.br/ufba_em_pauta/ufba-interrompe-atividades-por-tempo-indeterminado-em-combate-ao-coronavirus e <https://atarde.uol.com.br/portalmunicipios/municipios/noticias/2123056-reitoria-da-uneb-se-posiciona-em-relacao-a-pandemia-do-coronavirus>. Acesso em: 05/08/2021

²⁷ Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/noticias/2020/ifba-suspende-atividades-presenciais-e-normatiza-trabalho-remoto-de-acordo-com-instrucao-do-governo-federal>. Acesso em: 05/08/2021

Desde então, muitas trabalhadoras e trabalhadores foram obrigadas a se adaptar à rotina de *home office* para evitar aglomerações e contágios em massa. Com servidoras e servidores públicos não foi diferente, por conta da pandemia e da necessidade de se manter o distanciamento social, começamos a executar as atividades de forma remota de nossas casas.

Com o advento da pandemia a precarização das condições de trabalho de TAE tomou proporções inimagináveis e, de um momento para o outro, nossa categoria, como tantas outras, foi obrigada a mudar completamente sua rotina e modo de vida, e ainda assim, manter jornadas exaustivas de trabalho que foram transferidas para dentro de nossos lares, sem qualquer planejamento, discussão ou o cuidado que a situação exigia.

O caos instaurado pelo avanço da pandemia fez com que muitas/os servidoras/os públicas/os não tivessem tempo para assimilar a ideia, ou mesmo se adaptar às novas e excepcionais condições de trabalho, nesse caso a categoria TAE foi uma das que mais sofreu com os impactos de toda essa transformação na sua atividade laboral, pois fomos transportados de imediato para o trabalho não presencial, enquanto docentes tiveram um tempo (mesmo que curto) para o planejamento ao ensino remoto, logo trabalho remoto.

Para Organização Internacional do Trabalho (OIT) o teletrabalho é “(...) a forma de trabalho efetuada em lugar distante do escritório central e/ou do centro de produção, que permita a separação física e que implique o uso de uma nova tecnologia facilitadora da comunicação” (OIT, 1996). Já a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estabelece em seu art.75-B: “considera-se teletrabalho a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação (TIC) que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo” (BRASIL, 2017).

Nesse sentido, o termo teletrabalho está associado ao trabalho realizado de forma remota, por meio de TIC, possibilitando a obtenção dos resultados do trabalho em um local diferente daquele ocupado pela pessoa que o realiza. Contudo a definição do termo teletrabalho (conhecido também como *home Office*, trabalho a distância, trabalho remoto entre outros termos) é muito heterogênea, visto que existem diversas nomenclaturas se referindo às mesmas práticas, como também, não em raras situações

abarcando atividades diversas e se empregando os mesmos termos. (ROCHA; AMADOR, 2018)

Embora exista a problemática do emprego genérico do termo teletrabalho, neste artigo optou-se pela terminologia **trabalho remoto** por ser o termo mais utilizado. Ainda, deve-se levar em conta que essa modalidade de trabalho vem levantando questões que merecem ser analisadas de forma cuidadosa, considerando a sua maior popularização com a emergência da pandemia e com a propagação deliberada de que só existem benefícios para empregadores, trabalhadores e para sociedade.

Se, por um lado, propagam-se os benefícios às empresas, aos trabalhadores e à sociedade, por outro, também existe uma série de riscos envolvidos, dizendo respeito, principalmente, à individualização do trabalho – que pode acarretar o isolamento social, profissional e político dos trabalhadores. (ROCHA; AMADOR, 2018, p1).

Se antes da pandemia estávamos disponíveis 8 (oito) horas diárias, 5 cinco dias por semana, com o distanciamento social e a necessidade do trabalho remoto, muito/as de nós desempenhamos atividades e devido a coerções acabamos por incorporar muitas vezes os sábados, domingos e feriados e horários extras como parte da jornada de trabalho.

A forma abrupta como foi estabelecido o trabalho remoto para TAE trouxe prejuízos para as/os servidoras/es, primeiro porque não houve qualquer contrapartida do governo em relação aos custos extras agora assumidos com a realização das atividades nas residências (aumento do consumo de energia, manutenção de computadores particulares e a obrigatoriedade de contratar um serviço de internet), e a retirada de alguns auxílios como transporte, insalubridade e em alguns casos alimentação.

Ainda, porque acentuou a precarização das condições de trabalho. Não houve a formulação de uma proposta ou acordo de como se daria a migração do trabalho presencial para o trabalho remoto e sim uma imposição de critérios com condições desfavoráveis para a/o servidora/o TAE, contrariando o que preceitua as orientações estabelecidas pela Organização Internacional do Trabalho:

O teletrabalho deve decorrer de um acordo voluntário entre a entidade empregadora e o/a trabalhador/a. Para além de acordo no que diz respeito ao local (na casa do/a trabalhador/a ou

noutros locais), outros aspetos deverão ser clarificados, nomeadamente o horário de trabalho ou horas trabalhadas, os instrumentos de comunicação a utilizar, as tarefas a serem cumpridas, os mecanismos de supervisão. (OIT, 2020, p.1)

Houve transferência das responsabilidades e todos os custos para a/o servidor/a e com isso a acentuação da lógica capitalista da dupla exploração, pois antes a/o trabalhador/a apenas vendia a sua força de trabalho revertida em horas dedicadas a atividade a ser desenvolvida e eram garantidas as ferramentas e as condições necessárias para executá-la. Agora além de fornecer a força de trabalho, somos responsáveis pelas ferramentas, sua manutenção e pelas condições de como este trabalho é prestado.

Há que se levar em conta que com a necessidade de isolamento social, o aumento de adoecimento e de cuidados com a higiene pessoal e doméstica, muitas de nós, especialmente as mulheres, tivemos a carga de trabalho doméstico aumentada, quer seja pela necessidade de dispensar trabalhadoras domésticas, no caso das famílias que dispõem desses serviços, quer seja pelo aumento de demandas com a higiene (como já foi dito), quer seja pelas novas atribuições educativas incorporadas pelas famílias com filhas/os cujas escolas adotaram o ensino remoto. São as mães e os pais que inevitavelmente assumem a função de tutoria dessa modalidade de ensino.

Reclamação comum entre as servidoras mulheres do IFBA acerca da sobrecarga de trabalho, que durante esse período foi excessivo ao se somar com outras atividades domésticas e com os cuidados dos filhos, pois “a pandemia é particularmente dolorosa para as mulheres” (LIMA E SOUZA; ANDRADE, 2020, p. 132). Essa tem sido a regra de quem acorda e dorme respondendo demandas de trabalho, que deixou de se alimentar no horário correto, que já utilizou seu sofá, cama, cadeira e mesa de jantar ou até mesmo o chão como estação de trabalho, que se já se viu realizando mais de uma tarefa ao mesmo tempo ou teve que dividir seus atuais instrumentos de trabalho com familiares.

A experiência laboral de TAE vivida nos últimos 16 (dezesseis) meses desconsidera ser uma atividade também intelectual, desconsidera os percalços de infraestrutura mencionados anteriormente e ainda assim, o que mais espanta é a não percepção do momento delicado que estamos vivendo. Estresse, exaustão, frustração, pressão, insegurança e desamparo fazem parte da lista de sentimentos sem que haja por parte da gestão qualquer sensibilidade sobre as condições atípicas de trabalho e vida.

Dados da pesquisa institucional feita pela Pró-Reitoria de Ensino do IFBA (IFBA, 2020), envolvendo docentes, estudantes e TAE (publicizadas nesta ordem) fragmentou a categoria entre TAE que atuam em setores acadêmicos e administrativos,²⁸ indicando que

Apesar de 58,3% dos (as) TAE que responderam à pesquisa se dizerem preocupados(as) com o contexto da pandemia, esses(as) profissionais estão otimistas sobre a reversão deste quadro. **Entre as principais tarefas desempenhadas após a suspensão das atividades, também predominam entre os(as) técnicos(as) administrativos(as) em educação os estudos e trabalhos de ordem acadêmica e as atividades domésticas.**

Mas há também um grande contingente dos(as) que se dividem com o cuidado de filhos(as) e/ou parentes idosos(as), respectivamente 50,9% dos(as) profissionais dos setores acadêmicos e 60,8% daqueles vinculados às áreas administrativas (IFBA, 2020, grifos nossos)

Muitas servidoras delegam as tarefas domésticas e familiares à outras mulheres a fim de dedicarem-se às suas carreiras, o que Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007) denominam de modelo de delegação, mas durante a pandemia o modelo de conciliação de inúmeras atividades ocupou lugar de destaque, sobretudo em um segmento profissional composto majoritariamente por mulheres. Tal fato foi desconsiderado pela Instituição, pois constatou e nada fez em relação a isso. O que vivemos foi ausência de suporte e debate, tanto por parte da reitoria, quanto do sindicato.

Nos causa espanto que frente a todas essas instabilidades, e mesmo diante dos constantes ataques do governo ao funcionalismo público, com ameaças de retirada de direitos e das tentativas constantes de desmonte da Rede Federal de Educação, através do seu sucateamento, com o corte de verbas, nos deparamos com uma seção sindical em um estado de verdadeira apatia e silêncio frente a esse contexto de caos que nos aflige.

²⁸ São considerados *setores acadêmicos*: Departamentos de Ensino/Acadêmico, CORES, GRA, Equipe técnico-pedagógico, bibliotecas etc. e *setores administrativos*: Departamento Administrativo, Almoxarifado, Patrimônio, Tecnologia da Informação, Orçamento, entre outros e de Tecnologia da Informação.

Experiências de diálogo e antidiálogo

A experiência na Coordenação de Assuntos de Pessoal TAE do Sinasefe IFBA teve início em março de 2020, com a substituição da dirigente anterior, aprovada em outro concurso público. Cabe destacar que mesmo antes de seu afastamento, a colega relatou certa frustração acerca da falta de espaço para atuar no sindicato por compor a chapa minoritária da seção e também por não ser ouvida em vários momentos por membros da diretoria. Sendo que ao mesmo tempo tentava justificar o fato por ser uma mulher e jovem, com pouco tempo de militância sindical e ser pouco experiente no que descrevia como sendo “falta de traquejo político” para lidar com as situações que aconteciam na diretoria do sindicato. Ao substituir a colega na pasta TAE, Patrícia Souza alega que

comecei a participar das reuniões de diretoria e desde o primeiro momento tive a sensação de monopolização e do cerceamento dos espaços de fala. Estes ficavam centrados em poucas figuras que compunham a diretoria. Figuras masculinas, estas que representam forças políticas que ao longo da história do SINASEFE IFBA permanecem sempre à frente da gestão do sindicato, vez por outra travestindo-se de “novo” com as mesmas velhas práticas autoritárias, burocráticas e machistas.”

Outro ponto que chamou minha atenção durante as reuniões de diretoria era a restrição ao debate, que ia desde a construção da pauta que era sempre estabelecida pela chapa majoritária, e ao ser questionada sempre impunha uma votação da qual saíam vencedores, impedindo assim a atuação dos membros da Chapa Insubmissa (minoritária) e a proposição de uma agenda positiva e dialógica com os anseios do segmento classista.

Duas diretoras, mas uma percepção muito semelhante. Assim, após este breve preâmbulo, retornamos para o contexto pandêmico, o mesmo período (2020-2021) onde situamos o relato de experiência. Ademais, em 28 de setembro de 2020 foi retomada a pauta da flexibilização de jornada TAE (30h) no Conselho Superior do IFBA. O parecer do Conselheiro relator da matéria, representante eleito pelo segmento TAE e então Diretor Geral do Sinasefe-IFBA, seguia na contramão dos anseios destes servidores, que há muito aguardavam pela aprovação e a implantação do Regime de Flexibilização de Jornada para os TAE do IFBA. Este defendia a não aprovação imediata do regulamento e a necessidade

de realização de audiências públicas em todos os campi do Instituto com a participação de representantes dos órgãos fiscalizatórios.

Nesse cenário, houve um pedido de vista por parte de outro conselheiro, a criação de um grupo de trabalho formado por todos os representantes TAE do CONSUP e um convite para a participação de representação sindical. Uma vez que há uma Coordenação de Assuntos de Pessoal TAE do Sinasefe, entendemos que a indicação deveria ser desta representante, contudo não foi reconhecida pela direção do sindicato e a participação inicialmente foi vetada. Paula Vielmo diz que

Nesse contexto, a Coordenação de Assunto de Pessoal TAE, sob direção de Patrícia Souza, organizou reuniões ampliadas com o segmento para pautar temas como: a precarização das condições de trabalho remoto no IFBA, as implicações político-sociais da adoção do teletrabalho no atual contexto político e a flexibilização de jornada para TAE (30h).

Relevante sinalizar que desconhecemos registro de ação semelhante nos últimos dez anos, com realização de reuniões ampliadas do segmento TAE. Todavia, essa iniciativa, pioneira, foi recebida com resistência pela maioria de membros da diretoria do SINASEFE-IFBA, expressa pela negativa de suporte para a mobilização e para a realização das reuniões, mesmo que o Coordenador Geral, Matheus Santana, seja um TAE. Ademais, houve a tentativa do representante sindical no CONSUP, o docente Georges Rocha, de vetar a representação da coordenadora de Assuntos de Pessoal TAE para compor a comissão de flexibilização da jornada de trabalho TAE no Conselho Superior, uma TAE. Nas palavras de Patrícia Souza:

Ao divulgar a 1ª Reunião Ampliada da Categoria TAE, enviei um convite à diretoria do sindicato e um pedido de apoio para a realização do evento, contudo não obtive um retorno, além de uma tentativa frustrada do diretor geral de desqualificar a iniciativa e a representação da pasta junto a categoria, questionando a legitimidade desta para convocar reuniões através das redes sociais. Pois, em poucos dias o número de inscritos interessados em participar da reunião já superava uma centena de pessoas, e sem a perspectiva de apoio da diretoria do SINASEFE-

IFBA, busquei o apoio da Direção Nacional e fui prontamente atendida.

As reuniões ocorreram em um clima amistoso e participativo, bem diferentemente do que aconteceu nas últimas AGEs. A participação foi majoritariamente feminina, bem como sua condução. Distante de qualquer abordagem naturalizante, mas pautadas na construção social da masculinidade como atrelada a violência e da feminilidade ao afeto, percebemos essas expressões e suas diferenças significativas nas AGEs e reuniões promovidas pela Coordenação de Assuntos de Pessoal TAE.

Em meio às diversas denúncias de assédio moral, reclamações sobre as condições de trabalho e de adoecimentos entre os servidores, a direção sindical demorou mais de sete meses até realizar a primeira assembleia virtual, sob o argumento da falta de condições para a realização da mesma e da ausência de aparato legal, mesmo quando nós, trabalhadoras e trabalhadores, já estávamos trabalhando desta forma e mesmo depois que a Seção IFBA adquiriu plataforma de reuniões on-line “Zoom”, logo no início da pandemia, e após a Direção Nacional do SINASEFE ter reforçado a necessidade da realização de assembleias virtuais nas seções sindicais por meio das orientações contidas no Ofício circular nº 005/2020/ DN/SINASEFE de 04 de agosto de 2020²⁹. Ora, já estávamos trabalhando remotamente e era inviável realizar uma assembleia neste mesmo modo?

Todavia, quando ocorreu a tão exigida AGE em 06/10/2020, havia uma evidente desorganização e o fórum foi suspenso, sob o argumento de inviabilidade técnica e de que o plano adquirido não atendia a demanda, embora a direção soubesse quando contratou o serviço. Destacamos que 100 participantes correspondem a cerca de 10% dos sindicalizados da seção. Ao fim, depois de tanto tempo não houve um preparo ou preocupação para planejar a AGE.

Segundo levantamento no *site* da entidade sindical, ocorreram três Assembleias Gerais durante o ano de 2020. A primeira ocorreu antes de decretada a pandemia, no dia 09 de março (ASCOMa, 2020). Entre essa assembleia e a primeira virtual, foram 7 (sete) meses, pois tal evento foi agendado para 13 de outubro, pelo *Zoom*, sob a denominação

²⁹ Disponível em: <https://sinasefe.org.br/site/164a-plenaria-nacional-do-sinasefe/>. Acesso em 26/08/2021

de ser uma Assembleia Geral Virtual “piloto” (AGV). Essa assembleia foi resultado de movimentação de filiadas e filiados, mobilizando pelas redes sociais, grupos internos e até mesmo um abaixo-assinado virtual³⁰. Tal ineditismo tinha como pauta única: Regularização da Diretoria Executiva e Eleição suplementar para o Conselho Fiscal (ASCOMb, 2020).

De fato, a primeira AGE pandêmica da Seção IFBA, denominada de “piloto” durou mais de oito horas. É evidente que havia muitos temas reprimidos na base. Ao final, a regularização dos membros afastados da diretoria executiva não ocorreu. Dentre os três membros destituídos, haviam duas TAE, mulheres negras. Interpretamos tais afastamentos como ações vexatórias, sobretudo por se tratar de colegas recém inseridas na direção sindical, inexperientes, em certa medida frágeis naquele espaço tão inóspito. Além disso, a violência contra as colegas se estende ao conjunto do grupo de mulheres TAE desvinculadas dos grupos políticos hegemônicos no sindicato, como uma mensagem de que ali não é nosso lugar. Mas é!

Após duas reuniões ampliadas, havíamos conseguido acelerar a aprovação da Jornada Flexibilizada, reestabelecer um mínimo diálogo entre TAE e ganhamos visibilidade ao ponto da Reitoria Luzia Mota (MOTA, 2020) emitir uma nota pública pouco tempo após terminar a primeira reunião, numa evidente tentativa de acalmar a movimentação em curso.

Considerações finais

É fundamental afirmar e apreender que nós, TAE, somos trabalhadoras e trabalhadores em educação e também produzimos experiências de lutas que contribuem para o conjunto da classe trabalhadora. Desse modo, o relato de experiência ao final é avaliado por nós como uma experiência democrática e dialógica (FREIRE, 2011), pois possibilitou que, durante as reuniões ampliadas, o diálogo fosse exercido. Ademais, observamos que o processo de organização do segmento por meio das reuniões ampliadas, da atenção, ocupação da vaga sindical na comissão do CONSUP, elevou a autoestima TAE pelo protagonismo da mobilização, além da conquista da aprovação de uma nova resolução de flexibilização da jornada de trabalho TAE.

³⁰ Disponível em: <https://www.abaixoassinado.org/abaixoassinados/52182>

Percebemos que a organização coletiva suplantou em alguma medida os boicotes em torno da conquista das 30h, mas não no que se refere ao silenciamento de mulheres atuantes na direção sindical, cujos sentidos do vivido tanto por Patrícia quanto outras companheiras TAE, é o de que aquele espaço não é nosso e que a nossa presença nele será fruto de nossa luta e não da consciência dos companheiros sindicalistas, colegas trabalhadores da educação, tampouco de outras mulheres sem consciência das relações de gênero.

Por fim, essa experiência é percebida como impulsionadora de um deslocamento no que entendemos ser um *modo operandi da masculinidade hegemônica*. Afirmamos isso pelo fato de que as reuniões ampliadas convidaram a coletividade para dialogar, indo na contramão do personalismo que caracteriza a atuação na seção sindical, expressa tanto pelos homens quanto pelas mulheres que ingressam na direção sem se dedicar a atentar para as relações de gênero e raça para além de um uso por conveniência.

REFERÊNCIAS

ASCOMa. **SINASEFE-IFBA convoca base para Assembleia Geral Estadual no dia 9/03.** Disponível em: <http://sinasefeifba.org.br/sinasefe-ifba-convoca-base-para-assembleia-geral-estadual-no-dia-903/>

ASCOMb. **Assembleia Geral Virtual Piloto é remarcada para próxima terça-feira (13/10).** Disponível em: <http://sinasefeifba.org.br/assembleia-geral-virtual-piloto-e-remarcada-para-proxima-terca-feira-1310/>

BRASIL. **Lei no 13.467, de 13 de Julho de 2017.** Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Disponível em: https://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19173773/DiarioOficialdaUniao. Acesso em: 08/08/2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido** [1974]. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, Dez. 2007. Disponível em < <https://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf> >. Acesso em: 05 fev. 2021.

IFBA. **IFBA divulga resultado da Pesquisa Institucional com docentes, estudantes e TAE.** IFBA, 2020. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/noticias/2020/ifba-divulga-resultado-da-pesquisa-institucional-com-docentes-estudantes-e-tae> Acesso em: 07 ago 2021.

LIMA E SOUZA, Ângela Maria Freire de; ANDRADE, Francisco Leal de. Apresentação dossiê: gênero e cuidado em tempos de pandemia – reflexões em perspectiva

interseccional. **Feminismos**, Salvador, Vol.8, N.3, Set. - Dez. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/39089>>. Acesso em: 13 jan. 2021.

MOTA, Luzia Matos. **Nota Pública - Regulamento da Jornada Flexibilizada dos(as) Técnicos(as)-Administrativos(as) em Educação do IFBA**. IFBA, 2020. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/notas-comunicados/nota-publica-regulamento-da-jornada-flexibilizada-dos-tecnicos-administrativos-em-educacao-do-ifba> Acesso em: 17 nov.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO 2020. **Teletrabalho durante e após a pandemia da COVID-19 - Guia prático**. Bureau Internacional do Trabalho - Genebra, jul 2020.

Organização Internacional do Trabalho- OIT - **Convenção de Trabalho Domiciliar, nº 177, 1996**, (ilo.org) (Entrada em vigor: 22 de abril de 2000). Genebra, 1996. Disponível em: https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_INSTRUMENT_ID:312322

PAVAN, Danielle Fernanda Morai; MARTINS, Lucinéia Scremin. Os guetos ocupacionais e a difícil inserção feminina na educação profissional e tecnológica. In: Ponciano, Roberta Rodrigues; Luz, Luciene Correia Santos de Oliveira; Santos, Adriana Cristina Omena dos (Orgs.). **Interfaces entre tecnologias, trabalho e educação: da educação profissional à inserção jovem e/ou feminina no mundo do trabalho**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019. Disponível em: encurtador.com.br/bdmyB. Acesso em 07 agos 2021.

ROCHA, Cháris T. M, AMADOR, Fernanda S. **O teletrabalho: conceituação e questões para análise**. Cad, Ebape.BR, v.16, nº1, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/xdbDYsyFztnLT5CVwpxGm3g/abstract/?lang=pt> Acesso em: 08/08/2021.

SETEC. **Planilha fornecida com dados de servidoras e servidores por segmento e sexo em cada órgão da RFEPECT**. 2018. Indisponível para consulta pública.

VIELMO, Paula. “Não tem mulher”: sindicalismo e a luta feminista no Sinasefe. In: BAUER, Carlos et al (orgs.). **Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil: com escritos sobre a Argentina, Inglaterra, País de Gales e Portugal**. 1. ed. Jundiaí, SP: Paco, 2019, p. 327-342.

REFLEXOS DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES EM SINDICATO

Carmen Beatriz Lübke Ücker
Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil
bia.lubke@gmail.com

Este texto tem como objetivo discutir, através dos estudos de gênero, como a precarização do trabalho docente se reflete nas vivências das/os trabalhadoras/es em educação que atuam como representantes de escola no 24º Núcleo do CPERS/SINDICATO. Para tanto, na pesquisa foram realizadas entrevistas semiestruturadas com onze representantes de escola, oito mulheres e três homens. Essas entrevistas foram submetidas à análise de conteúdo, adotando a categorização como procedimento metodológico. Cabe salientar, que o estado do Rio Grande do Sul durante o governo de José Ivo Sartóri (MDB), parcelou e pagou em atraso os salários das/os trabalhadoras/es em educação, o que foi mantido durante o início da gestão de Eduardo Leite (PSDB). Essas e outras medidas foram responsáveis pela intensificação e precarização do trabalho docente, gerando sobrecarga de trabalho, empobrecimento e adoecimento das/os trabalhadoras/es em educação. A pandemia, provocada pela COVID 19, vem agindo como um agravante neste processo. Isso refletiu diretamente na atuação das/os representantes de escola, levando à diminuição da participação nas instâncias do sindicato. No entanto, as medidas adotadas por esses governos não atingiram homens e mulheres da mesma forma. Sobre elas pesaram ainda a multiplicação das jornadas de trabalho e a intensificação do trabalho doméstico, contribuindo para a diminuição da presença de mulheres nos espaços de discussão do referido sindicato.

Palavras-chaves: CPERS/SINDICATO; gênero; precarização.

Eixo 4 - Associativismo, sindicalismo, etnia e raça

A ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRJ (ADUFRJ) FRENTE ÀS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA NA GRADUAÇÃO

Matheus do Nascimento SANTOS³¹

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

mnshistoria@gmail.com

Jussara Marques de MACEDO³²

Universidade Federal do Rio de Janeiro

jmacedo@fe.ufrj.br

Resumo

A educação no Brasil é marcada pela disputa entre capital e trabalho, decorrência da sociedade de classes, o que contribui para a desigualdade no acesso ao Ensino Superior. Objetiva-se analisar a posição da ADUFRJ no que se refere ao acesso dos mais pobres aos cursos de graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a partir da implantação da Lei 12.711/2012. A metodologia pautou-se no materialismo histórico-dialético e estabeleceu como referência empírica as Políticas de Ação Afirmativa (PAA) na UFRJ. Para a coleta de dados elegeu-se as publicações da ADUFRJ disponibilizadas no site como os Jornais publicados de 2015 a 2021, as Revistas (2018) e entrevista realizada com a diretoria da Associação. A revisão de literatura evidenciou uma opção política por parte do Estado brasileiro que tomou a iniciativa privada como indispensável para a ampliação do acesso ao Ensino Superior dos mais pobres. Assim, o aumento significativo da privatização desse nível de ensino provocou o uso do fundo público para a iniciativa privada e, principalmente, o contingenciando dos investimentos nas Universidades

³¹ Doutorando em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Mestre em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Direitos Humanos (PPDH) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Especialista em Planejamento Estratégico em Recursos Humanos e graduado em Administração pela UFRRJ. É servidor público no estado do Rio de Janeiro, atuando na área de gestão de pessoas. E-mail: mnshistoria@gmail.com

³² Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF) com Pós-Doutoramento em Administração e Política Educacional pela Universidade de Lisboa (ULisboa). Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), compõe o quadro docente da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos (PPDH). É membro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), da Rede Universitatis/BR, do Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação (COLEMARX/UFRJ) e do Grupo de Pesquisa Sobre Trabalho, Política e Sociedade (GTPS/UFRRJ). E-mail: jmacedo@fe.ufrj.br

Federais, inclusive na UFRJ ameaçando, assim, as políticas sociais, tais como as PAA. A ADUFRJ apoia as PAA como reparação histórica que contribui diretamente na luta pela democratização do acesso ao Ensino Superior. Em oposição, a classe privilegiada economicamente se organiza em defesa da “política meritocrata” para o acesso ao Ensino Superior, colocando-se em disputa frente as lutas em prol da defesa das PAA. Conclui-se que a ADUFRJ reconhece o esforço da UFRJ na implementação das PAA o que se evidencia na expansão na oferta de vagas de acesso a partir de 2014 e a aplicação de PAA próprias desde 2010. Entretanto, constitui-se ainda um desafio, a permanência dos estudantes mais pobres na instituição.

Palavras-Chave: Ensino Superior; Ações Afirmativas; ADUFRJ

Introdução

A educação no Brasil é marcada pela disputa entre capital e trabalho, decorrência da sociedade de classes, o que contribui para a desigualdade no acesso ao Ensino Superior. No decorrer destes últimos anos no Brasil, intensificou-se as discussões em torno da Educação Superior, campo atrativo para atuação de agenciadores (nacionais e estrangeiros), pois já possuía um parecer oportuno aos empresários, conforme assinalada no Plano Nacional de Educação (PNE), 2014-2024 (BRASIL, 2015). Desta forma, pode-se constatar uma política que fomenta a ampliação da privatização para além do financiamento, o ranqueando, o uso do fundo público para a iniciativa privada, o “contingenciamento autoritário” difundido pelo atual governo, configurando em cortes significativos nas universidades federais, principalmente na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que se comprometeu nos últimos anos, com a implementação das Políticas de Ação Afirmativa (PAA), como por exemplo, as cotas sociais e raciais.

Estas ações são provenientes da materialização e da perpetuação de um projeto de educação elitista e de continuidade de privilégios sociais inseridos na sociedade brasileira. Isso se evidencia com a correlação de forças entre a burguesia, com a defesa da política meritocrática de acesso ao Ensino Superior e a classe trabalhadora com a defesa das PAA, sociais e raciais.

Evidencia-se os avanços que ocorreram nos últimos anos, tais como: o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o Exame Nacional do

Ensino Médio (Enem), a adesão por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e, a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) que combinados, colaboram com o processo de ampliação do acesso à Educação Superior, porém, devem ser consideradas as contradições no que se refere à ideia da educação pública, gratuita e de qualidade. Além disso, destaca-se o fato de que esse nível de ensino no Brasil esteve, historicamente, destinado aos grupos pertencentes às classes privilegiadas, que atuam para restabelecer o retorno de paradigmas conservadores na educação, por meio da meritocracia, mantendo assim, a classe trabalhadora excluídas desse grau de ensino.

Nesse sentido, a Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ADUFRJ), tomando como referência a implantação da Lei nº 12.711/2012, apoia a consolidação de uma reparação histórica via democratização do acesso à Educação Superior pública, gratuita e de qualidade, com garantia de permanência e conclusão dos cursos.

A luta contra todo tipo de opressão, seja pela fundamentação dos traços neoliberais, seja pelo estado de investigação e conservadorismo instalado no país, demonstram a necessidade de recomposição das entidades educacionais na defesa da educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade socialmente referenciada.

Objetiva-se analisar a posição da ADUFRJ no que se refere ao acesso dos estudantes oriundos da classe trabalhadora nos cursos de graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a partir da implantação da Lei 12.711/2012. A metodologia pautou-se no materialismo histórico-dialético e estabeleceu como referência empírica as ações da ADUFRJ frente às PAA na UFRJ. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica por meio de fontes primárias e secundárias, com análise qualitativa. Para a coleta de dados elegeu-se as publicações da ADUFRJ disponibilizadas no *site* e as Revistas publicadas pela ADUFRJ.

Conclui-se que a ADUFRJ reconhece o esforço da UFRJ na implementação das PAA, evidenciado na expansão na oferta de vagas de acesso a partir de 2014 e a aplicação de PAA próprias desde 2010. Entretanto, constitui-se ainda um desafio, a permanência dos estudantes mais pobres na instituição. A política meritocrática ameaça as políticas de assistência estudantil implementadas na UFRJ, colocando em

risco as PAA e, conseqüentemente a autonomia universitária. Nossa conclusão é de que a ADUFRJ tem sido um sindicato com posição clara quanto à consolidação de uma educação pública, gratuita e de qualidade, indispensável à formação do sujeito emancipado.

Metodologia

O artigo é resultado de uma pesquisa que se pauta na metodologia do materialismo histórico-dialético, tomando por base as categorias da contradição, totalidade, aparência e essência (KOSIK, 1969). Isso, possibilitou analisar o fenômeno por meio das categorias da contradição, essência e aparência relacionando-o com o cenário atual da política brasileira. Fez-se necessário, para o estudo proposto, a observação no campo das relações sociais e da aproximação da realidade, resultando na prática da análise entre a particularidade histórica do fenômeno e sua totalidade. Assim, torna-se necessário “cindir a realidade do que é essência e aparência” [e] as categorias da totalidade e da particularidade que envolve o fenômeno em si, a fim de aprender o real em suas múltiplas facetas” (MACEDO, 2011, p. 37).

A pesquisa de caráter bibliográfico se deu por meio da análise de fontes primárias e secundárias (GIL, 2009), com análise documental e enfoque qualitativo. Tomamos como referência empírica as ações da ADUFRJ frente às PAA, na UFRJ, com suas novas demandas e, em um novo contexto de crise. Objetiva-se esclarecer os fenômenos sociais, políticos e econômicos das políticas públicas de acesso ao ensino superior e, se elas têm contribuído ou não, para a garantia do acesso a esse grau de ensino, mas, sobretudo, se tem garantido também a permanência e conclusão do curso.

A Lei de Cotas e a Política de Ações Afirmativas na UFRJ

Os diversos discursos que circulam em torno do acesso ao Ensino Superior a partir dos anos 2000, resultaram de diversas motivações que provocaram alterações nas esferas federais e/ou estaduais, que se relacionaram aos temas mais gerais da política educacional. A atuação dos movimentos sociais foi fundamental para colocar o tema das ações afirmativas em pauta e como enfrentamento da questão social. Ao mesmo

tempo em que passa a integrar os debates sobre cidadania, direitos e inclusão, como um possível caminho para mobilidade social dos grupos historicamente excluídos.

Nas universidades públicas federais surge uma nova configuração por meio do Plano de Restruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), em 2007. Uma das diretrizes previstas está em “disponibilizar mecanismos de inclusão social a fim de garantir igualdade de oportunidades de acesso e permanência na universidade pública a todos os cidadãos” (BRASIL, 2007). A UFRJ adotou as ações afirmativas em 2011, via Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e a adesão, por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), onde 50% das vagas seriam distribuídas de acordo com o Sisu e notas do Enem. Em 2012 foi sancionada a Lei nº 12.711, conhecida, como a Lei de Cotas.

A expansão de vagas pelo do REUNI, pelo Enem, pelo Sisu e pela Lei de cotas combinam-se no intuito de “incrementar o ingresso da população de baixa renda e de segmentos discriminados”. À vista disso, “cresce a preocupação com a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade, e por desdobramento, com a assitência estudantil” (MACIEL *et alii*, 2015, p. 260). Embora seja significativo o crescimento do acesso dos jovens mais pobres ao Ensino Superior, ainda não foi possível equilibrar, proporcionalmente, os diferentes grupos sociais.

Atualmente, nas universidades públicas, surge o discurso da meritocracia, que é proposto pelo senso comum, numa investida de classificar e hierarquizar os estudantes. Os enfrentamentos e as disputas provocaram, desde antes, da homologação da Lei de Cotas e, um ceticismo quanto à sua aplicação foi agravada, por uma retórica conservadora quanto ao engajamento acadêmico, principalmente em relação às PAA.

Chalhoub (2017), destaca a relevância das ações afirmativas como mecanismo de reparação e promoção de justiça social. Além disso, contesta argumentos utilizados pelos críticos das cotas, como a necessidade de preservar a meritocracia por quê:

A meritocracia como valor universal, fora das condições sociais e históricas que marcam a sociedade brasileira, é um mito que serve à reprodução eterna das desigualdades sociais e raciais que caracterizam a nossa sociedade. Portanto, a meritocracia é um mito que precisa ser combatido tanto na teoria quanto na prática. Não existe nada que justifique essa meritocracia darwinista, que é a lei da sobrevivência do mais forte e que promove constantemente a exclusão de setores da sociedade brasileira.

Isso não pode continuar (CHALHOUB, 2017– *texto em html*).

Compreende-se, por ações afirmativas, um conjunto de medidas especiais voltadas a grupos discriminados e vitimados pela exclusão social, seja no passado ou no presente, cujo objetivo é eliminar as desigualdades e segregações, de forma que não permaneçam grupos elitizados e grupos marginalizados dentro da sociedade. Desta maneira, procura-se consolidar uma composição diversificada sem qualquer preponderância de raças, etnias, religiões, gênero, etc. Dentro desta lógica, surgem as políticas públicas voltadas para os grupos vulneráveis, que foram estabelecidas por meio de leis ou resoluções dos conselhos universitários, com o intuito de democratizar o acesso à Educação Superior e reduzir as desigualdades sociais e étnicas, presentes no Brasil. Este debate trouxe à tona outras questões complexas, mas que necessitam uma reflexão mais profunda, pois, o discurso sobre o “mito da democracia racial” ainda permanece e representa um entrave para o desenvolvimento de um projeto antirracista no Brasil.

O acesso deste novo contingente de estudantes na UFRJ levou Janoário a destacar que “o fator valorização da diversidade, nos parece relevante na reflexão sobre uma universidade mais solidária, ética, pluralista e livre de preconceitos” (JANOARIO, 2013, p. 105). Reforça neste sentido, Schwartzman (2013), que a universidade tem, na função democratizadora, um dos principais motivos a direcionar o processo de expansão do sistema educacional. O direito à educação passou a ser considerada parte do conceito de cidadania, e principalmente a Educação Superior que teria um papel de oportunizar, a todos, igual participação nos espaços sociais. Com isso, é possível destacar a importância das ações afirmativas que possuem objetivo não apenas de coibir a discriminação do presente, mas, sobretudo de eliminar os efeitos perversos da discriminação do passado que tendem a se perpetuar.

As ações afirmativas são como políticas compensatórias adotadas para aliviar e remediar as condições resultantes de um passado de discriminação, cumprem uma finalidade pública decisiva para a materialização do projeto democrático, qual seja: “assegurar a diversidade e a pluralidade social” (MOREIRA *apud* PIOVESAN, 2005, p.49), além é claro, de propiciar a inclusão de representação proporcional de integrantes de grupos vulneráveis nos diversos espaços sociais.

Já se passaram quase duas décadas da promulgação destas políticas públicas educacionais, que tem honrando suas obrigações sociais, por meio da PAA. Compreendemos e concordamos que o avanço destas políticas públicas de acesso ao Ensino Superior, podem se consolidar gradativamente, pois

[...] o sucesso efetivo das políticas de inclusão na educação superior vai a educação superior vai se dar plenamente na medida em que sejam garantidas as condições de igualdade de oportunidades para os estudantes de diferentes origens sociais e características socioeconômicas na sua vivência, integração, percepção, apropriação e afiliação ao ambiente universitário. (HERINGER, 2018, p. 12).

Do mesmo modo, a UFRJ também reconhece que:

A adoção de políticas de ações afirmativas no acesso ao ensino superior gratuito marca a ampliação do processo de democratização da universidade, que se desdobra em desafios como a permanência e a conclusão do curso por alunos provenientes de segmentos sociais discriminados e/ou pauperizados (UFRJ.PDI, 2018, p. 116).

É evidente que, as PAA junto com a expansão do sistema educacional, durante os anos 2000, promoveram maior inclusão, porém ainda evidencia-se a necessidade de ajustes para melhor atender os estudantes. É notório que os estudantes de menor renda sofrem muito mais não apenas para permanecer na universidade mas, sobretudo, concluir seu curso, principalmente devido ao aspecto financeiro. As políticas de assistência estudantil ajudam, porém sua abrangência ainda é tímida e, não necessariamente, alcançam todos os estudantes que as requerem. É neste sentido que:

Podemos dizer que há um desafio para as instituições de ensino superior públicas, especialmente as de maior prestígio, para considerar efetivamente como parte de suas tarefas e responsabilidades a necessidade de lidar com a emergência deste novo perfil de estudante universitário, que chega com diferentes necessidades e requer atenção especial por parte das instituições. É importante destacar que muitos destes estudantes pertencem à primeira geração das suas famílias a ingressar no ensino superior (HERINGER, 2018, p.13).

É fundamental a ampliação das políticas de permanência na Educação Superior, como parte integrante para o sucesso acadêmico dos estudantes. A sua

existência, em forma de bolsas e/ou auxílios financeiros, colabora para o desenvolvimento da atividade acadêmica, porém, não tem sido suficiente para garantir toda a trajetória do estudante pobre, dentro da universidade. Podemos observar que as ações internas, como o apoio acadêmico, tem se destacado e ganham importância efetiva na permanência estudantil. Cabe ressaltar, que as políticas de permanência, nem sempre representam uma demanda de recursos financeiros disponíveis, mas podem ter, progressivamente, um papel indispensável para permanência e o sucesso acadêmico destes estudantes que ingressam nas universidades federais. Assim, é fundamental promover ações transformadoras para este público diversificado, para que sintam-se à vontade neste novo lugar de ocupação coletiva. Faz-se necessário a efetivação das PAA, voltadas para às necessidades dos estudante e, não somente como uma ação para a garantia da inclusão excludente dos estudantes mais pobres.

A ADUFRJ e a Política de Ação Afirmativa

O atual cenário político demonstrou, desde a campanha eleitoral de 2018, uma proposta de combate às políticas públicas e, diretamente às PAA, em defesa da política meritocrática, significando, o retrocesso em relação às conquistas sociais alcançadas. No decorrer destes anos e, principalmente no atual governo, observamos constantes ataques sofridos publicamente, demonstrando que a UFRJ corre perigo, pois “os cortes orçamentários, somados a uma agenda autoritária e à asfixia provocada também nas agências de fomento, associados ainda a discursos negacionistas e de desrespeito às orientações técnicas forjadas no rigor científico, tudo isso acrescenta cores bem realistas quanto aos interesses que não se disfarçam” (ADUFRJ, 2021, p. 2).

O atual orçamento, aproximado em torno de R\$ 299 milhões equivale, em valores corrigidos pela inflação, ao de 2008, quando a UFRJ tinha a metade dos alunos que possui hoje. “Nós nos deparamos com o maior ataque do ponto de vista orçamentário, não só à UFRJ, mas a todo o sistema de universidades. Voltar 13 anos em termos orçamentários é tentar nos aniquilar”, enfatizou (ADUFRJ, 2021, p.3).

É importante salientar, que a implantação das cotas nas universidades federais, fez a UFRJ avançar rumo à democratização da Educação Superior, porém, segundo a própria ADUFRJ, os estudantes mais necessitados, oriundos das ações afirmativas, são os mais

dependentes de políticas de permanência como bolsas, moradia, transporte e alimentação (SÁ, 2019, – *texto em html*).

A relação entre acesso à Educação Superior e, melhores oportunidades foi destacada, há época, também pela Diretora do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRJ (Sintufrj), Noemi Andrade, que compreende que as ações afirmativas na universidade ainda enfrentam obstáculos oriundos do discurso da meritocracia, afirmando que “é preciso afirmar cotas nas universidades públicas, sim”. (MONTEIRO, 2019, – *texto em html*).

A aplicação gradual da política das PAA na UFRJ, trouxe um conjunto de modificações que foram significativas e marcantes na forma de entrada na UFRJ, que “além de contribuir com uma formação de qualidade indiscutível a alunos de todo o Brasil, oferece a oportunidade de convívio em sala de aula com nossa riquíssima diversidade cultural e pluralidade de costumes mostrando a realidade brasileira para além do Rio de Janeiro” (ADUFRJ, 2016, p. 6).

Obviamente, a situação se agrava com a política de Estado opressor e de intolerância, que norteia o aprofundamento da transformação da educação democrática para uma educação com elementos autoritários e de controle.

Como parte determinante desses processos, as contrarreformas impetradas pelo Estado capitalista brasileiro à educação, por meio de medidas de austeridade, visam o desmantelamento, a desregulamentação e o direcionamento da educação pública, principalmente da Educação Superior, para atender aos interesses mercantis. Essa concepção vinculada à lógica de mercado limita e restringe o processo educacional, apenas a uma perspectiva que atenda à necessidade do capital de formação de “mão de obra”, em detrimento das diversas potencialidades que o ser humano pode desenvolver via processo educacional. À vista disso, a análise das políticas públicas para a Educação Superior, indica uma preferência governamental para o avanço da iniciativa privada, em detrimento da iniciativa pública, marcada pela redução de recursos e com autonomia regulada.

Estas pressões trazem uma motivação que tem colocado a classe trabalhadora, nos últimos anos, frente a inúmeros embates, especialmente marcadas pelo combate aos ataques e aos retrocessos implementados pelo governo. Nesses processos de luta, a ADUFRJ tem participado de várias iniciativas que buscam contribuir para a reorganização

da classe trabalhadora, mesmo que timidamente, nas suas mais diversas etapas, buscando alianças para o fortalecimento da base, colocando-se contra à pauta liberal e autoritária.

Recentemente, na assembleia comunitária virtual, realizada em 26 de maio de 2021, estabeleceu algumas deliberações que fortalecem temas pertinentes e que envolvem o futuro da UFRJ. Em um ato de compromisso político, “professores, técnicos e estudantes sentiram o frisson em torno do encontro organizado pelo Formas, o Fórum de Mobilização e Ação Solidária, que congrega todas as entidades representativas da UFRJ. Em falas apaixonadas, como se estivessem cercados da multidão de colegas, eles conclamaram à união de todos os segmentos contra as políticas autoritárias do governo” (ADUFRJ, 2021, p. 3). Temas inerentes sobre a reorganização da classe trabalhadora, a construção de defesa das liberdades democráticas, a consolidação de uma política educacional emancipatória e, também, pela luta em defesa da universidade, em risco iminente. Isso porque, num quadro de enfrentamento a um governo que dissemina, por exemplo, que o sistema de cotas deve acabar, pois é “equivocada” e “desnecessária”. A ADUFRJ, prontamente, indica a necessidade do fortalecimento da luta por uma universidade pública popular, menos branca e elitizada, na contramão da política do governo federal. Faz-se necessário esclarecer, que as cotas étnico-raciais são ações afirmativas necessárias para o país superar as desigualdades econômica e social. Além disso, faz-se necessário tentar diminuir as desvantagens entre grupos que defendem a política meritocrática e, aqueles que lutam para consolidação dos avanços referentes à inclusão social, possibilitada pelas cotas sociais e raciais.

O neoliberalismo e os ataques neoconservadores estão sendo direcionados, principalmente, na direção da educação, por meio de ataques políticos, ideológicos e econômicos. Esse avanço das forças conservadoras na sociedade brasileira foi comprovado, nas últimas eleições e, ao longo deste ano, quando autoridades, por meio da arrogância, da agressividade e da tirania, se colocam contra os intelectuais da classe trabalhadora e os trabalhadores da educação.

No que se refere à educação, consta como fundamento do Programa de Governo Federal atual, medidas tais como a valorização da educação a distância em todos os níveis; a privatização e parcerias com o setor privado como mecanismo prioritário de obtenção de recursos e o fim das cotas raciais. A intensificação dos ataques revela a

existência de um arrojado e planejado ataque contra o projeto de educação, defendido pelo ADUFRJ. Por isso, esse sindicato vem realizando diversos debates e ações voltados para a defesa da educação.

A atual presidente da Adufrj, Eleonora Ziller, alertou para as fortes ameaças relacionadas ao orçamento e a reforma administrativa. Ela enalteceu a participação da comunidade universitária no que se refere ao fortalecimento da UFRJ e a da Adufrj. Destacou, ainda, a força da coletividade da UFRJ, destacando que: “Essa universidade é nossa. É construída por nós. Cada um pode afirmar essa relação numa ação efetiva e solidária. Viva a UFRJ plural, gratuita, autônoma, democrática e inclusiva” (SINTUFRJ, 2020 – *texto em html*).

Conclusão

As impressões e as reflexões aqui apresentadas, confirmam a necessidade do fortalecimento do processo de luta contra a atual política meritocrática, que impõe um enorme desafio a ser enfrentado pela classe trabalhadora e, também, pela universidade pública, cuja luta deve se dar em torno da intensificação do enfrentamento à defesa da universalização da Educação Superior, além de assegurar a efetivação das políticas de reparação via PAA.

A dificuldade para manutenção dos programas de assistência e permanência estudantil está diretamente vinculada ao “contingenciamento” de recursos. Dessa forma, as políticas voltadas para a garantia do acesso e da permanência dos estudantes pertencentes à fração mais pobre da classe trabalhadora, na Educação Superior pública, têm sido ameaçadas pelos cortes sofridos, influenciando, diretamente, o quadro de permanência desses estudantes nas instituições.

A realidade cruel aponta a necessidade de luta organizada contra os cortes de gastos sociais, inclusive os da educação, uma vez que tais medidas resultam em um processo de exclusão social, pois uma política pública sem recursos financeiros não se sustenta. Ampliar recursos financeiros associados às outras políticas sociais, tornam-se de fundamental estratégia para que, na universidade pública, todos os estudantes sejam reconhecidos nas suas particularidades. Somado a isso, está em pauta a necessidade de esforços à luta coletiva em prol da garantia das políticas de acesso, de permanência e de

conclusão dos cursos de graduação, tendo em vista à formação para emancipação humana e para a plena inclusão social.

Se faz necessário, portanto, consolidar as ações afirmativas, em torno da construção de um projeto de educação universal, em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade e socialmente referendada, indispensável à formação do sujeito emancipado, somado à ideia do direito ao conhecimento e não apenas à aprendizagem.

Nesse sentido, a ADUFRJ, enquanto sujeito coletivo, assume papel de fundamental importância na luta em prol da sobrevivência da UFRJ, por ter, como marca histórica a luta, a organização e a resistência, tomando sempre como referência o trabalho de base. O desafio é lutar contra todo tipo de retrocessos. Lutar contra toda forma de cerceamento à liberdade de organização sindical e de expressão, não se esquecendo de que, o desafio maior, é o de manter a luta organizada e articulada na defesa da universidade pública, para que se mantenha pública com seu caráter de gratuidade. Somente assim, vislumbramos a possibilidade de manutenção e fortalecimentos das PAA como forma de reparação e inclusão social.

Referências

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ (ADUFRJ). **Jornal da ADUFRJ**, Dossiê afirmativo – A Universidade do Brasil. Rio de Janeiro, maio. 2016. Disponível em:

https://www.adufrj.org.br/images/documentos/publicacoes/REVISTA_ADUFRJ_01_-_20.05.pdf. Acesso em: 23 set. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Poder Executivo, Brasília, DF, 29 de agosto de 2012.

BRASIL. **Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007** – Programa de Apoio de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acesso em: 08 mar. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base**. Brasília (DF): Inep, 2015.

CHALHOUB, Sidney. A meritocracia é um mito que alimenta as desigualdades. **Jornal da Unicamp Online**, 07/06/2017. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/06/07/meritocracia-e-um-mito-que-alimenta-desigualdades-diz-sidney-chalhoub>. Acesso em: 08 jun. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HERINGER, Rosana. Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 19, n. 1, p. 7-17, jan.-jun./2018. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v19n1/03.pdf>. Acesso em: 14 out. 2021.

JANOARIO, Ricardo de Souza. Acesso, Permanência e Política de Ação Afirmativa para Negros na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) na Visão dos Gestores.

Libertas: Revista da Faculdade de Serviço Sociais, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 95-120, jan.-jun./2013. Disponível em:

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18257/9498>. Acesso em: 14 out. 2021.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

MACEDO, Jussara Marques de. **A mundialização do capital e seus reflexos nas políticas de formação de professores no período 1990-2010**. 2011. 494 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2011.

MACIEL, Carina Elisabeth *et alii*. Assistência estudantil: a evolução de uma política pública e os significados no contexto da Educação Superior. In: SOUZA, José Vieira de (Org.). **Expansão e avaliação da Educação Superior Brasileira**: formatos, desafios e novas configurações. Belo Horizonte (MG): Fino Traço/Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, 2015, p. 255-276.

MONTEIRO, Elisa. Cotas sim, fraude não. **Jornal da AdUFRJ**, Rio de Janeiro, 25 nov. 2019. Disponível em: <https://adufjrj.org.br/index.php/pt-br/noticias/arquivo/80-atual/2717-cotas-sim-fraudes-nao>. Acesso em: 23 set. 2021.

MOREIRA, Gláucia de Oliveira *et alii*. **Inclusão social e ações afirmativas no ensino superior no Brasil**: para quê? Ensino Superior UNICAMP, 11/08/2017. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/inclusao-social-e-acoes-afirmativas-no-ensino-superior-no-brasil-para-queij>. Acesso em: 08 mar. 2019.

PIOVESAN, Flavia. Ações afirmativas na perspectiva dos direitos humanos. **Cadernos de Pesquisa**. vol. 35, n. 124, p. 43-55, jan.-abr./2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v35n124/a0435124.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2019.

SÁ, Silvana. UFRJ preta, pública, forte, gratuita e de qualidade. **Jornal da AdUFRJ**, Rio de Janeiro, 19 nov. 2019. Disponível em: <https://adufjrj.org.br/index.php/pt-br/noticias/arquivo/21-destaques/2708-ufjrj-preta-publica-forte-gratuita-e-de-qualidade>. Acesso em: 23 set. 2021.

SCHWARTZMAN, Simon. (1980). A crise da universidade. **Revista Ensino Superior da Unicamp**, n. 10, jul.-set./2013. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/a-crise-da-universidade>. Acesso em: 08 mar. 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (SINTUFRJ). **Uma história de luta e muitas mãos na construção dos 100**

anos da UFRJ. 14/09/2020. Disponível em: [HYPERLINK "https://sintufrj.org.br/2020/09/muitas-maos-na-construcao-do-centenario-da-ufjr/" https://sintufrj.org.br/2020/09/muitas-maos-na-construcao-do-centenario-da-ufjr/>.](https://sintufrj.org.br/2020/09/muitas-maos-na-construcao-do-centenario-da-ufjr/)
Acesso em: 23 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ). **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto de História da UFRJ (2017-2021)**. 2017. Disponível em: [https://xn--histria-o0a.ufrj.br/images/documentos/01 Plano de Desenvolvimento Institucional-31-08-17.pdf](https://xn--histria-o0a.ufrj.br/images/documentos/01_Plano_de_Developolvimento_Institucional-31-08-17.pdf). Acesso em: 22 ago. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ). **Aprovadas ações afirmativas na UFRJ**. Disponível em: <https://ufrj.br/noticia/2015/10/22/aprovadas-es-afirmativas-na-ufjr>. Acesso em: 08 mar. 2019.

Eixo 5 - Associativismo e sindicalismo: setor público e setor privado em tempos de pandemia

ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA DOS RUMOS DO SINDICALISMO BRASILEIRO DESDE A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA (CONCLAT)

Trajano Jardim³³
Erlando da Silva Rêses³⁴

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa sócio-histórica para analisar o processo de construção do Movimento Sindical Brasileiro, seu desenvolvimento e a formação das Centrais Sindicais no Brasil, que culminou com o atual estágio em que se encontra a fragmentação do sindicalismo, onde onze centrais dividem o papel de representantes dos interesses dos trabalhadores brasileiros, em processo de estagnação. Neste artigo pretendemos analisar o estágio das organizações de trabalhadores, diante da ofensiva do projeto ultraneoliberal contra os direitos dos trabalhadores, procurando mostrar a dificuldade em que se encontram para enfrentar o novo processo da estrutura produtiva. O estudo parte da análise dos diversos discursos das correntes políticas que participaram da 1ª Conferência da Classe Trabalhadora, realizada em 1981, em Praia Grande-SP, que visava a construção de uma Central Única dos Trabalhadores e que se constituiu na divisão do movimento sindical brasileiro, que hoje enfrenta problemas estruturais com o fim do Imposto Sindical. Como referencial teórico-metodológico faremos a Análise do Discurso, a pesquisa bibliográfica com embasamento teórico que se sustenta nos conceitos de Michel Foucault, Hannah Arendt, Norberto Bobbio, Karl Marx, Antônio Gramsci e os pensadores da Escola de Frankfurt, Theodor Adorno e Horkheimer, e outros.

³³ Mestre em Ciência Política pelo Centro Universitário Euro Americano - Unieuro (Brasília – DF)/Brasil. Vice-presidente do Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares do DF (SINPROEP). Contato: trajanojardim@gmail.com

³⁴ Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB)/Brasil com pós-doutorado em Educação pela Universidade de Londres e Professor associado da Faculdade de Educação (FE) da UnB. Contato: erlando@unb.br

Palavras-chave: Sindicalismo Brasileiro; Reestruturação Produtiva; Fragmentação Sindical.

ALTERNATIVAS PARA A AÇÃO SINDICAL EM TEMPOS DE PANDEMIA: O CASO DO SINDIUPES

Cardozo, João Paulo de Faria¹,

jpuvv@hotmail.com Brasil

Santos, Júlio César Alves²,

cesar.edmontante@hotmail.com Brasil

Resumo

O mundo passou a viver uma nova realidade a partir da proliferação do coronavírus com a sistemática contaminação que impingiu em todos os continentes se constituindo numa rápida e incontável pandemia que exigiu a suspensão das atividades presenciais nas escolas. Os sindicatos de Professores tiveram que se reinventar e as redes sociais passaram a ser ferramenta fundamental para a organização sindical. A pesquisa tem como objetivo refletir e analisar a ação do Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Espírito Santo (SINDIUPES) no período do fechamento das escolas capixabas até a sua reabertura no sistema híbrido. Entendendo as dificuldades impostas para realizar as manifestações de massa, as estratégias a se pensar para manter a categoria em conexão com as demandas da categoria, os sindicatos se inclinaram imediatamente para as redes sociais e o domínio da tecnologia, em diversas dimensões se tornou algo concreto. Com a contextualização das pautas de reivindicação que passaram a ser trabalhadas virtualmente, as reuniões online se intensificaram e exigiram realização de Plenárias Virtuais, acompanhando e avaliando os encaminhamentos das ações desenvolvidas, através de Plataforma própria. Para tanto, utilizamos metodologia da pesquisa bibliográfica e documental a partir de jornais, legislação, site da entidade sindical e artigos científicos. Como hipóteses buscamos indagar as questões: Quais as ações sindicais em tempos de isolamento social? De que maneira as organizações sindicais mantiveram a comunicação e a mobilização com a categoria neste novo formato de luta sindical? Para trabalhar no contexto de pandemia, há que se considerar a necessidade de compreender que os Sindicatos são organizações, que não podem descartar o uso da tecnologia, em sua maior concepção (MOSCA, 2005).

Palavras-chaves: Sindicato, redes sociais, pandemia.

¹ Professor de Educação Física e Doutorando em Educação da Eikon University

² Professor de Línguas e História e Doutorando em Educação da Eikon University

Eixo 6 - Organização e lutas na constituição das associações e sindicatos em educação

HISTÓRIA DA PRIMEIRA ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DE BRASÍLIA (APPEMB) E CONTEXTO SOCIOECONÔMICO E EDUCACIONAL ANTES DO GOLPE MILITAR DE 1964

Erlando da Silva Rêses ³⁵

Antonio Carlos Andrade de Souza ³⁶

A presente proposta tem como objetivo resgatar os importantes aspectos da primeira Associação de Professores de Brasília (APPEMB), criada em 15/10/1960, cinco meses após a inauguração do Centro de Educação Média de Brasília (CASEB). Pretendemos expor alguns elementos que possam fazer um resgate da história desta associação e de um contexto político, histórico, social e educacional da criação da APPEMB. A partir desta história cabe indagar: qual sua importância e contribuição para a educação do DF? Quais suas lideranças e linha política? Qual sua forma de organização? Quais as suas principais pautas e lutas? Quem se opunha a APPEMB? Como foi seu início e seu fim? Em síntese: qual é a origem e como foi a primeira experiência de associativismo de professores em Brasília? Ao registrar a existência da APPEMB entre os anos de 1960 e 1964, poderemos resgatar um período de parte da História da Educação do Distrito Federal, ainda não devidamente estudada. Realizaremos uma pesquisa documental junto ao acervo do Museu da Educação do Distrito Federal (MUDE), ao Centro de Documentação do Sinpro-DF, ao Arquivo Público de DF e aos jornais de grande circulação da época, via cadastro digital da hemeroteca.

Palavras-chave: Associação de Professores de Brasília; História da Educação do DF; Sindicalismo Docente

³⁵ Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB)/Brasil com pós-doutorado em Educação pela Universidade de Londres e Professor associado da Faculdade de Educação (FE) da UnB. Contato: erlando@unb.br

³⁶ Mestre e Doutorando do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação (FE) da Universidade de Brasília (UnB)/Brasil. Professor da Secretaria de Estado de Educação do DF. Contato: toninhodorecanto@hotmail.com

BREVE HISTÓRIA DO SINDICALISMO DOCENTE INTERNACIONAL (1912-1993)

Isabella Delcorso. Uninove, Brasil.

isabelladelcorso@gmail.com

Carlos Bauer. Uninove, Brasil.

professorcarlosbauer@gmail.com

Resumo

A comunicação aborda os processos históricos, políticos e sociais que se desenvolveram em torno da constituição da Internacional da Educação (IE), numa periodização compreendida entre os anos de 1912 a 1993. Do ponto de vista teórico, a pesquisa parte de uma compreensão materialista e histórica da sociedade capitalista, em sua etapa de mundialização econômica e financeira, com atenção especial para sua repercussão no mundo do trabalho educacional, com o intuito de estabelecer uma compreensão crítica e contextualizada sobre as origens e os embates políticos que formaram as primeiras organizações internacionais da educação, desde os primórdios do século XX até o momento de sua consolidação social, alcançada no início da década de 1990. Em seu percurso metodológico realizamos um estudo do contexto histórico, político, econômico e social da inserção dessas organizações mundiais do magistério, pesquisa bibliográfica e o levantamento de fontes documentais digitalizadas e disponíveis no portal da IE. Objetiva-se, ainda, a coleta de documentos nos principais países onde há presença da Internacional da Educação, instituição que mantém a história unificada das primeiras organizações internacionais de professores, que se fundiram em 1993, bem como a realização de entrevistas com os seus dirigentes. A pesquisa encontra-se em desenvolvimento, com a efetivação dos aportes teóricos de sua fundamentação, e uma breve história do sindicalismo docente internacional, que fazem tangíveis a continuidade, necessidade e importância deste estudo. Palavras-chave: Associativismo e sindicalismo docente internacional, História da Educação, Internacional da Educação.

Introdução

Neste artigo trazemos as considerações preliminares dos estudos que estamos realizando sobre a urdidura histórica das primeiras organizações internacionais de trabalhadores em educação. Desde 1912, com a criação do Comitê das Federações Nacionais de Professores de Escola Pública (CFNPEP)³⁷, na Bélgica, e uma segunda organização, fundada em 1923, em São Francisco, a Federação Mundial das Associações de Educadores (FMAE)³⁸, elencando outras organizações, que poderíamos chamar de pioneiras, concentradas, basicamente, na Europa e na América do Norte.

A presença dos partidos e das organizações políticas dos trabalhadores, marxistas ou ditos de esquerda, na luta pela consolidação destes organismos de defesa dos interesses imediatos e históricos dos que vivem do trabalho no mundo da educação têm se mostrado relevante em suas constituições. Assim, será apresentada uma breve cronologia dos primeiros sindicatos internacionais da educação.

Previamente a esta pesquisa sobre os sindicatos internacionais da educação, foi realizada uma avaliação das transformações no mundo do trabalho e das mudanças na esfera social das classes assalariadas, contrapondo-se às mudanças nas formas e no padrão de acumulação do sistema capitalista, desde a década de 1910, e no contexto neoliberal ou de mundialização do capital. Algo que nos pareceu necessário para entendimento do contexto histórico, focado nas mudanças experimentadas e refletidas nas formas contemporâneas de organização sindical dos trabalhadores em educação em escala mundial.

Dos ciclos de mobilização dos docentes

Os processos históricos de internacionalização dos organismos políticos de trabalhadores da educação, associativistas ou sindicais, nos remetem ao que poderíamos chamar de ciclos de mobilização docentes que irromperam, simultaneamente, em diferentes partes do mundo, ao final da década de 1970.

³⁷ ICNFTPS – *International Committee of National Federations of Teachers of Public School*.

³⁸ WFEA – *World Federation of Education Associations*.

É importante frisar que existem importantes registros de ações perpetradas pelos movimentos de professores, em períodos históricos mais remotos, mas, o grau de radicalidade e a abrangência geopolítica que se colocou, a partir dos anos 1970, não encontram paralelo na história do associativismo e do sindicalismo dos trabalhadores em educação.

O principal fator explicativo que está associado ao crescente grau de mobilização destas entidades é de natureza econômica e financeira, inerentes a atual etapa histórica de mundialização do capital e que incidem, diretamente, nos processos produtivos, com o crescimento do trabalho morto e cibernético-eletrônico, trazendo como consequência a concentração da renda mundial, a ampliação dos gastos bélicos, o avanço do poderio do capital especulativo e parasitário em escala internacional e a instauração de processos recessivos e a estagnação econômica em muitos países.

Esse quadro terá efeito imediato nos governos nacionais que deverão adotar políticas de contenção dos gastos públicos e de cortes dos serviços essenciais oferecidos à população, que fez com que tivéssemos intermináveis anos de recessão, o crescimento incontrolável da inflação, cortes sistemáticos de salários, o avanço do desemprego em massa e a adoção das privatizações dos setores estratégicos da economia e dos serviços públicos.

Enfim, o ideário do chamado neoliberalismo alcançava sua hegemonia, se colocava em marcha acelerada pelo mundo afora, pressionando os trabalhadores a se organizar e a se mobilizar, local, nacional e internacionalmente, para fazer frente às essas investidas contra os mais elementares direitos sociais que haviam sido conquistados, duramente, tempos atrás.

Nos países periféricos do capitalismo, nesse mesmo período, as lutas pelos direitos civis e humanos, pela afirmação da cidadania e da democracia política, também, contribuíram e constituíram um componente importante desta equação, influenciando a participação, a mobilização e a presença docente na cena social.

A onda conservadora se nutriu e se levantou feito um tsunami avassalador dos direitos sociais, desde os países centrais do capitalismo, como é o caso da Inglaterra e dos Estados Unidos da América (EUA), ganhou força política e ideológica com a vigência do ideário do neoliberalismo, se espalhou pelo mundo inteiro na forma de

contrarreformas que haveriam de exigir dos trabalhadores ampliarem sua resistência e a capacidade enfrentamento, a disposição de mobilização e de organização internacional.

O que nos chama atenção e nos motiva a estudar, numa perspectiva histórica, é a compreensão crítica e contextualizada de como foram organizadas e constituídas as entidades internacionais dos trabalhadores da educação, imbuídos da perspectiva de que os seus propósitos estão em sintonia com a construção de um mundo onde todas as pessoas podem ter acesso à educação.

Sobre as organizações internacionais de professores

Ao estudar o sindicalismo e o associativismo docente em âmbito internacional nos parece que há 4 grandes organizações sindicais que lideram esta perspectiva: FISE; CMOPE; SPIE; Cristãs (diversas).

Desta forma, se faz necessário fazer uma breve cronologia dos principais acontecimentos, de como estas organizações foram formadas e seus antecedentes, fundamentais na percussão do entendimento sindical e de como estão inseridas contemporaneidade.

Começando assim, com uma listagem de seus respectivos nomes e siglas, seguidas de uma abreviada classificação de ordem cronológica.

AIT – Associação Internacional dos Trabalhadores
ANE – Associação Nacional de Educação • NEA – National Education Associations
FAP – Federação Americana de Professores • AFT – American Federation of Teachers
CFNPEP – Comitê das Federações Nacionais de Professores de Escola Pública • ICNFTPS - International Committee of National Federations of Teachers of Public School
CMOPE – Confederação Mundial das Organizações de Profissionais de Ensino • WCOTP – World Confederation of Organizations of the Teaching Profession • CMOPE – Confederación Mundial de Organizaciones de Profesionales de la Enseñanza • CMOPE – Confédération Mondiale des Organisations de la Profession Enseignante • WL – Welverband der Lehrerorganisationen
CMP – Confederação Mundial de Professores • WCT – World Confederation of Teacher

CMT – Confederação Mundial do Trabalho
• WCL – World Confederation of Labour
CSI – Confederação Sindical Internacional
• ITUC – International Trade Union Confederation
CISC – Confederação Internacional dos Sindicatos Cristãos
• IFCTU – International Secretariat of Christian Trade Unions
CIOSL – Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres
• CIOSL - Confederación Internacional de las Organizaciones Sindicales Libres • CISL – Confederação Internacional dos Sindicatos Livres • ICFTU – International Confederation of Free Trade Union
CSEE – Comitê Sindical Europeu para a Educação
• ETUCE – European Trade Union Committee for Education
FIPESO – Federação Internacional de Professores do Ensino Secundário
• IFST – International Federation of Secondary Teachers • FIPESO - Federation Internationale des Professeurs de l'Enseignement Secondaire Officiel
FSM – Federação Sindical Mundial
• WFTU – World Federation of Trade Union • FSM – Federación Sindical Mundial
FIS – Federação Internacional de Sindicatos
• IFTU – International Federation of Trade Unions
FISE – Federação Internacional dos Sindicatos da Educação
• WFTU - World Federation of Teachers Unions • FISE - Federation Internationale Syndicale de L'Enseignement • FILE – Federación Internacional de La Enseñanza
IE – Internacional da Educação
• EI – Education International • IE - Internationale de l'Education • IE – Internacional de la Educación • BI – Bildungsinternationale
SCI – Secretarias de Comércio Internacional
• ITs – International Trade Secretariats
ITST – International Trade Secretariat of Teachers (afiliada à IFTU)
MSI – Movimento Sindical Internacional
NEA – National Education Associations
OMPD – Organização Mundial da Profissão Docente
• WOTP – World Organization of the Teaching Profession
OIT – Organização Internacional do Trabalho
• ILO – International Labour Organization
SPI – Secretariados Profissionais Internacionais
SPIE - Secretariado Profissional Internacional do Ensino
• IFFTU – International Federation of Free Teachers Union • SPIE – Secrétariat Professionnel International de l'Enseignement • SPIE – Secretariado Profesional Internacional de la Enseñanza • IVFL Internationale Vereinigung Freier Lehrergewerkschaften

FMAE - Federação Mundial das Associações de Educadores • WFEA – World Federation of Education Associations • IFTA – International Federation of Teachers Association • FIAI – Fédération Internationale des Associations d’Instituteurs • FIAM – Federación Internacional de Asociaciones de Maestros
TUI – Trade Union International

Cronologia

1864: Fundada a AIT, Associação Internacional dos Trabalhadores, por Karl Marx, também conhecida como Primeira Internacional.

1908: Formada a CISC, em Zurique, por 8 países.

1920: Criada a CMT – Confederação Mundial do Trabalho, que em sua fundação tinha o nome de CISC (Confederação Internacional dos Sindicatos Cristãos)

1912: Criada a FIPESO, em uma reunião em Bruxelas, que reuniu sindicatos da França, Bélgica e Holanda. Inicialmente chamado de Bureau Internacional de Associações Nacionais de Professores em Escolas Públicas Secundárias, ficou obsoleto nos anos da Grande Guerra, mas, retomado em ascensão após o período.

1921: FIPESO lança o jornal “Boletim Internacional”, para discussão de questões educacionais.

1923: Fundação da FMAE.

1932: A FIPESO conta com 26 afiliados, totalizando cem mil membros.

1935: Alteração de nome da FIPESO para “Federação Internacional de Professores Secundários”.

1945: Após a Segunda Guerra Mundial, a FIPESO começa a fazer campanhas, além de temas educacionais, em temas profissionais e sociais, construindo contatos mais próximos com a FMAE, que representava professores do ensino fundamental. Em outubro é fundada a FSM.

1946: A FMAE se torna OMPD.

1949: Criação da CIOSL.

1952: A FIPESO, a FMAE e a OMPD fundiram-se para formar a CMOPE. Mas a FIPESO continua como uma seção autônoma da nova federação.

1970: A partir desta década a CMOPE começa a expandir o seu número de membros, atraindo membros da África, América Latina e Ásia.

1993: Criação da Internacional da Educação (IE) a partir da fusão da CMOPE e da SPIE.

2002: ITS é renomeado para FSM.

2006: É fundada em Viena a CSI, a partir da fusão entre a CIOSL e o CMT, as duas maiores associações sindicais do mundo até então.

Um mundo de lutas

Os estudos históricos educacionais que realizamos, até o presente momento, estão associados à compreensão crítica do papel das organizações internacionais de

professores, desde a sua gênese, perpassando o seu desenvolvimento, até a sua consolidação política e social. Ou seja: estamos preocupados em entender os elementos constitutivos da sua história, desde os primórdios até o emblemático ano de 1993, marcado pela criação da *Education International* (IE), seguida das importantes fusões e centralizações sindicais, como é o caso da CSI.

Neste sentido, os apontamentos de DAL ROSSO (2011, p.17) se inserem, no âmbito do objeto deste manuscrito, que é o sindicalismo no setor da educação, senão, vejamos:

O objeto é o sindicalismo no setor da educação. Sindicalismo, o substantivo: docente e trabalhadores de educação, os adjetivos. Do que decorre uma dupla visão sobre a teoria do sindicalismo docente. A primeira, sugerida pela leitura conjunta do substantivo e do adjetivo, é que a teoria do sindicalismo em educação está contida dentro da discussão geral do lugar e do papel do sindicalismo na sociedade. A segunda consiste em assumir que o sindicalismo em educação é uma esfera da vida social com estatuto de legitimidade igual a qualquer outra esfera de atividade para o estudo da atividade sindical. Em favor da primeira está toda uma tradição teórica construída pelas ciências sociais, pela ciência política e pela sociologia, durante mais de um século e meio de pensamento social. Isto significa dizer que a partir da teoria do sindicalismo em geral olha-se o sindicalismo em educação. Em favor da segunda está a especificidade do campo da educação na sociedade não apenas enquanto reproduzidor ou transformador do sistema de relações vigentes, como, especificamente, enquanto a educação encarna uma das esferas em que predomina o trabalho imaterial, o que tem a ver especialmente com o empenho do afeto e do intelecto do trabalhador mais do que com o esforço físico próprio do trabalho material.

Desde que os representantes da classe trabalhadora começaram a se organizar e lutar pelas suas condições de trabalho, os trabalhadores da educação também se dedicaram a se inserir nestes movimentos. As diversas formas de organizações sindicais e associações de educadores começam a ganhar formas locais, se expressam na arena nacional até tornarem-se internacionais.

Sindicatos internacionais de professores

O movimento sindical mundial, incluindo as organizações de professores, se reorganizou após a Segunda Guerra Mundial, com a influência da cooperação dos países Aliados. Desta forma, unindo membros de raízes e orientações divergentes, foi fundada,

em outubro de 1945, a Federação Sindical Mundial (FSM). Logo ficou claro que esta organização era controlada pelo Partido Comunista da União Soviética (PCUS), fazendo com que sindicatos independentes e livres de centros nacionais deixassem a FSM e unificassem outros, criando Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (CIOSL), em 1949.

A Secretaria de Comércio Internacional (SCI)³⁹, as organizações dos sindicatos por setor, além da Federação Internacional dos Trabalhadores em Transportes (FITT), estavam bastante enfraquecidas no período da guerra. A SCI se recusou a abdicar de sua autonomia e ficar sob controle central da FSM. Sua independência também ajudou aqueles que desejavam criar um movimento sindical global, inspirado nos valores democráticos ocidentais.

Embora nunca houvesse vínculos orgânicos entre a CIOSL e a SCI, elas compartilharam os mesmos valores e cooperaram em muitas questões. Os dois tipos de organizações, interprofissionais e setoriais/ocupacionais, foram frequentemente denominados como “a família da CIOSL”.

Inspirados nos ensinamentos sociais cristãos, surge um terceiro agrupamento de organizações sindicais internacionais. Em 1920 nasce a Confederação Internacional dos Sindicatos Cristãos (CISC), sendo, posteriormente, substituída pela CMT, em 1968. Embora a CMT se considerasse inspirada no espiritualismo e carisma cristãos, seus membros não se limitavam apenas a esta organização.

No nível setorial a FSM possuía sindicatos internacionais [*TUI - Trade Unions International*], alguns controlados e outros que faziam parte da organização. A CMT também possuía estruturas setoriais denominadas “Ação Social”. A Confederação Mundial de Professores, depois de fazer parte de um órgão do setor público, tornou-se uma estrutura separada para professores dentro da CMT.

No pós-guerra, em 1946, além da FSM, da FISE e do órgão cristão do setor público, a FMAE cresceu, se combinou com outras, até ser renomeada como Comitê das Federações Nacionais de Professores de Escola Pública (CMOPE). Em 1951, A SPIE fazia parte da família CISC.

³⁹ A ITS, que em 2002 foi renomeada para *Global Union Federations* – Federações Sindicais Globais (FSM)

Desde o início, a SPIE se considerava uma organização sindical, pois, defendia a democracia e era engajada na luta dos sindicatos livres contra o governo, os empregadores, os partidos políticos e a dominação religiosa. Muitos membros da CMOPE na época consideravam-se parte de associações profissionais e não de sindicatos.

Como regra, a maioria das organizações de professores mais antigas, tanto em nível nacional quanto internacional, eram organizações profissionais, associações, não sindicatos. E procuravam não se envolver em negociações coletivas. Contudo, na maioria dos países da época, não era possível, por lei, que os professores se organizassem, negociassem ou fizessem greve.

Essa situação só vai começar a ser alterada, de maneira significativa, após a Segunda Guerra Mundial, fazendo assim com que muitas organizações comesçassem a se envolver nas negociações coletivas, incluindo algumas que antes se consideravam organizações puramente profissionais.

A rivalidade organizacional era forte, mas também havia áreas de cooperação. Por exemplo, as diferentes tendências democráticas trabalharam juntas, muitas vezes, procurando encontrar denominadores comuns para enfrentarem as dificuldades enfrentadas pelos professores em várias partes da Europa.

Já em 1969, foi formado um comitê formado para esse fim, chamado Comitê Sindical Europeu para a Educação – CSEE (ou ETUCE). Alguns sindicatos nacionais que trabalharam com o CSEE juntaram-se ao CMOPE e à SPIE. Havia também alguma afiliação dupla nos países em desenvolvimento.

Enquanto isso, na América...

Nos Estados Unidos da América, as desavenças entre a Associação Nacional de Educação (ANE) e a Federação Americana de Professores (FAP) vinha de muitos anos e havia nítidas diferenças de concepções entre aquilo que se postulava ser próprio da intervenção de uma organização profissional (ANE) e o que deveria se constituir como um atributo sindical (FAP).

Houve mudanças nas duas organizações que também refletiram as crescentes possibilidades de ação sindical na esfera educacional norte-americana. A ANE tornou-se mais interessada, particularmente, em certos estados, em negociação coletiva e, a FAP,

colocou uma ênfase relativamente maior nas questões profissionais do que em seu início. Em algumas grandes cidades, houve até fusões entre as duas organizações.

A ANE fazia parte da SPIE, inclusive, Albert Shanker, era o presidente dessas duas entidades. Já a ANE era membro do CMOPE e sua presidente, Mary Futrell, a mesma para as duas organizações. Tudo isso, agregado ao que estava acontecendo na Europa e em outros locais, criou um ambiente que mudou a natureza das discussões e levou à unidade.

A liderança dos dois principais sindicatos americanos concordou que, apesar de suas diferenças domésticas, eles deveriam explorar as possibilidades de criar uma nova organização em nível global. Os dois presidentes desempenharam um papel importante e contínuo ao estabelecer as bases para uma fusão bem-sucedida. Também houve um grande compromisso dos respectivos secretários gerais da SPIE e CMOPE, Fred Van Leeuwen e Bob Harris, respectivamente, para facilitar o entendimento e as boas relações, removendo as barreiras à unificação.

A Internacional da Educação

No dia 26 de janeiro de 1993, em Estocolmo, Suécia, a SPIE e a CMOPE se fundiram para formar a Internacional da Educação (IE). Albert Shanker foi eleito presidente fundador da IE e, Mary Futrell, foi eleita presidente da IE. O secretário geral da SPIE, Fred Van Leeuwen, foi eleito secretário geral e concentrou-se inicialmente na construção de todas as estruturas da nova organização. O Secretário Geral da CMOPE, Bob Harris, foi eleito diretor executivo de Relações Intergovernamentais, encarregado de estabelecer o papel da IE como porta-voz dos professores e funcionários da educação em todo mundo.

A Confederação Mundial de Professores, e a CMT não participaram da criação da IE, mas, ingressaram em um processo que começou em 2004 e continuou em 2006. Esse foi o mesmo ano em que a CISC e a CMT lideraram a unificação dos órgãos interprofissionais dos centros nacionais no movimento sindical democrático do mundo para formar a CSI, Confederação Sindical Internacional.

A criação da IE não apenas criou a maior e mais poderosa organização sindical internacional da história, mas reuniu as duas poderosas tradições dos sindicatos da educação e organizações profissionais. Por quase um quarto de século, os sindicatos

fortaleceram suas contribuições para defender e aprimorar a profissão de ensino e excelência e o desenvolvimento profissional, aumentando o alcance e a influência dos sindicatos. A fusão das organizações trouxe unidade com base em um consenso em torno da ideia de sindicalismo livre e a democracia. A organização unida também trouxe um grande avanço no nível político. A nova organização tornou possível que uma educação de qualidade gratuita se tornasse uma prioridade global.

Como nunca, a defesa do direito à educação se uniu à defesa e ao exercício dos direitos sindicais para dar à IE e suas organizações membro a capacidade de representar melhor todos os trabalhadores do setor educacional e ocupar um lugar na tabela de políticas de educação global. A união desses direitos facilitadores também impulsionou a promoção efetiva dos sindicatos educacionais da cultura, do processo e da prática da democracia.

Após os embates para que fosse fundada a maior organização internacional dos trabalhadores em educação do mundo, ela começou a se expandir e criar filiais nos cinco continentes. A sede da Internacional da Educação encontra-se em Bruxelas, na Bélgica e, atualmente, sua presença no mundo está dividida em 6 sessões regionais: África, América do Norte e Caribe, América Latina, Ásia e Pacífico, países árabes e Europa.

Hoje ela é uma federação internacional de sindicatos da educação, que representa mais de 30 mil professores e trabalhadores da educação. Possui mais de 383 organizações membros em 178 países em várias regiões do mundo. Inclui da pré-escola à Universidade. É a única Federação Mundial que representa todos os professores e profissionais da educação, a fim de proteger seus direitos e o de seus alunos. Defendem uma educação pública e de qualidade, acessível a todas as pessoas. Contribui para o desenvolvimento de organizações sindicais e democráticas, promovendo a solidariedade e a cooperação mútua, lutando contra a discriminação nos espaços educacionais e na sociedade.

A luta não tem fim

Estudar e conhecer os sindicatos internacionais de educadores em sua gênese, até a criação da internacional da educação, em 1993, está sendo fundamental para o constructo desta pesquisa, que possui relevância por seu caráter inédito.

A perspectiva histórica educacional nos faz refletir porque a produção material do assunto é tão escassa. Arriscando-nos em dizer que, primeiramente, deveria acontecer, simultânea e indissolúvelmente, uma relação dos educadores com suas questões de identidade com o universo do trabalho, sem estabelecer quaisquer hierarquizações em relação às questões de ordem profissional ou cultural, política ou sindical.

Dessa forma, fazer a relação do contexto histórico com o surgimento das organizações internacionais da educação está dando fundamentos para entender como elas foram arquitetadas e estão inseridas no mundo do trabalho contemporâneo.

Objetivamos, com estes apontamentos, auxiliar nos estudos sobre a história do associativismo e do sindicalismo, já que se trata de uma análise povoada de informações e questionamentos do contexto sociocultural, laboral e educacional, baseada em postulados explicativos, para proporcionar uma maior diversificação das ideias expostas por aqueles que se interessam por essa temática.

A construção singular de organizações locais ou nacionais que, com o passar do tempo, fundiram-se, a fim de formar organizações internacionais, reflete o atual paradoxo de como a temática do acesso e da qualidade à educação em todo mundo deve ser questionado, repensado e modificado, já que em todas as partes do mundo esta necessidade e urgência educacional ainda não alcançou sua desejada universalização.

Referências

- AGIER, Michel. "Distúrbios identitários em tempos de globalização". **Mana**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, vol.7, no.2: 7-33, Out. 2001.
- AGUENA, Paulo (org.). **O Marxismo e os sindicatos: Coletânea de textos de Marx, Engels, Lenin e Trotsky**. São Paulo: Sundermann, 2008.
- ALBUQUERQUE, Eduardo. **A foice e o robô: as inovações tecnológicas e a luta operária**. São Paulo: Página 7, 1990.
- ALVES, Giovanni. **Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho**. In *Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1996.
- ANTUNES, Ricardo (org.). **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- ASCOLANI, Adrian; GINDIN, Julian. **Anales del V Seminario Internacional de la Red de Investigadores sobre Asociacionismo y Sindicalismo de los Trabajadores de la Educación: educación, trabajo docente y organizaciones gremiales**. Rosario: Universidad Nacional de Rosario, 2015.

- BAUER, Carlos et al. (org.). **Associativismo e sindicalismo em educação no Brasil**. v II. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2015.
- BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas**, v. I. Magia e técnica, arte e política. trad. S.P. Rouanet, São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BERGSON, Henri L. **Matéria e Memória: Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. Traduzido por Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção tópicos).
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembrança de velhos**. 19ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BURKE, Peter. "A história como memória social". In: **O mundo como teatro – Estudos de Antropologia histórica**. Lisboa: Difel, 1992.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- CARVALHO, Celso do Prado Ferraz de. Trabalho e formação na perspectiva da burguesia industrial. **EccoS Revista Científica – Educação e Movimentos Sociais**. São Paulo, v. 11, n. 2, jul./dez., 2009.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- COLDRICK, Percy; JONES, Philip. **O Diretório Internacional do Movimento Sindical**. Nova York: Fatos em arquivo p. 225 ISBN 0871963744, 1979.
- DAL ROSSO et al (org.). **Associativismo e Sindicalismo em Educação: organização e lutas**. v. I. Brasília: Paralelo 15, 2011.
- DAL ROSSO, Sadi. **Contribuições para a teoria do sindicalismo no setor da educação**. Universidad Nacional de Rosario, 2011.
- DAL ROSSO, Sadi; CRUZ, Hélvia Leite e RÊSES, Erlando da Silva. **Condições de emergência do sindicalismo docente**. Revista Pro-Posições. Campinas, SP, maio/agosto 2011.
- DAL ROSSO, Sadi; FERREIRA, Márcia Ondina Vieira Ferreira; GINDIN, Julian. (org.). **Associativismo e Sindicalismo em Educação: teoria, história e movimentos**. v. II. Brasília: Paralelo 15, 2013.
- EDUCATION INTERNATIONAL. **Origins and History**. <https://www.ei-ie.org>. Acesso em 19 de julho de 2021.
- FERREIRA JR., Amarílio. **Sindicalismo e proletarização: A saga dos professores brasileiros**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1998.
- FERREIRA JR., Amarílio; BITTAR, Marisa. **O Novo Sindicalismo e os docentes**. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte, MG: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.
- FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. **Uma análise da produção sobre associativismo e sindicalismo dos trabalhadores em educação: a constituição de uma rede de pesquisadores**. Seminário Internacional da Rede de Pesquisadores Sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação. Rio de Janeiro, 2.010. Disponível em <https://core.ac.uk/download/pdf/61702444.pdf>. Acesso em 30 de mar de 2019.

- GADOTTI, Moacir. **Estado e sindicalismo docente, 20 anos de conflitos**. Revista Perspectivas atuais da educação/ADUSP. São Paulo: ArtMed Editora, 1997.
- GINDIN, Julián. **Sindicalismo dos trabalhadores em Educação: tendências políticas e organizacionais (1978-2011)**. Educar em Revista, [S.l.], v. 29, n. 48, p. 75-92, jun/2013.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora UNICAMP, 1994.
- OPEN YEAR BOOK. **International Federation of Free Teachers Unions (IFFTU)**. <https://uia.org/s/or/en/1100014529>. Acesso em 15 de outubro de 2021.
- POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. In Revista Estudos Históricos: Rio de Janeiro, 1989, vol.2, n.3.
- SEGAL, Melvin J. **The International Trade Secretariats**. <https://www.jstor.org/stable/41833064>. Acesso em 13 de outubro de 2021.
- WEBER, Louis. **Brève histoire d'un engagement international: la FIPESO**. Carrefours de l'éducation. V. 1, p. 33, 2012.

HISTÓRIA DO SINDICATO DOS EDUCADORES DA INFÂNCIA (SEDIN) E SUA PRESENÇA NAS LUTAS SOCIAIS, POLÍTICAS E EDUCACIONAIS NA CAPITAL PAULISTANA

OLIVEIRA, Maria Crisneilândia Bandeira de.
Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade Nove de Julho – PPGE/ Uninove.

E-mail: neybandeira2000@yahoo.com.br

BAUER, Carlos.

Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade Nove de Julho – PPGE/ Uninove.

E-mail: carlosbauer@pesquisador.cnpq.br

A proposta desta comunicação é a de apresentar os estudos realizados sobre a história da fundação do Sindicato dos Educadores da Infância (SEDIN), em 2004, de forma processual e em estreita sintonia com os movimentos sociais e populares, políticos e educacionais que se processaram na cidade de São Paulo nas décadas de 1970 e 1980. As referências teóricas que subsidiaram o estudo encontram-se no campo do materialismo histórico e dialético, enquanto a metodologia utilizada é de natureza qualitativa, trazendo entrevistas realizadas com ativistas sindicais, o exame da literatura acadêmica correlata ao tema estudado, notícias jornalísticas, ilustrativo de fontes iconográficas e fílmicas pertinentes ao período histórico analisado, revelando uma história da educação infantil paulistana constituída nos embates das lutas sociais, educacionais e sindicais em que a presença do SEDIN se mostrou de vital importância.

Palavras-chave: Movimentos sociais e populares. História da Educação infantil. SEDIN.

EL CASO DE LOS DOCENTES NACIONALES AUTOCONVOCADOS DE ROSARIO: UNA VALIOSA EXPERIENCIA DE RESISTENCIA EN LOS AÑOS '90.

Juan Pablo Casiello – Amsafe Rosario – Argentina

juancasiello@hotmail.com

Resumen

Los años '90 estuvieron marcados en la Argentina por un fuerte avance de las políticas neoliberales que impusieron reformas estructurales en la sociedad en general y en el Estado en particular.

El poderoso sistema educativo argentino sufrió duros embates que se expresaron en nuevas leyes conocidas como: Ley de Transferencia, Ley Federal de Educación y Ley de Educación Superior.

La ofensiva desde el gobierno nacional y los provinciales contra la comunidad educativa generó importantes resistencias que de manera significativa lograron atenuar el impacto de las reformas, pero no pudieron impedir que se instalaran.

Las derrotas impuestas a comienzos de esta etapa sobre fuertes gremios tradicionales (ferroviarios, telefónicos, metalúrgicos), el desprestigio de las organizaciones sindicales, la subordinación de la amplia mayoría de las conducciones a los gobiernos peronistas y la interpelación, en el caso de la educación, a sujetos con débiles encuadramientos gremiales fueron la base del surgimiento en distintos lugares de rápidos y fuertes procesos de “autoconvocatoria” desde los cuales se organizó y dirigió el proceso de resistencia.

Como parte de este proceso en la región de Rosario surgió la organización ADNA (Asociación Docentes Nacionales Autoconvocados), agrupando a miles de docentes en su resistencia primero a la Ley de Transferencia y luego también a la Ley Federal.

Apoyados en una fuerte democracia de base, por fuera de las estructuras sindicales históricas, en una compleja y rica combinación de escuelas muy tradicionales con escuelas de reciente creación, uniendo a nuevos activistas con experimentados militantes políticos y gremiales, los docentes autoconvocados protagonizaron un fuerte proceso de resistencia que incluyó distintas jornadas de paro total de actividades e importantes movilizaciones.

Las escuelas nacionales fueron transferidas a las provincias, la Ley Federal fue sancionada, pero en Santa Fe se logró un Convenio de Transferencia que evitó “recortes” y permitió resguardar importantes derechos.

La organización “autoconvocada” fue perdiendo fuerza y no cristalizó en un nuevo sindicato como propusieron algunos de sus principales referentes. Acompañando el proceso de “provincialización” de las escuelas, el grueso del activismo y una porción significativa de la base docente de estas escuelas se afilió a la AMSAFE y fue parte importante de las corrientes opositoras clasistas que ganaron la conducción de la seccional Rosario años después.

Introducción

Voy a compartir un repaso y una reflexión sobre una valiosa experiencia de la que participé en mis inicios en la docencia y en la actividad sindical hace casi 30 años, a comienzos de los '90.

La de los Docentes Nacionales Autoconvocados de Rosario y su región al sur de la provincia de Santa Fe.

Me interesa recuperarla y reflexionar sobre ella por tres razones principales:

- Porque, en el marco de una de las más feroces ofensivas gubernamentales globales, fue una importante lucha de resistencia contra las políticas de ajuste en educación, y estas políticas parece que siempre están volviendo
- Porque muestra la capacidad de la docencia por encontrar caminos alternativos de organización gremial cuando los sindicatos existentes no cumplen con la tarea de impulsar las demandas colectivas. La creciente fortaleza de los sindicatos docentes en la Argentina en las últimas décadas no ha impedido que se sigan desarrollando espacios de “autoconvocatoria” en las ocasiones en que las bases sienten la necesidad de salir a las calles pasando por arriba de la pasividad de las dirigencias.
- Porque esta experiencia tuvo después un impacto práctico de significación en AMSAFE, el gremio docente más importante en la provincia, que logró sumar una nueva franja de afiliados y un importante activismo.

Para la realización de este trabajo me apoyé en la entrevista a algunos docentes protagonistas, en mis apuntes de la época y recuerdos personales, y en un muy completo archivo que tenía una de las delegadas más activas de todo el proceso.⁴⁰

El marco político

Los años '90 estuvieron marcados en la Argentina por un fuerte avance de las políticas neoliberales que plantearon reformas estructurales en la sociedad en general y en el Estado en particular.

El traumático final anticipado del gobierno de Raúl Alfonsín debido a una profunda crisis económica, social y política que incluyó una fuerte caída de la actividad, del empleo y del salario, una descontrolada hiperinflación y hasta masivos saqueos de supermercados, crearon las condiciones favorables para los profundos cambios que propuso el gobierno del justicialista Carlos Menem tuvieran el respaldo de un sector importante de la sociedad.

Las promesas electorales de “Salariozo” y “Revolución productiva” quedaron en el olvido y en su lugar se impuso un plan de gobierno signado por las directrices de lo que se conoció como “Consenso de Washington”. En la Argentina -y también en otros países de la región- el libre mercado, las privatizaciones, la desregulación y el “achicamiento de Estado” aparecieron como los caminos necesarios y buscados para salir de la crisis.

El origen justicialista del gobierno y sus vínculos históricos con la dirigencia sindical fueron un factor importante en el momento de imponer medidas que significaban, en muchos casos, retrocesos históricos en derechos laborales y sociales.

Los trabajadores ferroviarios dieron quizás las luchas más importantes, pero fueron derrotados y no pudieron evitar las privatizaciones, el desguace del ferrocarril y los despidos masivos. Los telefónicos y luego los metalúrgicos plantearon alguna resistencia, pero las privatizaciones de Entel (histórica empresa telefónico estatal) y de Somisa (acería estatal instalada en la ciudad San Nicolás, en aquel momento la industria más importante

⁴⁰ Quiero agradecer a Mónica Simonella, hoy docente jubilada, que con suma generosidad me facilitó el notable archivo que conservaba en su domicilio. Notas en los dos diarios de la ciudad (La Capital y Rosario 12), declaraciones mecanografiadas firmadas como Asociación de Docentes Nacionales Autoconvocados, volantes repartidos por los partidos de izquierda en las marchas que convocamos, expresiones de otras organizaciones y hasta la respuesta, con sello de agua, enviada por la Gobernación de Santa Fe a nuestro pedido de audiencia. En la Biblioteca “Rosa Ziperovich” de Amsafe Rosario se puede consultar una copia de este archivo.

del país) también avanzaron con graves retrocesos para sus trabajadores. Y la lista siguió con la petrolera YPF, las empresas de agua y de gas, el correo, la aerolínea de bandera y el sistema jubilatorio. Con una velocidad y una profundidad impensada el Estado adoptó las políticas neoliberales y se desprendió de cuanto se pudo desprender.

Las políticas educativas nacionales

Tamaño reestructuración integral no podía dejar de lado al sistema educativo. Se impuso el planteo de una profunda reestructuración, la más importante desde la fundación del sistema educativo argentino. No se trataba de reformas reclamadas desde abajo sino de políticas de transformación impuestas desde arriba siguiendo las líneas de transformación marcadas por los organismos financieros internacionales:

En este sentido se votó en el Congreso el proyecto enviado por el Ejecutivo que se conoció como Ley de Transferencia de Escuelas. Ya la dictadura en 1978 había transferido -a través del Decreto-ley 21809- las escuelas nacionales de nivel primario. Con esta nueva ley, que llevó el número 24049, se completaba la tarea iniciada por el gobierno militar trasladando lo que quedaba aún en la órbita nacional: el grueso de las escuelas de nivel secundario (medias y técnicas), las históricas escuelas Normales y los institutos terciarios de formación docente. La Ley 24049 fue sancionada en diciembre de 1991 y definía que la “transferencia” debía realizarse desde el 1° de enero de 1992, proponía la realización de convenios específicos con cada jurisdicción y establecía un mecanismo para supuestamente garantizar los fondos necesarios.

Finalmente, en abril del '93 se votó la Ley Federal de Educación. Esta ley con el número 24195 derogó la histórica Ley 1420 que en el siglo XIX había sentado las bases del sistema educativo nacional. Entre las marcas fundamentales del nuevo marco normativo podemos señalar la extensión de la obligatoriedad a diez años, la fractura de la escuela secundaria y el avance de las políticas privatistas.

El proceso de transformación educativa se completó luego a mediados de 1995 con la sanción de la Ley N° 24521 que se conoce como Ley de Educación Superior, ley que con algunas modificaciones todavía continua vigente.

La situación política en Santa Fe

Justamente a fines del '91 asume la gobernación Carlos "Lole" Reutemann. Oriundo de la ciudad de Santa Fe, famoso por sus años en la Fórmula 1, Reutemann fue un gran hallazgo del Presidente Carlos Menem para que el golpeado Partido Justicialista local pudiera retener el gobierno. Las gestiones anteriores encabezadas por José María Vernet y por Víctor Felix Reviglio habían tenido un sinnúmero de dificultades y, sobre todo, un desordenado, "clientelar" y corrupto manejo de las arcas estatales que obligó a la destitución del vicegobernador Antonio Vanrell por una millonaria compra de juguetes que en realidad nunca se había realizado. El desmanejo atravesó también al sistema educativo con generosos repartos de licencias con sueldo a personal vinculado al gobierno en lo que se conoció como las "comisiones cruzadas".

Reutemann llegaba desde afuera de la política, sin ningún compromiso con sectores del PJ o de alguna estructura sindical y con una definición clara por ordenar las cuentas del Estado provincial y disciplinar a los trabajadores; en particular a la docencia que había protagonizado largos planes de lucha en los años anteriores.

El proceso de disciplinamiento de la docencia no fue automático y la continuidad de las luchas llevó a la renuncia de dos ministros de educación hasta la designación del ingeniero Mario Bondesío; un tecnócrata venido de Buenos Aires con la apuesta y las condiciones necesarias para ordenar el Ministerio, reducir los gastos y acabar con las luchas docentes.

Ese es el marco santafesino en donde se lanza el proceso de transferencia de las escuelas secundarias a las provincias.

El mapa gremial docente

El gremio histórico de la docencia santafesina es AMSAFE (Asociación del Magisterio de la Provincia de Santa Fe). AMSAFE fue (y sigue siendo) un actor central en la provincia desde la recuperación de la democracia a comienzos de los '80, protagonizando largos y masivos conflictos.

AMSAFE es el sindicato de la docencia encuadrado en el Estado provincial, la más numerosa y combativa, y nunca tuvo influencia en la docencia de las escuelas nacionales. En estas escuelas tenían alguna presencia dos sindicatos nacionales con décadas de existencia:

La UDA, un gremio creado por el peronismo en la década del '50, que contaba con alguna pequeña representación en escuelas nacionales de comercio y Normales.

AMET, el gremio de las escuelas del CONET, las escuelas técnicas nacionales, con alguna representación mayor, en especial en los docentes de los talleres técnicos.

UDA y AMET estaban por fuera de la CTERA (Confederación de Trabajadores de la Educación de la República Argentina) y abrevaban en espacios políticos del peronismo más tradicional y conservador. Estos dos gremios nacionales formaron la FETEN y se postularon como los representantes genuinos del conjunto de los docentes nacionales al momento de discutir la transferencia a las distintas provincias.

Buscando no quedar afuera, la CTERA se había propuesto agrupar a la docencia nacional impulsando, desde los gremios provinciales que tenía en todo el país, el SUTEN. Pero se trató de una experiencia fallida que apenas logró alguna presencia débil en CABA y Buenos Aires, pero casi nula en Santa Fe.

Restaría aclarar que en Santa Fe históricamente hay una fuerte presencia de las escuelas de gestión privada y que, entre las nacionales a transferir, las de gestión privada eran mayoría. Pero sus docentes no tenían prácticamente encuadramiento gremial y no fueron parte del proceso de resistencia.

La ofensiva gubernamental.

La transferencia de las escuelas nacionales a las provincias venía siendo una propuesta fuerte desde los organismos financieros internacionales ya en la última etapa del gobierno de Alfonsín.

Como dijimos, el gobierno de Menem se dispuso a avanzar con esta idea, en particular a partir de la llegada de Cavallo al Ministerio de Economía.

Pero el debate no era sencillo. Los gobernadores aparecían como un escollo a partir de la discusión sobre los fondos necesarios para el sostenimiento de esta parte significativa del sistema educativo. Las provincias con más recursos no estaban dispuestas a asumir nuevos gastos en tiempos de ajuste y las provincias más pobres directamente no podían hacerse cargo.

La misma preocupación habían expresado los dueños de escuelas privadas confesionales agrupados en el CONSUDEC (Consejo superior de escuelas de educación católica), un dato no menor si tenemos en cuenta que, como mencionamos,

entre las escuelas a transferir eran más las privadas que las públicas.

Frente a estas dificultades se venía discutiendo la transferencia como un proceso paulatino, pero fue el triunfo electoral del oficialismo en octubre del 91 el que aceleró todo. Así, en noviembre se votó la ley que se promulgó el 7 de enero del '92 y que disponía la transferencia de las escuelas nacionales para el 1° de ese mismo enero.

Igualmente, la ley establecía la necesidad de convenios con cada provincia y eso significaba necesariamente otros tiempos.

Protagonistas, surgimiento y desarrollo del movimiento

El año '92 fue el más importante del desarrollo del movimiento que nos ocupa. Sus protagonistas fueron los docentes de estas escuelas públicas nacionales que iban a ser transferidas. En general se trataba de docentes de nivel medio (también había de nivel terciario, primario e inicial, pero en una proporción pequeña). Aunque el proceso de proletarianización ya llevaba décadas en la docencia, en el nivel medio seguía funcionando (y aún algo se sostiene) una tendencia a identificarse más como intelectuales o como profesionales que como trabajadores.

Por otra parte, para esa época existía también un sistema provincial secundario referenciado en AMSAFE en donde el nivel de afiliación y participación era bastante menor al que existía en el nivel primario, pero igualmente era significativo y muy superior al de las nacionales.

Entre la docencia pública nacional a transferir podemos reconocer tres espacios:

- El que trabajaba en las viejas escuelas Normales y Nacionales de Comercio; escuelas tradicionales, de cierto prestigio. Eran docentes en general con mucha antigüedad que tenían una sensación de pertenencia y orgullo bastante importante.
- El que trabajaba en las nuevas escuelas Nacionales de Comercio que había creado pocos años antes la dictadura militar y luego el gobierno de Alfonsín en algunos barrios humildes y en localidades cercanas a Rosario. Sector en general más joven y "plebeyo".
- El de las escuelas técnicas del CONET. Con el orgullo de las viejas escuelas nacionales, pero también con un origen y una identidad más vinculados a la clase

trabajadora, en especial los maestros de taller que componían el sector más dinámico.

A partir de la vuelta a clases en marzo del '92 los debates y las preocupaciones fueron encontrando su cauce al interior de este importante colectivo que sentía que no tenía ninguna representación real.

El *No a la transferencia* se impuso como consigna prácticamente única e indispensable. Varias eran las razones que estaban en la base de ese rechazo:

- La experiencia reciente de las transformaciones en otros sectores del Estado nacional que, como anticipamos, habían significado golpes durísimos para los trabajadores, con despidos, caída del salario y pérdidas de derechos: ferroviarios, telefónicos, metalúrgicos, etc.
- La convicción -discutible en varios aspectos- de que las escuelas nacionales eran mejores que las provinciales y que el traspaso significaría un inevitable proceso de degradación.
- Un fuerte esquema conservador entre la docencia que tiende a mirar con desconfianza y a rechazar en primera instancia cualquier reforma.

La primera reunión fue en el mes de abril. Surgió de un pequeño grupo de ex delegadas de UDA de escuelas tradicionales. Se hizo en el Normal 2, participaron entre 10 y 15 compañeras y compañeros y lo primero que se propusieron fue sumar representantes de todas las escuelas nacionales de la región. Cada institución debía elegir dos delegados para que se integrara al "plenario".

La respuesta fue notable. En un par de semanas prácticamente todas las escuelas nacionales de Rosario y su zona estaban representadas y organizadas

Los plenarios eran semanales o quincenales, e iban alternando como sede a las distintas escuelas nacionales.

De los plenarios de delegados salían las propuestas que se consultaban democráticamente en cada escuela y se volvía con los mandatos.

Y las medidas así resueltas tenían un amplio acatamiento.

Se resolvían paros de 24 o 48 horas semanas que se cumplían masivamente.

También convocatorias callejeras que iban creciendo en participación con compañeras con muy poca práctica de lucha. Fue una experiencia singular para docentes que estaban

al final de su carrera y por primera vez se sentían protagonistas de un proceso sindical que además era claramente político.

El dato que se manejaba es que las y los docentes representados que participaban del proceso eran alrededor de 3000.

A los gremios del sector nacional que mencionados antes se los ignoraba porque realmente no tenían ninguna representación real.

El proceso de autoconvocatoria de docentes nacionales, vale aclararlo, existió en varios lugares del país porque en muchos aspectos se daban las mismas condiciones. Incluso se impulsó desde partidos de izquierda una coordinación nacional que realizó algunos encuentros en Buenos Aires pero que no alcanzó a cuajar como organismo representativo y eficaz de centralización, más allá de que se lograra en algunos casos la coincidencia en alguna medida de fuerza puntual.

Lo que sí se logró fue un importante proceso de articulación local; proceso que se dio también en CABA y en la provincia de Buenos Aires.

En nuestro caso se charlaba con AMSAFE tratando de articular políticas y en ocasiones se lograba, pero, desde “los autoconvocados” había siempre una base de desconfianza con cualquier organización gremial más allá que se valoraba la diferencia entre una organización real llena de afiliados como AMSAFE y los “cascarones vacíos” como UDA y AMET.

Además, el proceso de unidad regional iba más allá de los sindicatos porque empalmó con un proceso político-social real muy importante de rechazo a las reformas educativas y de defensa de la escuela pública.

Los otros protagonistas de este proceso eran el movimiento estudiantil universitario y secundario, el gremio de los docentes universitario (COAD), sectores de padres, cooperadores y organizaciones políticas de la izquierda y la centroizquierda.

El punto más alto de esta coordinación fue la marcha contra la sanción de la Ley Federal de Educación en la que participaron cerca de 5000 personas. Pero el gobierno, con la complicidad de sectores políticos y gremiales, avanzaba implacablemente; la Ley Federal se impuso, el movimiento de resistencia acusó el golpe y se fue deshilachando.

Algunas otras características de la ADNA

Una marca significativa del movimiento era la heterogeneidad de los sujetos que agrupaba. Igualmente, en su interior podíamos reconocer cuatro sectores principales de activistas:

- Un grupo de compañeras que habían sido delegadas de UDA. Fueron las que dieron el puntapié inicial y las que siempre tuvieron un reconocimiento importante. Expresaban muy genuinamente a toda una amplia camada de docentes que llevaba años trabajando en las históricas escuelas nacionales
- Un grupo de compañeros que venían de AMET, que habían sido delegados de sus escuelas con un posicionamiento de oposición a la conducción. En algunos casos habían integrado la opositora Lista Naranja de perfil clasista.
- Un grupo de militantes de izquierda, principalmente trotsquista; docentes que en estas escuelas nunca habían podido desarrollar trabajo sindical en ellas y de pronto se encontraban con un espacio propicio.
- Un grupo de docentes jóvenes con alguna militancia estudiantil y que se habían incorporado a la docencia en las nuevas escuelas nacionales que se habían abierto en la periferia

La combinación funcionaba y se iban definiendo acciones y ordenando los reclamos. Una fuerte potencia instituyente galvanizaba y potenciaba la diversidad.

Como dijimos el planteo fuerte inicial era el *No a la transferencia*. Era una consigna de máxima que costaba sostener. Sobre todo, si tenemos en cuenta que:

- Desde lo local se enfrentaba una política nacional. Si bien, como dijimos, la resistencia se daba en otras provincias, estaba atomizada y en general era muy débil.
- Ya había una ley votada y que se empezaba a aplicar en algunas provincias
- La política de los gremios nacionales era otra: UDA y AMET directamente acordaban todo con el gobierno nacional, mientras la CTERA planteaba la consigna de “Transferencia con fondos”
- En el marco de un importante consenso nacional, el gobierno era una aplanadora imponiendo sus planes de reformas y los sectores populares venían de derrota en derrota.

Así, al programa se fueron sumando otras consignas por la positiva como *Aumento del presupuesto educativo o Aumento de salarios*.

Y con el paso de los meses se fueron incorporando planteos que de alguna manera tenían que ver con aceptar el propio proceso de transferencia:

- La igualación de salarios con la provincia que significaba casi su duplicación.
- La defensa de la obra social y el sistema jubilatorio nacionales.
- La defensa de los cargos existentes y las condiciones de trabajo que, en varios aspectos, eran mejores en las escuelas nacionales.

Se apostó a ser los interlocutores del gobierno provincial a partir de ser la dirección genuina del movimiento. Pero se trataba de un ministerio autoritario, poco abierto al diálogo, que apostó al desgaste mientras acordaba con los gremios burocráticos. En este punto vale una pequeña anécdota que muestra la falta de manejo de algunas tácticas propias del accionar sindical: terminada una movilización frente a la Casa de Gobierno en Rosario se entregó una nota solicitando una entrevista con el propio Gobernador y se colocó al final la dirección personal de una de las delegadas de escuela. La respuesta llegó formalmente por correo un par de semanas después en donde se nos notificaba que el planteo iba a ser girado al Ministerio de Educación. Seguramente hubiera sido más propicio un intento más modesto pero real de abrir un canal de negociación con algún funcionario intermedio del Ministerio.

Como señalaba antes, la última batalla fuerte fue la que buscó frenar la sanción de la Ley Federal de Educación que finalmente fue votada. Esto fue sin duda un golpe muy fuerte al movimiento.

A modo de conclusión

La ADNA fue una valiosa experiencia sindical de la docencia de las escuelas nacionales de Rosario y la región. Sus protagonistas fueron trabajadores y trabajadoras de la educación sin ningún sindicato que los representara que, ante la amenaza que significaba la transferencia, construyeron con notable velocidad una potente organización gremial.

En un punto la ausencia de aparato y de recursos económicos significó una fortaleza frente a una base sumamente desconfiada que rechazaba en general a las organizaciones sindicales y sus dirigentes. Aunque inevitablemente también ponía al descubierto algunos de los límites de la organización.

Falto eficacia política y quizás vocación de poder para ser algo más que un grupo de resistencia y presión. La elemental necesidad de lograr un espacio de negociación con la patronal no estuvo nunca en el tope de la agenda y cuando apareció se manejó sin ninguna “cintura” que permitiera efectivamente convertir a la organización en la representante genuina para sentarse en una mesa a negociar.

Igualmente, para terminar, me animo a destacar dos logros importantes:

- El primero es reivindicativo: el proceso de reforma del sistema educativo fue con un saldo negativo contra los trabajadores y trabajadoras muy inferior al que padecieron otros sectores. Seguramente debemos tener en cuenta un conjunto de factores, pero sin duda las luchas de resistencia como la que protagonizamos los docentes autoconvocados fueron un factor importante. En particular, en Santa Fe se logró un buen convenio de transferencia, donde se respetaron en los sustancial el conjunto de los derechos laborales y no hubo pérdida de puestos de trabajo.
- El otro logro es organizativo. Producida la provincialización de las escuelas desde el movimiento de autoconvocados se desechó la idea inicial de conformar un nuevo gremio y se acordó en ingresar a la AMSAFE. No fue un proceso instantáneo, pero sin dudas se dieron algunos pasos importantes en tiempos donde los sindicatos eran muy cuestionados y la tendencia era más hacia el vaciamiento. Pero el aporte no solo fue cuantitativo: una parte del activo militante fue protagonista de la lista clasista que, más de diez años después, en el 2004, ganó la seccional Rosario, la más importante de toda la provincia, dando inicio a una nueva etapa del sindicato en su conjunto.

Bibliografía

- Archivo de Docentes Nacionales Autoconvocados (Biblioteca Amsafe Rosario)
- Delgado, Marta, (2002) El sindicalismo docente frente a la aplicación de las políticas neoliberales en educación: El caso de CTERA y las transferencias de servicios educativos a las jurisdicciones provinciales. Buenos Aires: FLACSO-Sede Argentina.
- Migliavacca, Adriana, (2008) Reforma Educativa y conflicto sindical. El caso de los Docentes Autoconvocados de la provincia de Buenos Aires, en: Memorias

Arbitradas de las Jornadas Internacionales de Problemas Latinoamericanos, organizadas por las Cátedras de Problemas Latinoamericanos Contemporáneos del Departamento de Historia de Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires y de Historia América General Contemporánea de la Facultad de Humanidades de la Universidad Nacional de Mar del Plata. 25, 26 y 27 de septiembre.

- Gindin, Julián José, (2003). Sindicalismo docente. Democracia y participación gremial en el magisterio rosarino. Tesis de licenciatura en Antropología, Facultad de Humanidades y Artes, UNRosario
- Rivas, Axel, (dir.), Cardini, A., y otra (2002), Proyecto: Estudio comparado sobre el Estado, el poder y la educación en las 24 jurisdicciones argentinas, Provincia de Santa Fe, CIPPEC

LOS SENTIDOS DE LO GREMIAL EN LA PRENSA DEL MAGISTERIO URUGUAYO (1937-1942)

Trinidad Iralde
Universidad de la República (Uruguay)
trinidadiralde@gmail.com

Resumen

Este trabajo, enmarcado en otro más amplio vinculado a la cultura escrita de los gremios del magisterio uruguayo, se propone dar cuenta de los sentidos de lo gremial a partir de la prensa. Particularmente, trabajamos con los órganos de la Unión Nacional del Magisterio y de la Confederación de Maestros del Uruguay, ambos publicados en Montevideo y vinculados a asociaciones de rango nacional. Atendiendo al carácter opaco de la identidad del magisterio y, en consecuencia, a la complejidad de las identidades colectivas, rastreamos aquí los sentidos vinculados a la asociación, con modulaciones entre lo pedagógico, lo político y las reivindicaciones materiales.

En Uruguay, desde comienzos del siglo XX hasta el año 1945, las organizaciones gremiales del magisterio se vieron movilizadas por múltiples conflictos que derivaron en uniones y disociaciones internas hasta arribar a la federación única a nivel nacional en 1945. Una constante en todas estas asociaciones fue el papel central de sus órganos de prensa como herramientas de militancia gremial. Estos dinamizaron el tránsito de las asociaciones por la discusión pública y resultaron la expresión más concreta de un conjunto de ideas y acciones colectivas que se configuraron en la escritura y la lectura más que en las calles o en el parlamento.

La prensa, fuente privilegiada para el trabajo con las asociaciones gremiales, será objeto de análisis en este trabajo que se ocupará de su estudio como objeto material de la cultura.

Finalmente, entendiendo a lo gremial como un entramado complejo de sentidos, identificamos en la prensa algunos intereses y propósitos que resultan coincidentes entre sí, pero también algunos énfasis particulares. Así como en algunos casos la “superación” gremial es sinónimo de formación profesional, en otros, lo gremial tiene una implicancia directa con las condiciones materiales del magisterio.

Palabras clave: gremios, magisterio, Uruguay.

ORIGENS E TRAJETÓRIAS DO ASSOCIATIVISMO DOCENTE EM PERNAMBUCO: UMA ANÁLISE SOBRE A APEMOPE

Jannaiara Barros Cavalcante- Doutoranda-UFPE- Brasil

jannaiarabarrosgmail.com

O associativismo docente em Pernambuco, ainda é tema que conta com poucas produções. No intuito de fortalecer este campo de pesquisa e dialogar com trabalhos existentes, nos debruçamos sobre a Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco (APENOPE), buscando compreender sua atuação a partir da greve dos professores de 1979, analisando em que medida o discurso do “novo sindicalismo” contribuiu para novos protagonismos e para a imagem do professor enquanto trabalhador. Embora este seja o marco temporal inicial do nosso estudo, no decorrer da pesquisa de doutorado em andamento, sentimos a necessidade de percorrer também as origens e trajetória da Associação, a qual nasceu como Associação dos Professores do Ensino Médio de Pernambuco (APEMOPE) fundada em 1967 por um conjunto de professores da rede estadual de ensino. Deste modo, esta comunicação visa apresentar um pouco da trajetória desta entidade de representação docente, assim como as ações, possibilidades e limitações de uma associação que nasceu em um período não democrático da história brasileira, e que ao mesmo tempo em que se colocava como defensora dos interesses do magistério, era conduzida por indivíduos que apoiavam o governo dos militares e que apresentavam como sendo objetivo da associação manter uma postura de colaboração com o governo. Em nossa construção historiográfica, utilizamos como fontes: jornais da grande imprensa pernambucana (Diário de Pernambuco, Diário da Manhã e Jornal do Comércio), e o jornal da Associação, intitulado inicialmente de Jornal do Professor. Ressaltamos o fato de que tais fontes não adquirem um valor em si mesmas, mas a partir do diálogo, do confronto com o conjunto de fontes disponíveis. As fontes não são tomadas como verdades absolutas, mas como espaços que demandam contextualização e também desconfiança, considerando as relações de poder que as envolvem.

Palavras-chave: Associativismo; Pernambuco; Trajetórias.

¿CÓMO NOS VEN DESDE LA VEREDA DE ENFRENTÉ? LA MIRADA DE MILITANTES SINDICALES QUE ABANDONAN LOS ESPACIOS DE IZQUIERDA

Gabriela Vilariño - vilarinogabriela@gmail.com

Matías Remolgao - matiasremolgao@hotmail.com

Departamento de Educación, Universidad Nacional de Luján, Argentina

Resumen

Esta ponencia presenta los hallazgos de la etapa final del proyecto de investigación “Resistencias y contrahegemonías en el campo educacional. Procesos de formación política y pedagógica en experiencias de organización sindical de los trabajadores de la educación”, con dirección de Adriana Migliavacca, radicado en la Universidad Nacional de Luján. Los casos abordados en la investigación son: Encuentro Colectivo Docente de la Provincia de Buenos Aires (SUTEBA), Colectivo Lista de Maestr@s y Profesor@s de CABA (ADEMYS), y Frente Gremial 4 de abril de Rosario (AMSAFE).

El objetivo de nuestra investigación fue reconstruir los procesos culturales y formativos impulsados en el seno de tres agrupaciones sindicales docentes de vertiente *clasista* que vienen disputando la conducción de los procesos organizativos de los trabajadores de la educación. Hoy la investigación está finalizada y estamos en proceso de preparar una publicación que esperamos compartir pronto.

En este nuevo Encuentro de la Red queremos compartir uno de los últimos tramos recorridos en la investigación. Nos referimos a un grupo de entrevistados diferentes a los conocidos hasta el momento. A lo largo de los años hemos compartido en trabajos publicados en revistas y presentados en encuentros académicos los diferentes avances de investigación sobre la agrupación sindical de CABA. En el final de este recorrido apareció la pregunta por quienes habiendo participado de las experiencias novedosas de las asambleas de docentes, con un papel destacado de militantes de izquierda que son parte del sindicato ADEMYS, hoy se encontraban distanciados del espacio, tan distanciados que optaron por ser parte del sindicato opuesto, la oficialista UTE. Estos diferentes aportes contribuyen a problematizar y complejizar la mirada sobre los procesos de participación que veníamos estudiando hasta el momento.

Recuperamos de estos actores su lectura del panorama político local y nacional y su ponderación del espacio gremial de izquierda, las prácticas sindicales burocratizadas y sus ideales de lo que debe ser un sindicato docente.

Palabras clave: sindicalismo docente – izquierdas – oficialismo

AS PARTICULARIDADES ORGANIZATIVAS, IDEOLÓGICAS E REIVINDICATIVAS DO SINDICALISMO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL: EM BUSCA DA UNIDADE DE CLASSE DA PERSPECTIVA REVOLUCIONÁRIA

Marta Rosani Taras Vaz
Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO)
Brasil – martarosanni@hotmail.com
Gisele Masson
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)
Brasil - gimasson@uol.com.br

Resumo

Este trabalho é resultado da pesquisa de doutoramento que teve como objetivo principal desvelar em que medida o sindicalismo docente – do magistério público municipal –, a partir de suas contradições e particularidades organizativas, reivindicativas e ideológicas, pode desempenhar uma atuação na perspectiva classista e revolucionária. Fundamentando-se no Materialismo Histórico-Dialético, partiu-se do pressuposto da luta de classes como antagonismo fundamental da história e desencadeadora de inúmeras outras contradições. A pesquisa analisou empiricamente, no âmbito do magistério público municipal, três entidades sindicais que correspondem às três formas de organização docente, localizadas na região sudeste do estado do Paraná: sindicato regional próprio dos professores, seção sindical vinculada ao sindicato estadual e sindicato de servidores públicos municipais. Com base em materiais estatísticos – do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) –, documentos como estatutos e regimentos das entidades sindicais, entrevistas com os dirigentes e questionários aplicados aos professores, identificamos aspectos da particularidade do sindicalismo dessa categoria, relacionados à forma organizativa, à materialidade da consciência sindical e ao conteúdo das reivindicações. Concluiu-se que, apesar das particularidades organizativas (baixo número de filiados locais e lutas municipalizadas), das particularidades da consciência sindical (consciência meritocrática e contraditória), das particularidades reivindicativas (aproximação da pauta e da luta docente com as políticas educacionais), destacamos que a mobilização da categoria tende a acontecer mediante as reivindicações com conteúdo diretamente relacionado à remuneração. Tendo em vista tais singularidades, defendemos que existe, enquanto possibilidade, uma atuação sindical dos professores em uma perspectiva classista e revolucionária, na medida em que as questões relativas ao salário (elemento em comum de toda a classe trabalhadora) podem representar a unidade no desenvolvimento dialético das lutas econômicas às lutas políticas revolucionárias, como compreendeu Trótski no Programa de Transição.

Palavras-chave: Sindicalismo docente; Particularidades; Magistério Público Municipal; Revolução.

COMBATIVOS SINDICATOS DE TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA EM SERGIPE - O SINTESE E O SINDIPEMA

Autor: Luiz Carlos Galetti

Departamento de Sociologia e Ciência Política da UFMT e Departamento de Sociologia da UNB - BRASIL
luizgaletti@yahoo.com.br

Resumo

O objetivo central dessa comunicação é expor uma das principais conclusões de meu livro: “Sindicato Crise e Revolução – Os sindicatos de trabalhadores da educação básica em Sergipe e a fragmentação sindical no Brasil Contemporâneo”. A conclusão é: a partir do final dos anos 1970 os professores da educação básica sergipana passam a ter forte participação nas lutas dos trabalhadores brasileiros.

Os procedimentos centrais da pesquisa foram entrevistas em Sergipe (em 2012 - 2013) principalmente com professoras e dirigentes sindicais da educação e pesquisa bibliográfica.

As professoras da rede básica sergipana, como os demais servidores públicos brasileiros não tinham o direito à associação. Tiveram que lutar muito para conquistá-lo. Aparecem indícios da atuação individual de professores nos anos 1940, dentro da ASPES – Associação dos Servidores Públicos do Estado de Sergipe. A primeira manifestação coletiva de professores de que se tem registro foi a curta greve nos anos 1960 em Aracaju. A grande onda de greves dos trabalhadores e o forte ascenso do movimento de massas no Brasil no final dos anos 1970 e inícios de 1980 tiveram contribuição decisiva na derrubada da ditadura. Nesse período nascem o PT (1978) e a CUT (1983), que passam a ter atuação marcante em Sergipe. Para conter o levante sergipano e também para atendê-lo são criadas a APMESE – Associação Profissional do Magistério do Estado de Sergipe (em 1977) e a APEMA – Associação dos Profissionais de Ensino do Município de Aracaju (em 1985), com estreitas vinculações aos governantes. Depois de muita batalha no período Constituinte de 1986 a 1988 os servidores públicos brasileiros conquistam o direito à sindicalização. Nesse processo contraditório, em busca da emancipação da classe trabalhadora brasileira essas associações são transformadas em sindicatos, o SINTESE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial de Sergipe e o SINDIPEMA – Sindicato dos Profissionais de Ensino do Município de Aracaju.

Palavras-chave: Sindicatos de trabalhadores da educação básica sergipana, gênese e atuação dos sindicatos da educação em Sergipe, sindicatos de professores e emancipação política.

O ESTADO DA ARTE DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS EXISTENTES SOBRE SINDICALISMO DOCENTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO DISTRITO FEDERAL E SUAS PREOCUPAÇÕES ANALÍTICAS

Robson Santos Camara Silva
EAPE-DF/BRASIL
robsoncamara@gmail.com

Resumo

O estudo é parte de uma pesquisa sobre o associativismo e o sindicalismo docente no Distrito Federal. O problema de pesquisa consiste na seguinte questão: qual a preocupação analítica das produções acadêmicas existente sobre sindicalismo docente no Distrito Federal? Para tal investigação, a metodologia utilizada consistirá em análise documental e bibliográfica dos principais trabalhos dissertativos identificados sobre o Sindicato de Professores do Distrito Federal - Sinpro-DF. Resultados parciais: A Associação de Professores do Ensino Médio de Brasília (APEMB) surge no contexto do golpe militar de 1964, tendo nesse mesmo ano seu funcionamento interrompido pela ditadura militar. Isso impactou a organização dos trabalhadores e trabalhadoras da educação na objetivação de uma associação. Esta só vai se tornar sindicato em 1979, seguindo uma sequência muito comum identificada na literatura nacional relativa ao sindicalismo docente. A análise dos três trabalhos dissertativos identificam aspectos importantes da transformação da associação em sindicato e as lutas que protagonizaram esse processo no Distrito Federal. O primeiro dessa relação é de autoria de Marcos M. Caron, intitulado a “A educação de braços cruzados: o impasse das greves no ensino público, uma análise das propostas das lideranças sindicais do magistério”, cuja publicação se deu em 1996; o segundo trabalho dissertativo analisado é o de João Felipe de Souza, intitulado “Estratégia democrática e popular e luta sindical docente no Distrito Federal”, de 2017. E o terceiro e último trabalho é o de Antônio Carlos de Andrade, intitulado “formação sindical do Sinpro-DF com a CUT: processo histórico de construção de uma hegemonia”, cuja defesa ocorreu em 2019. Em suma, serão tratadas as particularidades de cada abordagem e apresentadas categorias identificadas as preocupações analíticas das referidas pesquisas.

Palavras-chave: Associativismo – Sindicalismo – Distrito Federal

A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO SINDICATO DOS PROFESSORES DO ABC (SINPRO-ABC) – [1984-1990]

Carin Moraes. SME-SP, Uninove, Brasil.
carin.moraes@hotmail.com

Carlos Bauer. Uninove, Brasil.
professorcarlosbauer@gmail.com

Resumo

A proposta de comunicação procura contextualizar e analisar alguns aspectos do processo de formação histórica do Sindicato dos Professores do ABC (Sinpro-ABC), no período compreendido entre os anos de 1984 até os primórdios da década de 1990. É importante reafirmarmos que antes de se tornar um sindicato, a entidade em estudo passou pela etapa organizativa chamada de associação pré-sindical em decorrência da legislação vigente da época. A associação organizativa constituída pelos professores dos estabelecimentos de ensino da região do grande ABCD recebeu o nome de Associação dos Professores do ABC (Apro-ABC). Sendo assim, consideramos importante sinalizar que politicamente a constituição histórica e a consolidação política do Sinpro-ABC se deram entre os anos de 1984-1990, anos esses que nos levaram a realizar um breve apanhado histórico anterior a sua formação, para clarificar a contextualização da época de sua fundação. O período que estamos estudando exigiu de nós o entendimento de três momentos socioeconômico e políticos brasileiros. O período de redemocratização do país, momento da criação da Apro-ABC, foi também um dos grandes incentivadores para a sua emergência, justamente por se tratar de um momento de grandes mobilizações dos trabalhadores, por meio de suas organizações associativistas e sindicais, marcantes influenciados pelo Novo sindicalismo e pela entrada em cena dos movimentos sociais, sobretudo, na região do grande ABC paulista. A pesquisa procurou se embasar nos referenciais teóricos do marxismo, trazendo como fontes documentais, entrevistas com os professores que lecionaram nas escolas das cidades que constituem o ABC paulista, os diretores e ativistas sindicais atuantes no período estudado; como também os seus boletins e jornais pautados na busca pela superação das dificuldades, teóricas e metodológicas, principalmente, ocasionados pela substancial ausência de estudos sobre os esforços políticos e organizativos dos trabalhadores da educação que atuam no ensino privado.

Palavras-chave: História da educação. Sindicalismo docente. Ensino privado.

Introdução

O presente artigo faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre a história da educação brasileira contemporânea e que teve como centralidade o Sindicato dos Professores do ABC (SINPRO-ABC). Um sindicato forjado no seio da luta de classes da sociedade capitalista, no período compreendido entre os anos de 1984 a 1990.

De pronto, nos parece significativo realizar um panorama político e social do período de sua fundação, como, também, informarmos que antes de se tornar um sindicato, a entidade em estudo passou pela etapa organizativa chamada de associação pré-sindical em decorrência da legislação em vigência na época. A associação organizativa constituída pelos professores dos estabelecimentos de ensino da região do chamado ABC paulista, que congregam as cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema, recebeu o nome de Associação dos Professores do ABC (Apro-ABC).

O período estudado nos exigiu a compreensão de três momentos socioeconômico e políticos brasileiros distintos, mas, interligados: o período de redemocratização do país, o governo do então presidente José Sarney e o início do governo Fernando Collor de Mello.

O período de redemocratização do país, foi o momento em que a categoria de professores da rede privada de ensino da região do chamado Grande ABCD, sofria com o conjunto da sociedade brasileira o alto índice inflacionário e o aumento crescente da dívida externa. Isso fez com que as condições de trabalho e as questões salariais dos professores da rede privada de ensino fossem dia a dia precarizadas e desregulamentadas, havendo a necessidade de uma articulação organizativa que pudesse representar a categoria na região. Foi nessa época que a categoria sentiu a real necessidade de se voltar contra os ataques do governo vigente. Podemos considerar que esse período histórico foi um dos grandes incentivadores para a criação da Associação dos professores do ABC, justamente por se tratar de uma ocasião de grandes mobilizações dos trabalhadores, por meio de suas organizações associativistas e sindicais, fortemente, influenciadas pelo chamado do Novo sindicalismo e pela entrada dos movimentos sociais na cena política nacional.

Esses trabalhadores, além de lutar pelas suas reivindicações de interesses econômicos e profissionais, também combatiam pela redemocratização do Brasil, com a participação organizada na campanha pelo restabelecimento das eleições diretas para a presidência da república (Diretas já), em movimentos em favor do estabelecimento da cidadania e dos direitos sociais, como é o caso da sua presença nos fóruns nacionais em defesa da escola pública, gratuita e laica para todos.

Para compreendermos o processo de formação e de transição, da fase de associação para o estabelecimento do sindicato, naquela dinâmica social e política, nos parece importante o entendimento conjuntural do governo de José Sarney e do início do governo de Fernando Collor de Mello e os seus reflexos na urdidura da história do Sinpro-ABC.

O sindicato dos trabalhadores da rede privada de ensino do ABC durante o seu processo de formação enfrentou junto com as demais categorias de trabalhadores os efeitos produzidos pelas políticas econômicas impetradas pelo neoliberalismo em sua fase nascente no Brasil.

O que certamente não poupou as políticas educacionais brasileiras, com a intensificação do processo privatista do ensino. Concretamente, estávamos diante da materialização das orientações das agências multilaterais na área da educação em consonância com as políticas de mercado. Essas orientações ao serem incrementadas por meio dos marcos legais no campo educacional produziram um aumento do ensino privado no Brasil e um considerável abandono por parte dos governos brasileiros com relação aos investimentos na educação pública em todos os níveis.

Com a ampliação desses estabelecimentos de ensino ampliavam-se também, o quadro de trabalhadores que enfrentavam duras condições de trabalho, o rebaixamento dos salários e a rotatividade da mão de obra docente adotada pelos empresários do setor educacional.

Além das reivindicações econômicas e de caráter corporativo, também procuramos identificar de que forma o Sinpro-ABC contribuiu para as transformações políticas e sociais naquela quadra da história da educação brasileira.

Do movimento de oposição Quadro Negro a Associação dos Professores do ABC (Apro-ABC).

Antes de iniciarmos os nossos escritos sobre os primeiros passos da Associação dos Professores do ABC (Apro-ABC) enquanto entidade representativa dos professores da região do grande ABCD, apresentaremos algumas das motivações e alguns fatos que levaram a criação da Associação. Primeiro é importante esclarecer que os professores da rede privada de ensino daquela região não tinham um sindicato que representasse a categoria junto aos órgãos oficiais e as unidades escolares em casos de negociações dos seus direitos trabalhistas, considerando que o país vivia em uma crise econômica e política que mobilizava significativo número de trabalhadores brasileiros em torno de seus direitos e pelas liberdades democráticas.

A superação dos problemas organizativos enfrentados pela Apro-ABC exigiu dos seus artífices um constante trabalho de convencimento da categoria sobre a importância da filiação sindical. Seria necessário construir, no debate com os professores, uma compreensão hegemônica do papel que a organização gremial poderia ter na defesa dos interesses corporativos da categoria.

A Apro-ABC procurou se forjar, então, nos idos de 1984, argumentando junto ao professorado,

POR QUE A ASSOCIAÇÃO?

Colegas, no último dia 12 de maio, professores de 20 escolas dos 7 municípios de nossa região, reuniram-se em Assembleia na Câmara Municipal de Santo André e decidiram fundar a ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS PROFESSORES DO GRANDE ABC.

Os professores da Rede Particular de uma das regiões mais importantes do Estado, que enfrentam no seu cotidiano uma progressiva deterioração de suas condições de trabalho e de seus salários, não contavam, até então, com nenhum instrumento que possibilitasse a UNIÃO de nossos esforços para a DEFESA DE NOSSOS DIREITOS, para a VALORIZAÇÃO E DIGNIFICAÇÃO DO MAGISTÉRIO, para a conquista de MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO E SALÁRIO, para a conquista de efetiva ESTABILIDADE NO EMPREGO.

A Associação Profissional nasce com compromisso de reunir as condições para que possamos ter um SINDICATO DE PROFESSORES no grande ABC.

Atualmente, na ausência de um Sindicato da categoria na região, somos – professores de 1º e 2º graus, de escolas técnicas, de línguas e de nível superior- representados no terreno sindical pela Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo (FTEESP), que pela sua própria estrutura – abarcando mais de 400 municípios e com uma direção eleita pelos presidentes dos sindicatos existentes – não tem condições para organizar o magistério da região ao redor de suas reivindicações.

A primeira diretoria eleita na Assembleia de fundação de nossa Associação está consciente das dificuldades que encontrará até a obtenção da carta sindical. (MORAES, 2019, ANEXOS, p. CXXV)

Preconizando uma estrutura democrática e com a presença de representantes de base em sua estrutura organizativa, a Apro surgia não apenas se colocando na linha de frente ao enfrentamento aos planos econômicos dos governos militares, mas também contribuindo para que os professores pudessem conhecer os seus direitos laborais:

CONHEÇA OS NOSSOS DIREITOS:

O mês de março tem enorme importância para nós professores. O Seu primeiro dia marca o início da vigência da Convenção Coletiva do Trabalho.

Assinada entre os representantes dos proprietários de escolas e os representantes dos empregados, a Convenção decide sobre inúmeros itens que afetam nossa vida profissional. Suas cláusulas, acordadas entre as partes e oficializadas pela Delegacia Regional do Trabalho tem, durante o período de um ano, peso de lei.

Nem sempre o professor tem conhecimento do que foi decidido, dos direitos que tem assegurado pela convenção. Das cláusulas estabelecidas para o período de 01 -03- 84 a 28- 02- 85 “O Professor” destaca nesta edição algumas de inegável importância. Neste ano foram assinadas duas Convenções Coletivas, uma para o ensino superior e outra para as demais escolas.

PARA O ENSINO SUPERIOR

É estabelecido que os PROFESSORES farão jus a um ABONO de trinta por cento sobre o salário de março. Tal abono deverá ser pago no máximo até agosto. Por exemplo: um professor que passou a ganhar em 1º de março Cr\$ 400.000,00 deverá ganhar um acréscimo de Cr\$ 120.000,00. Este acréscimo será dado em apenas um mês

(até agosto) e o cálculo salarial de setembro não incluirá este abono.

PARA AS DEMAIS ESCOLAS

Abaixo estão transcritas cláusulas com a numeração da própria Convenção:

“10) Será efetuado o pagamento de “janelas” do horário de aulas, uma vez resultantes ditas “janelas” de alteração posterior à fixação de horário no início do período letivo, permanecendo, durante as mesmas, os funcionários mencionados, à disposição da “ESCOLA”, para o desenvolvimento de atividades do magistério, excetuados os casos especiais quando houver prévio entendimento, por escrito, entre as partes.” (MORAES, 2019, ANEXOS, p. CXXVI)

Não nos parece haver qualquer dúvida de que pelo teor desse documento e pela pauta de reivindicações que apresenta, de que somente a organização e a participação efetiva da categoria poderiam garantir as questões básicas da defesa dos salários, do emprego das cláusulas sociais que estavam sendo ameaçadas e sinalizavam que novos projetos educacionais privatistas estavam em curso na sociedade brasileira.

Mas supostamente essa ação deveria ser assumida pela Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo (FTEESP). No entanto essa entidade recebia fortes críticas da categoria de professores por desempenhar um papel puramente burocrático e não contribuir significativamente nas negociações concernentes as problemáticas de cunho educacionais e trabalhistas dos professores da região do grande ABCD.

Segundo pôde ser apurado em um dos documentos disponibilizados pelo Sinpro-ABC, precisamente, aquele que tinha como título “ALGUMAS RESPOSTAS” e pelo qual se podia ficar sabendo que os

[...] professores da particular do ABCDMR não tem sindicato, somos ‘representados pela Federação dos Trabalhadores em estabelecimento de ensino que não dá satisfação da aplicação do Imposto Sindical, que não está interessada em convocar a categoria para discutir o reajuste salarial e muito menos em que a categoria tenha um sindicato forte. (MORAES, 2019, ANEXOS, 1983, p. CXXVII)

Processo esse confirmado por meio das palavras do professor José Carlos, fundador e primeiro presidente da entidade, isso

[...] porque a Federação que representava o ABC era o grande problema para a gente. Porque os caras tiravam daqui um imposto sindical e duas taxas de 5% cada um e então o cara cobrava aqui, 5 mais 5, 10, mais o imposto sindical que é um dia, que na prática é 3,3%, então essa federação levava aqui da base 13,333% dos ganhos dos professores e não retornava nada, nada. Essa foi uma situação, a segunda situação foi quando na medida em que ganhou a carta sindical, a gente foi na Federação e exigiu que eles... o dinheiro que eles receberam em [19]86 (...), assim, a carta veio 13 de março. (COSTA, 2018)

Naquele momento histórico e com os ataques frequentes impostos pela política econômica do governo aos trabalhadores, a representação da Federação não mudaria nenhuma condição da categoria de professores da rede particular da região do grande ABCD. Não existiam movimentos de mobilizações chamados pela Federação, e principalmente dispositivos locais que dessem conta de dialogar com os donos das escolas com relação as condições de trabalho e sobretudo salariais.

Paralelamente a esses acontecimentos, os professores que estavam envolvidos diretamente nesses processos laborais enfrentando os baixos salários oferecidos pelos donos das escolas, as péssimas condições de trabalho nas unidades escolares, também estavam inseridos em outros processos organizativos.

Processos esses que em certa medida contribuíam para um possível avanço nas questões organizativas da região, foi o caso da “movimentação de oposição quadro negro”, que segundo José Carlos foi uma organização de cunho estadual e com atuação no interior do Sinpro-SP, mas que tinha ressonância na região do ABCD por conta das relações políticas estabelecidas entre os professores.

O quadro negro era um movimento de oposição ao pelego do Sinpro São Paulo, que era o Leopoldino, que era o pelego do Sinpro São Paulo. E aí começou

uma movimentação, porque ele estava há, 20, 30 anos no sindicato (...) Começou uma movimentação. Essa oposição, o quadro negro rachou, um pedaço dela fez entrismo, juntou com o pelego, entrou e derrubou o pelego quatro anos depois. O outro pessoal, que formou o quadro negro, lançou o Heródoto, na chapa de oposição contra o pelego e perdemos.

Aí o quadro negro deu essa 'esboroada' e a gente ficou sem nenhuma alternativa aqui na região do ABC. Aqui na região do ABC, antes era uma coisa só, engraçado, era uma coisa só, a gente fazia reuniões em bares aqui com a oposição quadro negro que era contra o Sinpro São Paulo. Mas era um frentão único, era uma coisa só. Na medida que perdeu essa movimentação, a gente acabou começando a articular um movimento aqui para dentro.

Reorganizando, aí o quadro negro foi uma movimentação de professores que de alguma maneira vai formar chapa, perder a eleição, a gente vai ficar espalhado aqui no ABC, a gente vai ficar sem nada [...] (COSTA, 2018)

Após o esfacelamento da oposição quadro negro, foi de fato necessário a criação de uma entidade que fosse um ponto de apoio para a categoria de professores do ABCD e que pudesse levar adiante um combate em defesa dos direitos e somado a isso a defesa dos direitos democráticos.

Na entrevista que nos foi concedida, o professor José Carlos de Oliveira Costa nos disse que em períodos anteriores houve tentativas de formar associações pré-sindicais dos professores na região, mas que não vingaram. A primeira tentativa se deu por volta dos anos de 1960 e, a segunda, em meados dos anos de 1982, conforme as palavras do professor José Carlos, em entrevista que nos foi concedida:

Aqui na região. Teve uma iniciativa de direita que não vingou. O pessoal conservador, que até depois ficaram simpáticos a nossa iniciativa de sindicato.

É difícil eu dar uma referência. Era um pessoal mais conservador, mas não vingou. Aí veio uma outra iniciativa, de um pessoal mais progressista. Um pessoal ligado ao Santa Inês, ao Singular, o Santa Inês naquela época era uma potência, como o objetivo.

Essa segunda, assim, (...) como o Sinpro começou em [19]84, isso foi em [19]82, por aí, e não vingou, não deu certo. Uma parte dessas pessoas a gente aproveitou no Sinpro, vieram para a assembleia e entraram no Sinpro, que

na verdade era Apro-ABC. Então uma parte desse agrupamento veio (...) (COSTA, 2018)

Após se reconhecerem sem nenhuma referência representativa e não tendo mais “O Movimento de Oposição Quadro Negro” como ponto de apoio político aos professores da região do grande ABCD, logo houve a necessidade de uma articulação para constituir uma entidade que de fato se somasse junto às outras entidades classistas e movimentos sociais pelas lutas mais amplas da sociedade, como também para organizar e fortalecer a categoria em torno de suas reivindicações laborais imediatas.

O movimento embrionário de organização dos professores no ABC paulista

Ao nos debruçarmos sobre os documentos disponibilizados pelos arquivos do Sinpro-ABC foi possível verificar que antes de se constituir como o sindicato da base da categoria dos trabalhadores da rede privada da região do ABCD, a entidade passou por uma etapa anterior, a de associação.

Naquele período a legislação vigente não permitia que os trabalhadores criassem um sindicato antes de passar por um ritual, de fato, existia um rito legal para que pudessem ter o direito a outorga da Carta sindical.

No caso dos trabalhadores das empresas privadas seria necessário que, primeiramente, fosse criada uma associação pré-sindical e posteriormente essa associação receberia a sua carta sindical. E foi dessa maneira que os professores da rede privada de ensino da região do grande ABCD se organizaram. A entidade viveu enquanto associação pré-sindical por um período de aproximadamente dois anos, conforme demonstrado por José Carlos de Oliveira Costa,

[...] era proibido na rede pública ter sindicato, só que podia ter associação. Na rede privada, qualquer sindicato começa com uma associação pré-sindical.

A legislação prevê uma associação pré-sindical. Ela pode até articular um sindicato, mas estatutariamente ela vai ter caráter pré-sindical. Então você vai para uma associação pré-sindical e essa associação vai pedir (...) vai fazer o pedido de transformação em sindicato.

Era um rito legal que você cumpria.

Quando nós começamos, nós consultamos várias pessoas para nos ajudar. Teve muita gente ajudando e dando palpite e mostrando como começava. Eu sei que a associação pré-sindical foi o jeito certo que disseram para nós.

‘Se vocês quiserem chegar no sindicato, o jeito certo é esse, pela associação pré-sindical.’

Porque é o seguinte, o estatuto não era a gente que escolhia, o estatuto estava na CLT, era o estatuto pronto, o estatuto do patrão.

[...] tudo era regrado fora, não tinha (...) foi pós 88 que deu autonomia sindical etc e tal. Antes não, antes era tudo no Ministério do Trabalho. (COSTA, 2018)

Pudemos compreender por meio das palavras do José Carlos Carlos de Oliveira Costa, que mesmo diante de toda a burocracia exigida pelo estado para que fosse viável a organização da base da categoria dos trabalhadores em educação do grande ABCD em entidade sindical, isso não os impediram de continuar com o processo de construção de legalização do sindicato. Pacientemente, passaram pela etapa associativista e anos depois receberam a carta sindical.

É possível afirmar que a existência da Apro-ABC, foi naquele período para os trabalhadores da educação necessária para os avanços das condições de trabalho da categoria de professores da rede privada de ensino, e que exerceu um papel de importante contribuição para os debates e ações de cunho educacional e nacional.

Segundo pudemos averiguar muitas inquietações rondavam os professores dos estabelecimentos de ensino privado da região do ABCD, sobre suas formas de representações, inclusive, gerando, entre eles, “ALGUMAS PERGUNTAS”:

Algumas perguntas: 1º Quem negocia nosso aumento? 2º Existe sindicato de professores da rede particular do ABC? 3º Quem nos representa? 4º Porque não somos chamados para o dissídio da categoria? 5º Para onde vai o imposto Sindical que nos é descontado anualmente? 6º Somos trabalhadores? 7º Nos sentimos como tal? 8º Vamos participar da greve geral de 25 de outubro contra o 2045? (MORAES, 2019, ANEXOS, 1983, p. CXXVII)

Por meio dessas indagações encontradas nos primeiros boletins do movimento embrionário, verificamos que a categoria dos professores da rede privada de ensino do ABCD necessitava de uma direção organizada para colocar em curso as suas reivindicações em um momento histórico importantíssimo.

A Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino que negociava e decidia as reivindicações da categoria, não dava devolutivas do que havia sido discutido ou não com relação as reivindicações do professorado da região do grande ABCD.

Ao mesmo tempo as tensões entre os trabalhadores e os patrões nas unidades escolares intensificavam em decorrência da política econômica que estava em curso no país. Diante disso os professores que estavam organizando os trâmites legais para oficializar uma associação na região fizeram um chamado para a realização de uma assembleia da categoria para o dia 12 de maio.

A reunião contou com a representação de professores de mais de 20 escolas dos 7 municípios que congregam a região. Ali foi deliberado pela categoria que fosse criada a Associação dos Professores do ABC (Apro-ABC).

Pelo que consta nos documentos da associação, ao final da assembleia a categoria já tinha uma comissão provisória da entidade. Nasceram, assim, as primeiras ações legais da Apro-ABC para somar junto a outros sindicatos e movimentos sociais contra a política econômica do governo vigente e, sobretudo pelos seus direitos trabalhistas e educacionais.

É importante destacar que desde o início do movimento embrionário, já havia uma enorme preocupação com o processo de filiação da categoria.

O estímulo a filiação a entidade estava presente desde os primeiros boletins produzidos pelos seus artífices. Ao analisar os documentos da entidade sobre essa importância compreendemos que a filiação significava algo para além do número de pessoas e sim uma possibilidade de organizar e formar pessoas em torno de um conjunto de reivindicações, sobretudo de cunho salarial. Esse importante gesto político se intensificou durante todo o processo de formação da entidade (Apro-ABC), até na ocasião de sua consolidação enquanto sindicato (Sinpro-ABC), conforme nos relatou o professor José Carlos de Oliveira Costa,

Na Apro não tinha marca. Para você ter uma ideia, a primeira campanha com marca que a gente cria é campanha do '1000 novos sócios'.

Isso é uma marca. Era uma marca e tinha uma abordagem específica. A gente tinha 10, 15 filiadores que eram para ajudar a diretoria. O cara que pensou a campanha era um cara que depois foi diretor nosso em algum momento, não sei se antes ou depois, o Otávio que era jornalista. Ele fez assessoria, a propaganda tinha (...). A gente entrava na sala com os sindicalizadores, tinha maçã, distribuía maçã, tinha uma abordagem extremamente professoral. A maçã

representando aquele (...). Aquela coisa que aproxima o estudante do professor, no caso era a gente se aproximando do professor e o professor do sindicato. Então a maça tinha essa conexão. Agora, antes disso era tudo um empenho, era chamar, conversar, conversar, visitar escolas, filiar (...). Trazia ficha, então (...). Quando eu falei para você que (19)86 quando saiu à carta a gente já tinha de 400 a 600 sócios. Mas se você me perguntar se eles eram pagantes? Não! Porque não tinha estrutura nenhuma. Ser pagante foi uma coisa que veio bem depois, foi bem depois. A gente, eu acho ainda viveu com o imposto sindical. Com o dinheiro do imposto sindical a gente comprou computador, e aí a gente foi começando a criar uma forma de cobrança da mensalidade. Mas ela demorou bastante para se implantar. (COSTA, 2018)

No entanto a contribuição sindical por meio da filiação só veio a ocorrer tardiamente, anos após o recebimento da carta sindical conforme constam nos relatos a seguir,

A questão financeira se resolveu a partir de (19)87. Em (19)86 a gente virou, (19)87 começamos a receber o imposto sindical. A gente era contra, mas aí quando começou a cair o imposto sindical a gente começou a usar. A gente passou, com o tempo, a estruturar a cobrança, mas demorou mais um tempo. (COSTA, 2018)

A solidariedade como base de sustentação da Apro-ABC

O processo de formação inicial da Apro-ABC se deu e se concretizou por ações de solidariedade de outras entidades de classes e movimentos sociais, que desde ações elementares como a “rodagem” de materiais impressos como boletins, folhetos e outros dessa natureza até a sede da Associação foram produtos de ações de solidariedade desempenhadas por essas entidades de classes, conforme demonstrado a seguir,

O sindicato começou a gente vai ter não o apoio, eu prefiro chamar de solidariedade. Era uma coisa completamente diferente. Por exemplo, quando eu precisava rodar um boletim eu compunha no sindicato dos metalúrgicos, as vezes rodava nas Office-sets que trabalhavam para o PT. As vezes dentro do PT. O PT tinha uma Office-set. A gente é do tempo que a gente imprimia o material, a gente operava a Office-set. Então, você ia lá e operava o mimeógrafo a tinta, uma coisa que não é do seu tempo. É um mimeógrafo que

...você batia na telinha, marcava, furava a telinha (...). Tem o de álcool também, mas esse tinha uma tinta que tinha (...) tinham muitos jeitos dele fazer.

Então a gente tinha dentro do PT, tinha nos metalúrgicos de Santo André, principalmente, porque era do lado. A sede era do lado! E na medida que o tempo foi passando, teve o fundo de greve, que depois foi se formando. O fundo de greve também ajudou a gente em vários momentos. Eu lembro uma vez, o Julio Turra conversando com o Japonês, esqueci o nome dele, o japonês que hoje é do instituto Lula (...) O Julio negociou lá para rodar, ele rodou de graça, então a gente tem vários materiais rodados (...)

Na medida em que o sindicato foi se formando, tinha muita solidariedade, a gente conseguia rodar aqui e acolá. As metalúrgicas também rodavam coisas para mim. Além de disponibilizar a estrutura, o espaço da imprensa que eles tinham, eles tinham uma sala enorme de imprensa, com mesa de composição, tinha um menino que fazia desenho como o Israel faz aqui. Então tinha (...) tinha uma estrutura, eu usava aquilo também. E quando a gráfica estava liberada, quando a Office-set deles estava liberada eles faziam coisas para gente. Então tinha muita solidariedade. Os químicos também. É porque nesse período, os sindicatos mais atuantes eram naturalmente os mesmos, os metalúrgicos. (COSTA, 2018)

Percebe-se que essa solidariedade entre as entidades se deu pelas relações que os artífices da Apro-ABC estabeleciam com esses sindicatos por estarem nos processos de luta contra a ditadura militar e também na construção de outros aparatos políticos, como no caso do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos trabalhadores (CUT), que tornavam factível o exercício da solidariedade entre os trabalhadores, do campo e da cidade, naqueles tumultuados dias.

Há, pois, nessa solidariedade entre trabalhadores do ensino e trabalhadores da produção, uma identidade de luta, contra as formas de exploração. Não está clara, ainda, a percepção de que é nessa escola, que explora o trabalhador do ensino, que se legitima também a exploração do trabalho na produção, através da separação entre trabalho manual e intelectual, e da tentativa de expropriação do saber operário e do controle da ciência. Com a luta de uns e de outros, que se vai travando pela conquista do poder operário sobre o processo de organização do trabalho, a escola aparecerá como um dos elementos centrais. É nela que se alimentam as velhas concepções burguesas da profissão, das qualificações, da ciência, da nobreza e

superioridade do trabalho intelectual sobre o manual, e a consequente aproximação do saber e suas potencialidades intelectuais no processo moderno técnico-científico da produção. Lutar contra a organização do trabalho implica lutar contra a escola burguesa. Esse sentido dá identidade e solidariedade entre trabalhadores do ensino e trabalhadores da produção. (ARROYO, 1979, p.16)

No campo educacional a Apro-ABC tinha o total apoio do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), em seu início, a entidade cedeu o espaço físico para a jovem associação conforme descrito em entrevista abaixo,

A sede, a gente usava a sede da APEOESP. A APEOESP sedia a subsede dela. Então, a gente nunca pagou aluguel de sede. Era uma coisa boa.

Muita solidariedade. A APEOESP tinha salão com uma sala lá e a gente fez um cubículo, um outro boxe para a gente. E depois fizemos um outro boxe para a CUT. (COSTA, 2018)

Pelo que apuramos, na continuidade do processo de luta, essa relação de solidariedade foi se desenvolvendo e numa via de mão dupla, conforme nos esclarece um dos participantes daquelas jornadas:

Mas não era campanha salarial, porque obviamente os patrões eram diferentes, mas era solidariedade com os companheiros da rede pública que estavam em greve. Eles eram muito mais grevistas do que nós, fazer greve na rede privada era muito difícil [...] (TURRA, 2019)

Na realidade, o que se pode compreender, pelo exame da prática do Sinpro-ABC, é que os atos ou relações de solidariedades estavam sendo construídos pelo conjunto do movimento sindical e pelas formas de organização e representação da classe trabalhadora,

Pelo menos nessa época (19)80, (19)90 nas origens, ao contrário, nós fazíamos muito trabalho junto com os outros sindicatos, motorista, metalúrgico e professor. Fazíamos panfletagens comuns pela defesa das conquistas do conjunto dos trabalhadores. Tem aqui no nosso site, uma faixa grande: 'Fora Collor!' Eleições Gerais Já! Sinpro-ABC. Então a gente participava da vida política do país, como a maioria dos sindicatos pelo menos na região do ABC também o fazia. (TURRA, 2019)

Reivindicações e conquistas da Apro e do Sinpro-ABC (1984-1990)

Por meio da fala do professor José Carlos de Oliveira Costa (2018) e outros artífices que estiveram à frente do movimento embrionário, compreendemos que o período político em que o Sinpro-ABC se forjava exigia de seus idealizadores uma articulação das lutas que se produziam por ocasião das medidas do governo vigente. A entidade em estudo, ao que nos parece tinha clareza da gravidade política e econômica em que o país atravessava e tinham compromissos com a sua transformação.

A Apro-ABC colava as suas reivindicações específicas e corporativas aos problemas mais amplos da sociedade brasileira, conforme observados nos relatos a seguir.

O SINPRO-ABC foi fundado nesse período de lutas pela democracia e contra a usurpação imposta pelos patrões aos docentes e demais trabalhadores e trabalhadoras. Nosso sindicato é um filho da luta democrática. (Revista O Professor, 2016, p. 03).

Segundo a professora Terezinha Aparecida Sávio, hoje aposentada, mas filiada ao sindicato desde as suas origens

[...] a fundação do SINPRO valorizou a categoria e fez com que cada docente fosse reconhecido pelo seu trabalho e por isso deveria ser bem remunerado. [...] o Sindicato dos Professores do ABC é bastante atuante, não somente nas questões referentes à categoria, mas também quanto a situação política do País, sempre defendendo a democracia e os avanços da classe trabalhadora. (Revista O Professor, 2016, p.37)

Sobre essa nem sempre factível combinação das reivindicações, específicas e gerais, o professor Júlio Turra, opinou que toda “a luta contra o fim da ditadura militar predispôs os professores na fundação do sindicato e a principal motivação foi conquistar melhores condições de trabalho e garantir direitos.” (Revista O Professor, 2016, p. 31)

Chamando a atenção da categoria para a importância da sua organização política no processo de mudanças do país. Percebia-se por meio dos escritos dos boletins que o sindicato tinha essa preocupação de recorte classista, conforme foi relatado, respectivamente, pelos professores José Carlos, Edécio Plenas Gomes e Maria José Grisaro nas páginas da revista O Professor:

Desde a sua fundação, o SINPRO ABC atuou efetivamente junto aos movimentos sociais e na organização política dos docentes. (Revista O Professor, p.32)

O sindicato estava integrado ao movimento geral dos trabalhadores. Foi o primeiro Sindicato de Professores filiado a CUT e no campo político, os dirigentes participavam dos anos iniciais de formação do Partido dos trabalhadores. (Revista O Professor, 2016, p.32)

Em todo um contexto de gritos por liberdade, passeatas, comícios, constituinte, Constituição, eleições diretas e a legitimação democrática, pela qual o Brasil passou, o SINPRO ABC esteve ao nosso lado, seja de modo ativo presente nas manifestações, seja como orientador de nossos direitos. Ao contrário do que imagina, o papel do Sindicato não era, e não é, tão somente o de lutar pelos nossos direitos salariais, mas também de ser uma instituição responsável pela formação de um profissional consciente de seus direitos e atuante no processo democrático. (Revista O Professor, 2016, p.42)

A entidade atuava em inúmeras frentes de intervenções, como nas mobilizações de âmbito nacional, como na construção e participação da greve geral do dia 20 de agosto de 1987. Essa greve teve uma adesão de 50% das escolas do ABC:

O Sinpro-ABC sabe que não será possível resolver os problemas dos professores por fora dessa situação geral de crise social, política e econômica. Apostamos na ação unitária, junto à outros Sindicatos, junto à CUT, com os anseios dos trabalhadores, para mudar esse quadro. No próximo período devemos nos integrar às lutas comuns – inclusive trabalhando com os abaixo-assinados dirigidos à Constituinte, as ‘iniciativas populares’

- Pelos Direitos dos Trabalhadores de defesa da Educação e por diretas já.

É evidente que só os abaixo-assinados em si nada resolverão. O fundamental é ampliar a organização dos professores, em comissões por escola, no Sindicato, no bairro ao lado da comunidade.

No movimento sindical já se discute a necessidade de preparar uma greve geral que mostre a nível nacional a insatisfação reinante entre a imensa maioria da população e exija uma saída de acordo com seus interesses.

Nós professores seremos chamados a participar deste movimento. Enquanto educadores e cidadãos temos a importante responsabilidade, pelo contato diário que temos com nossos alunos, não ficarmos omissos enquanto o país caminha para o desastre. O Sinpro – ABC organizará

atividades junto a categoria (visitas às escolas, abaixo-assinados, assembleias, participação em Congressos) visando desenvolver esta discussão e ampliar nosso grau de organização para interferir na situação visando preservar os interesses do magistério.

(MORAES, 2019, ANEXOS, 1987, p.CXII)

Além de mobilizações de cunho mais amplo a entidade também se empenhava na construção de uma categoria forte e politizada.

Para a categoria que tinha praticamente seus direitos dirimidos,

Você imagina, a associação começando, era o direito mais chão da categoria, tudo o que a gente tem, de alguma maneira era bandeira. Se você me perguntar, qual bandeira com nome de bandeira, eu não me lembro. Não tenho a menor ideia. Eu lembro que tiveram campanhas que a gente tinha um bóton, um adesivo, que também foi rodado na faixa, que era 94% de reajuste, era a nossa campanha salarial. Você consegue imaginar 94% de reajuste? Você já viu alguma inflação deste tamanho, não né?

A gente tinha noventa e poucos por cento, era um índice normal da gente carregar no peito. A inflação era alta e a gente pedia aquele índice lá que era a inflação e mais algum trocado, mais um aumento real que eu não me lembro o quanto. (COSTA, 2018, ANEXOS, p.XIV)

O índice inflacionário altíssimo não dava tréguas aos trabalhadores, somado a isso, existiam outras reivindicações de ordem local, nomeadamente educacional. Era preciso articular a base da categoria para o alcance das conquistas elementares aos trabalhadores da educação da rede privada de ensino do grande ABCD, como mostram a seguir, no boletim que trazia, em letras garrafais, as “NOSSAS REIVINDICAÇÕES”:

- 100% sobre os salários de fev-87 e incorporação do gatilho e antecipações salariais, isto é, 140% sobre os salários de dezembro.
- Piso Salarial
- 1º e 2º graus: Cz\$ 68,48 (5% do s.m)
- 3º grau: Cz\$ 109,44 (8% do s.m.)
- 30% de hora – atividade pela preparação de aulas, correção de provas e exercícios.
- Limitação do número de alunos por classe
- 20% de adicional noturno a partir das 19 horas.
- Estabilidade no emprego (MORAES, 2019, ANEXOS, 1987, p.LIII)

No mesmo documento também era mencionado a “CONTRA-PROPOSTAS PATRONAL”, assim descrita:

- No 1º e 2º graus de 66% a 82% e no 3º grau de 91% a 100%, sobre o mês de março de 86, anulando assim, todos aumentos reais conseguidos nesse último período. Em muitas escolas significará 0% de aumento.
- nada
- nada
- nada
- nada
- nada (MORAES, 2019, ANEXOS, 1987, p.LIII)

Para o sindicato o posicionamento patronal era de “pura” intransigência, coisa que o sindicato era totalmente contrário, pois defendia a valorização da educação, melhor salário, melhor ensino, 100% já ou paralisação.

*ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO DO RESÍDUO (18,4%) E REPOSIÇÃO DA PERDA SALARIAL DE JUNHO (27%)
QUEREMOS 50% DE ATUALIZAÇÃO SALARIAL IMEDIATA
(MORAES, 2019, ANEXOS, 1987, p. LXI)*

Parece-nos que as primeiras reivindicações da categoria foram os 30% de hora atividade; o plano cruzado, com o congelamento dos salários. A realidade das escolas particulares na época era decadente, grande parte do trabalho dos professores era exercida gratuitamente. O Sinpro-ABC entendia que era chegada a hora de combater pela “Hora-Atividade”

O sindicato elaborou uma ficha de levantamento para todos os professores da pré-escola até o 3º grau, para verificar o trabalho não pago ao professor. Mas a defesa da escola pública era uma bandeira central da entidade conforme demonstra o professor José Carlos de Oliveira Costa (2018),

[...] na época era o seguinte, a gente saiu da luta contra a ditadura militar, então quer dizer, qual era toda a lógica? A defesa do ensino público, laico, gratuito para todos em todos os níveis. Essa é a defesa. Isso sempre foi claro para gente. Mas aí se alguém perguntar, “é contraditório vocês defenderem o ensino público”. Não é contraditório! Nós somos um sindicato que está aqui para defender o professor da rede privada (...)

Que é um trabalhador e é explorado. Então é um cara que está aqui gerando lucro para alguém. O sindicato está aqui para cumprir esse papel. Agora, é um sindicato que tem o pé na história. É um sindicato que defende essa bandeira, que é a bandeira do movimento como um todo. A gente sempre foi muito pacífico. Nós defendemos o ensino público, gratuito para todos do Brasil. Laico etc e tal e se

alguém estranhar esse negócio que vocês (...) como se explica? Explica! Simples!

A gente participou de vários eventos (...) Iniciativas, a gente não vê contradição nisso. Do mesmo modo, a gente, por exemplo, a gente foi amparado por uma entidade do ensino público, a gente usava a sede da APEOESP. A gente só tem argumentos favoráveis. É uma contradição aparente, se a pessoa olhar isso utopicamente. Se ela olha o sindicato como um todo. A gente não é um sindicato que está só para fazer a luta sindical. Gente é um sindicato classista que tem a mudança da sociedade como estratégia, entendeu? Então tudo o que está ligado como sua estratégia, justifica. A defesa da democracia, a defesa da educação pública enfim, faz parte dessa luta mais ampla por uma sociedade (...)

No que se refere ao aspecto educacional presente na luta sindical, um dos nossos entrevistados foi taxativo:

As questões educacionais a gente discutia todas. Nossa primeira camiseta política do Sinpro foi: 'Educar é um ato político. Do Paulo Freire.

Bandeiras educacionais de alguma maneira (...) a gente tinha um sindicato que defende a educação pública. É um sindicato que a bandeira central dele é a defesa do ensino público. E para quem fala que isso é uma contradição, a explicação é que é a defesa dos trabalhadores da escola. A gente defende a educação (...) O ensino público e deixa isso bem claro, isso sempre foi central no nosso estatuto e etc. Isso daí articulou sempre bem a gente, nunca foi um problema. Nunca ninguém entrou aqui criticando achando que a gente não tinha que defender o ensino público entendeu? (COSTA, 2018)

A concepção de que os sindicatos dos professores devem lutar não apenas na defesa dos interesses específicos das categorias que representam, mas se somarem pela transformação profunda do sistema educacional e a permanente defesa do ensino público e gratuito para o conjunto da sociedade brasileira, sempre estiveram no horizonte político dos dirigentes do Sinpro-ABC:

Sempre! Ensino público e gratuito para todos! Sempre fizemos questão de levantar essa bandeira. E ao mesmo tempo a gente justificava (...) então porque vocês (...) Uê! Porque tal como qualquer assalariado precisa ser defendido, o professor da rede privada precisa ser

defendido também, agora nosso objetivo de ensino não é como é que se diz eternizar a educação privada, a educação como empresa, a educação como negócio. Nosso objetivo é ter ensino público e gratuito para todos. (TURRA, 2019)

Na concepção de Júlio Turra era importante ter a clareza dos reais interesses da classe trabalhadora e os da burguesia, para intervir no interior da categoria baseado numa linha política construída como um instrumento de luta coletiva e ponto de apoio político para a classe no combate a ideologia, a dominação burguesa e o ensino público foi um direito conquistado e que estava constantemente ameaçado pela intensificação da mercantilização da educação no Brasil.

Mais do que isso, mais cedo ou mais tarde, nós “educadores seremos obrigados a nos definir por escola a serviço de uma ou de outra classe, de uma ou de outra organização de trabalho. É este o maior desafio do atual contexto educacional brasileiro: redefinir a função da escola na reprodução da organização do trabalho no processo produtivo.” (ARROYO, 1979, p.14)

Ao analisar os documentos encontrados nos arquivos do Sinpro-ABC, verificamos fatos atinentes as suas principais reivindicações, conquistas e compreendemos que o conjunto de suas reivindicações no decorrer desses seis anos foram de ordem política e profissional, atuando na base de sua categoria dialogando sobre as reivindicações trabalhistas e principalmente sobre as condições reais de trabalho nas unidades escolares.

Nesse período a categoria de professores teve muitas conquistas e muitos retrocessos também em torno de suas reivindicações, porém é necessário dizer que a categoria estava sempre mobilizada.

A seguir, nas palavras dos dirigentes sindicais, apresentamos algumas das conquistas da categoria de professores do ABCD.

Para Júlio Turra, em entrevista dada a Revista O Professor,

As grandes conquistas da categoria foram fazer a legislação trabalhista e as convenções coletivas serem cumpridas pelos patrões, entre elas a estabilidade de trabalho por um ano, que passou a ser semestral, garantindo assim que o professor demitido, independente do mês, fosse remunerado até o final do semestre (2016, p.31)

Por sua vez, nas páginas da mesma revista, Edécio Planas Gomes observa que a “regulamentação de uma Convenção Coletiva de Trabalho; a garantia do pagamento de 4,5 semanas mais 1-6 de DSR; 30 dias de férias e 30 dias de recesso; o pagamento de 5% de hora atividade e o piso salarial na Educação Básica.” (Revista O Professor, 2016, p.32)

Temos a compreensão de que se não tivesse a presença desses sujeitos coletivos, organizando a categoria dos professores do ABC paulista, em torno de suas reivindicações, dificilmente esses trabalhadores teriam alcançado essas conquistas ou até mesmo garantido direitos.

Essa é a compreensão de seus próprios artífices, na medida em que

Todas as conquistas dos professores e professoras foram frutos da unidade, organização e capacidade de mobilização da categoria. Nossos princípios sempre nos orientaram a fazer do SINPRO-ABC, um sindicato independente dos patrões, governos e partidos, o que não significa que não temos uma posição política bem definida, diante das lutas sociais e políticas desenvolvidas em nosso país, na América Latina e no mundo. Mas o que nos orienta é a luta pela manutenção das conquistas e ampliação desses direitos. (Revista O Professor, 2016, p.39)

Os professores passaram a ter direito a falta abonada, um direito conquistado em dissídio coletivo.

Nos locais de trabalho a situação era ainda mais complicada. Ocorriam atrasos salariais em números significativos de escolas. Havia o excesso de alunos por sala de aula, prejudicando o desempenho pedagógico. No caso do professor havia uma diminuição drástica do número de aula para esse trabalhador. No entanto o patronato fazia um movimento de tentativa de colocar os professores em um embate contrário ao sindicato, dizendo que os culpados pelo não aumento salarial da categoria era o sindicato por ter feito uma denúncia de superlotação da sala junto a Diretoria Regional de Ensino.

Outra conquista histórica que o Sinpro-ABC somou para a base da categoria foi o direito ao delegado sindical por local de trabalho, pois a sua presença foi o elo entre a base da categoria e o Sinpro-ABC. Era o elo que faltava.

Ao analisar os boletins que retratam a situação desses trabalhadores no período estudado, verificamos que concretamente o Sinpro-ABC, seguia a linha de orientação da categoria com relação a importância de conhecer seus direitos e sobretudo investir no

seu fortalecimento para a ampliação desses direitos. Isso se expressa nas atividades que o sindicato participou junto a outras entidades e nas atividades por ele organizada na região do ABCD.

Na interpretação da professora Terezinha Aparecida Sávio, hoje aposentada, pioneira da luta e organização sindical,

[...] a fundação do Sinpro valorizou a categoria e fez com que cada docente fosse reconhecido pelo seu trabalho e por isso deveria ser bem remunerado. [...] o “Sindicato dos Professores do ABC é bastante atuante, não somente nas questões referentes à categoria, mas também quanto a situação política do País, sempre defendendo a democracia e os avanços da classe trabalhadora”. (Revista O Professor, 2016, p.37)

Entre as inúmeras aparições em cenário nacional, o Sinpro-ABC teve papel destacado junto a outras importantes entidades dos trabalhadores da educação na Plenária Nacional de Entidades ocorrida em Brasília no dia 03 do mês de dezembro do ano de 1986 cujo objetivo foi discutir a formalização desse fórum que tinha como intenção ser um espaço permanente além de um plano de mobilização Nacional.

Uma vitória da categoria que merece destaque em sua história foi a derrota da Faculdade de Engenharia Industrial (FEI) junto ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT). A Faculdade de Engenharia Industrial sofreu uma derrota significativa em 2ª instância e por unanimidade dos votos no TRT. Se tratava da demissão contra 6 professores membros da ADOFEI (Associação dos Docentes da Faculdade de Engenharia Industrial) movida pelo Sinpro-ABC.

Tudo se iniciou no ano de 1987, quando os professores participaram ativamente da mobilização da categoria naquela faculdade. A Faculdade de Engenharia Industrial (FEI) cumpriu o dissídio, mas demitiu os 6 professores que compunham o quadro da diretoria da Associação dos Docentes da FEI (ADOFEI). Os professores foram reintegrados na faculdade com a garantia de todos os seus direitos salariais e retroativos por intermédio do Sinpro-ABC. Foram eles os professores: José André Peres Angotti, Julio Igliori Neto, Maria Aparecida Cisneiros Santos, Maria Luz Teixeira, Raimundo Ferreira Ignácio e o Presidente Roberto Marcos Afonso.

[...] na época as condições trabalhistas da categoria eram as piores possíveis. “A escola te demitia em dezembro, não

pagava os salários até o início das aulas, nem recesso ou férias. O professor não recebia nenhum direito trabalhista". (Revista O Professor, 2016, p.31)

Segundo o relato do professor José Carlos de Oliveira Costa (2018), é possível constatar que as pressões patronais eram inúmeras e de toda a natureza, combinada com as péssimas condições de trabalho e alinhadas as medidas governamentais da época.

Considerações finais

A presente comunicação teve como objetivo apresentar as discussões acerca do associativismo e sindicalismo dos trabalhadores em educação, principalmente nos aspectos que se referem às contribuições que o tema pode trazer para a história educacional brasileira ao resgatar alguns aspectos da trajetória social e política do Sinpro-ABC.

Fundamentalmente, procuramos compreender as contradições existentes no processo de criação e de consolidação desse sindicato que representa o conjunto dos professores da rede privada de ensino dessa importante e densamente povoada região metropolitana brasileira.

A pesquisa procura remontar a sua trajetória histórica criada a partir da iniciativa de um grupo de professores que estava inserido no conjunto das mobilizações existentes nas décadas de 1970 e 1980 na região do ABC em decorrência das políticas orquestradas pela ditadura civil-militar que se instalou no Brasil naquele período.

Em 1984 era fundada a Associação Profissional dos Professores do ABC (APRO-ABC) e, anos depois, em 13 de março de 1986, o SINPRO ABC recebia sua carta-sindical. O percurso dessa entidade foi pautado por posturas classistas, como foi o caso do apoio às greves das demais categorias de trabalhadores da região, o apoio incondicional do ensino público, a pioneira filiação, entre as entidades do ensino privado, à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e mesmo campanhas de massificação de filiação de associados, traduzidas em slogans como "Educar é um ato político, sindicalizar-se também!"

Para a realização desse trabalho nos embasamos em entrevistas com os professores que lecionaram nas escolas das cidades que constituem o chamado ABC paulista e que por sua vez fizeram parte da direção do sindicato no período estudado. Para além das entrevistas, também analisamos os boletins e jornais da entidade, o que de certa maneira contribuiu enormemente na busca pela superação das dificuldades

teóricas e metodológicas, principalmente, ocasionados pela substancial ausência de estudos sobre os esforços políticos e organizativos dos trabalhadores da educação que atuam no ensino privado.

Defendemos a perspectiva de que é impossível pensar e entender o vicejar e a consolidação da democracia no Brasil sem a presença e a participação organizada da classe trabalhadora na edificação desse difícil propósito político e social. Evidentemente, numa sociedade de classes, existem aqueles que se opõem e procuram inibir essa presença nos desígnios econômicos, políticos e sociais do país, criando toda sorte de dificuldades, inclusive, no que diz respeito a necessária presença das formas de organização, política e sindical, da classe trabalhadora, capaz de tornar possível e garantir o cumprimento dessa legítima aspiração.

Referências

ARROYO, M. *Operários e Educadores se identificam: que Rumos Tomará a Educação Brasileira?* in: REVISTA QUADRIMESTRAL DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO. *EDUCAÇÃO & SOCIEDADE*. ANO II, N.5, Cortez editora e Autores Associados. JANEIRO DE 1980.

MORAES, C. S. *História concisa do Sindicato dos professores do ABC (1984-1990)*. Tese de Doutorado em Educação. São Paulo: Uninove, 2019.

Entrevistas

Entrevista realizada no dia 10 de setembro do ano de 2018, com José Carlos de Oliveira Costa, primeiro presidente do Sinpro-ABC. A entrevista foi realizada na atual sede do sindicato, situada na rua Pirituba, nº 61. Casa Branca – Santo André, Centro.

Entrevista realizada no dia 08 de janeiro do ano de 2019, com Júlio Turra, um dos fundadores do Sinpro-ABC. A entrevista foi realizada na atual sede da Central Única dos Trabalhadores – CUT (Rua Caetano Pinto, nº 575 - Brás, São Paulo).

Revista

REVISTA O PROFESSOR: *Sindicato dos professores do ABC- Edição 22, 2016.*

O Professor SINPRO ABC Junho 1984 Boletim nº 0.

O Professor, setembro 1983, Boletim nº 01.

O Professor, SINPRO ABC, março 1987, Boletim nº 17.

O Professor, SINPRO ABC, outubro 1987, Boletim nº 26.

O SINDICALISMO E A PROPOSTA PEDAGÓGICA ADOTADA EM MEIO À PANDEMIA: UMA EXPERIÊNCIA DA CIDADE DE MARABÁ – PARÁ

Joyce Cordeiro Rebelo
UNIFESSPA – Brasil
joycecst_psol@yahoo.com.br

Resumo

A proposta de pesquisa do presente trabalho baseia-se no relato de experiência do sindicalismo com a aprovação da proposta pedagógica adotada no município de Marabá no Pará em meio à Pandemia em dois momentos. O primeiro refere-se ao período de março a junho 2020 e o segundo de agosto a outubro de 2020.

Pretende-se analisar a atuação do sindicato contrapondo das novas formulações políticas públicas educacionais no município de Marabá pelo governo municipal, no último período em meio à Pandemia da Covid-19. A pesquisa evidenciará também, três aspectos, o primeiro tratará da responsabilidade e segurança sanitária das propostas pedagógicas apresentadas pela Secretaria Municipal de Educação, o segundo sobre quais pontos houveram contribuições do sindicato e da categoria nas propostas apresentadas em períodos distintos pelo governo municipal e o terceiro destacaremos, os pontos principais que desencadearam a Greve Sanitária em Defesa da Vida.

Finalizaremos, observando qual/quais os impactos e implicações acarretaram sobre o trabalho e a saúde dos docentes nas unidades de ensino acerca desse novo momento, correlacionando-os à nova formulação política pública educacional.

O arcabouço teórico da pesquisa centrar-se-á nas contribuições teóricas de vários autores e pesquisadores que produziram livros, artigos, dissertações e teses sobre a análise do trabalho remoto docente durante a pandemia e os novos formatos de política pública educacional. Para o desenvolvimento do projeto de pesquisa utilizar-se-á as sustentações teóricas de Souza et al (2021) Barroso (2006), Pizzinga (2020), Afonso (2005), Andrade (2020), Maroy & Dupriez (2000), Lessard (2004), Fanfani (2005) Hypolito (2009) entre outros autores.

Palavras - chave: Sindicalismo, Educação, Saúde

A HISTÓRIA DA FUNDAÇÃO DO SINDICATO ÚNICO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO DO CEARÁ (1983-1991)

Fonlana Cheung e Carlos Bauer

RESUMO

O presente estudo, abordou a História da fundação do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará (SINDIUTE-CE), fundado em 15 de dezembro de 1991, com o intuito de representar todos os trabalhadores das redes públicas estadual e municipais de ensino de 1º e 2º Graus. A gênese deste sindicato unificado, foi o resultado organizativo perseguido por diferentes entidades representativas dos trabalhadores, durante o processo de redemocratização brasileira, na década de 1980. O debate sobre a unidade entre essas entidades, tinha como marco político, as diretrizes emanadas da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). A fusão envolveu o grupo de oposição às antigas diretorias governistas, formado durante as greves das escolas públicas cearenses entre os anos de 1983 e 1989. Assim o SINDIUTE é criado a partir da fusão da Associação dos Professores de Educação Física do Ceará (APEFCE - 1948), a Associação dos Supervisores Educacionais do Ceará (ASSECE - 1962), a Associação dos Orientadores Educacionais do Ceará (ASOECE-1962), o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Ceará (SINTECE-1990), e o Associação dos Professores dos Estabelecimentos Oficiais do Ceará/Sindicato (APEOC/Sindicato – 1962). Porém, apesar de todos os esforços e negociações para a fusão dessas entidades representativas, a unidade entre os trabalhadores da educação não se concretiza, e o SINDIUTE-CE, em 2012, passa a representar somente os professores da rede municipal de Fortaleza, após intermináveis disputas judiciais. Embasado numa perspectiva histórico-educacional, o estudo realizado procurou descrever e analisar o processo de culminou na criação do o SINDIUTE, por meio da pesquisa qualitativa e quantitativa, com a realização de entrevistas semiestruturadas, para a coleta de depoimentos, o levantamento de documentos das entidades envolvidas, fotografias, artigos de jornais, e a produção acadêmica pertinente a temática estudada.

VESTÍGIOS HISTÓRICOS DO PROCESSO DE PROLETARIZAÇÃO DOS PROFESSORES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1870-1930)

André Luís Gabriel
SME-SP, Uninove, Brasil
galuan2015@gmail.com

Carlos Bauer
Uninove, Brasil
professorcarlosbauer@gmail.com

O objetivo dessa comunicação é relatar o processo de identificação dos vestígios históricos do processo de proletarização dos professores na cidade do Rio de Janeiro, que se produziu desde os fins dos séculos XIX, até as primeiras décadas do XX. Partimos da investigação materialista da sociedade e de sua história, da sua cultura e da sua educação, tendo como base teórica as categorias marxianas de análise da realidade social, a compreensão dos processos de degradação do trabalho sob a égide do capitalismo monopolista; alinhavados por um amplo levantamento bibliográfico atinentes ao período estudado e de uma pesquisa de fontes documentais inéditas para identificar, compreender e analisar nosso objeto de investigação que tem como centralidade a emergência do associativismo e do sindicalismo dos trabalhadores em educação, trazendo como especificidade as raízes do percurso histórico da consolidação do Sinpro-Rio.

Palavras-chave: Associativismo. Fontes documentais. História da educação. Sindicalismo docente. Sinpro-Rio.

EL SINDICALISMO DOCENTE EN LA PROVINCIA DEL CHACO, ARGENTINA: DESARROLLO Y OBSTÁCULOS EN SU ORGANIZACIÓN FEDERATIVA (1971- 1991)

Adrián Ascolani
IRICE (CONICET/UNR)
Argentina
ascolani@irice-conicet.gov.ar

Las investigaciones sobre historia del sindicalismo en la Argentina han aumentado en las dos últimas décadas, advirtiéndose una tendencia a la aparición de estudios de realidades provinciales. No obstante, sigue habiendo una cierta vacancia de trabajos sobre las actuales provincias que fueron *territorios nacionales* –es decir jurisdicciones dependientes del gobierno nacional- hasta la década de 1950. Entre estas áreas se encuentra la provincia del Chaco, cuyas experiencias sindicales docentes serán analizadas en esta ponencia. A partir de numerosas agremiaciones de los niveles primarios, secundario y superior, en 1971 se conformó la Federación de Docentes Provinciales del Chaco, con objetivos tradicionales como el apoyo a la cultura y la educación pública, y otros nuevos como la elevación económica y social de los docentes haciendo uso de la huelga. En 1974 esta Federación realizó acciones conjuntas con otras entidades gremiales docentes de la provincia solicitando aumento de salarios, de jubilaciones y estabilidad para los educadores privados. También incentivó la formación de una confederación provincial y obtuvo diversas mejoras laborales. Al año siguiente sus peticiones aumentaron, con propuestas para la reforma del sistema educativo. El golpe militar de 1976 implicó la prohibición de las actividades gremiales y la persecución de su dirigencia. Al restablecerse la democracia, en 1983 tuvo lugar el Congreso Unificador de la Docencia Provincial, dando lugar a la creación de la Federación de Trabajadores de la Educación del Chaco. El objetivo de esta ponencia es reconstruir el escenario institucional del sindicalismo docente chaqueño, reconociendo las diversas organizaciones existentes, sus programas de acción y sus intentos federativos.

Palabras claves: Federaciones de docentes – Trabajo docente – Gremialismo docente

Eixo 7 - Acervos, preservação da memória e importância das fontes primárias para o estudo do associativismo e do sindicalismo dos trabalhadores em educação

HISTÓRIA E MEMÓRIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NO ENSINO PÚBLICO DE MATO GROSSO [SINTEP/MT] – (1979-1989)

Solange Leoni

SME/Santo André/SP - Universidade Nove de Julho (Uninove), Brasil

sol.leoni@hotmail.com

Rosiley Teixeira

Universidade Nove de Julho (Uninove), São Paulo, Brasil

rosileyteixeira@gmail.com

Carlos Bauer

Uninove, Brasil

professorcarlosbauer@gmail.com

Resumo

Durante um longo período da história brasileira os funcionários públicos não podiam ser sindicalizados e a criação de associações era um recurso muito utilizado para driblar as leis vigentes. Assim surgiu, a AMPP (Associação Mato-grossense de Professores Primários AMP), passando pela sua transformação na AMPE (Associação Mato-grossense de Profissionais da Educação), até sua constituição no SINTEP (Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso), numa periodização que compreende os anos de 1979 a 1989.

Essa proposta de comunicação se dispõe a realizar uma análise das origens históricas do SINTEP, abarcado o período de 1979 a 1989, que registra momentos de repressão política, movimentos sociais em prol da redemocratização do país, até logo depois da promulgação da nova Constituição do Brasil, tendo entre um dos direitos assegurados a todos os brasileiros, inclusive aos servidores públicos, estava o de livre associação e sindicalização.

O tema “Associativismo e Sindicalismo Docente” tem se fortalecido como objeto de estudo de variadas teses, dissertações, artigos de revistas, livros, periódicos, entre outras publicações. Constituiu-se inclusive uma rede de pesquisadores que se dedica ao tema, intitulada: Rede de Pesquisadores e de Pesquisadoras Sobre o Associativismo e o Sindicalismo dos Trabalhadores e das Trabalhadoras em Educação (REDE ASTE).

O recorte temporal escolhido refere-se à importância do momento político e social para o Brasil, como também os estudos a partir da década de 1980 foram influenciados pela conjuntura da retomada da democracia e, nesta década, houve a ascensão do movimento sindical no cenário político.

Palavras-chave: Associativismo. AMPP. História da educação. Mato Grosso (MT). Sindicalismo docente. SINTEP

Introdução

Essa comunicação deriva da pesquisa *História e memória do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (1979-1989)*, que se desenvolve no âmbito do Grupo de Pesquisa em História e Teoria da Profissão Docente e do Educador Social (Gruphis), do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Nove de Julho (Uninove).

Durante um longo período da história brasileira os funcionários públicos não podiam ser sindicalizados e a criação de associações era um recurso muito utilizado para driblar as leis vigentes. Assim, surgiu a Associação Mato-grossense de Professores Primários (AAMP), que se transformou na Associação Mato-grossense de Profissionais da Educação (AMPE), até a consolidação do atual Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep/MT).

Para esta comunicação, a periodização compreende os anos de 1979 a 1989, dispondo-se a realizar uma análise das origens históricas do Sintep/MT, com os registros das ações de resistência e dos momentos de repressão política aos movimentos sociais em prol da redemocratização do país, até logo depois da promulgação da nova Constituição do Brasil, momento que consolidou direitos a todos os brasileiros, inclusive aos servidores públicos, no caso, o de livre associação e sindicalização.

Tal objetivo parte da compreensão histórica de como se desenrolou o processo em que se consolidou o Sintep/MT, para verificarmos, por exemplo, a redefinição do papel do Estado ou mesmo outras concepções societárias presentes entre os porta-vozes

dos professores mato-grossenses pois, muitas vezes, é preciso mostrar que a realidade não se esgota no imediato.

Também temos como meta reunir e analisar os discursos produzidos pelos representantes do Sintep/MT, buscando suas vozes, para compreender o seu papel político e importância no processo de consolidação da profissionalização do professor e demais trabalhadores da educação que congrega em suas fileiras, concebendo-a como um importante capítulo da história da educação brasileira contemporânea.

Isso porque partimos do pressuposto de que a coleta de depoimentos e a realização de entrevistas dos seus protagonistas, a localização de fotografias, jornais, atas, panfletos, cartazes e demais documentos associativistas e sindicais que nos permitem documentar e fundamentar a importância da história organizativa dos professores mato-grossenses, como a materialização das forças sociais e das lutas políticas, dos movimentos e das tensões constitutivas das experiências constitutivas desta categoria

A partir da origem dessas preocupações, verificamos que a temática sobre associativismo e sindicalismo dos trabalhadores em educação tem se fortalecido gradualmente, com a efetivação de estudos que se materializam em teses, dissertações, artigos de revistas, livros, periódicos, entre outras publicações. Constituiu-se inclusive a Rede de Pesquisadores Sobre o Associativismo e o Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação (Rede ASTE), o que possibilitou a apresentação deste trabalho em seu VIII Encontro Internacional.

Breves considerações sobre o processo histórico de consolidação do Sintep/MT

Ainda em um momento inicial do levantamento de fontes primárias, planejamento das entrevistas *in loco* e da revisão bibliográfica, as informações que apresentamos fundamentam-se, basicamente, nas páginas da Revista Novos Rumos⁴¹,

⁴¹ A publicação é uma edição comemorativa aos cinquenta anos do Sintep/MT. Além de informações sobre aspectos estruturais e administrativos da entidade, essa fonte apresenta um aspecto que para nós é precioso: o percurso histórico é elaborado com o auxílio de depoimento de personagens relevantes nessa trajetória. Tomamos partes desses depoimentos na elaboração desta comunicação, de acordo com nosso referencial teórico-metodológico. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/16cO00-7BG2UDyxcIWsiyYRQRnS4O19X/view?usp=sharing>

publicada em comemoração aos cinquenta anos de história do Sintep/MT, e nos dados disponibilizados pelo portal oficial da entidade⁴².

No que concerne à Revista Novos Rumos, parte considerável de seu material é composto por depoimentos de pessoas que atuaram ativamente para a consolidação neste sindicato e que tem a intenção de dar conta do percurso histórico que consolidou o Sintep/MT. Um pouco mais à frente, retomaremos esses depoimentos relacionando-os ao nosso referencial teórico.

Conforme registrado em seu sítio na internet, o Sintep/MT conta, atualmente, com aproximadamente quinze mil associados e associadas, distribuídos em cento e trinta e nove sub sedes municipais, organizadas em quinze pólos regionais sindicais. A maior parte das filiações advém de professores e professoras da rede estadual, mas o maior crescimento se dá exatamente entre os funcionários das duas redes e os professores das redes municipais.

Contando com perto de 50% de sua base sindicalizada, o Sintep/MT se constitui no maior e mais influente sindicato do Estado. Filiado à Confederação Nacional dos Trabalhadores (CNTE) e à Central Única dos Trabalhadores (CUT), representa todos os profissionais da educação básica pública em âmbito estadual e municipal⁴³.

Para traçar um breve percurso histórico do Sintep/MT, ressaltamos que no ano de 1965, a maioria dos Estados já contava com associações de professores públicos primários e alguns com associações de professores secundários, sendo que alguns docentes de Mato Grosso haviam participado dos congressos que levaram a fundação da Confederação dos Professores do Brasil (CPB), sem, entretanto, representar uma entidade formalmente organizada.

No que se refere a um longo período da história brasileira, os funcionários públicos não podiam ser sindicalizados e a criação de associações era um recurso muito utilizado para driblar as leis vigentes. Assim, surgiu a Associação Mato-grossense de Professores Primários (AAMP), que se transformou na Associação Mato-grossense de Profissionais da Educação (AMPE), até a consolidação do atual Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep/MT).

⁴² Disponível em <https://sintep2.org.br/sintep/index.php>. Acesso em 08/10/2021.

⁴³ Consultado em <https://sintep2.org.br/sintep/exibir-menu.php?menu=institucional&id=5>. Acesso em 09/10/2021.

A AMPP veio a luz em 29 de junho de 1965, em plena ditadura civil-militar (1964-1985), confrontando a conjuntura política do momento e pleno desmonte das estruturas sindicais varguistas que se julgavam contaminadas pelas ideias e projetos comunistas.

A esse respeito, a professora Ivanildes Ferreira dos Santos⁴⁴ relata que:

[...] que participou da primeira manifestação pública por reivindicação de aumento salarial. Diz que a categoria paralisou as atividades do CTM por um dia e solicitou audiência com o governador Fernando Corrêa da Costa (1961 a 1966) para exigir a equiparação aos demais funcionários públicos, que tinham mais benefícios, valorização salarial e profissional. Não achávamos justo ficarmos em segundo plano. Os demais funcionários públicos tinham salários melhores e nós educadores(as) almejávamos um aumento salarial digno. Contudo, fomos recebidos com ironia pelo governador. (REVISTA NOVOS RUMOS)

Tal manifestação serviu de estímulo para que os professores continuassem a luta pela classe ampliando assim o número de seus associados e estendendo os direitos ao maior contingente de profissionais.

Em 1970 se elabora a Reforma do Ensino do 1o e 2o Graus, objeto, em onze de agosto do ano seguinte, da Lei 5692. Por ela, Primário e Ginásio se fundem no ensino obrigatório de oito anos, denominado de 1o Grau. Não havia mais sentido em investir numa Associação que se limitasse a professores da 1a a 4a série. A AMPP se transformou em AMP, assim como a CPPB em CPB.

A AMP encerra a década de 1970, como espaço combativo na luta da categoria por valorização profissional, sob a presidência o Prof. Osvaldo Ferreira da Silva, que havia, inclusive, liderado a primeira greve do magistério mato-grossense, que forçou o Governador Frederico Campos a organizar um Concurso Público com quase quatro mil vagas, realizado em 1980.

⁴⁴ Professora aposentada e sindicalista, desde a época da Associação Mato-grossense das Professoras Primárias (AMPP), um embrião do Sindicato dos Profissionais do Ensino Público de Mato Grosso (Sintep/MT). Natural de Guiratinga-MT é formada em Biologia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e uma militante em defesa da valorização profissional da categoria. Participou de inúmeras manifestações por salários dignos e melhores condições de trabalho.

Na tentativa de sufocar o movimento e intimidar suas principais lideranças, o Prof. Osvaldo e a Profa. Maria Orly, secretária da AMP, foram exonerados e a Associação sofreu a intervenção de uma Junta Governativa, formada de professores próximos das autoridades educacionais.

Entre os anos de 1981 e 1985, a Associação retoma o núcleo diretivo com a eleição da presidente Ana Alves de Oliveira, amplamente conhecida como professora Senhorinha pela categoria que passou a representar.

Uma nova greve em 1982 obtém um reajuste salarial histórico nos salários de 102% e garante um novo concurso público, além de exigir que o governo efetue as progressões previstas no Estatuto do Magistério. Em maio de 1984 o vencimento-base dos professores já era menor que o salário mínimo, período este de intensas paralisações e manifestações por todo Estado.

Dessa mobilização, nasce dentro da AMP um grupo de sindicalista identificado com novo perfil, compostos por educadores nascidos dentro e fora de Mato Grosso, com uma posição política independente e de oposição ao Governo e às práticas associativas da maioria das direções anteriores. Esse grupo compunha os novos núcleos regionais.

Em 1985, a eleição da AMP marca a ascensão de um grupo de professores que defendia como plataforma: Piso Salarial; novo Concurso Público; Plano de Carreira; Gestão Democrática; Ampliação do quadro associativo, integrando professores das redes estadual e municipal, e filiação dos funcionários das escolas.

Em 1987, durante um novo Congresso, com a participação dos funcionários na condição de observadores, a proposta de inclusão na carreira foi debatida e aprovada pelos delegados (as). A AMP passa a ser Associação Mato-Grossense dos Profissionais da Educação (AMPE). Dois anos depois impulsionou a Confederação dos Professores do Brasil (CPB) e se tornar Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE).

Também, nesse mesmo anos, há a aprovação congressual de filiação à Central Única dos Trabalhadores (CUT), fruto de movimento interno formado por sindicalistas adeptos ao que se convencionou chamar de *novo sindicalismo*.

Durante o Congresso em Cáceres, no mês de outubro de 1988, logo após a promulgação da Constituição, quando é oficializada a filiação da AMPE à Central Única dos Trabalhadores (CUT), nasce o Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (Sintep-MT), já filiado à CUT.

Apontamentos pertinentes à pesquisa sobre o associativismo e o sindicalismo em educação

A pesquisa acadêmica preocupada em desvelar a importância histórica, política e social do associativismo e do sindicalismo dos trabalhadores em educação tem se fortalecido, resultando em estudos que se expressam em teses, dissertações, artigos de revistas, livros, periódicos, entre outras publicações. Nos últimos anos, se constituiu uma rede internacional de pesquisadores que se dedica, permanentemente, a valorização dessa temática, nomeadamente, estamos falando da Rede de Pesquisadores e de Pesquisadoras Sobre o Associativismo e o Sindicalismo dos Trabalhadores e das Trabalhadoras em Educação (Rede ASTE).

Ainda que essa preocupação tenha crescido, em relação aos estudos e à pesquisa acadêmica educacional realizados, atualmente, no Brasil, parte considerável dos trabalhos se concentram sobre as entidades de determinadas regiões, principalmente, no Sul e no Sudeste do país. Quanto à isso, também, se apontam inúmeras lacunas relativas à presença de trabalhos no campo da história da educação, no qual há muitas organizações não averiguadas, muitos períodos históricos ainda pouquíssimos vasculhados e muitas questões não respondidas (BAUER et al, 2019, p. 189).

Podemos perceber que nos últimos anos a produção acadêmica preocupada em contextualizar e analisar a atuação sindical dos trabalhadores em educação tem apresentado características distintas variando os resultados conforme o período em que os estudos se dão, assim também como o referencial teórico utilizado pelos diferentes estudiosos em distintas áreas do conhecimento, que variam desde pesquisas que enfocam representações sociais acerca do magistério, produzidas pela sociedade ou pelo próprio magistério e também a postura política que marcaram a história recente do país.

No campo da prática, diversas entidades representativas do ensino público viabilizaram lutas e organizaram campanhas que resultaram em conquistas para a categoria. Para alguns pesquisadores, perceber as origens e as transformações que se deram ao longo do tempo é uma preocupação constante, e tem por finalidade viabilizar os resultados desses embates acerca da história desses trabalhadores em educação.

Sadi Dal Rosso (2011, p. 25), em *Contribuições para a teoria do sindicalismo no setor da educação*, diz que o docente é um agente de transformação: o mesmo conceito aplica-se para o sindicato. Com base nessa argumentação podemos compreender a acuidade do profissional de educação como agente transformador da sociedade, e a importância que o sindicalismo educacional tem em mobilizar ações transformadoras em prol da categoria e da defesa da educação como um direito social inalienável.

Considerações preliminares

Como vimos, a presente pesquisa tem como objetivo reunir e analisar os discursos produzidos pelos representantes do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso, levando-se em conta a coleta de depoimentos e a realização de entrevistas dos seus protagonistas, fotografias, jornais, atas, panfletos, cartazes e demais documentos associativistas e sindicais que nos permitam localizar a importância da história organizativa dos professores mato-grossenses.

A consciência histórica desse processo se constitui na materialização das forças sociais e das lutas políticas, dos movimentos e das tensões constitutivas das experiências constitutivas desta categoria, que se produziam no período estudado, mas, também, nos lançam na direção de uma compreensão crítica do papel de vanguarda do SINTEP na constituição do “educador-trabalhador, que acabou por determinar a transformação, dois anos depois, da CPB para CNTE.

Não por acaso, o recorte temporal escolhido refere-se à importância do momento político e social para o Brasil, como também os estudos a partir da década de 1980 foram influenciados pela conjuntura da retomada da democracia e, nesta década, houve a ascensão do movimento sindical no cenário político.

Nesse sentido, a maior contribuição do sindicalismo público educacional mato-grossense foi aprofundar o processo de unificação com a proposta de profissionalização dos não-docentes, em que o SINTEP é referência até hoje em todo o país. (SINTEP, 2021)

Entre as muitas questões que derivam da análise desse processo, podemos problematizar: o processo de consolidação da identidade profissional; o que pensavam os porta-vozes sindicais dos professores da rede pública do Mato Grosso; onde buscaram

inspiração para organizar política e sindicalmente os professores; os profissionais da educação, notadamente os docentes, são transformadores, conservadores?; qual a natureza da concepção de trabalho e profissão docente; quais as ideologias que orientaram o comportamento na busca de organização do movimento de professores nas árduas batalhas em defesa da escola pública.

Como se chegou a essa identidade profissional? O que pensam os porta-vozes sindicais dos professores da rede pública do Mato Grosso? Onde buscaram inspiração para organizarem política e sindicalmente os professores, eles são transformadores, conservadores, qual é a natureza de sua concepção de trabalho e profissão docente? Quais são as ideologias que orientam o seu comportamento na busca de organização do movimento de professores nas “árduas batalhas em defesa da escola pública”?

São perguntas e reflexões que objetivamos desenvolver e elucidar com a presente pesquisa.

Referencial bibliográfico

ANDRÉ, M. (org.). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas, Papirus, 2001.

ANTUNES, Ricardo, SILVA, M.M. (org.). O avesso do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ARROYO, M.G. “Trabalho, educação e teoria pedagógica”. In: FRIGOTTO, G. Educação e crise no trabalho: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998.

BAUER, Carlos. A natureza autoritária do Estado no Brasil contemporâneo. Elementos de história e questionamentos políticos. São Paulo: Editora Sundermann, 2012.

BAUER, Carlos (org.). Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil: com escritos sobre a Argentina, Inglaterra, País de Gales e Portugal. Jundiaí (SP): Paco Editorial, 2019.

DAL ROSSO, Sadi et ali. *Associativismo e sindicalismo em educação* – Organizações e lutas / Brasília: Biblioteca “Sindicalismo em Educação” volume 1 - Paralelo 15, 2011.

DINIZ, Cássio; BAUER, Carlos. História e consciência de classe na educação brasileira. Lutas e desafios políticos dos trabalhadores em educação de Minas Gerais (1979-1983). São Paulo: Editora Sundermann, 2015.

FERREIRA JÚNIOR, Amarílio; BITTAR, Marisa. Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964-1985). São Paulo: Terras do Sonhar & Edições Pulsar, 2006.

Monlevade, João A. C. História do Movimento Sindical da Educação no Brasil e Mato Grosso, que faz parte do Programa de Formação do SINTEP/MT, no 1o Eixo - Concepção Política e Sindical.

Outras fontes

Portal do Sintep/MT

<https://sintep2.org.br/sintep/exibir-menu.php?menu=institucional&id=9>

Acesso em 09.07.2021

MEMÓRIAS DA ANDES AOS 40 ANOS

Emerson Duarte Monte
Universidade do Estado do Pará (UEPA), Brasil
emerson@uepa.br

Resumo

O presente artigo apresenta a realidade político-social da etapa de desenvolvimento das organizações de Associações de Docentes do magistério superior, no Brasil, com centralidade nas ações que proporcionaram as bases para a fundação da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) no ano de 1981. O motor dessa investigação se pauta em deslindar os passos realizados pelos sujeitos sociais que construíram organizações associativistas, no âmbito do magistério superior, imersos sob um regime de exceção, o qual perseguiu, intimidou, cerceou, demitiu e exilou um conjunto de docentes do magistério superior. Para isso, pauta-se numa pesquisa de natureza histórica, a partir do uso de fontes primárias e secundárias; têm como fontes primárias documentos oficiais produzidos pelos órgãos de estado do governo militar disponibilizados por meio do Sistema de Informações do Arquivo Nacional, assim como de jornais do período histórico em análise (1975-1981) publicizados por meio da Fundação Biblioteca Nacional, além dessas fontes, utiliza-se de documentos das Associações de Docentes, da ANDES e do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN). A investigação demonstrou que as ações de controle e perseguição por parte dos órgãos de estado do governo militar foram incisivas, contudo, as entidades do movimento docente do magistério superior foram perspicazes na construção coletiva nacionalmente.

Palavras-chave: Magistério Superior. Sindicalismo Docente. Ditadura Militar.

HISTÓRIA E PRESENÇA DA FASUBRA NO MOVIMENTO FORA COLLOR! (1992)

Viviane Freitas

Universidade Nove de Julho - UNINOVE

vivi_freitas13@yahoo.com.br

Lucilene Schunck C. Pisaneschi

NETTS- UNICAMP

Lupisaneschi@yahoo.com.br

Carlos Bauer

Universidade Nove de Julho - UNINOVE

carlosbauer@pq.cnpq.br

Resumo

O objetivo dessa comunicação é contextualizar historicamente e discutir a participação da Federação dos Técnicos Administrativos das Públicas Federais do Brasil (FASUBRA) no movimento social e político que ficou conhecido como Fora Collor, que teve o seu ápice, em 1992, com a derrocada do, então, presidente da República. Collor foi o primeiro governante brasileiro eleito democraticamente defendendo uma plataforma política assumidamente neoliberal, com um discurso criticando o tamanho do Estado, atacando o funcionalismo público e a legislação trabalhista, defendendo a privatização de empresas e a liberação de importações. O fracasso do confisco, e o retorno de nova escalada inflacionária, levou ao lançamento de um novo plano econômico, em 1991, o Plano Collor II, que congelou preços e tentou introduzir alguns mecanismos de controle no mercado financeiro, mas que também se demonstrou insuficiente para conter a inflação. De fato, o governo de Fernando Collor de Mello foi permeado por denúncias de corrupção, embora tivesse como principal bandeira eleitoral, acabar com as ilicitudes e combater os “marajás”, que segundo seus prenúncios eram os funcionários públicos que se corrompiam ou, ainda, com sua letargia travavam o “avanço” do país. A proposta de comunicação, ora apresentada, tem como objetivo compreender a participação FASUBRA, como uma das entidades envolvidas nesse processo. A metodologia da pesquisa está baseada em uma pesquisa qualitativa que tem como principal fonte, as fontes orais, já que entendemos que é extremamente importante compreender a história contemporânea utilizando como fontes primárias as vozes daqueles participaram ativamente dos processos estudados. Recorreremos as informações disponíveis no portal da FASUBRA, ao uso de matérias impressos sindicais, panfletos, cartazes e jornais de grande circulação da época, como, também, nos valem de referências de autores que, mormente, compõem o campo do materialismo histórico e dialético para nos ajudar a compreender o período histórico e a atuação política e social dessa entidade nacional dos trabalhadores em educação.

Palavras-chave: FASUBRA. Fora Collor, História da educação, Impeachment, Sindicalismo em educação.

Introdução

Esse artigo tem como objetivo apresentar algumas informações sobre a presença da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA), como, também, discutir alguns aspectos de sua inserção em um momento marcante, de agitação social e política da história contemporânea brasileira, que culminou no afastamento de Fernando Collor de Mello do exercício da presidência da República.

O Brasil estava com o primeiro governo eleito de forma direta, após duas longas e perturbadoras décadas de ditadura civil-militar. Governo esse, que representava os anseios da classe dominante de incrementar um projeto neoliberal, cujo estava discurso pautava-se na privatização e nos ataques aos serviços públicos, com o intuito de desmoralizá-los diante da opinião pública e avançar com os seus objetivos.

Os trabalhadores que atuavam nas instituições públicas tornaram-se para esse governo, o inimigo que deveria ser combatido, já que era preciso desonerar o Estado e caçar marajás, forma pejorativa pela qual eram taxados os servidores concursados e com garantias de estabilidade no emprego.

Porém, toda a euforia gerada pela chegada de Collor ao governo, rapidamente, se transformou num momento de instabilidade política gerada por medidas extremas da cúpula palaciana no campo da economia, das finanças e da administração pública, sem falar das inúmeras e ininterruptas denúncias de corrupção envolvendo as mais altas autoridades governamentais.

A conjuntura foi propícia para o avanço de várias frentes de resistências, tanto no âmbito dos movimentos estudantis, sociais e sindicais, quanto políticos e da sociedade civil em geral. Na vanguarda desta formidável agitação social que irrompia pelo país à fora merecem ser destacadas a atuação de entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA) e, tantas outras, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), produziam uma ampla mobilização

social, popularmente conhecida como Fora Collor e que foi capaz de aglutinar um amplo leque de forças políticas e sociais que se opunham ao governo.

Panorama e características gerais do período histórico estudado

Após essa contextualização inicial é importante compreender de forma mais específica a participação da Federação dos Técnicos Administrativos das Públicas Federais do Brasil (FASUBRA) no movimento social e político que ficou conhecido como “Fora Collor”, que teve o seu ápice, em 1992, com a derrocada do, então, presidente da República.

Collor foi o primeiro governante brasileiro eleito democraticamente defendendo uma plataforma política assumidamente neoliberal, com um discurso de crítica ao tamanho do Estado, ao funcionalismo público e à legislação trabalhista. Nesse contexto, apregoava conter a inflação pela adoção da desvalorização e do controle da circulação da moeda, defendendo a privatização de empresas e a liberação de importações.

O fracasso do confisco, e o retorno de nova escalada inflacionária, levou ao lançamento de um novo plano econômico, em 1991, o Plano Collor II, que congelou preços e tentou introduzir alguns mecanismos de controle no mercado financeiro, mas que também se demonstrou insuficiente para conter a espiral inflacionária e a recessão econômica. Não bastassem os desmandos políticos, econômicos e financeiros, o governo de Fernando Collor de Mello foi permeado por denúncias de corrupção e de incompetência administrativa no trato da coisa pública, diante de tudo isso, as ruas foram tomadas por gritos de Fora Collor.

Presença da FASUBRA no movimento Fora Collor

As mobilizações sociais e políticas que culminaram com a derrocada do governo Fernando Collor de Mello foram parte de importante ciclo de mobilizações dos trabalhadores e trabalhadoras dos movimentos sociais, estudantis e populares que se colocaram em marcha desde meados da década de 1970.

Nesse mesmo período também ganhou relevo social e político, a eclosão das greves operárias no chamado ABC paulista, as greves docentes atuavam nos interesses públicos de ensino nos diferentes estados do país com destaque para Minas Gerais e São Paulo.

Um dos pontos nevrálgicos desses ciclos de lutas e mobilização foi a mobilização social que se produziu em torno da campanha pelas Diretas Já, que levaram milhões de pessoas às ruas em 1984, como também, a desafiadora greve geral realizada em 1989, e marcou um momento significativo da participação dos setores organizados da classe trabalhadora brasileira contra a ditadura civil-militar que ainda imperava no país.

A FASUBRA foi fundada em 1978, mas se envolveu de fato nas lutas políticas e sociais na década de 1980, como nos explica João Batista Oliveira de Araújo, amplamente conhecido, no movimento sindical, por Babá:

Nesse contexto da FASUBRA passou já em [19]82 ela passou a ter uma visão sindical, na verdade, nesse enfrentamento com a ditadura, muito pequeno ainda, mas em [19]83 já foi essa greve que eu acho que foi a entrada em cena da FASUBRA no movimento sindical. E isso, mais ou menos também, uma greve em julho quando foi em agosto teve a fundação da CUT. E nós tivemos a oportunidade de participar. Já eu estava envolvido no movimento da FASUBRA. Teve a greve em julho e depois em agosto a fundação da CUT, e acabei sendo um dos indicados, pela direção da FASUBRA para parte da primeira direção da CUT. (ARAÚJO, 2021)

Para o professor João Batista Oliveira de Araújo (2021) essa mudança de postura da FASUBRA e de outras entidades foi um “exemplo histórico muito bonito, por sinal, por que a maioria dos sindicatos estavam na mão das pelegadas varguista. A luta contra a ditadura civil-militar trouxe um novo caráter para o sindicalismo docente, que foi denominado como Novo Sindicalismo, um sindicalismo fora das amarras do governo, combativo e com uma nova postura. (FERREIRA JR; BITTAR, 2010)

A partir dessas novas concepções de lutas a FASUBRA se envolveu nas mais importantes greves e movimentos sociais da classe trabalhadora com bandeiras que defendiam educação e a autonomia universitária, a universidade para a classe trabalhadora, saúde, políticas públicas, entre outras temáticas de importância social. (FASUBRA, 2011)

A crise que levou à derrocada do governo Collor registrando inúmeras manifestações sociais e populares, contestou também a própria estrutura dos poderes institucionalizados que se instalaram no país após o encerramento do ciclo ditatorial civil-

militar que havia se colocado à frente das instituições do Estado, forma golpista, a partir de 1964.

Essa bancarrota, portanto, não pode ser caracterizada apenas no âmbito governamental, mas suas raízes estão fincadas no próprio âmago do modelo presidencialista que foi incutido no país por décadas inteiras. De fato, ao longo da história republicana mesmo reconhecendo as diferentes e profundas facetas que este produziu em seu desenvolvimento é inegável que a presidência exerce um poder, se não, absoluto, mas com enorme capacidade de intervenção nos desígnios da vida econômica, política, cultural e social brasileira.

Podemos dizer, então, sem menosprezar as definições de igualdade constitucional e a importância dos demais poderes, leia-se, o judiciário e o legislativo, que o executivo exerce a primazia, no exercício do poder no país.

Nesse aspecto as mobilizações democráticas e populares, organizadas pelos movimentos sociais, sindicais e da sociedade civil em geral, sempre priorizam encaminhar suas reivindicações, mobilizações e questionamentos a este poder.

Nesse cenário o professor João Batista Araújo (2021), faz uma análise do papel desempenhado pela FASUBRA naquele tumultuado momento histórico que o Brasil experimentava:

[...] ele (Collor) começou a atacar o funcionalismo público, e a FASUBRA tomou posição nesse processo. E a juventude teve um papel muito importante e depois pegou outros setores do funcionalismo público também. O ataque que ele fez, que a FASUBRA se envolveu como outras federações de servidores se envolveram. A FASUBRA teve um papel importante nesse enfrentamento ao governo Collor, não só a FASUBRA como outras entidades, como o ANDES entre outras federações de servidores e outros sindicatos também privados se envolveram nisso. Mas eu acho que também o movimento estudantil teve um papel muito importante naquele momento. (ARAÚJO, 2021)

Em que pese diferentes formas de caracterizá-lo e de analisá-lo, o governo de Fernando Collor de Mello não poderia ser comparável com aqueles que o haviam antecedido, entre outras coisas, por que sua chegada à presidência da República foi resultado das primeiras eleições presidenciais realizadas no país, desde as eleições presidenciais de outubro de 1960, quando Jânio Quadros foi vitorioso, mas, acabou

permanecendo no cargo um curtíssimo período, de apenas sete meses, de 31 de janeiro de 1961 até 25 de agosto de 1961.

As eleições de Collor envolveram significativa mobilização social, participação política de amplos setores da sociedade civil e uma disputa acirrada com Luiz Inácio Lula da Silva, representando a chamada Frente Brasil Popular, uma coligação partidária composta por quatro partidos: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Verde (PV), que envolveu um amplo espectro das representações e dos partidos políticos de esquerda que atuavam institucionalmente no país, trazendo com isso, muita expectativa, inclusive, midiática para o exercício de um hipotético governo de Lula.

Pouco mais de dois anos o amplo e significativo apoio popular eleitoral que levou Collor a vitória se desfaz, seu mandato obtido numa acirrada disputa eleitoral dava sinais de exaustão e traduzia a própria incapacidade do governante continuar desenvolvendo suas ações e manobras políticas dentro da chamada normalidade institucional.

Por sua vez, não deixa de ser interessante notar que, com o advento incessante da mobilização social e do crescimento em todas as regiões do país do movimento Fora Collor, estávamos diante de uma inusitada sublevação social, com significativa participação das massas populares contra o governo que havia sido eleito democraticamente e que se colocava firmemente contra os detentores do poder político e das regras eleitorais vigentes.

Para muitos que acompanharam o movimento que convencionou chamar de Fora Collor foi a juventude que assumiu a sua liderança e pôs a baixo o governo. De fato, os jovens estudantes de todo o país paralisaram as aulas, ocuparam as ruas e participaram massivamente dos atos políticos, passeatas e manifestações que questionaram a legitimidade de Fernando Collor de Mello a frente da presidência da república brasileira.

Porém, também, é importante lembrar que, no âmbito dessas mobilizações,

[...] a FASUBRA teve um papel acho que importante no enfrentamento naquele momento com o governo Collor. Essa é uma realidade, o problema também é que a burguesia cansou do Collor. Tem que analisar isso aí. Entendeu, que não é algo simples de analisar, dizer que foi o amplo movimento estudantil, sindical, teve um papel importante, mas chegou um momento que a burguesia cansou do Collor. Ainda não cansou do Bolsonaro. Está

quase para cansar. Entendeu, mas o Collor foi isso, achou que podia fazer tudo, e dentro do contexto também começou a se envolver com corrupção e uma série de situações. E a economia na verdade é o que determina para a burguesia, então essa questão econômica no período do governo Collor começou a afetar a economia e aí na verdade foi todo um processo para poder mudar de governo. Foi um momento, na verdade, mundialmente, que houve a crise econômica mundial, todo um processo e a implantação de um novo plano neoliberal que precisa ter alguém com responsabilidade entre aspas da burguesia para poder encarar. Aí sobe o Itamar [Franco]] aí o Itamar coloca quem para ministro da fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que era uma figura respeitada pela burguesia. Era um processo que vinha a privatização, aquela política de um dólar igual a um real. Foi igual na Argentina, um dólar igual a um peso, então, foi uma política mundial. Então, para a burguesia o Collor não supria essas possibilidades de implantar esse plano. Que era um plano mundial, ao mesmo tempo, ele também começou a se confrontar com o movimento, e o movimento foi para as ruas. Fez mobilizações contra ele, o tal do Fora Collor. A FASUBRA teve um papel importante nesse, não digo dia decisivo, pois decisivo foi toda essa situação em volta. (ARAÚJO, 2021)

O processo que estava em curso de crescentes mobilizações de ataques constantes contra uma das principais estruturas do Estado não tinha como ser controlado pelas organizações da sociedade civil e política que, tradicionalmente, representavam os setores ditos democráticos da burguesia brasileira.

Evidentemente, que a maioria das forças políticas, econômicas e financeiras que atuavam no país se envolveram e apoiaram o projeto representado por Collor, principalmente, no que tange a chamada abertura econômica e financeira do Brasil para os mais variados setores que atuavam na esfera mundial do capitalismo, traduzindo a assimilação acéfala do ideário neoliberal e a subserviência daquele governo aos ditames estrangeiros.

Na medida em que ficava cada vez mais demonstrado a incapacidade do governo Collor seguir em frente e incrementar os seus planos econômicos, os setores da chamada oposição burguesa começaram a se manifestar vivamente por intermédio da grande imprensa e dos seus representantes congressuais contra o governo Collor.

Essa oposição, digamos consentida ou assimilada no interior das instituições da sociedade civil e política, contudo, não foi capaz de conter a explosão dos movimentos sociais e populares que rapidamente ganhavam as ruas da nação.

Neste momento, importantes e institucionais representantes do universo político partidário brasileiro, se colocaram de forma crítica e incondicionalmente contra o governo Collor, se manifestando publicamente pelo seu impedimento.

A burguesia no Brasil sempre apoiou as iniciativas políticas e os projetos econômico de Collor de Mello, dando muita ênfase às propostas de liberalização da economia do país para a entrada desenfreada das grandes corporações do capitalismo mundializado, traduzindo, na esfera local, os planos ditos neoliberais forjados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelas agências multilaterais vinculadas ao Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas, como é o caso do Banco Mundial, do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

A mobilização social que pôs abaixo o governo Collor não pode ser entendida como um fato isolado, mas, como o resultado de um processo histórico de crescente mobilização política dos trabalhadores e da juventude, com o registro de inúmeras jornadas de lutas pela retomada das eleições diretas para presidente da república, incontáveis movimentos paredistas espalhados pelo país inteiro e a greve geral contra o Plano Verão do governo Sarney são alguns exemplos significativos da intensificação das lutas sociais que se processou no Brasil na segunda metade da década de 1980.

Também não pode ser descartado das análises deste período histórico a importância organizativa alcançada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), aglutinando em suas fileiras um contingente impressionante de ativistas políticos e sindicais, culminando na campanha de Lula para a presidência da República, em 1989, obtendo mais de 30 milhões de votos, num acirrado pleito eleitoral que dividiu o país.

E, isso na verdade (...), o fortalecimento da CUT, a FASUBRA se filiou em 1986, mas a FASUBRA participou do movimento de criação da CUT, a FASUBRA já entrando na área do movimento sindical, na greve que teve em 1984, e a somatória de greves tanto do movimento docente, quanto do movimento dos técnicos administrativos a partir de 1983, se foram somando. (ARAÚJO, 2021)

Considerações finais

Diante da queda inevitável do governo Collor o principal objetivo da classe dominante foi tentar minimizar e descaracterizar a ação firme e impetuosa da classe trabalhadora e da juventude brasileira. Para isso promoveram uma ampla campanha de valorização do Congresso Nacional e dos seus mecanismos institucionais, como as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) e a adoção do estatuto do *impeachment*, com o intuito de encontrarem uma saída negociada para a crise de regime e para estancar o movimento de massas.

Naquele momento histórico, de convulsão e permanente mobilização social, a burguesia brasileira não tinha condições objetivas de levarem adiante essa alternativa sem contar com a concordância de suas lideranças mais expressivas e o apoio dos organismos mais representativos dos trabalhadores e da juventude, como era o caso de Lula, da UNE, do PT e da CUT.

A derrubada do governo Collor pelas mobilizações públicas representaram um momento nevrálgico da atuação dos movimentos sociais e populares, estudantis, sindicais e notabilizaram o papel desempenhado pela CUT e pelo PT na liderança do movimento de massas no Brasil dos fins do século XX.

Na primeira tese congressual datada de 01 de dezembro de 1991 o Partido dos Trabalhadores (PT) traz no item 76 a seguinte frase: “Não pode haver esperança com esse horizonte socialista”, que sintetizava o posicionamento do partido naquele momento histórico em relação aos dogmas e pensamentos provenientes da corrente teórica marxista. Afirmando sua posição em defesa da democracia em detrimento a ditadura do proletariado uma etapa necessária ao socialismo. (CONGRESSO NACIONAL DO PT, 1991)

Os movimentos populares, partidos políticos, entidades sindicais e movimentos estudantis uniram-se em prol do debate e luta pelo movimento Fora Collor. Nesse cenário, o PT em sua tese congressual de 1991, já dava sinais que defendia os ritos democráticos que culminavam com o processo de impedimento e ascensão do vice Itamar Franco para ocupar o cargo até o fim do mandato, e por fim, novas eleições.

Essa posição, não era a mesma de um setor dos movimentos populares e entidades sindicais, da qual a FASUBRA fazia parte, que se colocava em defesa das seguintes consignas: Fora Collor, com greve geral para derrubar o governo! Não a Itamar e o chamado de eleições gerais!

Referencias

ARAÚJO, João Batista. João Batista Araújo. **Entrevista concedida** aos autores em setembro/ 2021. São Paulo: 2021. 1 arquivo .mp4 (60 min 15s).

CONGRESSO NACIONAL DO PT, 1º (São Bernardo do Campos, 27 nov./1 dez. 1991) – 1º CNPT [Pavilhão Vera Cruz]

FASUBRA. **Memorial Linha do Tempo 30 anos FASUBRA Sindical**. ANO I. EDIÇÃO Nº 01. GRÁFICA: IMPRESSÃO GRÁFICA E EDITORA LTDA. 2011.

FERREIRA JR., Amarílio; BITTAR, Marisa. **O Novo Sindicalismo e os docentes**. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte, MG: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

A QUESTÃO DAS FONTES NA CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DO ASSOCIATIVISMO E DO SINDICALISMO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO MARANHENSE

Vanessa Amorim

Secretaria Municipal de Educação de São Luís -MA

Universidade Nove de Julho - UNINOVE

vanessappge@uni9.edu.br

Carlos Bauer

Universidade Nove de Julho - UNINOVE

professorcarlosbauer@gmail.com

Resumo

O esforço político, sindical, associativo e a ação coletiva dos trabalhadores em defesa dos seus direitos mais elementares para o pleno exercício de suas atividades profissionais não pode ser desconsiderado na história da educação. No caso específico, do Estado do Maranhão, esse predicado se materializa por meio de entidades como a APRUMA (Associação de Professores da Universidade Federal do Maranhão), o SINDEDUCAÇÃO (Sindicato dos Profissionais do Magistério Público de São Luís), o SINTERP-MA (Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino da Rede Particular do Maranhão), o SINPROESEMMA (Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipal do Maranhão), entre outras. Desta sorte, com a submissão da presente proposta de trabalho, pretendemos discutir algumas das fontes que estão disponíveis para pesquisas atinentes aos estudos históricos preocupados em desvelar os meandros do associativo e do sindicalismo dos trabalhadores em educação, notadamente, dos docentes que atuam na esfera da educação básica pública maranhense. Reconhecemos que os desafios historiográficos colocados pela escassez das fontes documentais tradicionais podem ser superados se atribuirmos o valor devido às metodologias próprias da história oral, fundamentando e contextualizando as entrevistas e os depoimentos colhidos junto àqueles que participaram de forma discreta ou protagonizaram o processo histórico estudado. Também, parece-nos relevante, no médio e longo prazo, colocar no horizonte das preocupações acadêmicas e culturais, políticas e sindicais a necessidade de serem coletados depoimentos, recolhidos e sistematizados como documentos que possam vir a

constituir um acervo de fontes orais, imagéticas, impressas, como boletins, cadernos, jornais, atas de reuniões e outras fontes importantes de serem preservadas na memória social da entidade, além de se constituírem referência para pesquisas preocupadas com a história das ações coletivas que se expressam em greves, assembleias, congressos, campanhas salariais, negociações e a recepção das políticas públicas voltadas para a educação básica no estado. Esforços como estes poderão contribuir para o desenvolvimento de novas investigações que ampliem o panorama a respeito da história do sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação maranhense.

Palavras-chave: Associativismo e Sindicalismo. História oral. Maranhão (MA).

Introdução

O alcance às informações tem sido cada vez mais instantâneo no trabalho acadêmico por professores-pesquisadores, mestrandos, doutorandos e alunos de iniciação científica. Não menos expressivo e intrigante são os mecanismos digitais de reprodução de acervos bibliográficos e documentais de todos os campos do conhecimento e objetos de estudo que se possa conceber. O acesso possibilita aos interessados uma proximidade rápida da grande riqueza cultural produzida ao longo da história pela humanidade e isso é admirável, uma vez favorecer o desenvolvimento do trabalho e a construção da produção científica.

Nessa trajetória o principal método de pesquisa que tem orientado a nossa produção são os depoimentos coletados, as entrevistas realizadas e o uso dos procedimentos próprios da metodologia da história oral, haja vista a opção pela busca de compreender os problemas e concepções daqueles que estão comprometidos, como no presente caso, com a construção e o registro da história dos trabalhadores em educação maranhenses.

Conforme aponta Meihy (2002), tais depoimentos colhidos através de entrevistas objetivam preencher, compor e expandir a compreensão dos aspectos sociais pelos partícipes do período histórico estudado. Ao mesmo tempo, Thompson (1992) ao reconhecer à história oral como método de pesquisa, destaca que as narrativas

contraídas pelas entrevistas, proporcionam aos indivíduos, através de suas vozes, o espaço de direito na história.

A história oral como método de pesquisa se concretiza quando privilegia os depoimentos como elemento central do estudo (Meihy, 2002). A análise e os resultados da produção acadêmica devem ser realizados fundamentados nas entrevistas. Entre as formas de procedimentos empreendidos à metodologia da história oral estão: relatos conexos à discussão documental/historiográfica, relatos vinculados ao debate e relatos em discussão paralela (Meihy, 2002); elegemos o segundo, posto que almejamos nas vozes dos entrevistados, a partir de suas relações com o movimento político dos trabalhadores em educação da cidade de São Luís – MA, ou mesmo com as experiências educacionais que se produziram na escola, o entendimento dos contextos que deram origem a sua organização associativista, desde as condições objetivas e subjetivas que impulsionaram os professores num período tão conturbado como foi o início da década de 1970.

A história oral, a história de vida e seus desdobramentos

Segundo Thompson (1992), o movimento da história oral na modernidade tem sua ascendência em 1948 na Universidade de Columbia, localizada na urbe de Nova York. O historiador Allan Nevins ao desenvolver estudos em Columbia utilizou esse método para registrar as memórias de personagens influentes na história oficial estadunidense, com o objetivo de criar uma documentação histórica.

Esse procedimento metodológico de entrevistar os personagens históricos dos EUA por meio de financiamento privado se mostrou atrativo para os financiadores, mas, especialmente, para políticos aposentados que ambicionavam registrar suas memórias.

Ao longo de vinte anos a história oral nos EUA foi utilizada com esse fim. Apenas em 1970, o método voltou aos princípios dos procedimentos do empreendidos por Michelet e Marx, haja vista as minorias sociais terem, finalmente, um espaço para contar suas memórias.

Simultaneamente, Meihy (2002) elucida que ao preparar o acervo de depoimentos, Allan Nevins, compõem um processo sistemático de formulação e propagação de fontes documentais. Esse período se configurou favorável a partir da

relação dos avanços tecnológicos e do imperativo de remontar a história por intermédio das experiências daqueles que estiveram em combate na Segunda Guerra Mundial, sua família, bem como as vítimas do conflito. Assim, as memórias registradas através dos instrumentos eletrônicos com o desígnio de construir a história pela voz de seus partícipes, ao mesmo tempo promover o acesso desses relatos, validou o termo “moderna” para a história oral, distinguindo-a de diferentes procedimentos que usam a oralidade em investigações.

A história oral surgiu da demanda do registro de experiências que continham repercussão notória. As implicações e a anuência coletiva dessas narrativas produziram seu sucesso, independentemente do registro oficial. Isso equivalia a uma nova noção de cidadania. (MEIYHY, 2002, p. 89)

Conforme Thompson (1992) assevera, apesar da expressão “história oral” e o uso dos eletrônicos como o gravador, serem hodiernos, seus precedentes são tão remotos quanto à própria história. A história oral, na realidade, foi o primeiro tipo de história. O historiador francês do séc. XIX, Jules Michelet, que lecionava em Sorbonne e no Collège de France e na École Normale, descreve em História da Revolução Francesa que utilizou os dados escritos para auxiliar, à medida que se fundamentou especialmente das fontes orais e de sua própria memória, uma vez que havia nascido em 1798, nove anos após a tomada da Bastilha. Seu desígnio foi associar as fontes escritas com depoimentos da população, sobretudo, fora de Paris.

Apesar disso, Michelet na publicação O Povo (1846), irá empregar seu procedimento de coleta de depoimentos dos desfavorecidos, dos explorados, dos excluídos sociais, visto que a história contada pelos ricos sobre os pobres era predominante, cujos pobres eram comumente caracterizados de preguiçosos, viciados, mal-educados, entre outros. No entanto, Michelet defendia a necessidade de construir a resposta dos pobres. E na obra O Povo, esse revide foi dado. Michelet por meio do contato com as camadas mais pobres afetadas pela mecanização, sobretudo o povo campesino, fazia entrevistas com essas pessoas objetivando conhecer e fazer conhecer suas experiências de vida e suas histórias, propiciando um novo olhar da história de organização das sociedades.

Ao explicar sobre a natureza de seus estudos, Michelet (1988) destaca que foi procurar nas vozes do povo a compreensão para a contradição que havia identificado

nos livros, uma vez que ao ler as questões atuais de seu tempo, sempre percebia suas lembranças serem rebatidas. Desse modo, Michelet situa que começou sua análise em Lyon em 1839, ainda que remonte 1834, quando de sua passagem pela Inglaterra, e avançou em outras cidades, buscando investigar:

(...) juntos aos homens práticos e aos espíritos mais positivos a verdadeira situação dos campos, toa negligenciados por nossos economistas. Seria difícil acreditar nas informações novas que coligi e não se acham em nenhum livro. Depois da conversação dos homens de gênio e dos sábios muito especiais, a do povo é certamente a mais instrutiva. Se não podemos dialogar com Béranger, Lamennais ou Lamartine, devemos ir ao campo conversar com um camponês. Que se pode aprender com as pessoas de sociedade? Jamais deixei um salão sem sentir o coração apequenado e frio. (MICHELET, 1988, p. 3)

Segundo Thompson (1992), é possível encontrar em Heródoto a tradição da oralidade, considerando sua busca no século V a C. por testemunhas de acontecimentos que lhes interessava, na finalidade de coletar depoimentos orais de modo rigoroso e minucioso. Tal procedimento, Luciano e Herodiano irão desenvolver com o objetivo de construir uma história ampla para além do espaço oficial.

Conforme aponta Thompson, essa tradição também pode ser vista nas obras de Marx e Engels:

Marx e Engels, em seus textos mais diretamente políticos, em geral recorreram consideravelmente tanto a sua própria experiência direta, quanto a relatórios, escritos e orais, provindos de seus inúmeros correspondentes e visitantes. Do mesmo modo, a Condição da classe operária na Inglaterra em 1944, de Engels, associa material extraído de jornais, Blue Books, e outros comentários contemporâneos, a seus próprios relatos como testemunha ocular da vida da classe operária. Engels chegara a Manchester em 1842 para trabalhar na filial inglesa da firma de seu pai e, nas horas vagas no cotonifício, teve a possibilidade de estudar as condições industriais da cidade e de encontrar-se, com a ajuda de uma jovem operária, Mary Burns, com alguns líderes cartistas. Contudo, para sua análise teórica mais elevada, Marx apoiou-se em fontes publicadas. O capital é solidamente documentado mediante bibliografia e notas de rodapé. Exceto citações casuais de literatura clássica. Marx menciona dois tipos de fonte: teoria e comentários políticos e econômicos da época; e descrições da época, entre as quais, muitas vezes, relatos pitorescos, extraídos de jornais

e dos Blue Books do Parlamento. Não há dúvida de que essa decisão de Marx de utilizar apenas material oral já publicado, em vez de levar a cabo qualquer novo trabalho de campo, deveu-se em parte ao gosto pessoal e em parte a que isso lhe permitia reforçar seus argumentos com autoridades inatacáveis. Dada, porém, a influência que O capital iria ter no futuro da história social, ele estabeleceu um precedente fundamental. (THOMPSON, 1992, p. 64-65).

De acordo com Meihy (2002), a história oral se constitui em um conjunto de procedimentos modernos utilizados para elaborar e arquivar documentos produzidos por pesquisas que privilegiaram experiências de indivíduos ou grupos, utilizando a técnica de entrevistas gravadas por meios eletrônicos. A história oral é a história do tempo presente, seu método é reconhecido por produzir a história viva.

Para definir de forma mais específica o método de pesquisa denominado História Oral, Meihy (2002) estabelece 4 conceitos:

- Conceito número 1: História oral é uma prática de apreensão de narrativas feita por meio do uso de meios eletrônicos e destinada a recolher testemunhos, promover análises de processo sociais do presente e facilitar o conhecimento do meio imediato;

- Conceito número 2: A formulação de documentos mediante registros eletrônicos é um dos objetivos da história oral que, contudo, podem também ser analisados a fim de favorecer estudos de identidade e memória cultural;

- Conceito número 3: História oral é um conjunto de procedimentos que se iniciam com a elaboração de um projeto e continuam com a definição de um grupo de pessoas (ou colônia) a serem entrevistadas. O projeto prevê: planejamento da condução das gravações; transcrição; conferência da fita com o texto; autorização para o uso; arquivamento e, sempre que possível, publicação dos resultados, que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas;

- Conceito número 4: História oral é uma alternativa para estudar a sociedade por meio de uma documentação feita com o uso de depoimentos gravados em aparelhos eletrônicos e transformados em textos escritos. (MEIHY, 2002, p. 14)

Diferenciando-se da oralidade e das diversas fontes orais, Meihy (2002) explica que a história oral é um procedimento específico e programado, produzido por meio de entrevistas estabelecidas em projetos concebidos com objetivos determinados.

No entanto, também considera que tudo o que integra a oralidade, como os gestos, as lágrimas, as expressões corporais, que não pode ser captado pelos meios eletrônicos, possui a possibilidade de se constituir integrante das entrevistas da história oral. E estabelece que a história oral é sempre produzida com pessoas vivas, visto que expressa o momento presente, devendo possuir seu princípio em prol da sociedade em que se está estabelecida. Evidente que ela não se faz apenas para o tempo presente, em que se realizam as entrevistas, suas transcrições e a produção do texto final, mas, sobretudo, como legado histórico.

A história oral possui na atualidade, um alcance crescente em todos os domínios da produção histórica, sobretudo, da história social. Meihy (2002) afirma que a história oral é necessária por se fundamentar no direito dos indivíduos de participarem ativamente da sociedade, estando intimamente ligada a cidadania. Também Meihy esclarece que:

Em todos os quadrantes da vida individual ou coletiva, despontam investidas que se completam com registros de experiências familiares, institucionais, de pessoas comuns ou ilustres. Fatos notáveis e acontecimentos corriqueiros mostram que a noção de vida social apreendida pela história oral é relevante em sua plenitude. Como que garantindo que “tudo é história”, decorrem da vontade de registrar, guardar e propor análises fundadas em um conceito de conhecimento que se dobra ao continuum da vida. (MEIHY, 2002, p. 20-21).

Na acepção de Thompson (1992) a história oral possibilita ao historiador e as vertentes historiográficas, uma mudança de ponto de vista. O historiador da educação, imbuído dessa perspectiva, antes de se preocupar com as políticas educacionais, que frequentam com alarde os noticiários e os debates acadêmicos, preocupa-se primeiro com os estudantes, suas famílias, professores, administradores e suas experiências cotidianas.

Thompson (1992) afirma ainda que o método da história oral não somente proporciona a mudança de enfoque, mas a abertura de novas frentes de estudo, tais como: o lazer e a cultura das classes subalternas, o cotidiano do criminoso de pequeno porte, ou seja, o batedor de carteira, o ladrão de varal, o pé-de-chinelo etc.; desconhecidos pela sociedade oficial pelo simples fato de não serem reconhecidos pela história também oficial.

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. E para cada um dos historiadores e outros que partilhem das mesmas intenções, ela pode dar um sentimento de pertencer a um determinado lugar e a determinada época. Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos. Paralelamente, a história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente a tradição. E oferece os meios para uma transformação radical do sentido social da história. (THOMPSON, 1992, p. 44)

Por outro lado, é preciso reconhecer que pesquisar implica em ter uma curiosidade especial sobre algum fenômeno real. Especial porque é uma curiosidade que não se satisfaz com as respostas que já foram dadas sobre este fenômeno. É uma aproximação, um vínculo que nos dá trabalho e prazer. E envolve um objeto a ser desvelado, localizado em um determinado espaço e tempo.

Para tanto, tendo como princípio a realização desta ou daquela pesquisa, do desenvolvimento desta ou daquela temática, uma das maiores preocupações está relacionada com a escolha da metodologia e a partir da escolha, entender o quanto ela possibilitará a interpretação da realidade que se pretende investigar.

Nestas pesquisas, ora apresentadas, a proposta é olhar para os dados coletados por meio dos relatos, analisá-los na perspectiva qualitativa, principalmente, por entender que o papel do pesquisador é “[...] o de melhor compreender o comportamento e experiência humanos. [...] compreender o processo mediante o qual as pessoas constroem significados e descrever em que consistem estes mesmos significados” (BOGDAM e BIKLEN, 1994, p.70).

Assim, os pesquisadores que utilizam à perspectiva qualitativa em suas análises, tentam estudar objetivamente os estados subjetivos dos seus sujeitos. Eles têm por objetivo principal construir conhecimento e não o de dar opiniões fortuitas e generalizantes sobre determinado contexto. Interagem com os seus sujeitos de forma

coloquial, não intrusiva e não ameaçadora. Os pesquisadores qualitativos estão interessados em como as pessoas se comportam e pensam sobre as suas vidas, suas experiências e as situações particulares vivenciadas. Portanto, é por meio das entrevistas, semelhantes às conversas e a produção de relatos entre o investigador e o depoente que é possível coletar dados sobre como as pessoas se comportam e pensam suas experiências e as situações particulares vivenciadas. Assim, é por meio destes relatos, coleta de depoimentos e realização de entrevistas que se pretende fazer uma aproximação do pesquisador com alguns personagens e temáticas que estão presentes na história da educação brasileira.

Justifica-se neste tipo de orientação do trabalho de pesquisa acadêmica educacional, a escolha da abordagem qualitativa pelo fato de sua respeitabilidade entre os pesquisadores da área de educação no Brasil, alcançada a partir da década de 1980, assim como a defesa que esta abordagem, nos auxilia a “[...] compreender as relações com nossa sociedade, compreender o nosso mundo, o nosso tempo, e nos forneciam meios para mudá-lo”. (JAPIASSÚ apud FAZENDA, 1995, p.76). A defesa desta abordagem qualitativa tem o estudo do fenômeno em seu acontecer espontâneo, considerando os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas.

Na década de 1960, no Brasil, os métodos qualitativos começaram a ganhar respeitabilidade porque buscavam retratar os pontos de vista de todos os participantes, mesmo dos que não detinham nem poder nem privilégio, o que emparelhava com as ideias democráticas e socialistas muito em voga nesta década. Tal decorrência aponta para a consolidação dos estudos qualitativos da área da educação. Segundo André, “[...] sua evolução vem se dando no sentido de uma crescente diversificação tanto nos fundamentos filosóficos, quanto nos métodos, procedimentos, estilos e conteúdo”. (1995, p. 21).

Deste modo, a pesquisa, ao contemplar a abordagem qualitativa, demonstra sua relevância ao retratar a utilização das fontes orais valorizando os relatos dos sujeitos ligados ao objeto da pesquisa, que notadamente, possibilita construir a trajetória, muitas vezes invisível e fluida da história da educação. Como afirma Meihy, “[...] ela é sempre uma história do ‘tempo presente’ e reconhecida como ‘história viva’”. (2005, p. 17).

Desta forma, a escolha da história oral, histórias de vidas e a realização de coleta de depoimentos e entrevistas, nestas pesquisas, estão respaldadas no fato de que,

segundo Meihy, a história oral e seus congêneres metodológicos acabaram por produzir “[...] um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social das pessoas e de grupos”. (2005, p. 17).

Por conseguinte, em nossa opinião, a escolha da metodologia qualitativa e a história oral, se apresentam nestas pesquisas, como a alternativa mais adequada. Assim, justifica-se a escolha feita nestes trabalhos de pesquisas em que, por meio das histórias de vida contadas oralmente, nos aproximamos de trajetórias de vida singulares, conhecemos tempos vividos, processo de formação e comportamentos vivenciados e, conseqüentemente, vemo-nos no processo. Segundo Queiros, o pesquisador necessita de clareza sobre o problema a ser pesquisado, no sentido de:

[...] obter do informante, do narrador, aquilo que é essencial para o seu trabalho. O pesquisador deve conduzir a entrevista, evitando digressões, ou supérfluo e o desnecessário. Para o pesquisador que utiliza esta técnica de “depoimentos pessoais”, da vida de seu informante, só lhe interessam os acontecimentos que venham se inserir diretamente no trabalho [...] (QUEIROS, 1988, p. 20).

Com isso, por meio da história oral, objetivamos desvelar os meandros do associativo e do sindicalismo dos trabalhadores em educação, notadamente, dos docentes que atuam na esfera da educação básica pública ludovicense. Em última instância, o objetivo desse tipo de trabalho é valorizar a memória como documento histórico, no sentido de entender como estes personagens silenciosos e, muitas vezes, silenciados contribuíram na repercussão do papel da educação na sociedade.

[...] a memória coletiva é um fenômeno construído pela força de fatores externos que circunstanciam um determinado grupo, marcando sua identidade. A memória coletiva é reconhecida no cruzamento de temas comuns – identidade – das narrativas individuais. Onde se dão os pontos de afinidades temáticas, estabelecem-se as memórias coletivas. (MEIHY, 2005, p. 64).

Por outro lado, também é preciso lembrar que, as construções elaboradas em nossa memória dependem não apenas das nossas experiências individuais, mas também, daquelas que são partilhadas com os outros sujeitos – produzindo o que poderíamos chamar de identidade. Como construções sociais elas dependem do relacionamento social e das solicitações familiares, da classe social, da escola, da igreja,

da profissão, que nos fazem lembrar-se de coisas acontecidas, de uma maneira coletiva e particular.

Portanto, em nossa opinião, justifica-se a escolha da análise qualitativa dos dados coletados por meio de relatos para compor o campo da história oral, no sentido de desvelar as adversidades, os percalços e o papel dos mais variados personagens dos processos de institucionalização ou não das relações escolares e educacionais presentes no fecundo solo histórico da sociedade brasileira.

A história oral no Brasil – um breve histórico

A história oral é utilizada por muitos estudiosos, sociólogos, antropólogos, jornalistas e historiadores. A História Oral teve seus primeiros estudos após a Segunda Guerra Mundial, pela Universidade de Columbia, Nova York, onde foram relatadas “[...] experiências vividas por ex-combatentes, familiares e vítimas da Guerra, através de relatos orais cujo objetivo era registrar e conhecê-las”. (REINALDO, 2003, p.56).

Um dos pioneiros da história oral foi Jules Michelet, que utilizou a história oral como método de pesquisa. Paul Thompson também utilizou a história oral para sistematizar a sua pesquisa, em seu livro, “A voz do passado: História Oral”. Esta obra é considerada um clássico por ser uma das primeiras a abordar a questão da história oral e sua sistematização.

Invariavelmente, os investigadores/pesquisadores que pretendem utilizar a história oral como método investigativo, recorrem, como fonte, ao livro de Thompson, por ser uma importante contribuição ao método e à teoria da história oral. Nesta obra, Thompson defende que a história oral:

[...] é uma história construída em torno de pessoas. Ela é a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vividos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, especialmente os idosos, a conquistar dignidade e auto confiança. Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. [...] Contribui para formar seres humanos mais completos. Paralelamente, a História Oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente a sua

tradição. E oferece os meios para uma transformação radical do sentido social da história. (THOMPSON, 1992, p. 44).

Nos termos de Thompson, a história oral foi à primeira espécie de história e, só recentemente é que deixou de ser uma das marcas do grande historiador. A história oral vem despertando o interesse dos pesquisadores brasileiros e, como tal, é verificável pelos eventos realizados no Brasil. Em 1971, no Museu da Imagem e do Som da cidade de São Paulo – MIS/SP, um trabalho de pesquisa foi realizado e dedicado à preservação da memória cultural brasileira. Outras experiências com o aporte da história oral foram desenvolvidas no Museu do Arquivo Histórico da Universidade Estadual de Londrina, Paraná (1972), na Universidade Federal de Santa Catarina (1975), onde foi implantado um Laboratório de História Oral.

Também em 1971, na cidade do Rio de Janeiro, uma experiência enriquecedora foi realizada no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea no Brasil – CPDOC, que por dispor de um setor de História Oral, passou a ser considerado o melhor e o mais bem sucedido pela qualidade de seu acervo, por realizar entrevistas com personalidades da história política contemporânea do país e pela realização de palestras, comunicações e obras sobre a teoria e a metodologia da história oral.

Desde 1970, a Universidade de São Paulo - USP, no Centro de Estudos Rurais e Urbanos vem utilizando a metodologia da história oral em suas pesquisas com ênfase na sociologia. Também, a Universidade de Campinas – UNICAMP utiliza esse método para a realização de seus projetos.

Na década de 1990, o método que compõem a história oral no Brasil, foi divulgado em encontros dedicados ao debate, sendo que em 1991, Paul Thompson participou de um seminário no Museu da Imagem e do Som, em São Paulo. Este encontro foi um marco para os investigadores/pesquisadores, que enfatizavam a questão da oralidade como um elemento que possibilita apontar o ocorrido em determinado espaço de tempo.

Diversos pesquisadores que optam pela escola oral, discutiam que a história oral tem por finalidade introduzir, contextualizar e problematizar a discussão sobre o método, possibilitando o amadurecimento da questão e o levantamento concreto de trabalhos que utilizavam história oral como fonte documental e instrumento de pesquisa.

Esses encontros sucederam-se em 1992, no Congresso da América, realizado na Universidade de São Paulo – USP; no Encontro sobre história oral também na Universidade de São Paulo – USP em 1993 e, em 1994, que culminou na cidade do Rio de Janeiro, na criação da Associação Brasileira de História Oral.

É inegável o papel, que a história oral, com suas fontes orais, ocupa na produção acadêmica, fundamentalmente nas obras produzidas nas duas últimas décadas. Entretanto, mesmo com a sistematização das pesquisas e dos pesquisadores compondo o campo científico, ainda temos resistência com alguns grupos de pesquisadores que não aceitam a História Oral, por considerá-la seletiva, alegando que pode ocorrer a falibilidade das fontes orais. Os pesquisadores em História Oral nos últimos dez anos, tanto no Brasil como em outros países, aprofundaram-se no debate e avançaram em termos conceituais.

A história oral no Brasil ganhou densidade a partir da década de 1980, mas houve resistência de alguns pesquisadores brasileiros, no entanto, é possível verificar que houve uma superação desta resistência, quando na década de 1990, é observado um volume maior de estudos. A resistência em algumas obras é apontada por alguns teóricos como consequência da censura apregoada pelas regras impostas, pelo Golpe Civil-Militar de 1964, que proibia gravações de depoimentos e experiências. A vigilância por parte das autoridades do momento e a constituição dos pressupostos defendidos pela história oral, em vencer os limites livrescos e quebrar a resistência às novas fontes documentais, impossibilitaram o desenvolvimento de novas técnicas de linguagens.

O uso das entrevistas

Para o desenvolvimento dos trabalhos acadêmicos se faz necessário a realização de uma pesquisa teórica e um levantamento histórico, com o objetivo de conceituar os termos pertinentes e de contextualizar o tema dentro do panorama sociocultural e educacional que se pretende investigar.

Aqui a técnica de coleta de dados que pode ser utilizada e a de realização de entrevistas no formato semiestruturado, utilizando gravação de depoimento dado em resposta a questionário. Segundo Laville & Dionne (1999, p. 188), essa técnica é caracterizada pela aplicação de uma série de perguntas abertas, feitas verbalmente, em uma determinada ordem prevista, mas na qual o entrevistador pode acrescentar

perguntas que julgar importante para o melhor esclarecimento da temática. Recorre-se, assim, a fontes primárias que podem dar subsídios não só ao objeto de estudo específico, mas também ao delineamento do panorama histórico, já que os entrevistados escolhidos são ou foram protagonistas de algumas das ações que julgamos importante registrar como parte da história da educação brasileira.

Sendo estabelecida assim, estas análises têm caráter qualitativo e predominantemente, histórico, já que utiliza documentos e depoimentos orais. Segundo Demo (1990) pesquisas que trabalham com a história oral e a aplicação de questionários abertos e gravados são consideradas metodologias qualitativas, uma vez que fazem jus à complexidade da realidade, que nem sempre pode ser captada pela chamada metodologia dura, mais ligada a métodos qualitativos das ciências exatas. Ainda segundo ele, depoimentos de peso tendem a aparecer somente com questionários e entrevistas desse tipo (1990, p.156). O método de tratamento de dados mais indicado é a análise de conteúdo, que utilizará diversos procedimentos para permitir alcançar o significado de palavras e frases utilizadas pelos sujeitos (entrevistados), que compõem os discursos dos mesmos e permitem avaliar as implicações ali engendradas, em busca de uma melhor avaliação do objeto de estudo.

Esse procedimento, portanto, permite reduzir o volume amplo de informações contidas em uma comunicação e algumas características particulares ou categorias conceituais, que permitam passar dos elementos descritivos à interpretação ou investigar a compreensão dos atores sociais no contexto cultural (CHIZZOTI, 1991, p.77).

Em busca da produção e da preservação das fontes documentais na construção da história do associativismo e do sindicalismo dos trabalhadores da educação maranhense

O esforço político, sindical, associativo e a ação coletiva dos trabalhadores em defesa dos seus direitos mais elementares para o pleno exercício de suas atividades profissionais não pode ser desconsiderado na história da educação. No caso específico, do Estado do Maranhão, esse predicado se materializa por meio de entidades como a APRUMA (Associação de Professores da Universidade Federal do Maranhão), o SINDEDUCAÇÃO (Sindicato dos Profissionais do Magistério Público de São Luís), o

SINTERP—MA (Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino da Rede Particular do Maranhão), o SINPROESEMMA (Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipal do Maranhão), entre outras.

Desta sorte, nos pareceu importante discutir o uso metodológico da história oral e o registro das memórias reconhecendo nessas narrativas ricas fontes de pesquisa atinentes aos estudos históricos preocupados em desvelar os meandros do associativo e do sindicalismo dos trabalhadores em educação, notadamente, dos docentes que atuam na esfera da educação básica pública ludovicense.

Reconhecemos que os desafios historiográficos colocados pela escassez das fontes documentais tradicionais podem ser superados se atribuirmos o valor devido às metodologias próprias da história oral, fundamentando e contextualizando as entrevistas e os depoimentos colhidos junto àqueles que participaram de forma discreta ou protagonizaram o processo histórico estudado.

Também, parece-nos relevante, no médio e longo prazo, colocar no horizonte das preocupações acadêmicas e culturais, políticas e sindicais a necessidade de serem coletados depoimentos, recolhidos e sistematizados como documentos que possam vir a constituir um acervo de fontes orais, imagéticas, impressas, como boletins, cadernos, jornais, atas de reuniões e outras fontes importantes de serem preservadas na memória social da entidade, além de se constituírem referência para pesquisas preocupadas com a história das ações coletivas que se expressam em greves, assembleias, congressos, campanhas salariais, negociações e a recepção das políticas públicas voltadas para a educação básica no estado.

Esforços como estes poderão contribuir para o desenvolvimento de novas investigações que ampliem o panorama a respeito da história do sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação maranhense.

Considerações finais

A história da educação ludovicense não pode desconsiderar ou mesmo minimizar o esforço político-organizativo dos trabalhadores em educação, portanto, esperamos que a finalidade principal deste trabalho em debater sobre as fontes

disponíveis para pesquisas atinentes ao sindicalismo docente, notadamente, da educação básica pública sediada no estado do Maranhão, amplie a consciência dos sujeitos que atuam nas associações, sindicatos e até mesmo nas instituições escolares, a fim de que a história desses movimentos não se perca no esquecimento.

Ao compreendermos a relevância deste trabalho, parece-nos importante colocar no horizonte das preocupações acadêmicas e políticas sindicais a necessidade de serem coletados depoimentos, recolhidos e sistematizados documentos que possa vir a constituir um acervo de testemunhos, valorizando a história oral, além do uso dos boletins, cadernos, jornais, atas de reuniões, teses congressuais, revistas, panfletos, fotografias e outras fontes de associações e sindicatos dos trabalhadores em educação do Maranhão, servindo de referência para pesquisas referentes a assuntos como greves, campanhas salariais, negociações, como também análises acerca das políticas públicas voltadas para a educação básica no estado.

Esperamos assim, com o incentivo na constituição de acervos documentais, contribuir para o desenvolvimento de novas investigações que ampliem o panorama a respeito da história do sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação maranhense.

Por fim, mas não menos importante, é necessário dizer que esperamos, com essa modesta, mas, necessária práxis política educacional, colaborar na construção de enfrentamentos futuros, pois o amanhã solidário e justo também se faz com a construção de uma consciência história e uma permanente ação contra todo e qualquer processo de opressão que vise negar à classe trabalhadora uma escola que possibilite o fortalecimento das lutas pela superação das mazelas sociais que perpetuam a dominação de uma classe sobre a outra.

Referências

- ANDRÉ, M. E. D. A. Etnografia da prática escolar. Campinas: Papirus, 1995.
- CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. In: Chizzotti A. Pesquisa qualitativa. São Paulo (SP): Cortez; 1991. p.77-104
- DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1990. (Biblioteca de Educação, Série 1 Escola; v. 14).
- FONSECA, Selva Guimarães. Ser professor no Brasil: história oral de vida. São Paulo: Papirus, 1997.
- GATTI, Bernadete Angelina. A construção da pesquisa em Educação no Brasil. Brasília: Plano Editora, 2002 (Série Pesquisa em Educação, v.1).

- GATTI, Bernadete Angelina. Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas. Brasília: Liber Livro Editora, 2005. (Série Pesquisa em Educação, v. 10).
- FAZENDA, I. C. A. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. 2. ed. Campinas: Papirus Editora, 1995.
- LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de história oral. 4º edição. São Paulo: Loyola, 2000.
- MEIHY, J.C.S.B. Manual de história oral. São Paulo: Loyola, 2002. 246p.
- MEIHY, J. C. S. B. Manual de história oral. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola. 2005
- MICHELET, Jules. O povo. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- QUEIRÓS, M.I.P. Relatos orais: do “indivisível ao divisível”. In: Von Simon, O. M (org.) Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil). Enciclopédia aberta de Ciências Sociais. São Paulo: Vértice, 1988.
- REINALDO, A. M. S. Conhecendo o itinerário terapêutico em saúde mental pela história oral de vida do paciente psiquiátrico. 2003. 113p. Dissertação (Mestrado). Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, SP.
- THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

CARTOGRAFIA HISTÓRICA DO ASSOCIATIVISMO E DO SINDICALISMO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NA REGIÃO NORTE (1952-2017)

Hélida Lança

Seduc/SP, USP

helida_lanca@hotmail.com

Jônatas Gomes

Seduc/SP, UNINOVE

jonatashistoria@gmail.com

Carlos Bauer

UNINOVE

professorcarlosbauer@gmail.com

Resumo

O texto apresenta um mapeamento da organização dos trabalhadores em educação da Região Norte do Brasil, tendo como recorte temporal o período compreendido entre a década de 1950 - com o surgimento das primeiras organizações - e o ano de 2017, com a severa alteração da legislação trabalhista. Os subsídios que tornaram possível esses escritos foram reunidos pelos pesquisadores do Grupo de História e Teoria da Profissão Docente e do Educador Social (Gruphis), do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), na realização da Cartografia do associativismo e do sindicalismo dos trabalhadores em educação no Brasil, um estudo ainda em andamento, cuja proposta é apresentar a o mapeamento em nível nacional, sob a coordenação dos professores Carin Sanches de Moraes, Cássio Diniz, Luís Paiva, Hélida Lança e Carlos Bauer.

Palavras-chave: Associativismo; Cartografia; História da educação; Região Norte; Sindicalismo; Trabalhadores em educação.

Introdução

A transformação das antigas associações docentes em entidades sindicais públicas na região norte, assim como no restante do país, ocorreu em fins da década de 1980, com a nova Constituição, mas, efetivamente, seu protagonismo sindical foi anterior a essa data. Já a existência de entidades sindicais docentes nas instituições privadas de ensino é bastante remota, como o Sindicato dos Professores do Pará (SINPRO-PA), criado em 1952.

No setor público, as primeiras associações remontam a 1964, como, por exemplo, a União dos Professores Primários do Estado do Acre (UPPEA). Seu protagonismo se evidencia em fins da década de 1970 e durante a década de 1980, nas lutas contra os efeitos perversos da crise econômica e nas mobilizações pela redemocratização do país. Além desses dois eixos, a atuação das associações, tanto no ensino básico quanto no superior, está igualmente vinculada a uma pauta educacional assim sintetizada: a universalização do acesso à educação pública básica e superior; a ampliação do investimento público na educação; a defesa do ensino público, gratuito e de qualidade; a profissionalização da atividade docente com a instituição de planos de carreira e de estatutos do magistério; e a melhoria das condições de trabalho e de ensino.

A ação dessas entidades está, ainda, relacionada aos conflitos próprios da região norte. Desde o período colonial, essa região registra um histórico de violência, inicialmente contra os povos indígenas e, posteriormente, também em relação aos nordestinos que para lá migraram durante os ciclos da borracha e da mineração, e com a ocupação territorial estimulada pela ditadura civil-militar.

O avanço da fronteira agrícola e da mineração configurou-se não apenas como uma ameaça para o meio ambiente, mas igualmente para os trabalhadores locais e seu tradicional meio de subsistência, com o agravamento da desigualdade social e de distribuição de renda.

O sindicalismo docente, tanto da educação básica como do ensino superior, desponta como integrante da organização dos trabalhadores urbanos, que se ramificam em outras entidades sindicais e associativas e movimentos sociais, como dos sem-terra, dos atingidos pelas barragens, dos ambientalistas e dos indígenas.

Mais recentemente, como apontam Diniz e Rocha (2015, p.122), os trabalhadores da educação vêm se deparando com os efeitos das políticas neoliberais que “flexibilizam” (precarizam) as condições de trabalho com a proliferação de contratos temporários, arrocho salarial, perda de garantias trabalhistas e previdenciárias, adoção de modelos de remuneração vinculados a desempenho e outras formas de deterioração da qualidade de trabalho, de ensino e de vida.

Uma tendência que se mostrou marcante foi a fragmentação, por exemplo, a partir da criação de novos municípios e, também, em decorrência de lutas por espaços políticos, por verbas do imposto sindical ou por corporativismo (DAL ROSSO, 2013). As

divergências políticas entre as entidades, são notadamente percebidas, tal como, em virtude, da Confederação ou central sindical filiada, sendo possível identificar o posicionamento político das lideranças (GINDIN, 2013).

Apresentamos aqui a relação das principais entidades sindicais docentes, distribuídas por sete estados (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), com as respectivas sinopses de seu surgimento, principais lutas e organização. Em alguns casos, trata-se de sindicatos únicos, que reúnem docentes e demais trabalhadores da educação, como, por exemplo, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará (SINTEPP).

REGIÃO NORTE

A atual divisão regional do Brasil foi estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foi reelaborada em 1970, fruto das transformações ocorridas nas décadas entre 1950 e 1960, visto que, o país, no período, sofreu significativas transformações no espaço geográfico. Ainda em vigor, está dividida pelas características físicas do território brasileiro, com as denominações: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. A região norte, é subdividida em: Acre (AC), Amapá (AP), Amazonas (AM), Pará (PA), Rondônia (RO), Roraima (RR) e Tocantins (TO). O último censo demográfico, 2010, demonstrou crescimento da população em algumas das capitais, que no passado apresentavam uma baixa ocupação populacional (IBGE, 2010).

Na região norte, a organização dos trabalhadores em educação tem sua trajetória marcada no período da ditadura cívico-militar (1964-1985), inicialmente, também, pautada na exigência de melhores condições salariais, sem nunca deixar de brigar por uma escola pública e por direito dos trabalhadores em educação. Em fins da década de 1980, ocorre sua transformação em sindicatos, no período pós ditadura cívico-militar. Os trabalhadores conseguiram se reorganizar e ampliar o movimento pelo país. Destaque-se, por exemplo, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Acre (SINTEAC) que congrega Trabalhadores docentes e não-docentes da educação básica pública. No período inicial de sua transformação em sindicato, fins da década de 1980, havia uma discussão sobre a fragmentação da classe trabalhadora, motivo pelo qual, dificultava as negociações e articulações, assim, o SINTEAC opta por incluir todos os profissionais da educação, que não eram do quadro do magistério, mas que, todavia,

queriam que seus interesses fossem defendidos por uma categoria (DE SOUZA, 2019).

Pode-se verificar outros casos de Sindicatos que congregam todos os trabalhadores em Educação, entre eles: Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará (SINTEPP), Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Rondônia (SINTERO), Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Roraima (SINTER), Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado do Tocantins (SINTET).

Outra tendência, iniciada a partir de 2003, com a chegada do PT ao poder no governo federal, foi a desfiliação de algumas correntes de esquerda da Central Única dos Trabalhadores (CUT), dessa forma, passa a haver um maior campo de disputa por poder, surgem assim, novos agrupamentos sindicais, com destaque, para o CONLUTAS (BAUER; GINDIN, 2021).

No ensino superior, a região norte congrega algumas seções sindicais do ANDES, hoje, filiadas ao CONLUTAS, após as entidades terem deixado a CUT.

Dessa forma, o estudo da formação sindical atual serve para rever decisões históricas, e assim, propor propostas políticas para o tempo presente. A fragmentação sindical, tem cada vez mais repartido a categoria, impulsionada, por muitas vezes, também, por razões ideológicas e por acesso ao imposto sindical. Assim, surgem, sindicatos diversos, que, por exemplo, abarcam a educação básica, educação superior, professores das capitais entre outros. Na região norte, verifica essa constatação, assim como, em outras regiões do Brasil (RÊSES, 2008).

O estudo do sindicalismo não trata somente de uma mera análise de caráter institucional, de distribuição de poderes voltada ao seu público interno, visa também, a socialização das novas gerações e a transformação da sociedade e do trabalho docente, implica questões que vão além dos limites da instituição e da categoria (DAL ROSSO, 2011).

Em síntese, o estudo não trata somente de um mapeamento, mas sim, busca possibilitar que os trabalhadores em educação tenham uma visão crítica da realidade concreta, e se percebam como sujeitos da história, arrancar das mãos dos ricos o privilégio de escrever sobre nós (GOETTERT, 2014).

Nas próximas seções tratamos da gênese e formação dos Sindicatos da região norte e seus contrastes, que por exemplo, possui Estado com o 27º Produto Interno Bruto (PIB) e a menor população (450 mil hab.), Roraima, e o Pará que lidera a economia

regional, integrando-se pela calha do rio Amazonas à economia mundial (RORAIMA, 2011).

ACRE

Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Acre – SINTEAC

No período da ditadura civil-militar (1964-1985), algumas alunas do magistério da Escola Normal Professor Lourenço Filho, diante de dificuldades como baixo salário, resolveram discutir com as professoras do ensino primário a necessidade de organização da categoria.

Em 29 de junho de 1964, fundou-se a União dos Professores Primários do Estado do Acre (UPPEA). Com o passar do tempo, os professores começaram a repensar os rumos da UPPEA, revendo os princípios de um trabalho social para um contexto de reivindicação. Somente em 1989, foi criado Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Acre (SINTEAC), que tem em sua base os trabalhadores docentes e não-docentes da educação básica pública no Acre, das redes municipais e estadual, incluindo concursados, temporários e terceirizados. Tem núcleos em várias cidades do estado e declara-se defensor não apenas dos planos e carreira e salário, mas também da educação pública de qualidade num sentido mais amplo.

O SINTEAC é filiado à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Tem um histórico de disputas com o SINPROACRE, inclusive em nível judicial, pela validação da representatividade e filiação da base que, atualmente, conta com mais de doze mil sindicalizados.

Sindicato dos Professores da Rede Pública de Ensino do Estado do Acre – SINPROACRE

Em 1999, um grupo insatisfeito com a atuação do SINTEAC criou, no dia 15 de dezembro, a Associação dos Professores Licenciados do Acre (APL-AC), tendo como primeira presidente eleita a professora Rosane Castro.

Com a denominação associativa, a entidade não tinha autonomia para atuar politicamente nas negociações ou em outras atividades. Na assembleia realizada em março de 2005, a categoria decidiu transformar a associação em sindicato. Com a extinção da associação, em 2009, a entidade passou a denominar-se Sindicato dos Professores Licenciados do Estado do Acre (SINPLAC). Em 2014, se transforma em

Sindicato dos Professores da Rede Pública de Ensino do Estado do Acre (SINPROACRE), atendendo determinação da Justiça do Trabalho, que questionava a utilização da palavra “licenciados” e a exclusão que ela apresentava com relação aos professores com formação em nível médio. Anuncia-se como defensor do desenvolvimento do “espírito classista”, da luta dos trabalhadores docentes do Acre e por uma escola pública de qualidade.

O SINPROACRE é filiado à Central Sindical Pública – Central do Servidor e à Confederação Nacional dos Servidores e Funcionários Públicos das Fundações, Autarquias e Prefeituras Municipais (CSPM). Tem um histórico de disputas com o SINTEAC, inclusive em nível judicial, pela validação da representatividade e filiação da base, que conta com cerca de três mil filiados. Atualmente, o cadastro da entidade encontra-se inativo junto ao Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE).

AMAPÁ

Sindicato dos Servidores Públicos em Educação no Amapá – SINSEPEAP

No dia 02 de fevereiro de 1952, poucos anos após a criação do Território Federal do Amapá, foi fundada, em Macapá, a Associação dos Professores Primários do Amapá (APPA), por um grupo de docentes liderados pela Professora Deuzolina Sales Farias.

Alguns anos mais tarde, a APPA se transformou em Associação dos Professores do Amapá (APA). A necessidade de organização em sindicato, com poder reivindicatório, inclusive para impetrar ações judiciais, levou à mudança na natureza jurídica da APA, que passou, em 02 de setembro de 1989, a denominar-se Sindicato dos Trabalhadores do Ensino do Amapá (SINTEAP).

Em 1991, o SINTEAP transformado em Sindicato dos Servidores Públicos em Educação no Amapá (SINSEPEAP), e passou a congregar não só os professores, mas também os demais servidores públicos em educação que atuam no estado, tanto no funcionalismo federal, quanto no estadual e no municipal. Em seu estatuto, a entidade se propõe a defender não somente os interesses coletivos e individuais da categoria, mas também a construção da luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Filiado à CUT e à CNTE, o SINSEPEAP possui hoje cerca de onze mil sindicalizados e está organizado em quinze municípios do Amapá.

SINDIFAP – Seção Sindical dos Docentes do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Campus Laranjal do Jari

A SINDIFAP é uma seção sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), fundada em 29 de agosto 2011 para atender à necessidade de representatividade e de defesa dos direitos dos docentes do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFAP) – campus Laranjal do Jari. Em 2013, a SINDIFAP ampliou seu campo de atuação para todo o estado do Amapá.

Atualmente, a SINDIFAP possui representantes nos dois campus do IFAP (Laranjal do Jari e Macapá) e apresenta como missão a defesa dos interesses dos docentes para que tenham condições dignas de trabalho e possam construir uma educação pública, gratuita e de qualidade. É filiado Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-Conlutas).

SINDUEAP – Seção Sindical dos Docentes da Universidade do Estado do Amapá

A SINDUEAP se constituiu como uma seção sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) e teve como principal bandeira, entre 2013 e 2014, a luta pela eleição do reitor da Universidade do Estado do Amapá. Entretanto, o governador do estado, passando por cima da comunidade universitária, nomeou como reitor o candidato derrotado no pleito. A entidade é filiada à Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-Conlutas).

AMAZONAS

Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas – SINTEAM

O SINTEAM apresenta-se como fruto do esforço coletivo da categoria que, em suas lutas diárias, nas escolas e nas ruas, sentiu necessidade de construir um instrumento capaz de organizar e de ampliar sua intervenção política.

O sindicato nasceu como Associação Profissional dos Professores de Manaus (APPM), que se transformou em SINPRO, abrigando somente os professores universitários e da rede particular de ensino. Para atender aos professores das redes municipal e estadual, foi criada, em 1979, a Associação Profissional dos Professores do

Amazonas (APPAM), transformada, em 1989, em Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas (SINTEAM). Em seu estatuto, apresenta como prerrogativas não apenas a defesa dos interesses da categoria, mas também a solidariedade a outras categorias da classe trabalhadora, com um item destinado exclusivamente ao apoio às lutas pela reforma agrária antilatifundiária.

A entidade é filiada à Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

PARÁ

ADUFRA – Seção Sindical - Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural da Amazônia

Esta associação foi fundada, em 02 de junho de 1982, como uma seção sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), sendo filiada à Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-Conlutas).

ADUFPA – Seção Sindical - Associação dos Docentes da Universidade Federal do Pará

Em 18 de maio de 1979, foi criada a Associação de Docentes da Universidade Federal do Pará (ADUFPA), quando um grupo de quarenta e oito docentes se reuniu, a exemplo do que já vinha ocorrendo em outros estados, para discutir a importância de se organizar uma entidade que defendesse os direitos dos professores e lutasse pela democracia no interior da universidade. Alguns anos mais tarde se integrou ao Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), sendo filiada à Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-Conlutas).

SINDUFOPA – Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Oeste do Pará

A Universidade Federal do Oeste do Pará foi criada pela Lei Federal nº 12.085, de 05 de novembro de 2009. No ano seguinte, a partir de grupo docente que buscava superar o autoritarismo e a burocracia nas reações universitárias, nasceu o SINDUFOPA.

A seção está vinculada ao Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), sendo filiada à Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-Conlutas).

SINDUNIFESSPA – Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Trata-se de uma entidade nova porque, também, a instituição é recente. A Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará foi criada em 06 de junho de 2013 pela Lei Federal nº 12.824, de 05 de junho de 2013. Mantém vinculações com o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), sendo filiada à Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-Conlutas).

Sindicato dos Professores da Rede Particular no Estado do Pará – SINPRO/PA

O Sindicato dos Professores da Rede Particular no Estado do Pará – SINPRO/PA – estabeleceu-se no ano de 1952 como Associação de Professores. Após todo um trabalho de organização, já em 1959 transformou-se em Sindicato dos Professores no Ensino Secundário e Primário de Belém. Em 2008, recebeu a denominação de Sindicato dos Professores da Rede Particular no Estado do Pará, de acordo com a reformulação do seu Estatuto Social.

Mantém filiação com a Federação Interestadual dos Trabalhadores em estabelecimentos de Ensino Privado nos estados de Goiás, Minas Gerais, Pará, Rondônia e do Distrito Federal (FATRAEEP/Centro-Norte), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (*CONTEE*) e à *Central Única dos Trabalhadores (CUT)*. Seu cadastro junto ao MTE apresenta três mil e duzentos sindicalizados, da educação básica e do ensino superior.

Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará – SINTEPP

A primeira organização dos trabalhadores da educação paraense se deu com a constituição da Associação dos Professores do Estado do Pará (APEPA) que, durante a ditadura civil-militar sofreu várias pressões, mas seguiu mobilizada. Em continuidade à essa luta, o SINTEPP foi fundado em 1988, a partir da realização do VI Congresso Estadual da Federação Paraense dos Profissionais da Educação (FEPPEP).

A entidade é filiada a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e se apresenta em defesa da luta pela educação pública de qualidade social e valorização profissional.

RONDÔNIA

Sindicato dos Professores de Instituições de Ensino Superior Privadas – SINPRO/RO

O SINPRO-RO é o Sindicato dos Professores de Instituições de Ensino Superior Privadas do Estado de Rondônia. Foi fundado em 2004, fruto de uma disputa pela carta sindical, durante muito tempo seguiu sem nenhuma filiação. A partir de 2014, empenhou-se na ampliação da base e atualmente conta com quatrocentos sindicalizados e uma nova sede e uma subsede.

Mantém filiação com a Federação Interestadual dos Trabalhadores em estabelecimentos de Ensino Privado nos estados de Goiás, Minas Gerais, Pará, Rondônia e do Distrito Federal (FATRAEEP/Centro-Norte), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE) e à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Sindicato dos Trabalhadores em Educação dos Estabelecimentos Particulares do Estado de Rondônia – SINTEEP/RO

A atual diretoria do SINTEEP/RO, eleita no início de 2021, declarou no ato de posse a intenção e o compromisso de concretizar o processo de fusão da entidade com o SINPRO/RO, com a intenção de fortalecer a luta unificada dos trabalhadores do ensino superior privado.

Até o momento, não obtivemos retorno dos questionamentos por nós enviados à entidade, bem como não localizamos seu registro junto ao MTE, nem um site oficial. Em uma rede social, percebemos que as fotos do sindicato demonstram que ele está funcionando junto da nova sede do SINPRO/RO, mas não há texto que confirme tal condição, embora o número de telefone das duas organizações seja o mesmo.

Ainda assim, o cadastro do SINTEEP/RO permanece ativo junto ao MTE, com processo atualizado em julho de 2021, e declaração de uma base de vinte trabalhadores sindicalizados.

O sindicato é filiado à União Geral dos Trabalhadores (UGT).

Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Rondônia – SINTERO

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Rondônia (SINTERO) completa mais de 30 anos de lutas, confirmando a sua posição entre as entidades sindicais mais combativas do país e de referência do movimento sindical devido à sua capacidade de mobilização, à estrutura construída e às inúmeras conquistas obtidas.

Fundado em 1989 a partir de realização de Congresso Intermunicipal, atualmente conta com a sede central, onde sedes regionais e diversas subseções em diferentes municípios.

O sindicato é filiado à Federação Unitária dos Trabalhadores no Serviço Público no Estado de Rondônia (FUNSPRO), à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Conta com vinte e cinco mil trabalhadores sindicalizados.

ADUNIR – Associação dos Docentes da Fundação Universidade Federal de Rondônia – Seção Sindical do ANDES/SN

Em 08 de outubro de 1983, foi criada a Associação de Docentes da Universidade Federal de Rondônia (ADUNIR), quando um grupo de vinte e nove docentes se reuniu, a exemplo do que já vinha ocorrendo em outros estados, para discutir a importância de se organizar uma entidade que defendesse os direitos dos professores e lutasse pela democracia no interior da universidade.

A entidade integra o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), sendo filiada à Central Sindical e Popular Condutas (CSP-Conlutas).

RORAIMA

Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Roraima – SINTER

O SINTER originou-se da Associação dos Professores de Roraima (APAIMA). Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, deliberou-se o direito – aos funcionários públicos – de filiação a entidades sindicais. A APAIMA foi desativada, criando-se, assim, o SINTER. Representa e congrega todos os trabalhadores em educação da União, à disposição do estado de Roraima. Em seu estatuto, apresenta objetivos relacionados à

categoria que representa e, também, se propõe à solidariedade com toda a classe trabalhadora, em busca da construção da unidade classista.

O sindicato é filiado à CUT e à CNTE.

SESDUF/RR – Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Roraima

A Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Roraima (SESDUF/RR) é uma instância organizada e deliberativa territorial, filiada ao ANDES/SN, tendo regimento próprio aprovado em assembleia geral dos seus associados, sem ferir o Estatuto do ANDES.

Fundada em julho de 1990, a história da SESDUF/RR se confunde com a história da UFRR, pois a seção foi criada logo depois do início das atividades acadêmicas na então recém criada universidade.

É filiada à Central Sindical e Popular Condutas (CSP-Conlutas).

TOCANTINS

SESDUFT – Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Tocantins

O SEDUFT é uma entidade com quase duas décadas de anos de existência, criada logo após o início das atividades da Universidade Federal do Tocantins em 2003. Possui vínculos com o ANDES-SN e já dirigiu várias greves da categoria.

É filiada à Central Sindical e Popular Condutas (CSP-Conlutas).

Sindicato dos Trabalhadores das Escolas Particulares de Palmas e Região – SINTEPP Palmas – SINTEPPAR

O sindicato não possui um site com informações, apenas uma página em rede social, com postagens esporádicas. Em seu cadastro junto ao MTE, atualizado em 2020, conta com o registro de um único filiado sindicalizado.

É filiado à Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Brasil Central (FTRAE-BC), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE) e Força Sindical.

Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado do Tocantins – SINTET/TO

Com a criação do estado do Tocantins, em 1988, os trabalhadores em educação, até então pertencentes ao estado de Goiás, criaram o Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado do Tocantins (SINTET), que nasceu para representar todos os trabalhadores em educação (docentes e técnicos).

O sindicato é filiado à CUT e à CNTE e conta com quase treze mil filiados.

Sindicato dos Trabalhadores das Escolas Particulares do Estado do Tocantins – SINTEPET/TO

O SINTEPET/TO é filiado à Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Brasil Central (FTRAE-BC), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE) e à Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). Em seu cadastro junto ao MTE, que está ativo e atualizado, há o registro de cento e cinquenta e três sindicalizados.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Em Cartografia histórica do associativismo e do sindicalismo dos trabalhadores em educação na Região Norte (1952-2017), procuramos trazer o mapeamento da organização dos trabalhadores em educação desta porção territorial do Brasil, tendo como base uma periodização iniciada com os primeiros sindicatos surgidos nos idos de 1952, passando pelas associações, criadas em 1964, sua transformação em sindicatos, em fins da década de 1980 e se estendendo, até o ano de 2017, momento este marcado por uma reforma trabalhista que alterou drasticamente a legislação que vigorava desde os idos das décadas de 1930-40.

Por ora, este artigo procurou apenas levantar o vasto número de organizações associativistas e sindicais que foram sendo construídas, se transformaram e se consolidaram nos últimos anos da região norte do país. Porém, de fato, estes organismos dos trabalhadores em educação estão espalhados por todo o território nacional e, até o presente momento, ainda não tivemos como objetivo analisar o seu percurso histórico ou político, mas, sinalizar e localizar a sua existência política e social.

A proposta deste levantamento deverá possibilitar estudos ulteriores preocupados em analisar a tensão entre as tendências unificadoras e fragmentadoras presentes no movimento sindical docente atinentes ao setor público e voltados para os professores que atuam na educação básica, como, também, os segmentos menos estudos ou pouco considerados nas pesquisas sobre esta temática na área da educação, como é o caso dos professores universitários, os docentes do ensino privado e os trabalhadores técnicos administrativos do sistema educativo.

Os subsídios que tornaram possível esses escritos foram reunidos pelos pesquisadores do Grupo de História e Teoria da Profissão Docente e do Educador Social (Gruphis), do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), na realização da Cartografia do associativismo e do sindicalismo dos trabalhadores em educação no Brasil, sob a coordenação dos professores Jônatas Gomes, Carin Sanches de Moraes, Cássio Diniz, Luís Paiva, Cacau Pereira, Héli da Lança e Carlos Bauer.

No Quadro 1, apresentamos informações categorizadas sobre as entidades representativas dos trabalhadores da educação na região norte, no que tange à central sindical e à base sindical.

Quadro 1 – Sindicatos da Região Norte

Estado	Sindicato	Central Sindical	Base sindical
Acre	SINTEAC	CUT	Trabalhadores docentes e não-docentes da educação básica pública.
Acre	SINPROACRE	Pública Central do Servidor	Professores da Rede Pública
Amapá	SINSEPEAP	CUT	Servidores Públicos
Amapá	SINDIFAP - Seção Sindical do ANDES	CSP-Conlutas	Ensino Superior - Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Amapá (Laranjal do Jari)
Amapá	SINDUEAP - Seção Sindical do ANDES	CSP-Conlutas	Ensino Superior - Universidade Estadual do Amapá
Amazonas	SINTEAM	CTB	Professores universitários e da rede particular

Pará	ADUFPA - Seção Sindical do ANDES	CSP-Conlutas	Ensino Superior - Universidade Federal Rural do Amazonas
Pará	ADUFRA - Seção Sindical do ANDES	CSP-Conlutas	Ensino Superior - Universidade Federal Rural do Pará
Pará	SINDUFOPA - Seção Sindical do ANDES	CSP-Conlutas	Ensino Superior - Universidade Federal do Oeste do Pará
Pará	SINDUNIFESSPA - Seção Sindical do ANDES	CSP-Conlutas	Ensino Superior - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Pará	SINPRO/PA	CUT	Ensino Particular
Pará	SINTEPP		Trabalhadores em educação
Rondônia	SINPRO/RO	CUT	Ensino Superior Privada
Rondônia	SINTEEP/RO	UGT	Trabalhadores em educação dos estabelecimentos particulares
Rondônia	SINTERO	CUT	Trabalhadores em educação
Rondônia	ADUNIR - Seção Sindical do ANDES	CSP-Conlutas	Ensino Superior - Universidade Federal de Rondônia
Roraima	SINTER	CUT	Trabalhadores em Educação
Roraima	SESDUF/RR - Seção Sindical do ANDES	CSP-Conlutas	Ensino Superior - Universidade Federal de Roraima
Tocantins	SESDUFT - Seção Sindical do ANDES	CSP-Conlutas	Ensino Superior - Universidade Federal do Tocantins
Tocantins	SINTEPPAR	Força Sindical	Trabalhadores das Escolas Particulares
Tocantins	SINTET	CUT	Trabalhadores em Educação
Tocantins	SINTEPET	CTB	Trabalhadores das Escolas Particulares

Fonte: Elaborado pelos autores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUER, Carlos; GINDIN, Julián. Rudimentos históricos do associativismo e do sindicalismo dos trabalhadores em educação no Estado de São Paulo (1978-2017). **Dialogia**, São Paulo, n. 37, p. 1-22, e19686, jan./abr. 2021.

DAL ROSSO, Sadi (org.). **Associativismo e sindicalismo em educação**: Organização e lutas. Brasília: Paralelo 15, 2011.

_____. Fragmentação sindical. **Educar em Revista**, n. 48, p. 39-52, 2013.

DINIZ, Eder Carlos Cardoso; ROCHA, Simone Albuquerque. O sindicato por entre os movimentos políticos do constituir-se professor: profissionalização, profissionalismo, profissionalidade e identidade política docente. In: BAUER, Carlos [et al]. **Sindicalismo e Associativismo dos Trabalhadores em Educação no Brasil**. Vol. 2. (Org.). São Paulo: PACO Editorial, 2015, p. 121-133.

GINDIN. Julián. Sindicalismo dos trabalhadores em Educação: tendências políticas e organizacionais (1978-2011). **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 48, p. 75-92, abr./jun. 2013. Editora UFPR.

GOETTERT, Jones Dari. Introdução à história do movimento sindical. **Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação**. Brasília, DF: 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem da população de Roraima**. 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do censo demográfico 2010**.

RÊSES. Erlando da Silva. **De vocação para professor: organização sindical docente e identidade social do professor**. 2008. 307f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília/UnB, Brasília, 2008.

RORAIMA. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Roraima. **Plano Plurianual 2012-2015**. Boa Vista: SEPLAN, 2011.

SOUZA, Jhoney Brandão de. **As políticas educacionais de (des)valorização docente do governo acreano Sebastião Viana (2011-2018) e a atuação dos sindicatos**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Acre/Rio Branco, 2019.

Eixo 8 - Outros temas de pesquisas em associativismo e sindicalismo da educação

LA DOCENCIA TUCUMANA DURANTE LOS PRIMEROS AÑOS DE LA DICTADURA “REVOLUCIÓN ARGENTINA” (1966 - 1968): PROTESTA Y OPOSICIÓN EN TIEMPOS DE CRISIS

Daniela Wieder
INIHLEP UNT /CONICET, Argentina.
daniela.wieder@filo.unt.edu.ar

En 1966 se instaló en Argentina un gobierno de facto encabezado por Juan C. Onganía. Este desplegó medidas represivas y autoritarias, al tiempo que sostuvo un proyecto modernizador, racionalizador e industrialista. Para el área educativa esto significó la aplicación de políticas racionalizadoras que atentaron contra la escuela pública y agravaron las condiciones laborales de las y los docentes. En la provincia de Tucumán, aquel año fue un punto de inflexión debido a la desventurada decisión de la dictadura de cerrar once de los 27 ingenios azucareros existentes, principal fuente de trabajo de la región. La medida, que pretendía fortalecer la concentración monopolista y el control del conflicto social, generó una crisis socioeconómica sin precedentes que se manifestó en diferentes ámbitos y sectores del pueblo tucumano, entre ellos la educación y sus trabajadores.

Así, en este trabajo nos proponemos observar al colectivo docente tucumano y analizar su accionar durante la etapa inicial de la dictadura, especialmente de la mano de su principal sindicato: la Agremiación Tucumana de Educadores Provinciales (ATEP).

La hipótesis que intentamos demostrar es que la crisis en la que se hundió la provincia a partir del cierre de ingenios generó condiciones muy adversas en la educación y en la docencia. Condicionada por tal crisis, y en un contexto represivo, la protesta gremial docente disminuyó durante 1967 y 1968, aunque no desapareció. En efecto, el magisterio expresó una oposición temprana a la dictadura, a través de manifestaciones gremiales diversas y articulaciones con los demás sectores del campo popular. Además, las y los trabajadores de la educación participaron de resistencias cotidianas a las medidas dictatoriales en sus espacios de trabajo y comunidades. Así, durante este trienio, el sector docente fue gestando un posicionamiento político-pedagógico combativo y antidictatorial que nutrió la ebullición de la protesta social que se manifestó a partir de 1969.

Para realizar esta investigación partimos de estudios sobre el sindicalismo docente (Vázquez y Balduzzi, 2000; Gudelevicius, 2011; Ascolani y Gindin, 2018; Ramos Ramírez, 2015; Labourdette, 2019; entre otros) y sobre el movimiento obrero argentino y tucumano durante aquellos años (Schneider, 2005 y Nassif, 2016). A partir de la prensa y actas sindicales, reconstruimos las acciones y reivindicaciones del magisterio, y, desde los

testimonios orales de maestras nos acercamos a las trabajadoras de la educación que compusieron el colectivo docente, complejizando así nuestra perspectiva.

Palabras clave: DOCENTES- DICTADURA- TUCUMÁN

AS CHARTER SCHOOLS E O SINDICALISMO DOCENTE NOS ESTADOS UNIDOS

Julián Gindin
Universidade Federal Fluminense (UFF)
Brasil
jgindin@iduff.br

Nos Estados Unidos, a criação de escolas charter é parte central do programa neoliberal de reforma do sistema educacional. Estas escolas são financiadas pelo estado e administradas por particulares. De maneira geral, o sindicalismo docente tem se oposto ou tentando limitar e sindicalizar este setor no qual atualmente trabalham mais de 200.000 professores.

O problema de pesquisa da comunicação é como os sindicatos de Chicago (Illinois) e Los Angeles (Califórnia) tem avançado na sindicalização das Charter Schools. Trata-se de sindicatos tradicionalmente fortes que tiveram a sua militância renovada, com novas direções sindicais eleitas em 2010 (Chicago) e 2014 (Los Angeles). Embora o presente trabalho não seja representativo da situação nos Estados Unidos, a reconstrução do cenário nacional permite colocar a informação e os argumentos apresentados em contexto.

Para reconstruir a situação das Charter Schools em escala nacional e os avanços na sindicalização nos distritos de Chicago e Los Angeles se utilizam fontes secundárias (trabalhos acadêmicos e informação disponível em jornais e sites institucionais).

Os sindicatos de Chicago e Los Angeles avançaram na sindicalização das escolas charter nos últimos anos: os professores das escolas charter fizeram as primeiras greves e os professores das principais empresas começaram a se organizar sindicalmente. Em Chicago também houve um aumento na sindicalização das escolas charter tanto em termos absolutos como relativos, o que não tem acontecido em Los Angeles.

Os avanços do sindicalismo nas escolas charter são simplesmente um produto do próprio crescimento do setor? Outros fenômenos contemporâneos parecem indicar que não. Por um lado, houve uma onda de greves docentes no período de 2018-2019, que mostrou a capacidade de mobilização da categoria. Por outro lado, muitos docentes apoiaram Bernie Sanders, um candidato de esquerda, nas eleições internas do Partido Democrata em 2019-2020. Neste contexto, os avanços do sindicalismo docente nas escolas charter de Los Angeles e Chicago parecem expressar, além do crescimento do próprio setor, a ampliação do espaço político para uma ação sindical que enfrente os interesses empresariais no âmbito educativo.

Palavras-chaves: Charter Schools, Sindicalismo docente em Chicago, Sindicalismo docente em Los Angeles.

SINDICALISMO DOCENTE NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS: POSSIBILIDADES DE UMA AGENDA DE PESQUISA COMPARADA

Andréa Barbosa Gouveia - UFPR, BRASIL
andreabg@ufpr.br

A perspectiva exploratória busca compreender o caso estadunidense e buscar novas perguntas para o caso brasileiro. A análise situa-se no campo da educação comparada, em uma perspectiva não valorativa, em que o olhar sobre o outro pretende aprofundar o conhecimento sobre o seu próprio contexto. Exploram-se elementos que são usuais no campo de intersecção entre sindicalismo e políticas de valorização de professores, procurando marcar coincidências e distanciamentos entre os casos, sem a pretensão de esgotar as possibilidades de sistematizar a longa literatura produzida nos EUA, e, tampouco o caso brasileiro. A partir deste percurso propõe-se uma agenda de pesquisa:

- 1) Os conceitos de profissionalização e valorização do magistério, não são pares equivalentes, porém parecem ser um campo conceitual que possibilita diálogos.
- 2) O conteúdo dos contratos coletivos nos diferentes sistemas de ensino estadunidenses e o conteúdo dos PCCRs nos diferentes sistemas de ensino brasileiros, podem ser fontes documentais para reflexões sobre o conteúdo da regulação do trabalho docente.
- 3) A efetividade dos contratos coletivos e a efetividade dos planos de carreira em contextos federativos desiguais podem possibilitar explorar novas dimensões sobre regulação e descentralização de políticas educacionais.
- 4) A ação de bloqueio de políticas e de proposição de políticas em âmbito nacional pelas entidades sindicais, considerando as forças políticas em cada país, os interlocutores e as agendas prioritárias, pode ser campo fecundo para ler as políticas educacionais. Estas são possibilidades de diálogo entre culturas sindicais específicas, mas que operam com um elemento comum: a representação de interesses de uma categoria profissional que tem como atividade fim a garantia de um direito, o que provoca uma tensão constante entre posições corporativas classistas e posições pautadas no conteúdo dos interesses profissionais.

Palavras-chave: Sindicalismo, pesquisa, docência.

O PAPEL FORMATIVO DO SINDICATO NO PERÍODO DA PANDEMIA DE COVID-19

Marluce Souza de Andrade

CEPMHEd – Brasil

marlucosouzadeandrade@gmail.com

O presente artigo pretende estabelecer um diálogo entre a pesquisa realizada no âmbito do doutorado sobre o sindicato como espaço de formação na trajetória de professores militantes e o papel formativo desempenhado pelo sindicato no período da pandemia. A pesquisa realizada entre os anos de 2015 e 2017 pretendeu compreender as dimensões formativas do espaço sindical através do acompanhamento sistemático das suas reuniões ordinárias e extraordinárias e da realização de entrevistas com professores militantes, apontando para aspectos políticos-pedagógicos e político-sindicais da formação dos trabalhadores e trabalhadoras da educação participantes do movimento sindical no núcleo Duque de Caxias do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEPE). A partir dos resultados obtidos na pesquisa anterior e da análise da conjuntura pandêmica que atravessou o fazer pedagógico dos profissionais da educação no município de Duque de Caxias e Brasil no ano de 2020 e 2021 foram tecidas algumas considerações sobre a formação no espaço sindical durante a pandemia, levando em conta as formações oferecidas pelo núcleo. Pudemos identificar a intencionalidade de fornecer à categoria suporte teórico para o enfrentamento das lutas travadas no campo da educação em âmbito nacional, estadual e municipal. É possível dividir as temáticas abordadas em três categorias que se inter-relacionam: análise política-educacional; aprofundamento teórico-conceitual e articulação para ação. Na categoria de análise **política-educacional**, encontramos debates sobre o *IDEB*; o *programa Mais Educação*; *Base Nacional Comum Curricular*; *Educação étnico-racial*; *Educação do Campo*; *Gestão democrática*; *Currículo da Educação de Jovens e Adultos*; *Políticas de Alfabetização*. Como aprofundamento **teórico-conceitual**, foram tratadas as temáticas *Educação, Estado e Poder*; *Ideologia e estado de exceção*; *Neoliberalismo e Reforma educacional*; *Concepções de currículo*; *Direito à Educação*; *Concepções de ensino-aprendizagem*; *Reorganização dos meios de produção e os ataques aos direitos aos trabalhadores e trabalhadoras da educação*; *Saúde do trabalhador no sistema-neoliberal*; *Educação Patrimonial*. Entre as temáticas voltadas à **articulação para ação** está *Escola sem Mordaza*; *Eleição para diretores e plano de gestão*; *Orçamento municipal*; *Conselhos escolares*; *Orientação pedagógica e educacional*; *Reestruturação curricular*. Pela variedade de temáticas abordadas, vemos que o sindicato proporciona aos trabalhadores espaço para analisar as políticas educacionais que envolvem seu trabalho, pensar teoricamente sobre a sua prática, e se articular para ação, lutando contra o isolamento profissional que se agravou ainda mais no período da pandemia.

Palavras-chave: Sindicato. Formação. Pandemia.

ISOLAMENTO SINDICAL DOS PROFESSORES DA UFMG DURANTE A PANDEMIA DO COVID 19: DE QUE LADO DA LUTA O APUBH/UFMG VAI FICAR?

Savana Diniz Gomes Melo (UFMG-Brasil)
sdgmufmg2@gmail.com

Rosilene Horta Tavares (UFMG-Brasil)
rosilenehtavares@gmail.com

Resumo

O presente trabalho analisa a condição de isolamento dos professores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) do movimento sindical docente em nível nacional, suas razões e conseqüências. Parte do pressuposto de que parece haver uma contradição entre o papel do sindicato classista e essa postura isolacionista em contexto de perdas consecutivas da categoria docente agravadas durante a Pandemia do Coronavírus, o que necessita ser apreendido e explicado. Considera-se que as condições e relações capitalistas de trabalho docente no ensino superior nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES) são marcadas pela progressividade histórica de precarização, intensificação e produtivismo. Considera-se, ainda, que os problemas do trabalho docente e de resistência às suas condições e relações têm caráter econômico e político nacional (e internacional), o que implica relevar a unidade de lutas e de organização nacional da categoria integrada à sua necessária unidade com o restante da classe trabalhadora. Com esses entendimentos, o estudo procura responder às seguintes questões iniciais: por que e desde quando essa postura isolacionista é protagonizada pelas direções sindicais do Apubh? O que motiva a sua persistência até 2021? Como ela é justificada? Como os professores da UFMG vêem essa situação? Quais são as implicações do isolamento da categoria dos professores da UFMG em relação ao movimento nacional docente das IFES? Quais são as interferências desse isolamento em relação à resistência às condições e relações capitalistas de trabalho? Para responder a essas questões, o estudo se funda em pesquisa documental e entrevistas com os professores da UFMG e do movimento sindical nacional dos docentes das IFES. A metodologia adotada visa demonstrar que o sentido desse processo de precarização, intensificação e produtivismo, que marca o trabalho docente é requerido pelo capital e é calcado na extração de mais-valia, consoante às diferentes posições dos professores na carreira universitária, de acordo com a divisão social do trabalho na categoria docente. O estudo revela que, muito embora o isolamento dos professores da UFMG em relação ao movimento docente nacional tenha se iniciado em 2004, ele se mantém e se agrava na atualidade, em plena a Pandemia do Coronavírus, que assola o Brasil e o planeta, revelando uma concepção sindical que necessita ser explicitada por estudos. Nesse contexto, o governo federal brasileiro, sob o comando de Bolsonaro, adota medidas que aprofundam ainda mais as já precárias condições de trabalho dos professores das IFES, resultantes das políticas empreendidas pelos governos brasileiros pós 1990, entre as quais se destacam a desestruturação do Regime Jurídico Único, da previdência pública, dos hospitais universitários, da Carreira docente, da remuneração, dos regimes de trabalho, da estabilidade, do ensino, e muitas outras, que enfim, extinguem gradativamente a universidade pública estatal e gratuita. Durante uma pandemia que

ceifou a vida de mais de 545 mil brasileiros, em que o afastamento é condição *sine qua non* para seu controle, o governo Bolsonaro abre espaço nas IFES às organizações sociais de direito privado com o fim de apropriação dos recursos públicos, de um lado, e de geração de conhecimento mercadoria para ampliar a lucratividade das empresas, de outro. Nesse quadro, as IES públicas tendem a segmentar-se e conformar-se em dupla direção: ou se tornam instituições de ensino superior de caráter privado lucrativo, que ofertam ensino a distância; ou IES de pesquisa, na forma jurídica de organização social, com gestão privada de recursos públicos, para produzir conhecimento mercadoria de padrão de países periféricos, já que as pesquisas de ponta estão situadas nos países de capitalismo central. O estudo revela, ainda, que o conjunto de medidas adotadas a partir de 1990 e aprofundadas por Bolsonaro no Brasil conforma e expressa um grande projeto de reestruturação capitalista, que visa a atender aos interesses dos setores que passaram a explorar a área social, em especial, o campo educacional com fins mercantis, em detrimento das condições gerais de trabalho e até mesmo da vida dos trabalhadores. Um projeto dessa magnitude exige a organização e a resistência ativa dos trabalhadores, e no caso das IFES, dos professores em âmbito nacional, pois o combate precisa ser pautado sobre o princípio da unidade nas lutas. No entanto, os professores da UFMG, sob a representação sindical do Apubh, seguem isolados do movimento nacional e alheios a ele. Contudo, parece não haver um consenso a respeito dessa condição entre os professores da UFMG. Em assembleia realizada em maio de 2021, tal isolamento foi questionado por professores, resultando na deliberação pela composição de uma Comissão com o intuito de promover publicamente a discussão sobre a importância da Vinculação Nacional do APUBH. Tal comissão foi composta por diretores do sindicato e conselheiros de unidades diversas da UFMG, em geral base de apoio da diretoria do sindicato. Em decorrência, no dia 01 de julho de 2021, a diretoria do Apubh promove o debate “História do APUBH e os Desafios da vinculação nacional”, afirmando o intuito de abrir a discussão sobre os rumos do sindicato. Vale lembrar que essa inflexão ocorre na UFMG em meio às crescentes manifestações contra o governo Bolsonaro e Mourão, que se tornam cada vez mais massivas no país. Nesse quadro de efervescência política e social, professores da UFMG manifestam preocupação e disposição para a luta unificada nacionalmente, enquanto a diretoria do Apubh discute, pacientemente, se e de que lado da luta vai permitir doravante aos professores da UFMG se posicionarem coletivamente.

Palavras-chave: Relações de Trabalho capitalistas, Resistência, Isolamento sindical da UFMG, Movimento sindical docente na UFMG, Movimento sindical docente nas IFES.

A SINTONIA ENTRE O SINDICALISMO DOCENTE UNIVERSITÁRIO DE MATRIZ GERENCIAL E LOBISTA E O PARADIGMA DA EXCELÊNCIA: A EXPERIÊNCIA DA UFMG (2003-2016)

MOREIRA, Andressa de Araújo
UFMG / FaE
dressaamoreira@gmail.com
MELO, Savana Diniz Gomes
sdgmufmg2@gmail.com

Resumo

Este trabalho insere-se no âmbito dos estudos sobre a educação superior pública e analisou, sob o referencial marxista, a luta sindical docente em uma universidade de excelência, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no período de 2003 a 2016. A questão central foi apreender como os professores da UFMG, uma universidade de excelência brasileira, se relacionam com a luta sindical e com o seu sindicato, a Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte (APUBH). Para tanto, foi realizada revisão bibliográfica, pesquisa documental, com destaque aos documentos sindicais, e entrevistas semiestruturadas com docentes da UFMG. No caso brasileiro, a pesquisa de excelência ocorre nas universidades estaduais e públicas, cujo polo irradiador concentra-se na Pós-Graduação. O estudo revelou que do protagonismo político nas lutas locais e nacionais o APUBH, sob os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) o grupo político que permaneceu mais de 10 anos no APUBH deslocou a prática da entidade da combatividade à conciliação. À frente do sindicato, os diretores adotaram a estratégia de gerir e judicializar o conflito e os direitos dos professores de forma particular. A adaptação ao Estado trouxe à direção do APUBH uma concepção gerencial caracterizada pela busca de eficiência na prestação de serviços. Este fenômeno encontrou ambiente fértil na universidade de excelência.

Palavras-chave: Educação Superior; Trabalho Docente Universitário; Sindicalismo Docente.

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A FORMAÇÃO DO SINDICALISMO DE ENSINO SUPERIOR

Sadi Dal Rosso
Universidade de Brasília
sadidalrosso@gmail.com

Mundialmente, o ensino superior formou-se a partir do século XII. No Brasil, algumas faculdades do ensino superior datam do século XIX e o ensino universitário enquanto tal pertence ao século XX. O sindicalismo do ensino superior somente pode constituir-se, pois, a partir da segunda metade do século XX.

O relato envolverá a formação do sindicalismo de ensino superior durante a ditadura militar de 1964-1985, enquanto visualizado e, em alguma medida, vivenciado pelo relator. Descreverá e debaterá decisões tomadas sobre a organização do sindicalismo docente do ensino superior especialmente no setor público.

Aspectos a serem apresentados:

1. a resistência à ditadura civil-militar de 1964-1985 por parte de estruturas partidárias democráticas e por parte de segmentos da sociedade civil;
2. da resistência à formação de associações de docentes e servidores técnico-administrativos;
3. questões políticas enfrentadas pelas associações, decisões e crítica: de associação a sindicato nacional; fragmentação do sindicalismo de ensino em ensino superior, primeiro e segundo graus, divisão entre servidores técnico-administrativos e docentes, a separação entre setor público e setor privado e outras questões.
4. tentativas de articulação do sindicalismo de ensino superior no Brasil com movimentos análogos na América Latina e mundialmente (reunião do Rio de Janeiro). a organização sindical mundial representada pela Internacional da Educação.

Conclusão. Discussão sobre elementos críticos a partir do relato apresentado.

Palavras-chave: ensino superior, associativismo, sindicalismo.

Bibliografia

Navarro, Ignez Pinto. ANDES-SN: Um sindicato de intelectuais. ADUFMAT, 2001.
Maues, Olgaíses C. O sindicato de educação superior e as políticas educacionais. Germinal, pp. 252 - 262, [v. 7, n. 2, 2015](#).

DEBATES E CONTRIBUIÇÕES EM TORNO DOS REFERENCIAIS TEÓRICOS, HISTORIOGRÁFICOS E METODOLÓGICOS NAS PESQUISAS SOBRE A HISTÓRIA DO ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO EM EDUCAÇÃO NO BRASIL

Cássio Diniz⁴⁵

Resumo

Esta comunicação tem como proposta realizar algumas reflexões sobre os referenciais teóricos e metodológicos que se desenvolvem em torno das pesquisas sobre a História do movimento sindical docente, inseridos no campo de estudos gerais acerca do sindicalismo de trabalhadores em educação. Com o crescimento das pesquisas em torno dessa temática, cabe questionar se é pertinente a existência de um campo próprio para as pesquisas históricas sobre o sindicalismo docente, que permita a existência de grupos de pesquisas próprios, eventos, GT's e redes de pesquisadores dedicados exclusivamente às investigações em torno da História do movimento sindical docente, a parte do sindicalismo em geral. Pergunta importante, pois não observamos essa tratativa para outras categorias profissionais, como bancários, operários da construção civil, eletricitários ou até mesmo entre os metalúrgicos, cujo movimento tem um espaço reservado na historiografia e na memória sindical brasileira. Compreendendo a pertinência de um campo próprio de estudos históricos a parte do sindicalismo em geral e sua legitimidade diante da "História acadêmica", acreditamos na necessidade de aprofundarmos esse debate teórico, trazendo para os círculos de pesquisadores os rudimentos de referenciais que abordam a "História dos de baixo" em uma perspectiva diferente das análises ditas hegemônicas. Para isso, observamos haver fortes aportes advindo da chamada História Social da Educação, que se baseiam nas contribuições teóricas de diversos expoentes da área, entre eles o historiador inglês Edward Palmer Thompson, e que começam a ser desenvolvida na historiografia educacional brasileira por diversos interlocutores de sua obra em nosso país. Por fim, acreditamos na necessidade de avançarmos no desenvolvimento de instrumentos teóricos e metodológicos que consolidem as pesquisas acerca do sindicalismo docente, concretizando assim um novo campo historiográfico, principalmente no interior da História da Educação.

Palavras-chaves: História Social da Educação; historiografia; teorias da História.

⁴⁵Graduado em História e doutor em Educação, Cássio Diniz é docente efetivo do Departamento de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Universidade do Estado de Minas Gerais – unidade Campanha. Pesquisador da História do sindicalismo em educação, é líder do GRUHI SED – *Grupo de Pesquisa em História Social da Educação: discursos, práticas e experiências coletivas e organizacionais*. E-mail: cassiodiniz@hotmail.com e cassio.hiro@uemg.br.

A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE SINDICALISMO DOCENTE: QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS DE UM CAMPO INTERDISCIPLINAR

Thiago Granja Belieiro
Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Brasil.
thiagobeli@hotmail.com

O sindicalismo docente enquanto objeto de pesquisas interdisciplinares, notadamente, na História, na Sociologia e na Educação, realizados prioritariamente em Programas de Pós-graduação dessas diferentes áreas, tem mostrado importância e volume crescentes. A produção de dissertações e teses, além de artigos científicos, associada à constituição de uma Rede de Pesquisadores e Pesquisadoras sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação, que realiza eventos regulares de divulgação de pesquisas, assinala a pujança e o desenvolvimento dessa área. Outro sinal significativo, é a existência de pesquisas que tomam essa produção como objetivo de investigação. Nesse sentido, podemos citar trabalhos que fazem balanços gerais, elencando dados quantitativos da produção de teses e dissertações, mas também classificando a produção em regiões do país onde se realizam, gênero de pesquisadores e temáticas centrais das pesquisas. Existe ainda, trabalhos voltados a pensar as categorias teóricas da produção, gênero por exemplo, e mais importante, pesquisas que apontam questões teóricas e metodológicas mobilizadas em trabalhos produzidos por historiadores que investigaram o sindicalismo docente. Essa comunicação, de pesquisa de pós doutoramento em estágio inicial, tem como objetivo central se colocar dentre esses trabalhos que elegem a produção acadêmica sobre sindicalismo docente como objeto de pesquisa. Como objetivos secundários, procuramos entender quais conjuntos teóricos e metodológicos foram mobilizados nas pesquisas sobre sindicalismo docente, realizadas em programas de Pós-graduação nas áreas de História, Sociologia e Educação. De antemão, dada a natureza interdisciplinar desses trabalhos, por um lado, e por outro, dada a temática que envolve a discussão sobre trabalho e sindicalismo, é possível aferir forte presença de autores teóricos marxistas, contudo, é notório ainda referências da História Cultural, sendo também a comum a utilização de referências marcadas pela interdisciplinaridade.

Palavras-chave: sindicalismo; docente; teoria

VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL DOCENTE E AS DEMANDAS EXPRESSAS NAS PAUTAS SINDICAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DE DOIS CASOS MUNICIPAIS (CURITIBA E PIRAQUARA)

Mayara Regina Lourenço – UFPR, BRASIL

Email: mayararl35@gmail.com

Andréa Barbosa Gouveia - UFPR, BRASIL

Email: andreabg@ufpr.br

A valorização dos/das profissionais da educação é princípio constitucional e tema de diversas leis, estando cercada por embates políticos. O problema desta pesquisa foi verificar quais são as demandas por valorização expressas nas pautas de reivindicação sindicais do Sindicato do Magistério Municipal de Curitiba (SISMMAC) e da Associação dos Professores de Piraquara (APMP), no período 2016 a 2020. O objetivo foi analisar quais dimensões da valorização foram expressas nas pautas sindicais dos dois municípios, considerando o cenário de crise socioeconômica no país. A metodologia articula revisão de literatura da produção acadêmica, análise do Censo Escolar sobre o quadro de docentes caracterizando as condições de trabalho, e análise documental das Pautas de Reivindicação. Os dados expõem que as principais demandas de Curitiba por valorização referem-se a Condições de Trabalho, Saúde e Previdência e Carreira, pautas corporativas que afetam o exercício da profissão e a qualidade de vida desses/as profissionais. Em Piraquara, as principais demandas referem-se à Carreira e Remuneração, porém destaca-se outras pautas como Sindicato que aparecem com frequência e estão relacionadas à solicitações de manutenção de ações em curso no município. A crise econômica parece ter afetado neste período mais os/as profissionais da educação de Curitiba, que tiveram seus salários congelados e pouco resultado nas negociações. Em Piraquara, que segundo os dados, possui uma renda per capita inferior, não houve congelamento de salários, contudo o município é mais afetado pela desigualdade de investimentos em educação.

Palavras-chave: Políticas Educacionais; Sindicalismo Docente; Pauta de Reivindicação.

ANAIS



2021

CONICET



I R I C E



CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico

FAPERJ
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

fapdf
Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal